

ISSN: 2447-6374

Navegar
Revista de Estudos de E/Imigração

Vol. 2 - nº 2, Jan.-Jun. 2016



LABIMI
Laboratório de Estudos
de Imigração

ISSN: 2447-6374

Navegar

Revista de Estudos de E/Imigração

Dossiê: *Italianos no Brasil: e-imigração e retorno*

2016

Navegar, v. 2, n. 2, Jan.–Jul. 2016

Editora

Lená Medeiros de Menezes

Responsável pelo número

Syrleá Marques Pereira

Conselho Editorial Interno

André Nunes de Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luiz Reznik; Maria Teresa Toribio Lemos; Mônica Leite Lessa; Syrleá Marques Pereira

Conselho Editorial Externo (External Editorial Board)

Angelo Trento (Università degli Studi di Napoli)
Chiara Vangelista (Università di Genova, AREIA)
Daniel Campi (Universidad Nacional de Tucumán)
Fernando de Sousa (Universidade do Porto, CEPESE)
Ismênia de Lima Martins (Universidade Federal Fluminense)
Laurent Vidal (Université de La Rochelle)
Luiz Fernando Beneduzi (Università Ca'Foscari di Venezia)
Maria Beatriz Rocha-Trindade (Universidade Aberta de Lisboa)
Maria de Nazaré Sarges (Universidade Federal do Pará)
Maria Izilda Santos de Matos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Luísa Tucci Carneiro (Universidade de São Paulo)
Nadia De Christóforis (Universidad de Buenos Aires)
Óscar Álvarez Gila (Euskal Herriko Unibertsitatea)
Oswaldo Truzzi (Universidade Federal de São Carlos)
Paulo Cesar Gonçalves (Universidade Estadual Paulista)
Pilar Cagiao (Universidade de Santiago de Compostela)
Renata Sinda-Ambrozjak (Uniwersytet Warszawski)
Ruy Farias (Universidad Nacional de General Sarmiento)
Susana Serpa Silva (Universidade dos Açores)
Roseli Terezinha Boschilia (Universidade Federal do Paraná)
Vittorio Cappelli (Università della Calabria)
Xosé Manuel Núñez-Seixas (Ludwig-Maximilians-Universität München)

Conselho Consultivo

Adriano de Freixo (Universidade Federal Fluminense); *Alexandre Belmonte* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Baldomero Estrada Turra* (Universidad Católica de Valparaíso); *Chiara Pagnotta* (Università di Genova, AREIA); *Isilda Braga da Costa Monteiro* (Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti/CEPESE); *Leticia Calderón* (Instituto Mora); *Maria Cristina Dadalto* (Universidade Federal do Espírito Santo); *Maria Luísa Ugarte Pinheiro* (Universidade Federal do Amazonas); *Oswaldo Munteal Filho* (Universidade do Estado do Rio de Janeiro); *Rosana Barbosa* (Saint Mary's University); *Yvonne Dias Avelino* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); *Zeila Demartini* (Universidade Metodista de São Paulo)

Projeto gráfico e Apoio Técnico Operacional

Carlos Marcelo M. Paes (Bolsista Qualitec)

Correspondência: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9002 – A, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20550-013. Tel: (21) 2334-0988 E-mail: labimi.uerj@gmail.com

Sumário

Apresentação	07
Dossiê: Italianos no Brasil: e-imigração e retorno	
Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940 <i>Angelo Trento</i> (Università degli Studi di Napoli – L’ Orientale)	09
A imigração, entre história e memória social. Um olhar autobiográfico <i>Chiara Vangelista</i> (Università di Gênova)	29
Mascates, machadeiras e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra Ottocento e Novecento <i>Lucilla Briganti</i> (Fondazione Paolo Cresci per la Storia dell’Emigrazione italiana)	43
“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX) <i>Maíra Vendrame</i> (Univ. do Vale do Rio Sinos)	66
Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália <i>Maria Cristina Dadalto</i> (Univ. Federal do Espírito Santo)	86
Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões de toscanos no estado do Rio de Janeiro <i>Syrleá Marques Pereira</i> (Univ. Federal do Espírito Santo/LABIMI)	99
Artigos	
Distintos olhares: Intolerância e a representação do “Outro” nos séc. XIX e XX <i>Maria Luíza Tucci Carneiro</i> (Universidade de São Paulo)	121
Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones <i>Celeste Castiglione</i> (Universidade de La Plata/CONICET)	144
Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914) <i>Núncia Santoro de Constantino</i> (<i>in memoriam</i>)	170
Entrevista	
Agrondec, Ladu, Bilal: os muitos nomes e faces da imigração na Europa narrados pelo jornalista italiano Fabrizio Gatti <i>Adriana Marcolini</i> (Pós-doutoranda CAPES na Univ. de São Paulo)	192

Resenha de livros

GERTZ, René E. O neonazismo no Rio Grande do Sul.
Porto Alegre: EDIPUCRS/Editora AGE, 2012. 209
Sergio Marlow

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto*: Festa da uva
e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos.
Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2015. 212
Maria Catarina Chitolina Zanini

Sobre os autores 216

In Memoriam

O Laboratório de Estudos de Imigração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro dedica este primeiro número da *Navegar* à historiadora Núncia Santoro de Constantino, Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora renomada no campo dos estudos migratórios, Núncia, para além da saudade, nos deixou obras referenciais sobre a imigração italiana no Brasil.

Apresentação

Pauta obrigatória no mundo contemporâneo, os estudos migratórios, além de se terem firmado no interior da academia, despertaram o interesse e as preocupações do grande público. Isso explica a ampla receptividade que teve o primeiro número da *Navegar*, revista dedicada, especificamente, às migrações internacionais. Abordando tanto as migrações históricas quanto migrações de tempo presente, o novo número da revista propõe novos olhares e novas reflexões sobre um tema abrangente, que, ao admitir múltiplas abordagens, projeta-se como uma área de conhecimento marcada pela transdisciplinaridade.

O dossiê: “*Italianos no Brasil: e-imigração e retorno*” contempla deslocamentos efetuados entre Itália e Brasil - incluindo a questão dos retornos -, destacando, fluxos migratórios, abordagens teóricas, práticas, representações e processos de trocas culturais. O leitor terá a oportunidade de conhecer – ou de voltar a travar contato – com historiadores de referência no tema, bem como com novos pesquisadores, que se vem dedicando a desvelar diferentes facetas dos processos migratórios e dos aspectos transculturais que marcaram os contatos entre Itália e Brasil.

Este número da revista ficou sob a responsabilidade da professora e pesquisadora Syrléa Marques Pereira e reúne trabalhos que, por sua qualidade, colaborarão para confirmar a importância da revista nos cenários nacional e internacional. Como a anterior, esta edição contempla um dossiê, que reúne trabalhos escritos por especialistas no tema; artigos livres, que suscitam outros olhares; resenhas de livros sobre a temática das migrações e, como primeira experiência, apresenta entrevista que conduz as reflexões para a crise migratória de tempo presente, realizada com jornalista que vivenciou as dificuldades da travessia do Mediterrâneo e os problemas inerentes aos campos de refugiados.

Referência obrigatória para os estudiosos da emigração italiana e da imigração italiana no Brasil, Angelo Trento, professor da Universidade de Nápoles (*L'Orientale*), analisa a imigração italiana em São Paulo, demonstrando a riqueza das manifestações culturais urbanas de origem italiana, que, em última instância, levam São Paulo a receber a caracterização de “cidade italiana”. Chiara Vangelista, da Universidade de Gênova, através de um roteiro retrospectivo de suas obras, reflete sobre os recíprocos aportes das pesquisas históricas e das memórias coletivas na formação de uma imagem sobre o papel da imigração na sociedade brasileira. Lucilia Briganti, da Fundação Paolo Cresci, focaliza fluxos deslocados de Lucca, com relação aos quais destaca algumas atividades profissionais, analisando o papel do comércio na formação de cadeias migratórias entre os dois países. A cultura dos imigrantes italianos que se fixaram na região central do Rio Grande do Sul, especificamente, na Colônia Silveira Martins, é o tema de Maíra Vendrame, da

Universidade do Vale dos Sinos: uma jovem e promissora pesquisadora, que se vem dedicando à imigração italiana no sul do país. A questão do retorno é o foco de Maria Cristina Dadalto, da Universidade Federal do Espírito Santo, que contrapõe as vivências de uma italiana no Brasil e de uma brasileira na Itália. Por último, Syrléa Marques Pereira, vinculada à mesma universidade, destaca a região da Toscana - e Oneta em particular - para se dedicar à análise das narrativas familiares, a partir delas pondo em foco determinadas invisibilidades profissionais relativas a italianos fixados na cidade do Rio de Janeiro.

A sessão de artigos está composta por três importantes trabalhos. O primeiro, escrito por Maria Luiza Tucci Carneiro, professora da USP e coordenadora do Laboratório de Estudos de Etnicidade, Racismo e Discriminação, discorre sobre representações do “outro” no Brasil. Apresentado, inicialmente, como comunicação no congresso da AHILA, realizado em Berlim em 2014, e inédito em termos de publicação, o artigo destaca a questão da discriminação e da intolerância no Brasil. Segue-se trabalho de Celeste Castiglioni, da Universidade de La Plata, Argentina, que enfoca um tema pouco usual: o da morte do imigrante em terra estrangeira. Como homenagem póstuma, encerra esta seção o artigo escrito por Núncia Santoro de Constantino, que aborda o lazer na comunidade italiana de Porto Alegre. Escrito para publicação em livro que acabou não sendo editado, obtivemos a permissão de uma de suas filhas para sua publicação na revista.

No caso da entrevista, esta foi proposta por Adriana Marcolini, pós-doutoranda na USP, permitindo-nos conhecer a interessante experiência do jornalista italiano Fabrizio Gatti, que focaliza o drama contemporâneo dos refugiados que cruzam o mediterrâneo em direção à Itália.

Duas resenhas fecham a edição. A primeira, escrita por Sergio Marlow, apresenta o livro *O neozanismo no Rio Grande do Sul, de René Gertz*, historiador de referência para a imigração no sul do Brasil, onde se destaca a e/imigração alemã. A segunda, proposta por Maria Catarina Chitolina Zanini, nos dá notícias do livro de Miriam de Oliveira Santos, intitulado *Bendito é o fruto*, cujo tema é a Festa da Uva e a identidade cultural de descendentes de italianos em territórios brasileiros do sul.

Lançar o segundo número da *Navegar* é motivo de grande alegria para todos os responsáveis pela edição. Quiçá possa o leitor se beneficiar do conhecimento que aqui foi reunido com muita dedicação, especialmente por parte de Syrléa Pereira, que não poupou esforços para oferecer, ao público, um produto de excelência.

Lená Medeiros de Menezes
Editora

Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940

Angelo Trento

Università degli Studi di Napoli "L'Orientale"

Riassunto: Oltre un terzo dei residenti nella città di São Paulo tra la fine del XIX secolo e il 1915 era italiano e gli immigrati monopolizzarono molti mestieri, avendo spesso come clientela i propri connazionali o lavorando per essi. Questa massiccia presenza trasformò il paesaggio anche architettonico della capitale paulista, descritta spesso come città italiana, come dimostravano la diffusione della lingua di Dante o dei vari dialetti e la presenza di svariati quartieri etnici, nonché le forme di fruizione del tempo libero, con centinaia di circoli ricreativi, compagnie filodrammatiche dilettanti, bande musicali, associazioni sportive, diffusione di rappresentazioni operistiche o teatrali da parte di compagnie peninsulari in tournée, con utilizzazione continua della lingua italiana, come, d'altronde, nelle feste anarchiche del fine settimana. Negli anni '30, poi, il panorama si arricchì delle attività dell'Opera Nazionale Dopolavoro, creata in patria dal fascismo.

PAROLE CHIAVE: Immigrazione – Occupazioni urbane – Tempo libero – São Paulo – Identità etnica.

Resumo: Mais de um terço dos residentes na cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e 1915, era italiano e os imigrantes monopolizavam muitas profissões, tendo, frequentemente, como clientela os próprios compatriotas ou trabalhando para eles. Essa presença de massa transformou a paisagem arquitetônica da capital paulista, descrita muitas vezes como cidade italiana, como demonstraram a difusão da língua de Dante ou os vários dialetos, além da presença de diversos bairros étnicos, bem como de formas

de fruição do tempo livre, com centenas de círculos recreativos, companhias de teatro amadoras, bandas de música, associações esportivas, difusão de espetáculos de ópera ou teatro por companhias peninsulares em *tournee*, que utilizavam, continuamente, a língua italiana, bem como as festas anarquistas do fim de semana. A partir dos anos 30, o panorama foi enriquecido pelas atividades da *Opera Nazionale Dopolavoro*, criada na pátria do fascismo.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração – Ocupações urbanas – Tempo livre – São Paulo – Identidade étnica.

Abstract: More than one third of the residents in the city of São Paulo between the end of the nineteenth century and 1915 were Italian and the immigrants had monopolized many professions, frequently having their fellow countrymen as clients and bosses. This massive presence transformed the city's architectural landscape, described many times as an Italian city, well demonstrated by the diffusion of Dante's language or of the many dialects and the presence of several ethnic neighborhoods, as well as the forms of enjoyment of free time, with hundreds of recreational circles, dilettante theater companies, bands, sports associations, propagation of opera or theater spectacles by peninsular companies in tour, continually using the Italian language, like, by the way, in the weekend anarchist parties. From the 1930's ahead, that scenery was enhanced by the activities of the *Opera Nazionale Dopolavoro*, created in the fascism's fatherland.

KEYWORDS: Immigration – Urban Occupations – Free Time – São Paulo – Ethnical Identity.

Dossìè

Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940

Angelo Trento

Del milione e mezzo di italiani che sbarcarono in Brasile tra il 1870 e il 1970 oltre il 70% si diresse verso lo stato di São Paulo, avendo spesso come meta sino agli anni '20 le *fazendas*, destinazione totalmente congrua con la caratterizzazione rurale della grande maggioranza di coloro che alimentarono l'esodo. Tuttavia, le difficili e a volte drammatiche condizioni nella *lavoura* spinsero una quota consistente di questi coloni ad abbandonarla alla fine di ogni anno agricolo (e possibilmente anche prima) per cercare improbabili miglioramenti in altre proprietà oppure per rimpatriare o per riemigrare ma soprattutto per trovare rifugio nei centri urbani, di preferenza nella capitale, dove si affiancavano a quel contingente – sempre meno minoritario via via che trascorrevano gli anni – di connazionali, prevalentemente meridionali – al contrario dei precedenti, provenienti soprattutto dal Nord Italia, in particolare dal Veneto – che non erano passati per l'economia cafeeicola, approdando direttamente in città. Che si trattasse di cifre significative è indirettamente dimostrato dalla crescita di São Paulo, un borgo di 26.000 abitanti nel 1872 che vide aumentare la propria popolazione a 65.000 nel 1890, a 240.000 nel 1900 e poi a quasi 530.000 nel 1918 e 1.120.000 nel 1935,¹ con incrementi più consistenti proprio nel periodo in cui vi si riversò il maggior numero di italiani.² In effetti, la popolazione straniera, che nel 1871 rappresentava solo l'8%, passò al 26% nel 1886 e al 55% nel 1893, e nel 1895 di tali immigrati quasi il 65% era nato in Italia all'ultima di queste date.³ Per tutto il quindicennio successivo i peninsulari non scesero mai sotto il 35% del totale dei residenti (superando in alcuni momenti il 40 e anche il 45%) e alcuni autori hanno calcolato che rappresentassero oltre la metà degli abitanti adulti.⁴ Solo dal 1910 tali percentuali cominciarono a declinare, sino a rappresentare appena il 5% nel 1940.

Nel crogiuolo urbano, non solo trovarono spazio coloro che giunsero avendo alle spalle una qualche esperienza lavorativa extra-agricola ma anche i numerosissimi profughi dalle *fazendas*, che finirono per riconvertirsi professionalmente, dirigendosi verso settori spesso estranei ai propri orizzonti culturali (intesi anche in chiave di cultura materiale) prima ancora che lavorativi, ma che certamente risultavano più diffusi nella loro nazione di origine che nella São Paulo dell'ultimo quarto dell'Ottocento, consentendo a essi una familiarità maggiore con tali attività di quella che potessero attribuirsi i nativi. Oltre a ciò, appariva quasi palpabile la decisa preferenza che le classi dirigenti brasiliane accordavano agli stranieri, visti non solo come lavoratori ideali ma anche come fattori di progresso, elementi affidabili e concreti, mentre la manodopera nazionale veniva classificata come inadeguata; una posizione, questa, che non differiva granché dalla formulazione di Sarmiento, nella contigua Argentina, che contrapponeva *civilización y barbarie*.

Rimane il fatto che, in una fase storica in cui il lavoro schiavo stava per essere abolito o era da poco superato, la manodopera italiana poté inserirsi in un mercato che offriva un ampio spettro di occupazioni, ancora in fase di definizione proprio durante questo afflusso di massa, senza perciò espellere quella locale da attività che essa esercitava precedentemente, anche se non è escluso che ciò si sia verificato nel caso della piccola borghesia urbana. In tali condizioni, i peninsulari finirono sovente per riempire spazi ancora vuoti e, soprattutto, ne crearono di nuovi, in un processo che non è errato definire cumulativo e di autoalimentazione, come dimostrava la diffusione non solo di sbocchi lavorativi legati all'edilizia, ma anche al commercio e ai servizi – pensioni, caffè, trattorie, botteghe di barberia, calzoleria, camiceria, sartoria ecc. – e all'artigianato – mobilifici, cappellifici, produzioni alimentari e via dicendo – che avevano in buona parte come clientela esattamente i connazionali, di cui si cercava di soddisfare, con profitto, gusti, abitudini e bisogni coltivati da secoli nella nazione, nella regione e nel borgo di origine di tali popolazioni e poi trapiantati in Brasile. Non era quindi casuale che, tra la fine degli anni '80 e l'inizio degli anni '10, gli immigrati rappresentassero tra il 70 e l'80% della manodopera nei trasporti, nell'industria e nel terziario e che, di tale popolazione lavorativa, gli italiani costituissero la grande maggioranza, anche perché molte industrie di dimensioni apprezzabili – come quelle che appartenevano ai nomi più illustri della collettività, a partire da Matarazzo e Crespi – continuarono a lungo a preferire manovalanza della propria nazione quando non della propria località di nascita, rafforzando il già diffuso fenomeno delle catene migratorie.

Parallelamente, però, a questa sorta di monopolio etnico che caratterizzò molti settori lavorativi, che richiedessero un minimo di mestiere oppure no, un esclusivismo dello stesso segno si registrò anche nella sfera della marginalità e della sottoccupazione; erano, così, italiani quasi tutti gli acquaioli, i rigattieri, i suonatori ambulanti, gli arrotini, i venditori di biglietti della lotteria, i giovani strilloni che vendevano giornali e i lustrascarpe, mestiere esercitato prevalentemente da minori tra i 10 e i 14 anni, che vagavano senza sosta per vie e piazze paulistane. La precocità di tale esclusivismo è testimoniata già da un brano giornalistico del 1878, che illustrava caricaturalmente questa figura e il suo linguaggio: “*Signori?... – Engraixate... – Doi vintina tutti due... - Eccol... – Venga per cá...*”.⁵

Il proliferare di queste attività marginali era favorito dal continuo afflusso di immigrati che fuggivano dalle *fazendas* e cui l'economia cittadina non era in grado di far fronte in termine di creazione di posti di lavoro strutturato. Certo è che tutte queste occupazioni facevano imporporare di vergogna ma anche di rabbia le guance di molti viaggiatori peninsulari, i quali stigmatizzavano, spesso con toni

durissimi, il disonore che veniva gettato sull'elemento italiano e sull'Italia tutta da questi *deracinés* urbani, sempre pronti a cadere in una devianza dai connotati più o meno inquietanti, a partire dal vagabondaggio e dalla mendicizia, per finire al crimine. Un qualche fastidio procurava a questi esponenti del ceto intellettuale la vista della miriade di *mascates* venditori di qualsiasi articolo, commestibile e non, che percorrevano in lungo e in largo São Paulo, intercalando, a volte, i richiami verbali alla merce proposta con esibizioni canore e accompagnamento musicale di fisarmoniche, mandolini o altri strumenti per attirare il maggior numero di acquirenti.

L'aspirazione ultima di questa categoria, spesso coronata da successo, era quella di aprire un negozietto di generi alimentari o di merceria o di articoli vari. In effetti, il commercio al dettaglio rimase a lungo – sino a quando non venne trasmesso quasi in eredità ai *sírio-libaneses* e in seguito ad altre nazionalità – un settore prevalentemente italiano: 166 piccoli (a volte minuscoli) esercizi nel 1882, 8.700 su un totale di 14.000 nel 1894. Assai minore era, viceversa, la possibilità di emergere nel commercio di più ampie dimensioni e nelle libere professioni, campo, quest'ultimo, il cui accesso venne ostacolato anche da una testarda etica del lavoro e del sacrificio come unico strumento di ascesa sociale, ideologia che pervase buona parte degli immigrati peninsulari, spingendoli a non far continuare gli studi ai figli una volta conclusa l'istruzione elementare.

Numerosi erano poi gli artigiani – specie dell'Italia settentrionale e della Toscana – che si servivano quasi sempre di manodopera familiare e potevano vantare oltre 2.000 botteghe ancora nel 1930. Tra di essi, se si affermò chi era giunto a São Paulo già con un mestiere, qualche capacità, una professionalità, molti altri acquisirono tali conoscenze lavorative oltreoceano, magari in laboratori di parenti, paesani o, più genericamente, connazionali. Si trattò, normalmente, di imprese di modeste o modestissime dimensioni, come già segnalava nel 1901 Antonio Francisco Bandeira Jr., ma assai numerose, ospitate in “dependências improvisadas, barracões, simples telheiros, fundos de quintais, quando não um porão numa modesta casa de um cortiço ou mesmo num cômodo da própria habitação”.⁶ Malgrado la vasta letteratura accumulata negli scaffali relativa allo sbandierato passaggio dalla condizione di artigiano a quella di imprenditore industriale di successo, la realtà storica mostra come tale passaggio non sia stato così diffuso, malgrado la significativa presenza, per decenni, di connazionali alla testa di imprese industriali pauliste. Più in generale, benché l'ascesa sociale a São Paulo sia risultata inferiore e soprattutto più lenta di quella registratasi a Buenos Aires,⁷ essa fu indubbia, come, del resto, starebbe a indicare la progressiva crescita delle proprietà immobiliari in mano a peninsulari. Tuttavia, se è vero che nell'immaginario

collettivo delle classi popolari (non solo immigrate) rimasero impressi soprattutto i grandi costruttori di fortune, così esaltati dalla pubblicistica dell'epoca, il fenomeno più rilevante fu piuttosto quello della scalata a posizioni medie e medioalte nella piramide sociale. Coloro che raggiunsero le vette erano in genere sbarcati in Brasile con un qualche (eventualmente modesto) capitale, un certo livello di istruzione, una precisa conoscenza dell'economia di mercato, un'esperienza commerciale pregressa. Il mito del *self made man* da essi alimentato (con il sostegno della stampa etnica) evocava false doti che venivano presentate come insite in ciascun connazionale, inculcando in esso la convinzione di poter percorrere lo stesso cammino. Esse potevano riassumersi nella totale dedizione al lavoro, nella spartana capacità di risparmio, nel fiuto per gli affari, nel sano e indefesso spirito di sacrificio, nella perseveranza, mentre si bollavano come inutili e dannose le soluzioni di mobilità non rigorosamente individuali, quali, ad esempio, il coinvolgimento nelle lotte sul lavoro e l'adesione a organizzazioni sindacali. Dal momento che il proletariato di fabbrica era anch'esso prevalentemente italiano, l'accettazione di queste edulcorate versioni rendeva più agevole, per gli imprenditori immigrati, il ricorso a una prassi di paternalismo, in fabbrica e fuori, basata sulla propagandata condivisione di un comune destino, giacché comune era l'origine, come se la nazionalità condivisa potesse cancellare la contrapposizione di classe, di interessi, di vita quotidiana, come si affannava a sottolineare costantemente la dirigenza operaia, non a caso anch'essa a maggioranza italiana.

Ad ogni modo, i grandi flussi registratisi a partire dagli anni '80 determinarono nella capitale paulista una radicale (e non sempre apprezzabile) trasformazione del paesaggio architettonico. Vecchio e nuovo per un po' si accalcarono e si sovrapposero, poi il secondo spazzò via il primo, esprimendo una varietà incredibile di stili che rispondevano a ispirazioni, a trasposizioni o, semplicemente, a capricci tra i più diversi, ma quasi sempre legati ai modelli che gli improvvisati muratori e capimastri (a lungo massicciamente presenti nelle rispettive categorie) avevano portato dalla propria regione d'origine, dando tra l'altro una mano ad amici, parenti e compaesani nella costruzione delle loro abitazioni. "San Paolo moderna" scriveva, esagerando, un osservatore della madrepatria "è uscita dalle loro mani: i muratori, gli scalpellini, i marmisti, i braccianti impiegati nei lavori di sterro, d'incanalamento delle acque sono quasi sempre italiani".⁸ E, accanto a questi lavoratori manuali, un ruolo importante giocarono i non pochi architetti giunti dalla penisola, che lasciarono un'impronta meno erratica della loro opera progettando e realizzando sino alla seconda guerra monumenti e soprattutto ville e palazzetti per i ceti benestanti, italiani e non, nei nuovi quartieri residenziali.⁹

Non sorprende, quindi, che nel 1894 il giornalista e più volte deputato al parlamento di Roma, Ferruccio Macola, affermasse che lo stile predominante a São Paulo era quello di una città italiana di provincia¹⁰ e che, qualche anno dopo, vi fosse chi parlasse di grazia architettonica e di carattere di fondo esclusivamente italiani.¹¹ D'altra parte, se è vero che il grande flusso di immigrati di ogni nazionalità che vi si riversò forniva l'impressione di trovarsi in un centro urbano multietnico se non addirittura straniero ancora alla vigilia della seconda guerra mondiale,¹² non c'è dubbio che almeno sino al 1920 si poteva tranquillamente sottoscrivere l'impressione suscitata in Luigi Einaudi da Buenos Aires e cioè che l'ambiente fosse saturo di italianità,¹³ come d'altronde sottolineavano persino con un certo stupore i viaggiatori dell'epoca¹⁴ e non mancava di registrare la stessa *Seção de Estatística Demográfica-Sanitária* nel 1917, riconoscendo che il maggior centro urbano paulista si era trasformato "numa grande cidade italiana".¹⁵ Questa etnicità permeava la vita quotidiana: "per andare al lavoro, c'erano molte probabilità di prendere un tram guidato da un autista italiano o discendente di italiani [...] entrando poi in un ristorante o in un bar per prendere un caffè si aveva a che fare con un cameriere con l'accento italiano"¹⁶ o se ci si serviva da un sarto, da un barbiere, da un orologiaio, o si varcava la soglia di in un esercizio commerciale o ci si faceva scattare una fotografia c'era quasi la certezza che tutti questi servizi fossero prestati da immigrati peninsulari.

Già la denominazione di alcune strade (rua Veneza, rua Principe di Napoli, rua Lombardia, rua dos Italianos) dava la sensazione di una etnicità diffusa, ma per averne una ancora più persuasiva bastava percorrere le vie della città e sentire i passanti esprimersi, in larga maggioranza, in italiano o nei vari dialetti oppure soffermarsi sulle insegne dei negozi, mentre persino gli avvisi comunali potevano essere bilingui. Si trattava, probabilmente, di una leggenda metropolitana, ma è significativo che, all'inizio del XX secolo, circolasse l'aneddoto che, nel cuore del Brás, a un uomo di colore che con il suo carretto (peraltro della *Padaria Itália*) aveva tagliato la strada a una carrozza, facendo imbizzarrire i cavalli, il cocchiere di quest'ultima, ovviamente italiano, "gritou para o negro [...] 'Eh... Strunzo!...'". Ao que o negro, parando a carrocinha e encarando o cocheiro, respondeu: 'Parla sfaccimmi!...'".¹⁷ Ciò stava a dimostrare la necessità, per la popolazione locale, di apprendere quantomeno i rudimenti di lingua e dialetti peninsulari nelle zone a più massiccio insediamento di immigrati; l'incontro tra due culture diede comunque origine, soprattutto tra i ceti popolari, a un processo di simbiosi linguistica, a una *koiné* in cui vocaboli, costruzioni e codici idiomatici si sovrapponevano e si mischiavano.

L'italianità a São Paulo faceva capolino nelle sfilate a passo di corsa di bande musicali in divisa da bersaglieri e nell'incedere di venerandi garibaldini abbigliati di tutto punto con camicie rosse e berretti¹⁸ come all'epoca del Risorgimento. Ma tale italianità solo raramente dava adito a motivi di vera apprensione tra i locali, provocando loro la sensazione di essere sul punto di perdere la nazionalità brasiliana.¹⁹ Pur permeando l'intera città e esprimendosi visivamente attraverso una proliferazione di associazioni etniche (prevalentemente di mutuo soccorso), scuole (quasi esclusivamente elementari, con l'eccezione dell'Istituto Dante Alighieri sorto nel 1911) e giornali (primo fra tutti il *Fanfulla*, vero organo ufficiale della collettività), la caratterizzazione descritta era, ovviamente, più marcata in alcuni quartieri, quasi tutti dislocati lungo la cintura industriale e abitati da ceti popolari, non necessariamente operai. Queste *little Italies* avevano a volte, ma non sempre, precise connotazioni regionali: così se il Bom Retiro rimase sempre un quartiere a forte presenza veneta, il Brás si spopolò di settentrionali a favore di campani e pugliesi e il Bexiga vide la massiccia prevalenza di calabresi e pugliesi, mentre Móoca, Barra Funda e Belénzinho presentarono una maggiore eterogeneità di provenienza.²⁰ Dove si ebbero prevalenze regionali molto accentuate, si registrò l'imposizione di santi patroni regionali di matrice localistica: nel Brás, i campani festeggiavano e festeggiano ancora la Madonna di Casaluce e i pugliesi San Vito Martire, mentre la protettrice del Bexiga finì per essere una Madonna calabrese – quella di Achiropita – assai più nota a São Paulo che in Italia.

La quotidianità dei quartieri italiani verrà magistralmente illustrata sul piano letterario da Antônio de Alcântara Machado, ricostruita sul piano del ricordo affettuoso da Zélia Gattai e riproposta sul piano delle testimonianze da Ecléa Bosi e da Suzana Barreto Ribeiro, con una vasta documentazione anche fotografica.²¹ Ad ogni modo, malgrado le situazioni di compattezza etnica territoriale e benché l'esperienza migratoria si fosse rivelata per un certo numero di peninsulari una prova difficile, traducendosi in un'esistenza stentata, la maggior parte di loro la visse positivamente, almeno nel senso che, di norma, non si registrò alcun conflitto – né dentro di sé né fuori di sé – tra le possibilità di inserimento nella nuova realtà e la perpetuazione di vincoli di ogni natura con la madrepatria. Se questa fu la condizione prevalente, entrambi i soggetti potevano vantare dei meriti: i brasiliani per avere ridotto al minimo atteggiamenti realmente sciovinisti e ostilità manifesta (se non forse nell'ambito delle oligarchie, che rimasero a lungo impermeabili ai *nouveaux riches* immigrati), gli italiani per aver dimostrato grande adattabilità. Si trattò, in sostanza, del continuo susseguirsi di una prassi multiculturale, per cui se gli immigrati giunsero a un certo grado di "brasilianizzazione", i nativi si

“italianizzarono” nei codici linguistici, nei gusti alimentari, nell’abbigliamento, nell’utilizzazione del tempo libero.

Nelle ore lasciate libere dal lavoro o dalle occupazioni domestiche, solo alcune forme di svago apparivano votate a rafforzare il senso di identità etnica, mentre altre erano comuni a tutte le nazionalità, divenendo perciò ulteriori strumenti di affratellamento. A quest’ultima categoria appartenevano le passeggiate, le scampagnate, le ore trascorse al caffè, i picnic nei parchi cittadini (circhi e cinema fecero la loro comparsa solo in seguito). Mai disertate dalle classi lavoratrici erano le feste operaie (in particolare quella del 1° maggio), che, ad di là dei rituali discorsi di esponenti sindacali, finivano per essere occasioni gastronomiche e ricreative. Comune era anche la partecipazione a serate danzanti e l’entusiasmo per il carnevale, occasioni che, pur subendo attacchi virulenti dai giornali anarchici in lingua italiana per la loro atmosfera di lubricità e per la loro funzione anestetica nei confronti della lotta di classe,²² risultavano decisamente popolari tra gli immigrati. Non appariva casuale, perciò, la presenza di un *Circolo Carnevalesco Italiano* operante ancora alla vigilia della prima guerra mondiale e la diffusione di una miriade di club ricreativi che avevano come scopo l’organizzazione di intrattenimenti, prevalentemente danzanti. Tra i tanti sodalizi del genere, basti qui ricordare *Gioventù Gioconda*, *Fiore della Móoca*, *Bohème*; in questa categoria si potevano incontrare gruppi intitolati a glorie patrie (*Guglielmo Marconi*) o che richiamavano ideali nazionali (*Fratelli Bandiera*) o che esprimevano fedeltà alla monarchia sabauda (*Umberto I*, *Società Ricreativa Femminile Savoia*) o persino destinati a singole categorie lavorative (*Circolo Ricreativo fra Sarti*).

Tra le forme di fruizione del tempo libero a forte componente etnica vanno indubbiamente annoverate le feste rionali per il santo patrono nelle diverse *littles Italies*, occasioni uniche di socializzazione e di esibizione di gruppi musicali. D’altronde, la tradizionale passione per la musica degli italiani, pur dando origine a descrizioni stereotipate di uomini baffuti intenti a suonare il mandolino e a intonare canzoni sentimentali, fu all’origine della presenza di numerose bande (*Ettore Fieramosca*, *8° Bersaglieri*, *Guido Monaco*, *Duca degli Abruzzi*, *XI Bersaglieri*, *Banda Musicale Italo-Brasiliana*). Ingaggiate per suonare in tante occasioni pubbliche, erano sempre presenti nelle commemorazioni delle ricorrenze nazionali, in particolare del 20 settembre, data che mobilitava migliaia di persone per i festeggiamenti dell’unità d’Italia. La sensibilità musicale era poi testimoniata dall’attività di circoli quali il *Club Mandolinistico Ugo Azzolini*, la *Società Corale Benedetto Marcello*, il *Circolo Ricreativo Pietro Mascagni*.

Chiaramente etniche risultavano tutte le forme di fruizione del tempo libero a carattere gastronomico. Questa predilezione per la cucina della terra d'origine trovava sfogo nella quotidianità casalinga ma anche nella frequentazione, a seconda della classe sociale, di taverne, trattorie e ristoranti che presentavano menu rigorosamente italiani. Ceti medi immigrati e persino strati della piccola borghesia potevano poi permettersi più di una sosta in questa o quella pasticceria che produceva dolciumi tipici della tradizione regionale o nazionale e, con il passare dei decenni, tale prassi cominciò a estendersi anche alle classi popolari. Fino alla prima guerra mondiale, tuttavia, queste ultime si limitarono a frequentare, nelle ore non lavorative, le più prosaiche osterie, dove ci si fermava frequentemente a bere un bicchiere e a mangiare una fetta di salame e un po' di formaggio, magari giocando a scopa, a tresette, a briscola, a morra o negli intervalli di una partita di bocce.

Un settore di svago in cui l'influenza italiana risultò molto avvertibile sino alla seconda guerra mondiale fu quello della lirica, dell'operetta e del teatro in lingua. Gli immigrati che provenivano da realtà urbane, in patria avevano già apprezzato forme di intrattenimento teatrale e cercarono non solo di mantenere ma anche di approfondire all'estero l'esperienza maturata in Italia nel quadro di una socializzazione della cultura, non di rado pilotata dalle classi borghesi.²³ Già negli anni '90, tali recite rappresentavano per gli italiani di São Paulo la forma più diffusa di distrazione, sia quelle offerte da compagnie provenienti dalla penisola sia quelle, più dimesse, allestite dalle numerose filodrammatiche create dagli immigrati, comprese quelle incentivate dalle associazioni etniche, che nel fenomeno vedevano un'occasione non solo di diletto ma anche di rafforzamento di una coscienza nazionale. In effetti, il teatro ebbe la funzione di aiutare a costruire prima e a cementare poi un'identità collettiva e non fu casuale che esso, amatoriale o professionistico, trovasse tanto spazio nei giornali della comunità. D'altronde, i primi attori e le prime compagnie peninsulari esibitesi in Brasile si autoassegnavano compiti di rappresentanza, tanto da concludere gli spettacoli al grido di *Viva l'Italia*.²⁴ Si può comprendere l'impatto che poteva avere questo tipo di approccio, considerando che "l'italiano era la lingua franca sul palco drammatico",²⁵ e che gruppi di attori peninsulari furono di casa nella capitale paulista sino al 1940.

Già a partire dagli anni '20 dell'Ottocento, cominciarono a fare tappa a Rio de Janeiro compagnie liriche impegnate in fruttuosi giri di rappresentazioni nell'America meridionale, profittando del fatto che l'opera era, per definizione, italiana.²⁶ Fu però solo negli anni '80 che compagnie di peso provenienti dalla penisola approdarono regolarmente a São Paulo, per la gioia di immigrati e nativi, che poterono apprezzare i più importanti interpreti del momento, da Titta Ruffo (che nel 1911 inaugurò il Municipal), a Enrico Caruso, da Tito Schipa a Beniamino

Gigli. Sottoprodotto culturale (ma generoso in termini di incassi) fu l'operetta, genere molto apprezzato dai connazionali che al Cassino Antártica, al Palácio Boa Vista, all'Apolo e al Santana acclamarono varie compagnie che portavano dalla terra natale un vasto repertorio di vecchi e nuovi lavori.

Lo svago più diffuso, specie per le classi popolari, rimase però quello del teatro di prosa. Come per l'opera lirica, anche in questo caso le prime recite di attori italiani si tennero a Rio de Janeiro e alcune ebbero una grande eco, così come i suoi protagonisti, a cominciare da Adelaide Ristori nel 1869, per passare poi a Tommaso Salvini, a Ernesto Rossi, a Eleonora Duse, che vi si esibì nel 1885. Già a partire dagli anni '70, comunque, alcuni di questi artisti e altri ancora cominciarono a calcare (ma il fenomeno si fece significativo dopo il 1890) le scene pauliste, nei teatri São José, Politeama, Santana, Municipal e Colombo, quest'ultimo nel Brás. Tra le personalità più note che recitarono a São Paulo, trattenendosi anche a lungo e dando a volte il proprio nome a compagnie filodrammatiche, vanno segnalati Ermete Novelli, Clara Zorda, Tina Di Lorenzo, Ermete Zacconi, Lidia Borelli, Clara Della Guardia, Ruggero Ruggieri. Ma il fenomeno più significativo e più socializzante rimase, comunque, quello delle compagnie di dilettanti immigrati, che, legate o meno a circoli dallo stesso nome, sorsero a centinaia, come si evince facilmente scorrendo le pagine del quotidiano etnico più diffuso – il *Fanfulla* – a partire dalla fine degli anni '80 e vi furono periodi in cui nella capitale paulista operarono contemporaneamente decine di questi gruppi. I più solidi di essi durarono per decenni, recitando sia nella capitale che nell'interno dello Stato. Tra questi figurava *Amore all'Arte*, dove mosse i suoi primi passi Faustina Polloni, meglio nota col nome artistico di Italia Fausta, con il quale percorse poi una trionfale carriera professionistica per oltre cinquant'anni. Le più importanti filodrammatiche misero in piedi anche scuole di recitazione, come fu il caso dell'*Ermete Novelli*, mentre solo poche (*Due Sicilie*, ad esempio) allestirono spettacoli in dialetto.

Tutte le compagnie indistintamente contribuirono, spesso un po' alla buona, “para reforçar o hábito do espetáculo teatral como maneira agradável e instrutiva de passar o tempo, tanto em nível individual como familiar”.²⁷ Ma oltre allo svago culturale che offrivano, esse stimolarono un affratellamento patriottico, puntellando un'italianità che per lungo tempo, specie nelle prime fasi dei flussi migratori, rappresentava più un oggetto del desiderio del ceto intellettuale e delle élite che realtà vissuta da masse, le quali non avevano ancora interiorizzato la comune appartenenza a una nazione e sentivano in maniera decisamente più profonda la loro identità regionale, stentando persino a capire, nelle conversazioni, il dialetto di connazionali di altre circoscrizioni. In tal senso, il teatro in genere e

quello amatoriale in particolare incisero parecchio nella diffusione (e nell'apprendimento stesso) della lingua italiana e, in tal modo, nell'omologazione degli immigrati, peraltro già avviata dai brasiliani, che li classificavano tutti come peninsulari in maniera indifferenziata. La scoperta dell'italianità fu pertanto più facile e più rapida, presso le classi popolari all'estero che in patria.

Le compagnie traevano la propria denominazione da attori e attrici che avevano recitato in Brasile o dai loro fondatori e gestori (*Franco Quirini, Tommaso Salvini, Eleonora Duse, Ermete Novelli, Tina Di Lorenzo, Aleardo Aleardi, Gustavo Modena, Clara Della Guardia, Ermete Zacconi, Andrea Maggi, Lidia Borrelli* e altri ancora) oppure si intitolavano a scrittori italiani (*Vittorio Alfieri, Gabriele d'Annunzio, Matilde Serao, Alessandro Manzoni, Silvio Pellico, Paolo Giacometti, Carlo Goldoni* ecc.) ovvero richiamavano patrioti e dinastia regnante (*Mafalda di Savoia, Cesare Battisti, Giuseppe Garibaldi*) o assumevano altre denominazioni (*Amore all'Arte, Simpatizzanti dell'Arte, Gentile Amore, Il Faro, Teatro e Lavoro, Ars Italica, Trionfo dell'Amore, Cuore e Arte, Città di San Paolo, I Capricciosi, L'Ira d'Apollò, Pionieri dell'Arte, Romanticismo, Studio e Lavoro*). Nè mancavano i riferimenti agli entusiasmi giovanili per la recitazione (*Gioventù Moderna, Fior di Gioventù, Giovani dell'Arte*). Durante il fascismo apparvero anche, sia pure episodicamente, richiami a personaggi che avevano dato o davano ancora lustro al regime.

Il repertorio di tali gruppi era prevalentemente italiano, ma comprendeva anche autori stranieri, da Shakespeare a Ibsen, da Dumas a Schiller. Poche, ma non assenti, le rappresentazioni di intellettuali immigrati in Brasile, tra cui le più ricorrenti furono *I napoletani in Brasile* e *Il buon Gesù* (che trattava di Canudos) di Giorgio Cleto Camilli, giornalista dell'*Avanti!* e poi del *Fanfulla*, *Un ammalato per forza* del dentista Giuseppe Saverio, che nulla aveva a che spartire con Molière, e *Drammi brasiliani* di Ulisse Barbieri che disponeva di una propria compagnia con la quale percorreva lo stato di São Paulo.²⁸ Nella capitale paulista le filodrammatiche potevano esibirsi in teatri, ma era più comune che ciò avvenisse nei modesti locali dei loro circoli. Una maggiore partecipazione di pubblico si aveva quando lo spettacolo veniva realizzato nei saloni delle associazioni etniche o in ampi locali affittati all'uopo (in particolare al Cassino Penteado, nel Brás, e soprattutto nel Salone Celso Garcia) e inserito in un programma più vasto che prevedeva anche esibizioni canore, declamazioni di poesie, degustazioni di piatti tipici, bande musicali, riffa e, a conclusione, una serata danzante che, essendo tali feste realizzate il sabato sera, poteva protrarsi sino al chiarore dell'alba.

Tale prassi era fatta propria anche dal movimento operaio, specie dalle correnti anarchiche, in contraddizione con la loro condanna del ballo. Le *soirées* libertarie,

Dossiè

Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940

Angelo Trento

diffuse soprattutto nel primo ventennio del Novecento, erano finalizzate alla raccolta di fondi e rivolte a un pubblico familiare (le donne non pagavano l'ingresso). Gli incassi avevano, da una parte, la funzione di finanziare scuole e periodici operai, di assistere compagni ammalati, arrestati o espulsi, ovvero le loro famiglie, di sostenere scioperi e rimpinguare casse di resistenza, di promuovere campagne di solidarietà internazionale e, dall'altra, di scuotere coscienze. Le feste in questione erano infatti rigidamente strutturate, con una precisa gerarchia di eventi in termini di propaganda: conferenza di un relatore poco noto, eventuale recitazione di poesie, serie di canzoni o brani di opere, lavoro teatrale "edificante" in termini di contenuti sociali, conferenza di un personaggio più noto in ambiente operaio, farsa (o atto unico ideologico), il tutto magari inframmezzato da giochi di prestidigitazione e concluso con ruffa e ballo. A volte la raccolta di fondi risultava insufficiente, essendo necessario pagare un'orchestra e affittare un salone. Anche in ambiente operaio, il più utilizzato era il Celso Garcia (che, tra l'altro, apparteneva alla *Associação das Classes Laboriosas*) ma tanti altri si prestarono a ospitare tali serate, dal Lira al Carlos Gomes, dal Gil Vicente all'Eden, dal *Cassino Paulista* al *Cassino Penteado*.

Il teatro sociale, che affondava le sue radici in Europa, divenne un elemento importante per la creazione di una coscienza popolare, vera operazione catartica che faceva leva su una "fácil comunicação com a platéia".²⁹ Queste rappresentazioni, veri strumenti di emancipazione e di indottrinamento politico oltre che di crescita culturale, per lungo tempo vennero messe in scena a São Paulo soprattutto da filodrammatiche che presentavano un vasto repertorio di autori italiani o di altra nazionalità (in particolare francesi) ma tradotti, oppure di improvvisati commediografi immigrati o di loro discendenti. Così, in queste recite, comparivano due tipi di appelli: "um de caráter evocativo, que preserva o espírito de italianidade, e o outro de natureza ideológica, procurando criar uma consciência de classe".³⁰ Gli autori più rappresentati erano esponenti della produzione militante europea: Felice Cavallotti, Francesco Grippiola, Demetrio Alati, Vera Starkoff, Jean Grave, Octave Mirbeau, ma sopra a tutti spiccava Pietro Gori con tutta la sua produzione, da *Gente Onesta a Ideale*, da *Proximus tuus* a *Alla conquista dell'avvenire* e a *Senza patria*, lavoro in cui, non solo in Brasile ma un po' ovunque, "migliaia di spettatori immigrati videro riflessa la propria storia".³¹ Una buona accoglienza ebbero anche gli sforzi di intellettuali immigrati vincolati al movimento operaio a São Paulo: *Bandiera proletaria* e *Militarismo e miseria* di Marino Spagnuolo, *Gli immigrati* e *Leone* di Mario Rapisardi, *Il giustiziere* di Giulio Sorelli, *Gabriella* e *Per la libertà di amare* di Teodoro Monicelli, *La miseria* di Angelo Bandoni, *Il viandante e*

l'eroe di Felice Vezzani e, soprattutto, i lavori di Gigi Damiani: *La repubblica, Osteria della vittoria e Viva Rambolot*.

I temi trattati erano quelli soliti della produzione militante: anticlericalismo, povertà, violenza del sistema di fabbrica e degli organi di repressione, parzialità della giustizia, sfruttamento, rapacità padronale, molestie sessuali sulle operaie, avidità, antimilitarismo, internazionalismo. Tra le sedi delle rappresentazioni figuravano vari teatri (Moderno, Nasi, Alhambra, Andrea Maggi, Politeama), leghe di resistenza (di cui parecchie con nome italiano) e anche alcune associazioni etniche, in particolare la *Guglielmo Oberdan*. In questi casi, naturalmente, i palcoscenici avevano scarsa profondità e si assisteva sempre a un riciclaggio continuo di costumi e di scenari, tutti prodotti artigianalmente.³²

Va detto che non necessariamente i testi messi in scena erano quelli della militanza. A volte ci si accontentava di rappresentare lavori che affrontavano comunque tematiche sociali (Hugo, Ada Negri, Giacometti) ma si poteva anche ricorrere ad autori meno sensibili in materia (Dumas, Giacosa, Bracco, Rovetta) e persino ad alcuni scrittori legati ad atmosfere risorgimentali come l'ex sacerdote Francesco Dell'Ongaro o che addirittura si esprimevano in dialetto, come era il caso del veneto Libero Pilotto. Questa tendenza ad accontentarsi era in parte dovuta all'assenza, sino a metà del primo decennio del XX secolo, di filodrammatiche operaie (con l'unica eccezione del *Gruppo Libertario*, sorto nel 1902). Ciò spingeva a bussare alla porta di compagnie etniche non proletarie (*Ermete Novelli, Alearo Aleari, Studio e Diletto, Giorgina Marchiani, Andrea Maggi, Donna Elvira Camilli, Clara Della Guardia, Simpatizzanti dell'Arte*) che, pertanto, presentavano un repertorio più borghese, circostanza sovente lamentata dalla stampa di classe, infastidita dall'assenza di contenuti ideologici. Solo dal 1905 cominciarono a sorgere compagnie amatoriali che erano espressione di leghe di resistenza e di circoli anarchici e socialisti, spesso (ma non sempre) composte da operai o, più raramente, dai soli iscritti: *Pensiero e Azione, Aurora, Gioventù Libertaria, Gruppo Libertario Mario Rapisardi, Conquista dell'Avvenire*, e persino una filodrammatica di minorenni, *Gli Attori Infantili*,³³ che mise in scena *Proximus tuus* di Gori.

Per un certo numero di immigrati parte del tempo libero poteva essere dedicato a sfogliare una delle circa 450 testate giornalistiche in lingua italiana che uscirono nella capitale paulista sino al 1940 (un altro centinaio vide la luce all'interno dello Stato), con parecchie notizie sulla "colonia" e sulla madrepatria. Non era infrequente che ciò avvenisse in cerimonie di lettura comune, tenuto conto del tasso di analfabetismo diffuso nei primi decenni, mentre in altri casi tale consultazione si svolgeva individualmente all'interno dell'abitazione, sulla soglia di

casa, al caffè o nella sede di uno dei tanti sodalizi italiani, dove gli iscritti avevano spesso a disposizione alcune strutture destinate allo svago, comprese piccole biblioteche. Si trattò di un fenomeno esteso, tanto che nello Stato di São Paulo esistevano, nel 1908, ben 182 sodalizi del genere (che dovevano raddoppiare dopo alcuni anni, secondo alcune stime assai probabilmente esagerate, del *Departamento Estadual do Trabalho*), in prevalenza di mutuo soccorso, in alcuni dei quali funzionavano scuole elementari per i figli degli iscritti. Tali strutture mantennero in piedi interessanti forme di sociabilità, ma per la tematica che stiamo analizzando è importante sottolineare soprattutto il ruolo svolto in tal senso dalle associazioni sportive, le più affollate in termini di partecipanti. In effetti, l'attività fisica conobbe un certo slancio tra gli immigrati già dall'ultimo decennio dell'Ottocento, prima con il ciclismo (quasi un'estensione nel tempo libero dell'abituale sistema di locomozione delle classi popolari) e poi con il canottaggio, il nuoto, il calcio, l'atletica, il tennis e altre specialità ancora. Troviamo così vari circoli polisportivi italiani sino alla seconda guerra, nati soprattutto dopo il 1900: l'*Atletico Italia*, il *Club Atletico Fiorentino*, il *Centro Ricreativo Sportivo Piemonte*, l'*Atletico Club Lazio*, la *Società Sportiva Forza e Coraggio*, l'*Associazione Sportiva Asso di Cuori*. Alcuni di questi sodalizi emersero, grazie alla qualità dei servizi e alle buone prestazioni di alcuni dei loro campioni, nel panorama locale e nazionale. Tale fu il caso del *Club Esperia*, sorto nel 1899 sulle rive del Tietê, in una località affollata la domenica dagli italiani che vi si recavano per organizzare picnic e per fare gite in barca. Inizialmente destinato solo al canottaggio, il circolo promosse presto altre attività e si trasformò in uno dei principali sodalizi sportivi a São Paulo, contando a metà degli anni '30 circa 5.000 soci, non tutti italiani, favorendo in tal modo integrazione e multiculturalismo.

Ovviamente, ciò che più attirava le classi popolari era il gioco del calcio, che anche gli italiani cominciarono qui a praticare dalla fine del XIX secolo o magari solo ad apprezzare come spettatori prima nei tanti campi periferici e polverosi (*várzea*) poi in stadi strutturati. Benché alcuni giornali etnici lamentassero che il *football* andasse affermandosi tra gli immigrati a scapito di altri sport (che gli italiani avevano “splendidi e utilissimi”) per un'ansia di imitazione che favoriva “un gioco grossolano e pericoloso per l'avvenire fisico dei nostri figli”³⁴ (critica condivisa, per motivi politici, anche dagli anarchici), nel giro di qualche anno queste testate incrementarono le vendite proprio inaugurando rubriche sportive. Tale fu la passione e l'interesse che nel 1914, anche in seguito all'entusiasmo suscitato da una *tournee* nella capitale paulista della squadra di calcio del Torino, alcuni immigrati decisero di fondare il *Palestra Italia* come squadra composta solo da italiani e figli per farla iscrivere alla *Liga Paulista*. In tempi brevi fu acquistato il Parque Antártica

dall'omonima compagnia tedesca e, da allora, assistere alle partite (e alle vittorie) del futuro *Palmeiras* divenne quasi un atto di fede per gran parte della collettività peninsulare, maschile e non solo.³⁵ Questa concentrazione di tifo non impedì, comunque, alle varie società calcistiche italiane sorte a São Paulo ancor prima del *Palestra*, e che continuarono a nascere successivamente, di interessare gli immigrati, come atleti (alcuni finirono addirittura per andare a giocare nel campionato italiano) e come spettatori, fenomeno, questo, testimoniato dalle decine di squadre di cui i giornali riportavano notizie e risultati: *Italo Team*, *Bersaglieri*, *Torino*, *Pro Vercelli*, *Roma*, *Milano*, *Umberto I*, *Dante Alighieri*, *Palermo*, *Florentia*, *XX Settembre*, *Savoia*, *Garibaldini* e decine e decine se non centinaia di altre. L'identificazione della collettività con queste piccole formazioni e con il *Palestra* (che era il simbolo stesso della madrepatria) fu profondo e trascinante, giacché le vittorie sportive – e non solo in campo calcistico – rafforzavano l'autostima del gruppo etnico.

Nel periodo tra le due guerre, mentre si riducevano drasticamente le strutture di classe dedicate alla fruizione del tempo libero, ne emersero alcune strettamente legate al regime in patria che si affiancarono a quelle più tradizionali. Le numerose sezioni dei *Fasci* all'estero si posero inizialmente il compito di commemorare date nazionali e di partito, di promuovere proiezioni di pellicole italiane, di mettere in piedi piccole biblioteche incentrate su volumi che esaltassero quanto accadeva sul piano politico in Italia, ma soprattutto di propagandare, di controllare gli immigrati, di ostacolare gli avversari. Dopo l'emanazione per mano di Mussolini di un nuovo statuto nel 1928, che da una parte pose fine al malcontento e alle proteste di alcuni governi stranieri per l'arroganza di tali strutture e, dall'altra, le subordinò definitivamente alle autorità diplomatiche, attenuando un dualismo pericoloso, la funzione dei *Fasci* non si discostò molto da quella degli altri sodalizi etnici: protagonismo nella sfera culturale, ricreativa, assistenziale e educativa, pur senza rinunciare all'opera di promozione del duce e del suo regime. "Nei fatti, l'organizzazione del tempo libero finì per rappresentare una delle principali preoccupazioni dei *Fasci*, che misero in piedi bande musicali, aprirono corsi di ballo e di canto, organizzarono gite domenicali, perfetta copia dei treni popolari in Italia".³⁶ Malgrado questi sforzi, il numero di iscritti rimase assai ridotto in tutto il Brasile e nella stessa São Paulo, dove gli aderenti erano solo 2.000 intorno alla metà degli anni '30.

Assai più incisiva fu l'azione svolta da un'altra struttura che aveva la sua matrice in patria, vale a dire l'*Opera Nazionale Dopolavoro*, che occupò molti degli spazi che i *Fasci* intendevano coprire e tanti altri ancora. L'OND, istituita in Italia nel 1925, aveva il compito di distruggere scientificamente le strutture ricreative dell'associazionismo operaio e nutriva l'ambizione di sostituirsi ad esse,

assorbendone le funzioni e creando una sorta di monopolio del tempo libero delle classi popolari, anche se, nei fatti, finì per indirizzare i suoi sforzi anche verso i ceti medi, delineando così una sorta di interclassismo dello svago. Nel corso degli anni '30, pur diventando uno dei principali canali di organizzazione del consenso, sosterrà “capillarmente il tempo libero dei lavoratori, rappresentando l'unica occasione di ritrovo collettivo [e in seguito] patrocinerà i primi episodi di turismo di massa, amplierà l'accesso agli spettacoli teatrali e cinematografici e agli sport popolari”.³⁷ L'ottima riuscita di queste strutture in patria indusse a trasferirle fuori dai confini nazionali, là dove gli italiani erano numerosi, tanto che, alla fine degli anni '30, le loro sezioni sparse per il mondo ammontavano a 332.

Il caso della capitale paulista appare emblematico di questo successo: sorta nel 1931 (in ritardo rispetto a Rio, dove aveva aperto i battenti nel 1929), l'OND vantava 1.500 iscritti l'anno della fondazione, 7.000 nel 1935 e addirittura (ma sicuramente con parecchia esagerazione nella compilazione di tale stima) 40.000 nel 1938, secondo il DOPS paulista.³⁸ Oltre agli evidenti compiti di propaganda, l'organizzazione era strutturata, come sinteticamente affermava la stessa polizia politica alla fine degli anni '30, in quattro sezioni: educazione artistica, istruzione, educazione fisica, assistenza.³⁹ In realtà, restavano fuori da questa classificazione le funzioni meramente ricreative, dalle gite domenicali, in genere a Santos, alle feste danzanti, dalle cene sociali ai balli in maschera, dalla commemorazione di date patriottiche e fasciste alla proiezione di pellicole italiane. In effetti, pur non risultando del tutto assente, la circolazione di film provenienti dalla penisola era piuttosto limitata in un circuito commerciale dominato già allora da Hollywood. Il *Dopolavoro* (insieme al *Fascio* e a gran parte delle associazioni, ormai sostenitrici del regime fascista specie dall'inizio degli anni '30) consentì che gli immigrati potessero assistere a lungometraggi, documentari e cinegiornali prodotti dall'Italia mussoliniana.

I compiti delle OND attinenti alla sfera dell'istruzione si risolsero nel sostegno a scuole esistenti, nella apertura di lezioni serali di italiano ma soprattutto nell'istituzione di corsi professionali. La cultura venne promossa mettendo a disposizione una sala per le conferenze e una biblioteca, nonché mantenendo una filodrammatica e organizzando recite teatrali e concerti. L'assistenza di cui parlava il DOPS fu, in verità, quasi esclusivamente di tipo sanitario, con la creazione di un piccolo ambulatorio e con l'impegno profuso nel combattere l'alcolismo e le malattie veneree e nel propagandare i vantaggi dell'igiene personale. Ma la sfera di gran lunga più popolare fu quella dell'educazione fisica e della pratica sportiva, con la promozione di attività per ogni classe di età e con il periodico svolgimento di gare e tornei in una serie di sport: calcio, pallacanestro, tennis, scherma, pugilato,

Dossiê

Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940

Angelo Trento

ping pong, pallavolo, atletica, lotta, ciclismo, ginnastica, motociclismo, senza trascurare le tradizionali bocce. In sostanza, il *Dopolavoro* “assolveva al compito di assorbire ogni manifestazione della vita delle nostre masse immigrate”.⁴⁰

Il buon funzionamento di quello paulistano fece sì che, pur prevalendo nettamente italiani e discendenti, esso esercitasse una certa capacità di attrazione nei confronti di altre nazionalità, *in primis* dei brasiliani. D'altronde, molti vi si iscrivevano non solo per i servizi offerti ma anche per le possibilità di allargare la cerchia di conoscenze o il giro di affari. L'OND finì per garantire così una più facile integrazione, consentendo a soggetti provenienti da classi e luoghi diversi di avere maggiori e ripetute occasioni di incontro, familiarizzazione e condivisione partendo da passioni comuni nella sfera dell'evasione dal quotidiano. E tale convergenza di interessi rendeva ancora più preziosa la struttura agli occhi dei rappresentanti del regime perché essa finiva per essere, come ebbe modo di sottolineare il segretario del *Fascio* paulista, “un veicolo di propaganda e di penetrazione fascista anche in ambienti brasiliani, portoghesi e spagnoli, essendo aperta a tutti”.⁴¹ Neanche la normativa emanata nel 1938 dal governo di Vargas che proibiva il funzionamento di organizzazioni straniere direttamente o indirettamente politiche e che poneva limiti alle associazioni etniche riuscì a frenare l'attivismo dell'OND. L'unico risultato palpabile fu di facciata, con il cambiamento di denominazione in *Organização Nacional Desportiva*, che manteneva però lo stesso acronimo e sottolineava in maniera più evidente il campo di intervento che aveva riscosso maggiore interesse, mentre il Fascio si trasformò in ente assistenziale. Entrambe le strutture verranno, comunque, travolte nel giro di 4 anni con l'ingresso in guerra del Brasile.

Notas e referências

- ¹ Maria Aparecida de SOUZA. “Metrópole e Paisagem: Caminhos e Descaminhos da Urbanização”. In: Paula PORTA. (Org.). *História da Cidade de São Paulo*. Vol. 3. *A Cidade na Primeira Metade do Século XX, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 520.
- ² Sulle tappe dello sviluppo demografico e urbano di São Paulo, *vid*: Richard MORSE. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.
- ³ Carlos José Ferreira dos SANTOS. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, p. 35.
- ⁴ Samuel H. LOWRIE. *Emigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo*. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política, 1938, pp. 42-43.
- ⁵ Oscar PEDERNEIRAS. “O engraxate”. *A Província de São Paulo*. 14/04/1878. Sui mestieri marginali urbani degli italiani, *vid*: Ernani SILVA BRUNO. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. Vol. 3. São Paulo: Hucitec, 1984, pp. 1131-1139; Jorge AMERICANO. *São Paulo Naquele Tempo, 1895-1915*. São Paulo: Saraiva, 1957, pp. 118-120 e 188-189.

-
- 6 Pasquale PETRONE. “A Influência da Imigração Italiana nas Origens da Industrialização Brasileira”. In: Luis A. DE BONI. (Org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Vol. 1. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/Fundação Giovanni Agnelli, 1987, p. 497.
- 7 Emilio FRANZINA. *Gli italiani al Nuovo Mondo*. L’emigrazione italiana in America, 1492-1942. Milano: Mondadori, 1995, p. 464.
- 8 Antonio FRANCESCHINI. *L’emigrazione italiana nell’America del Sud*. Roma: Tipografia Forzani, 1908, p. 532.
- 9 Tra i tanti lavori sulla presenza italiana in campo edilizio e architettonico, *vid*: Emma DEBENEDETTI; Anita SÁLMONI. *Architettura italiana a San Paolo*. São Paulo: Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1953; Pietro BARDI. *Contribuições dos Italianos na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Fiat do Brasil, 1981. Per una breve sintesi dei processi di trasformazione urbanistica durante l’immigrazione di massa, *vid*: Carlos A. LEMOS. *O Morar em São Paulo no Tempo dos Italianos*. In: Luis A. DE BONI. (Org.). *A Presença Italiana no Brasil*. Vol. 2, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/Fundação Agnelli, 1990, pp. 401-409.
- 10 Ferruccio MACOLA. *L’Italia alla conquista dell’America Latina*. Venezia: Ongania, 1894, p. 384.
- 11 Alfredo CUSANO. *L’Italia d’oltremare*. Impressioni e ricordi dei miei cinque anni in Brasile. Milano, Tipografia Reggiani, 1911, p. 116.
- 12 Oscar Egídio de ARAÚJO. “Enquistamentos Étnicos”. *Revista do Arquivo Municipal*. 65, 1940.
- 13 Luigi EINAUDI. *Un principe mercante*. Studio sulla espansione coloniale italiana. Torino: Bocca, 1900, p. 29.
- 14 Gina Lombroso FERRERO. *Nell’America meridionale (Brasile-Uruguay-Argentina)*. Milano, Treves, 1908, p. 34.
- 15 Carlos José Ferreira dos SANTOS. *Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e Pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, p. 40.
- 16 Zuleika M. ALVIM. “Proletari anche nel commercio: italiani a San Paolo”. In: Maria Rosaria OSTUNI, (a cura di). *Studi sull’emigrazione*. Un’analisi comparata. Milano: Electa, 1991, p.315.
- 17 Geraldo SESSO JR. *Retratos da Velha São Paulo*. São Paulo: Maltese, 1995, p. 123.
- 18 Alfredo ELLIS JR. *Populações Paulistas*. São Paulo: Nacional, 1934, p. 206; Ernani Silva BRUNO. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. vol. 3. São Paulo: Hucitec/Prefeitura do Município, 1984, p. 1304.
- 19 Aureliano LEITE. “Italianos em São Paulo”. *O Estado de S. Paulo*, 20 de abril de 1954.
- 20 Su questa tematica e su quella della caratterizzazione sociale, *vid* Luigi BIONDI. “Le Quartier que Je Admire le Plus, C’Est Bom Retiro: l’archipel tropical urbain des Petites Italies de São Paulo (1880-1940)”. In: Marie-Claude BLANC-CHALÉARD et al. (Dir.). *Les Petites Italies dans le monde*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, pp. 105-119.
- 21 Antônio de Alcântara MACHADO. *Brás, Bexiga e Barra Funda*. Notícias de São Paulo, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado 1983 (1ª ed. 1927); Zélia GATTAL. *Anarquistas, Graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 1979; Ecléa BOSI. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Queroz 1979; Suzana Ribeiro BARRETO. *Italianos do Brás: Imagens e Memórias*. São Paulo: Brasiliense 1994.
- 22 *Vid* Angelo TRENTO. “Tarefas da mulher na análise dos anarquistas italianos no Brasil”. In: Barbara POTTHAST; Eugenia SCARZANELLA. (Eds.). *Mujeres y naciones en América Latina*. Problemas de inclusión y exclusión. Frankfurt-Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2001, p. 192. Questo moralismo, che portava a condannare come vizi anche l’alcool, il fumo e persino il gioco del calcio era, peraltro, comune a tutti gli anarchici indipendentemente dalla loro origine etnica: “todas as formas de lazer promovidas pelas classes dominantes, do baile ao futebol, são censuradas

- como práticas imorais que visam enfraquecer e entorpecer a classe operária, desviando-a do cumprimento de sua função histórica revolucionária”, facendo perdere ai singoli la propria dignità (Margareth RAGO. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 111.
- ²³Emilio FRANZINA. *L'immaginario degli emigranti*. Miti e raffigurazione dell'esperienza italiana all'estero fra i due secoli. Paese: Pagus, 1992, pp. 89-92.
- ²⁴Eugenio BONACCORSI. “La recita dell'Eldorado”. In FONDAZIONE CASA AMERICA. *Il Risorgimento italiano in America Latina*. Ancona: Affinità Elettive, p. 311.
- ²⁵Alessandra VANNUCCI. “La patria in scena. Mobilitazione politica e costruzione di una identità nazionale nelle società filodrammatiche italiane a São Paulo (1890-1920)”. In: FONDAZIONE CASA AMERICA. *Il Risorgimento Italiano in America Latina*. Ancona: Affinità Elettive, 2006, p. 323.
- ²⁶Fernando J. DEVOTO, *Storia degli italiani in Argentina*. Roma: Donzelli, 2007, p. 59.
- ²⁷Angelo TRENTO. “Organização Operária e Organização do Tempo Livre entre os Imigrantes Italianos em São Paulo (1889-1945)”. In: Maria Luiza Tucci CARNEIRO; Federico CROCI; Emilio FRANZINA. (Org.). *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010, p. 241.
- ²⁸Emilio FRANZINA. *L'immaginario degli emigranti*. Miti e raffigurazione dell'esperienza italiana all'estero fra i due secoli. Paese: Pagus, 1992, p. 89.
- ²⁹Francisco Foot HARDMAN. *Nem Pátria, nem Patrão! Memória Operária, Cultura e Literatura no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2002, p. 105.
- ³⁰Maria Thereza VARGAS. *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Idart, 1980, p. 21.
- ³¹Patrizia AUDENINO; Antonio BECHELLONI. “L'esilio politico fra Otto e Novecento”. In: Paola CORTI e Matteo SANFILIPPO. (a cura di). *Storia d'Italia*. Annali 24: migrazione. Torino: Einaudi, 2009, p. 352.
- ³²Maria Thereza VARGAS. *Teatro Operário na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Idart, 1980, p. 24; Alessandra VANNUCCI. “La patria in scena. Mobilitazione politica e costruzione di una identità nazionale nelle società filodrammatiche italiane a São Paulo (1890-1920)”. In: FONDAZIONE CASA AMERICA. *Il Risorgimento Italiano in America Latina*. Ancona: Affinità Elettive, 2006, p. 327.
- ³³Sul teatro operaio, cfr. oltre ai lavori già citati, “Operários e Anarquistas Fazendo Teatro”. *Cadernos AEL*. Campinas, 1, 1992; VARGAS. “O Teatro Operário em São Paulo”. In: Antônio Arnoni PRADO. (Org.). *Libertários no Brasil: Lutas, Memórias, Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987 e, per ciò che riguarda i soli italiani, Edgar RODRIGUES. *Os Anarquistas: Trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984, pp. 144-153.
- ³⁴“Lo sport”. *Fanfulla*, 7.9.1903. Istituto Italiano di Cultura / Istituto Culturale Italo.
- ³⁵Sul “Palestra Italia”, *vid.* oltre a Franco CENNI. *Italianos no Brasil*. Andiamo in ‘Merica...”. 2ª ed.. São Paulo: Martins/Edusp, 1975, pp. 242-243; José Renato de Campos ARAÚJO. *Imigração e Futebol: O caso Palestra Itália*. São Paulo: Sumaré/Idesp, 2000; Vincenzo FRATTA, *Palestra Italia*. Quando gli italiani insegnavano il calcio in Brasile. Roma, Lit, 2014.
- ³⁶Angelo TRENTO. “Fasci in Brasile”. In: Emilio FRANZINA; Matteo SANFILIPPO. (a cura di). *Il fascismo e gli immigrati*, Roma-Bari: Laterza, 2003, p. 159.
- ³⁷Alberto DE BERNARDI; Scipione GUARRACINO. *Dizionario del fascismo*. Milano: Bruno Mondadori, 2003, p. 416.
- ³⁸BRASIL. Arquivo de Estado do Rio de Janeiro/Departamento de Ordem Política e Social. *Estados/SP, Prontuário 22/E2, Fascio de São Paulo*.

Dossiê

Italiani a São Paulo tra lavoro e tempo libero, 1880-1940

Angelo Trento

-
- ³⁹ BRASIL. Arquivo do Estado de São Paulo/Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 29293. *Organização Nacional Desportiva/Opera Nazionale Dopolavoro*.
- ⁴⁰ Irene GUERRINI; Marco PLUVIANO. “L’organizzazione del tempo libero nelle comunità italiane in America Latina”. In: Vanni BLENGINO; Emilio FRANZINA; Adolfo PEPE. (a cura di). *La riscoperta delle Americhe*. Milano: Teti, 1994, p. 381.
- ⁴¹ BRASIL. Arquivo do Estado de São Paulo/Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 77882. *Renato Bifano*.

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista
Università di Genova

Resumo: Através de um roteiro retrospectivo dos principais textos de formação da Autora, sobre a inserção da grande imigração na sociedade e na economia do Brasil, principalmente em São Paulo, produzidos entre os anos sessenta e oitenta do século XX, este ensaio reflexiona sobre os recíprocos aportes das pesquisas históricas e das memórias coletivas na formação de uma imagem, socialmente compartilhada, do papel da imigração na sociedade brasileira, imagem que muda no tempo (em função dos câmbios políticos e sociais) e no espaço (em função das áreas de inserção dos imigrantes).

PALAVRAS-CHAVE: Imigração – Memória - Historiografia — Séculos XIX e XX.

Abstract: Through a retrospective script of the Author's pivotal formation texts about the insertion of the great immigration in Brazil's society and economy, mainly in São Paulo, produced between the 1960's and 1980's, this essay ponders about the mutual contributions of historical research and of collective memoirs in the formation of a socially shared portrait of the role of immigration in Brazilian society, a portrait that changes over time (in function of the political and social changes) and space (in function of the immigrants insertion areas).

KEYWORDS: Immigration – Memory Historiography — Nineteenth and twentieth centuries.

Em 27 de abril de 1977 cheguei a São Paulo. Foi minha primeira viagem de estudos no Brasil, graças a uma bolsa do CNR, para uma pesquisa sobre capital e trabalho na indústria paulistana, compreendendo desde a abolição da escravidão até a crise de 1930. Um dos meus objetivos era de individuar e analisar os arquivos das fábricas ativas naquela temporada. Entrei logo em contato com dois grupos de pesquisadores: um no Rio de Janeiro (Fundação Casa de Rui Barbosa), outro na UNICAMP. Eles já tinham encontrado considerável material em fábricas das duas cidades e estavam, aos poucos, construindo um acervo que não estava ao meu alcance, não havendo condições de eu ter acesso à listagem das fábricas que já tinham sido já levantadas, para, de alguma maneira, eu poder trabalhar por exclusão.¹

Comecei, então - sozinha e em uma cidade que até então eu tinha conhecido só através do guia fundamental dos livros de história - uma difícil procura deste precioso material. Em breve tive que abandonar a linha de pesquisa escolhida, porque só consegui entrar no arquivo de duas fábricas: a *Simão Papel*, de propriedade de uma família de descendentes de imigrantes libaneses, que produzia cartão e, naquela época, tinha escritórios no bairro de Ipiranga, e a *Ferrabino e Giaccaglioni Ltda*, no bairro da Mooca, uma fiação fundada por imigrantes italianos no início do século XX.²

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

Nos dois casos, a documentação, que as gerências das fábricas me disponibilizaram, consistia no registro dos empregados; na indústria de cartões, o registro tinha início em 1934 e, na fiação, em 1936 (ainda que ambas tivessem trabalhadores contratados nos anos vinte). O período, dessa forma, apenas em parte tangia meus objetivos de pesquisa.³

A consulta destes arquivos foi para mim uma experiência muito interessante. Em um caso como no outro, eu pude delinear a composição por idade e gênero dos operários, a procedência territorial e a filiação, construindo um mapa rico de indicações sobre as variações dos salários, as relações de gênero, a duração do emprego e a mobilidade espacial dos operários. Em sua grande maioria, estes eram brasileiros, tinham ascendência imigrante, em alguns casos, registrando-se, também, a presença, em ordem de importância, de romenos, lituanos, italianos e espanhóis.⁴

Houve, porém, outra experiência interessante no vir a ser da pesquisa: as condições de trabalho da própria pesquisadora. No caso da *Simão Papel*, a gerência da fábrica deu o maior apoio e a melhor acolhida que qualquer historiador possa esperar. Na *Fiação Ferrabino e Giaccaglioni*, pelo contrário, tudo foi muito difícil.

O horário de acesso ao local do fichário era muito restrito (e a viagem de ônibus até a Mooca demorada); eu não tinha uma mesa para trabalhar, nem uma cadeira para me sentar. Óbvio que, em 1977, tudo tinha que ser feito a mão, até as máquinas fotocopadoras estavam no início de sua difusão; acredito que a fábrica não tivesse esse instrumento, de toda forma, por certo, não estava à minha disposição.

Eu ficava aos cuidados de um funcionário da fábrica, que exercia o papel de chefe do pessoal. Provavelmente ele era responsável, também, pela segurança interna. Minha sacola era inspecionada na entrada e na saída e minhas preciosas e queridas fichas, todas preenchidas a mão e em pé, tinham que ficar dentro da fábrica.

Só quando terminei a pesquisa, o referido senhor entregou-me todo o material. Silencioso e eficiente até aquele dia, no momento da minha despedida não conseguiu se conter e, com muita agressividade, me disse que todo o meu trabalho e toda aquela papelada eram inúteis. Pior: era perigosa. Eu expliquei para ele (na verdade, já tinha explicado no início daquelas visitas difíceis) o que eu estava fazendo, e que os historiadores trabalhavam com fontes primárias; que os dados contidos naquelas fichas estavam sendo analisados, para reconstruir Nesse momento, ele me interrompeu e, literalmente, gritou: “A história não serve para nada! Precisa estudar geografia, matemática e engenharia, a história é podre, a história corrompe, a senhora corrompe os jovens!”.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista

Imagino como poderia ser hoje, quase quarenta anos depois, uma conversa com aquele senhor, já velhinho e aposentado. Provavelmente, seria tudo muito diferente: “Ah!, a senhora é italiana, é historiadora da imigração! Eu sempre vivi neste bairro, aqui tinham muitos italianos, trabalhei a vida inteira nesta fábrica de italianos, meu sobrenome, inclusive, é italiano, né? Meus avôs eram italianos, tentei ganhar o passaporte italiano, não tanto para mim, mas para meus filhos, porém... a burocracia italiana... pior que a brasileira...”.

Esta última é uma conversa virtual, mas a diferença entre esta conversa possível e a primeira, real, representa uma experiência concreta de pesquisa sobre a história da imigração no Brasil.

Nas últimas quatro décadas, a relação da gente comum com o passado - e com a história - também mudou radicalmente. Cada roteiro individual, familiar ou de grupo se relaciona, aos poucos, com a dimensão coletiva e com o passado nacional. A experiência migratória ganhou visibilidade e a dignidade de entrar na história - até o paradoxo de que cada história de vida se transforma na história, a história *de verdade* -, em um mecanismo que deslegitima, outra vez, a História como disciplina científica e, de maneira oposta, remete à deslegitimação feita pelo responsável do pessoal daquela fiação da Moóca.⁵

As memórias coletiva e individual, através dos processos que bem explicou Maurice Halbwachs, estão distantes mais de sessenta anos. No espaço de tempo, a partir de lá transcorridos, tudo se modificou e modificou-se, também, a percepção dos historiadores.⁶ Mudaram a cultura e a sociedade, e mudou o olhar do historiador: sua sensibilidade em perceber aspectos antes ignorados ou despreziados, que agora se transformam em questões historiográficas, graças inclusive à perspectiva multidisciplinar.

No caso do Brasil, o silêncio sobre a imigração foi mais demorado, com respeito a outras realidades migratórias, na América e na Europa. Na vizinha Argentina, por exemplo, o debate sobre os efeitos da imigração começou já no final do século XIX.⁷ As perguntas e as ansiedades em relação a uma nação pluriétnica e pluricultural já estavam presentes por ocasião do centenário da independência.⁸ Enquanto na Argentina, nos anos entre as duas guerras e a eles posteriores, aplicavam-se às raízes imigrantes da sociedade o conceito de *crisol de razas* - expressão trazida da afortunada peça teatral do escritor anglo-russo Israel Zangwill⁹ -, no Brasil, os intelectuais dos anos vinte e trinta do século passado deram vida ao grande laboratório cultural de construção de uma nova brasilidade - e muitos deles eram paulistanos - praticamente ignorando a contribuição dos imigrantes europeus e asiáticos na construção do novo Brasil, optando, em geral, por se voltar, de maneira exclusiva, ao tema da miscigenação racial.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

Só para trazer alguns exemplos, observamos que, no *postscriptum* de *Retrato do Brasil*, publicado em 1928 pelo paulistano Paulo Prado (1869-1943), onde o autor faz referência ao grande incremento da população brasileira ao longo do século XIX e começo do XX, não há nenhuma referência ao fenômeno migratório.¹⁰

No sétimo e último capítulo de *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição é de 1936,¹¹ onde o autor reflete sobre o período sobre os dois séculos e destaca as implicações políticas e culturais da economia do café, Sérgio Buarque de Holanda não considera a imigração. Ainda mais: as palavras “imigração” e “imigrantes” nem aparecem no texto.¹² E não precisa lembrar a envergadura desse autor, bem como a dívida intelectual que com ele tem cada historiador brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda, porém, escreveu um ensaio muito refinado sobre a imigração em São Paulo, que se constitui no extenso prefácio ao diário de Thomas Davatz, traduzido por ele do alemão e publicado no Brasil em 1941;¹³ mais se trata de uma obra pouco popular daquele autor, que infelizmente não suscitou na época um debate específico sobre o tema.

Um ano antes da publicação do diário de Thomas Davatz foi publicado, pela primeira vez, *Marcha para Oeste*, o livro de Cassiano Ricardo Leite, natural de São José dos Campos, que, entre aquela data e 1970, teve quatro edições, todas revisadas e acrescidas de novos capítulos.¹⁴ Lendo a edição de 1970, que consta de dois volumes, em um total de 681 páginas, encontrei apenas uma referência aos imigrantes, especificamente na seguinte esta frase:

Além disso, o cafezal reuniu, à sua sombra, todas as classes sociais. Tipos humanos e raciais de todas as procedências, vindos de todas as regiões do mundo, com o advento das grandes correntes imigratórias, se misturaram na terra roxa, talqualmente (sic) as migrações maciças que ocorreram na época do ouro.¹⁵

Esta breve passagem representa toda a reflexão de Cassiano Ricardo sobre o papel das migrações no desenvolvimento da expansão colonizadora no Brasil e é interessante ser analisada, pois a obra, ainda que seja dedicada principalmente às bandeiras paulistas, apresenta sete capítulos finais sobre o Brasil independente, sendo escrita em um período no qual os imigrantes e seus descendentes - alguns já na terceira geração -, tinham contribuído para o avanço da ocupação do território nos estados de São Paulo, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná. Mas, para Cassiano, os imigrantes simplesmente se haviam misturado à terra roxa, como uma espécie de adubo humano para a cultura do café, adubo que, em seu parecer subentendido, ainda não se tinha misturado à vida social e civil do país.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

De fato, para Cassiano Ricardo, o verdadeiro protagonista da colonização dos séculos XIX-XX era o fazendeiro, por ele definido – como por outros – como o novo bandeirante.

Vinte anos antes, outro paulista, José Bento Monteiro Lobato (1882-1948), natural de Taubaté, tinha dedicado, pelo menos, dois artigos ao tema do avanço da fronteira do café. Para ele, autor cáustico e polêmico, o protagonista da expansão paulista não fora o fazendeiro, mas outras duas forças: uma vegetal, outra social. Em primeiro lugar, a planta do café (“polvo com milhões de tentáculos, o Café rola sobre a mata e a soverte”¹⁶); em segundo, o grileiro.¹⁷ Neste cenário, os imigrantes aparecem, só de passagem, mas com uma imagem que é interessante lembrar:

Eles destroem, mas não sabem construir. Entra em cena, para construir, o colono europeu e começa o drama da formação: quatro anos de enxada no pulso, de corrida paciente atrás de um mato que “corre atrás da gente”¹⁸.

Citei três autores muito distintos ente si, por formação, atuação, orientação. É claro que cada um merece uma atenção que aqui não vou dar, pois o que quero agora sublinhar, com estas breves citações, é que na historiografia e na ensaística daqueles anos, entre as duas guerras mundiais, produzidas no caldo cultural da grande transformação para a modernidade, não encontrei referências significativas a um fenômeno que estava diante dos olhos destes e de outros autores:¹⁹ nas fazendas deles ou de seus amigos, como nas ruas de São Paulo e das outras cidades nascidas ou crescidas graças à imigração.

Naquela época, no Brasil, contrariamente à Argentina, que tinha outra história demográfica, a questão da formação da nação brasileira era desenvolvida nos viés da diversidade regional e da miscigenação. Nesse contexto, os imigrantes do além Oceano tinham um lugar muito estreito, para não dizer inexistente. Assim, não se encontra, naqueles anos, um trabalho historiográfico que acompanhe, com a pesquisa e a reflexão, o verdadeiro ensaio visual representado por *Operários*, a pintura de Tarsila do Amaral executada em 1933.²⁰ A meu ver, na direção da inserção dos imigrantes transcontinentais no tecido social, econômico e demográfico do Brasil e, de modo especial, em São Paulo, trabalhou, de forma solitária, Giorgio Mortara, estatístico e demógrafo italiano (1885-1967) que, em janeiro de 1939, chegou no Brasil, aceitando um convite para colaborar, como consultor técnico, na preparação do recenseamento de 1940.

Sendo judeu, aquele convite permitiu a Giorgio Mortara fugir à morte nos campos de extermínios, natural consequência das leis em defesa da raça editadas por Benito Mussolini, em 1938. É provável – esta é minha opinião – que sua condição de imigrante proporcionou-lhe um olhar particularmente sensível à contribuição

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

dos europeus e asiáticos na demografia e na economia brasileiras, aporte que ele destacou em várias monografias, depois de ter contribuído a inserir estas variáveis no levantamento censitário.²¹ Depois de Mortara, por várias décadas, foi abandonado o estudo da imigração no Brasil desde a perspectiva não tanto das comunidades nacionais, ou dos fluxos migratórios, quanto da inserção dos trabalhadores estrangeiros na economia e na sociedade brasileiras.

Quando cheguei a São Paulo, em 1977, em vários lugares de encontro (bares, cinemas, bibliotecas), estavam ainda pendurados os cartazes que tinham promovido, no ano anterior, as celebrações do primeiro centenário da imigração italiana. Tratava-se de um pequeno indício de construção de uma memória social sobre a imigração, neste caso, a italiana, que, na verdade, como sabemos, fora iniciada bem antes do ano de 1876. Havia começado, finalmente, a época de um interesse científico mais amplo sobre a imigração, que se enraizaria, também, no âmbito universitário; processo que correu paralelo ao surto de um novo interesse pela história da escravidão no Brasil. Esta não é a sede para uma resenha bibliográfica sobre os estudos migratórios, mas, muito mais simplesmente, para uma reflexão sobre as tendências naquele período.

Nos últimos anos dos Setenta houve, de fato, um florescimento de poucos, mas fundamentais estudos sobre a imigração, e, paralelamente, sobre os trabalhadores nas indústrias paulistanas (a pesquisa da UNICAMP nos arquivos de fábrica, que antes foi por mim citado, fazia parte desta nova linha). O livro de José de Souza Martins sobre o conde Matarazzo, publicado pela primeira vez em 1967, havia sido reeditado em 1976 e tivera um grande sucesso;²² o livro de Warren Dean (1932-1994) sobre Rio Claro, de 1976, saiu imediatamente na tradução em portuguesa em 1977.²³ Nos estados do sul, talvez seguindo idealmente uma linha de pesquisa aberta no Paraná com os estudos pioneiros de Altiva Pilatti Balhana,²⁴ Rovílio Costa e Luis Alberto de Boni e os pesquisadores que, aos poucos, coligaram-se a eles e à Editora EST, começaram um longo roteiro de resgate da imigração italiana nas colônias do Rio Grande do Sul.²⁵

Voltando para São Paulo, os estudos que mais estavam presentes nas livrarias referiam-se à industrialização e, como consequência, à classe trabalhadora urbana, em boa parte imigrante.²⁶ A este respeito, lembro o trabalho de Paula Beiguelman sobre o operariado urbano, onde a presença dos imigrantes era evidente;²⁷ as pesquisas de Boris Fausto para o mesmo período e de Wilson Cano, bem como o do anterior trabalho de Paul I. Singer²⁸ e de Warren Dean, que já havia publicado seu *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945* (Austin, 1969), logo traduzido em português em 1971.²⁹ No mesmo período, o contexto do pensamento e das políticas industriais era construído, com profundidade, por Edgard Carone.³⁰

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista

É evidente que, nesses estudos, o enfoque não era a imigração, mas o nascimento e o crescimento da indústria paulista e, sobretudo, paulistana. O que, porém, chama, de toda maneira a atenção, é como os imigrantes foram colocados neste processo. Com óbvias diferenças, a imigração era representada como um fluxo indiferenciado de mão de obra expulsa pelas transformações de base capitalista em seus próprios países e funcional, no Brasil, à lógica capitalista da economia de exportação. Nem era percebida a importância no âmbito econômico, cultural e social da diversificação nacional da imigração (o adjetivo “étnico”, todavia, não era usado, a não ser em um âmbito específico: o da antropologia), diferenciação que estava evidente nas fontes, mas que se chegou, até, a ser rechaçada, em nome do modelo teórico de um mercado de trabalho perfeito.

Em outras palavras, faltava na historiografia daquela década a presença dos imigrantes em sua qualidade de atores históricos no setor urbano. Essa perspectiva será abordada, na década posterior, nos estudos de Angelo Trento sobre a classe operária italiana em São Paulo, sua ação política e a grande produção de jornais italianos - e em italiano - publicados naquela cidade.³¹

No âmbito do sistema da plantação cafeeira, pelo contrário, a década dos Setenta foi fundamental para os estudos da imigração em São Paulo e foi possível percebê-lo através da leitura de dois preciosos volumes publicados pela ANPUH:³² o primeiro sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; o segundo intitulado simplesmente *O Café*. Neles apresentam-se as pesquisas mais recentes sobre o sistema de produção da grande lavoura e as novas relações de trabalho, nascidas com a abolição da escravidão, aprofundados, na vertente mais relativa à imigração, dentre outros, por Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi, Miriam Lifchitz Leite, Corcino Medeiros dos Santos. Nos mesmos anos, em 1974, apareceu o livro do antropólogo paulistano João Baptista Borges Pereira, sobre o núcleo colonial de Pedrinha, na Alta Sorocabana; obra fundamental para adentrar nos mecanismos de interação entre este grupo de imigrantes italianos e a sociedade de acolhida.³³

Nesse mesmo contexto, apareceram os resultados das pesquisas de José de Souza Martins, importantes por várias razões. Já citei a monografia escrita pelo sociólogo paulistano sobre o conde Matarazzo, onde a análise das múltiplas biografias oficiais do empresário italiano era a base de partida de uma linha de pesquisa presente, até hoje, nos trabalhos de Martins sobre o imaginário produzido socialmente pelo fenômeno migratório, tanto nas elites quanto nos próprios imigrantes.³⁴ É em *O cativo da terra*, entretanto, que o sociólogo paulistano retoma idealmente, e de outra maneira, a perspectiva de pesquisa que, nas décadas anteriores, havia sido expressa apenas pelo citado Giorgio Mortara: a de incorporar concretamente o fenômeno da imigração no tecido econômico, social e cultural do Brasil.³⁵

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

Em *O cativo da terra*, temos, pelo menos, dois aspectos fundamentais: a estreita ligação entre campo e cidade, mesmo na perspectiva do trabalho dos imigrantes, e as características históricas das relações de trabalho na fazenda, fora dos mecanismos apenas teóricos, dados como reais, por outros pesquisadores da época, sobretudo, historiadores.³⁶ Pelo contrário, Martins mostrou nesta obra - e em muitas obras posteriores - não só a coexistência, mas a funcionalidade das relações tradicionais de produção no novo contexto da economia de exportação, fundamentada no trabalho livre, analisando, profundamente, a natureza do colonato. Para sintetizar com uma breve citação, segundo ele, na fazenda de café paulista:

Não era o fazendeiro que pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase da formação.³⁷

Na década dos Setenta, e em parte dos Oitenta, a imigração mais estudada era a italiana e, secundariamente, a espanhola. Os fluxos migratórios, quantitativamente minoritários, eram ainda pouco pesquisados para São Paulo, enquanto que, por exemplo, para Buenos Aires, já contavam com uma bibliografia consistente. Dois textos foram especialmente importantes para mim, para não cair na armadilha de estender as características da imigração italiana para a imigração no seu conjunto, como havia notado que muitos o faziam: o livro de Clark S. Knowlton, sobre a imigração sírio-libanesa, publicado em São Paulo em 1960, e o de José Thiago Cintra, sobre a imigração japonesa no Brasil, editado em 1971 pelo Colegio de México.³⁸

Apesar da riqueza e da profundidade dos estudos que citei até agora – e que foram fundamentais na minha formação de historiadora –, até o limiar dos anos Oitenta, a imigração (nem vamos pensar nos processos migratórios) custava a formar parte da memória social. Nesse sentido, foi no contexto da democratização que o complexo quadro mudou radicalmente.

Com a democratização tudo mudou, bastante e de repente. A historiografia da imigração percebeu, por um lado, as grandes transformações culturais daquelas décadas; por outro, as novas tendências em nível internacional. A multiplicação das memórias coletivas, que já se havia realizado nos Estados Unidos e em parte da Europa, e que até então, no Brasil, fora obstaculizada pelo governo autoritário, afirmou-se rapidamente a partir da democratização, pondo luz sobre os resultados de processos, por assim dizer subterrâneos, nascidos sob a ditadura militar, conectando-se, de repente, com a história das mulheres, a história dos afro-brasileiros e a história cultural.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista

Apareceram, com sempre mais frequência e mais legitimidade acadêmica e social, os estudos de cada coletividade, ou de cada nacionalidade que tinha formado a onda migratória. Apareceram, por outro lado, estudos sobre regiões brasileiras antes ignoradas sob o perfil da imigração e apareceu também, de repente, o conceito de *etnicidade*, desenvolvendo os marcos traçados pelos estudos pioneiros dos estadunidenses, como por exemplo de Samuel L. Baily,³⁹ recuperando os conceitos exprimidos por Fredrik Barth em seu ensaio introdutório a *Ethnic Groups and Boundaries*, livro publicado em Oslo em 1969;⁴⁰ autor este dos mais citados, mas talvez não dos mais lidos, entre o final do século passado e os anos zero do século XXI.

No Brasil, como nos países de imigração histórica, em pouco mais que uma década, o objeto dos estudos migratórios passou do geral e estrutural ao cultural, regional, local e até individual. Nesses novos estudos, desenvolvidos em um primeiro momento, sobretudo nas Universidades dos Estados do Sul, e posteriormente difundidos por todo o país, a história da imigração europeia e asiática passou a ser pesquisada na dimensão local (na vertente brasileira e do país de origem), nos roteiros familiares, nas relações de gênero, nos testemunhos individuais, recuperando outros aspectos importantes do fenômeno migratório, que proporcionam, nos trabalhos mais bem sucedidos, a complexidade da inserção dos imigrantes na sociedade brasileira.

Nesta nova orientação, há, porém, aspectos com os quais - a meu ver - é necessário tomar cuidado.

Por um lado, faltam sempre conexões maiores entre o específico estudo de caso com o fenômeno migratório no seu conjunto, bem como com as transformações da sociedade brasileira como um todo. De fato - este é o segundo aspecto, ligado ao primeiro - há a tendência de considerar mais os limites culturais, linguísticos, regionais, do que as interconexões e transformações que se atuam aos confins, e até dentro dos microconjuntos migratórios.

Nessa situação, deveriam ser retomadas e interiorizadas as considerações do professor João Baptista Borges Pereira, escritas em 1974, na introdução do livro que já citei:

(...) seria oportuno ressaltar que o deslocamento do foco de interesse da compreensão do processo propriamente dito, para a caracterização dos elementos culturais do grupo adventício, não raro pode levar o pesquisador ao perigo de dar ênfase aos fenômenos de persistência cultural, e até de se concentrar sentimentalmente na busca do que “restou” da cultura original. Dentro de um estudo de aculturação, a persistência deve ser objeto de atenção enquanto dá o contraponto, por assim dizer, das mudanças culturais desencadeadas pelo contato: ou então, quando oferece margem para a

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista

análise das condições e dos fatores que explicam a existência de tais esferas freáticas, que, em diferentes situações, preservam traços da cultura de origem.⁴¹

O que vejo na literatura científica atual sobre a imigração é, pelo contrário, um interesse muito limitado às interações dos grupos imigrantes com o contexto de acolhida, fato que é bastante curioso, considerando a dimensão pluricultural e pluriétnica do Brasil.

Em outras palavras, vejo maior sensibilidade para as histórias dos que mantiveram, ao longo do tempo, traços mais evidentes da cultura de origem, do que para as trajetórias dos que – e são a maioria – por necessidade, por azar e, não esqueçamos, por escolha, ultrapassaram os limites sociais, culturais e linguísticos, desafiaram os prejuízos e formaram parte de algo de diferente.

A imigração foi isso também: cortar com o passado, fugir da pobreza, de governos autoritários, das guerras, dos campos de extermínio, ou, mais simplesmente, fugir da sogra, do cura, das dívidas, para mudar seu próprio futuro.

E, nestes nossos tempos, que deixam espaço para a construção e invenção de novas identidades individuais e coletivas, a existência de uma importante imigração histórica no país proporciona outra liberdade: a de resgatar, pelas gerações de descendentes, os traços de uma cultura que muitos pais, muitos avôs deixaram de lado, para se integrar no Brasil.

A atual forma histórica da globalização favorece este processo, coletivo e individual, de recuperação da memória e de recriação de novas e antigas identidades. Imagens, sons, sabores cruzam, rapidamente, os oceanos, constroem novos, amplos conjuntos culturais e identitários. As viagens e as migrações atuais reforçam este processo de nova diferenciação e, ao mesmo tempo, de nova mestiçagem cultural.

O que, uma vez, era motivo de injúrias – “italianos pizza e spaghetti, alho e tomate” – que tanto angustiava os jovens dos anos Sessenta e Setenta do século passado, são agora expressão de orgulho, de moda, de bom gosto, de comida sadia, de tradição e de civilização. O folclore recuperado nas pequenas Itálias no estrangeiro reforça as lembranças e, mais ainda, enche os vazios das memórias familiares, que foram abaladas pelo poderoso respiro da história.

Mas será suficiente? Anos atrás o movimento negro brasileiro chamou a atenção para a armadilha do discurso pacificador relativo aos aportes dos africanos exclusivamente no âmbito da boa comida, da boa música, do artesanato e da mestiçagem. As grandes migrações das idades moderna e contemporânea, de homens e de mulheres livres e escravos, deixaram, para o Brasil, muito mais do que

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

isso. Dentro de dramáticas tensões sociais, econômicas, culturais e políticas, contribuíram para a construção de um país que tem que ser estudado nos seus múltiplos aspectos, suas múltiplas identidades. A História, com o patrimônio acumulado de metodologias tradicionais e inovadoras, tem ainda muito para fazer, para *corromper*, mais uma vez, as jovens gerações com as armas da dúvida e da análise crítica.

Notas e referências

- ¹ Texto inédito da conferência pronunciada na mesa redonda *História e Migração*, por ocasião do XII Congresso Nacional de Professores de Italiano, São Paulo-USP, 13 de dezembro de 2007, com integrações textuais e atualização bibliográfica.
- ² A *Ferrabino Giaccaglioni Ltda* não aparece mais nas indústrias paulistanas; a *Simão Papel*, em 1992, foi incorporada à *Votorantim Celulose e Papel*, atual FIBRA, fundada em 2009.
- ³ A coincidência das datas do início dos registros é devida às conhecidas leis do trabalho da época getulista.
- ⁴ Chiara VANGELISTA. “Per una ricerca sul mercato del lavoro: la mobilità della manodopera in una filatura paulista”. *Nova Americana*, Torino: Einaudi, 1:215-230, 1978, p 217; VANGELISTA “São Paulo, 1934-1940: una fabbrica di cartone negli anni del cambiamento (analisi di un archivio di fabbrica)”. *Movimento Operaio e Socialista*, Genova: VIII: 2: 239-256, 1985, p. 243.
- ⁵ Chiara VANGELISTA. “Da fala à história: notas em torno da legitimidade da fonte oral”. In: Antonio H. LOPES, Monica P. VELLOSO, Sandra J. PESAVENTO (orgs.). *História e Linguagens*. Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, pp. 185-193; ID. *Superare se stessi: Voci migranti tra Europa e America*. Torino: PRINP Editoria d’Arte 2.0, 2014.
- ⁶ M. HALBWACHS. *La memoria collettiva*. Milano: Edizioni Unicopli, 1987 [Paris 1950].
- ⁷ E. SCARZANELLA. *Italiani malagente*. Immigrazione, criminalità, razzismo in Argentina, 1890-1940. Milano: Franco Angeli, 1999.
- ⁸ No caso da imigração italiana na Argentina, uma síntese do debate historiográfico daquela época e, sobretudo, posterior, está em Fernando J. DEVOTO. *Le migrazioni italiane in Argentina*. Saggio interpretativo. Napoli: L’Officina Tipografica, 1994.
- ⁹ Israel ZANGWILL (1864-1926). *The Melting Pot*, Londres, 1908.
- ¹⁰ Paulo PRADO. *Retrato do Brasil*. Ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.
- ¹¹ É notório que o texto foi profundamente modificado na edição posterior. Eu faço referência à edição de 1956.
- ¹² Sérgio Buarque de HOLANDA. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: 1984 [Rio de Janeiro, 1936].
- ¹³ Thomas DAVATZ. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins, 1941. Na verdade, esta é a segunda edição, mas a primeira foi impressa em poucos exemplares. Em tempos recentes, assinalo a leitura crítica deste prefácio em D. MOURA.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico
Chiara Vangelista

- “Sérgio Buarque de Holanda e seus mundos desvelados”. *Revista USP*, 38: 28-37, junho-agosto 1998.
- ¹⁴ Cassiano RICARDO. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro-São Paulo: Livraria José Olympio Editora-Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- ¹⁵ RICARDO, 1970, p. 533. Nessa, como nas outras citações, foi mantida a ortografia original.
- ¹⁶ J. B. Monteiro LOBATO. *A onda verde*. 13ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 5.
- ¹⁷ LOBATO, 1979, pp. 9-16.
- ¹⁸ LOBATO, 1979, p. 6.
- ¹⁹ Vd., por exemplo, a introdução de Francisco José de Oliveira Vianna ao recenseamento de 1920, para o qual o aporte do imigrante é sem relevância e referido apenas com relação às regiões do sul (Francisco J. de Oliveira VIANNA. “O povo brasileiro e sua evolução”. In: *Recenseamento de 1920*, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1922).
- ²⁰ Tarsila do AMARAL. *Operários*. Óleo sobre tela, 150x205 cm., 1933. Acervo do Governo do Estado de São Paulo, Palácio Boa Vista, Campos do Jordão.
- ²¹ Vd., por exemplo, Giorgio MORTARA. *Estudos sobre a utilização de censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento de população do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia, 1940; MORTARA. “Cento anni di emigrazione italiana in Brasile”. *Giornale degli economisti e Annali di Economia*, Milano, vol. XXI, pp. 573-581, 1962. Uma breve síntese crítica da obra de Giorgio Moratara (cercas de mil títulos) está em E. S. BERQUÓ, A.M. BERCOVICH. “Redescobrimo o Brasil. Viagem à demografia de Giorgio Mortara”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, vol. 2, n. 2, pp. 21-38, 1985.
- ²² José da Silva MARTINS. *Conde Matarazzo – O empresário e a empresa*. São Paulo: Editora Hucitec, 1976 [São Paulo 1967].
- ²³ Warren DEAN. *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [Stanford, 1976].
- ²⁴ Altiva P. BALHANA. *Santa Felicidade*. Um processo de assimilação. Curitiba: Tip. João Haupt, 1958; A. BALHANA. *Santa Felicidade*. Uma paróquia vêneta no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.
- ²⁵ Luís Alberto de BONI, Rovílio COSTA. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Caxias: EST-Universidade de Caxias do Sul, 1979.
- ²⁶ A presença maciça de operários italianos e alemães nos primeiros anos da indústria paulistana, até a véspera da primeira guerra mundial, influenciou a imagem de um quase monopólio destas duas nacionalidades, e ainda mais dos italianos, no setor industrial paulistano e paulista em geral, que foi estendida, também para o período posterior. De fato, desde os anos vinte é evidente a presença de brasileiros não descendentes de imigrantes e de imigrantes procedentes de outros estados europeus. Aliás, um estudo de Herbert Klein mostrou faz tempo uma presença importante de imigrantes espanhóis nas indústrias do interior do estado de São Paulo (Herbert S. KLEIN. “Los inmigrantes españoles en Brasil”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 10, n. 29, 1995, p. 77-111).
- ²⁷ Paula BEIGUELMAN. *Os companheiros de São Paulo*. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista

-
- ²⁸ Boris FAUSTO. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1976; W. CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL 1977; Paul I. SINGER. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- ²⁹ Warren DEAN. *A industrialização de São Paulo, 1880-1945*. São Paulo: DIFEL, 1971 (Austin, 1969).
- ³⁰ Edgard CARONE (org.). *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: DIFEL, 1973; ID. (org.). *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- ³¹ Angelo TRENTO. *Là dov'è la raccolta del caffè: l'emigrazione italiana in Brasile, 1875-1940*. Padova: Antenore, 1984; TRENTO. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração*, São Paulo: Livraria Nobel S. S., 1989.
- ³² ANPUH. *Trabalho livre e trabalho escravo*. Anais do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: 1973; ANPUH. *O Café*. Anais do II Congresso de História de São Paulo. São Paulo, 1975.
- ³³ João B. Borges PEREIRA. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1974.
- ³⁴ MARTINS, 1976. Vd. também, do mesmo autor: *Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo*: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo, Hucitec-Prefeitura de São Caetano, 1992; *O imaginário na imigração italiana*. São Caetano: Fundação Pró-Memória, 2003; *A aparição do demônio na fábrica (origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário)*. São Paulo: Editora 34, 2008; *Uma arqueologia da memória social*. Autobiografia de um moleque de fábrica. Cotia: Ateliê Editorial. 2011. Sobre o imaginário na imigração italiana, destacam-se, desde os anos Setenta, os trabalhos de Emilio FRANZINA, por exemplo: *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina 1876-1902*. Milano: Feltrinelli 1979 e o mais recente, *Traversate. Le grandi migrazioni transatlantiche e i racconti italiani del viaggio per mare*. Foligno: Editoriale Umbra, 2003.
- ³⁵ MARTINS. *O cativo da terra*, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. V. também, do mesmo autor: “Mercato del lavoro ed emigrazione italiana in Brasile”. In: R. DE FELICE (a cura di). *Cenni storici sulla emigrazione italiana nelle Americhe e in Australia*. Milano: Angeli, 1979, pp. 165-184.
- ³⁶ Nesta segunda vertente, este livro e um trabalho preparatório que circulou datilografado (MARTINS. *A produção capitalista de relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café*, 1978), confortaram minhas hipóteses de trabalho, sistematizadas em VANGELISTA. *Le braccia per la fazenda*. Immigrati e “caipiras” nella formazione del mercato del lavoro paulista (1850-1930). Milano: Angeli, 1982 [ed. brasileira: Hucitec, 1992]. No enfoque das características das relações de trabalho na fazenda de café foi fundamental para mim a leitura dos ensaios de Antonio Piccarolo, italiano e socialista, que as observou com muita agudeza: A. PICCAROLO. *Una rivoluzione economica*. La proprietà fondiaria degli Italiani nello Stato di San Paolo. São Paulo: Tipografia Cooperativa, 1908; *L'emigrazione italiana nello Stato di São Paulo*. São Paulo: Libreria Magalhães, 1911. Sobre Piccarolo em São Paulo vide Alexandre HECKER. *Um socialismo possível: A atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.
- ³⁷ MARTINS, 1979, p. 74.

Dossiê

A Imigração, entre História e memória Social. Um olhar Autobiográfico

Chiara Vangelista

- ³⁸ Clark S. KNOWLTON. *Sírios e libaneses*. Mobilidade social e espacial. São Paulo: Anambi, 1960; J. T. CINTRA. *La migración japonesa en Brasil*. México: El Colegio de México, 1971. Assinalo que Knowlton, neste livro, aplicou também as metodologias da história oral, fato interessante para ser anotado, pois estávamos no início da prática da entrevista biográfica (Oscar LEWIS teria publicado em New York seu *Os filhos de Sánchez* um ano depois, em 1961). Para a imigração libanesa, há que ser assinalado também, pelo caso do Estado do Espírito Santo, o livro de Mitanha Alcuri Campos (M. A. CAMPOS. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo*. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987). Para a imigração japonesa, é preciso lembrar o estudo mais antigo e pioneiro de Emílio Willems (WILLEMS. *Aspectos da aculturação dos Japoneses no Estado de São Paulo*. São Paulo: FFCL-USP, 1948).
- ³⁹ Samuel L. BAILY. *Immigrants in The Land of Promise*. Italians in Buenos Aires and New York City. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- ⁴⁰ Fredrik BARTH. *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976 [Oslo], 1969].
- ⁴¹ PEREIRA, 1974, p. 2.

Mascates, madeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

Fondazione Paolo Cresci per la
Storia dell'emigrazione italiana

Riassunto: Questo studio si propone di analizzare quella corrente migratoria definita dalle statistiche ufficiali "spontanea" perché partita senza sostegno per il viaggio da parte delle compagnie brasiliane ai primordi della grande emigrazione e diretta inizialmente verso lo stato di Rio de Janeiro. Un più ampio lavoro da noi svolto sull'emigrazione verso il Brasile dalla Toscana ci ha rilevato, tramite lo spoglio degli archivi delle aree di partenza, che i protagonisti di queste "emigrazioni spontanee" erano provenienti da una zona circoscritta della Provincia di Lucca. In quest'area si aveva una tradizione di emigrazione dai tempi dell'*Ancien Régime*. L'emigrazione non sovvenzionata riguardava tre figure professionali: venditori ambulanti, disboscatori e carbonai. Analizzando soprattutto le ultime due figure emerge il ruolo della catena migratoria di mestiere come elemento di attrazione verso il Brasile.

PAROLE CHIAVE: Emigrazione – Catena migratoria – Venditori ambulanti – Carbonai – Toscana/ Brasile

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar o movimento migratório indicado nas estatísticas oficiais italianas como partido "spontaneamente", sem a viagem pagos por agências de emigração. Este fluxo espontâneo foi, na aurora da grande emigração, dirigido inicialmente para o estado do Rio de Janeiro. Um trabalho maior sobre a emigração para o Brasil da Toscana desempenhado através da leitura dos documentos nos arquivos das áreas de partida, revela que os protagonistas destas "migrações espontâneas" eram de uma

área circunscrita da Província de Lucca. Nesta área, houve uma tradição de emigração do tempo do antigo regime. Emigração não subsidiado envolve três profissões: vendedores ambulantes, madeiros e carvoeiros. Analisando especialmente os últimos dois emerge o papel da cadeia migratória de comércio como um elemento de atração para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: Emigração – Cadeia migratória – Vendedores ambulantes – Carvoeiros, Toscana/Brasil

Abstract: This study has the aim to analyze the flow of emigration from Italy to Brazil that left Italy "spontaneously" without support for travel by Brazilian companies. This flow is at the beginning of the great emigration and is directed initially to the state of Rio de Janeiro. A wider research carried out in the archives of departure areas in Tuscany reveals that the protagonists of these "spontaneous migrations" were coming from limited area of the Province of Lucca where there was a tradition of emigration since the days of the *Ancien Régime*. This emigration "not subsidized by the Brazilian government" concerned three kinds of workers: hawkers, loggers and charcoal burners. The analysis of the emigration of loggers and charcoal burners shows the role played by the chain migration as an element of attraction to Brazil.

KEYWORDS: Emigration – Chain Emigration – Hawkers – Charcoal – Tuscany/Brazil

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

La storiografia ha attribuito un ruolo di marginalità nello studio del fenomeno dell'emigrazione nello Stato di Rio de Janeiro rispetto ai grandi flussi diretti con le politiche migratorie sovvenzionate verso lo stato di San Paolo e Rio Grande do Sul.

L'emigrazione verso Rio de Janeiro anticipa ed in un certo senso rappresenta un "laboratório" da parte dei politici ed *empresários* per lo sviluppo della strategia di sostituzione della manodopera schiava con quella proveniente dai paesi europei.

La fine delle riserve di oro dello Stato di Minas Gerais e le successive crisi del mercato internazionale dello zucchero, ebbero come conseguenza che l'attenzione del Brasile coloniale del XIX secolo si rivolgesse alla coltivazione del caffè, prodotto la cui domanda mondiale era in crescente aumento. Le prime piantagioni di caffè erano situate nello Stato di Rio de Janeiro verso sud per le terre di Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz fino a trovare nella valle del Rio Paraíba del Sud le condizioni ideali per il suo sviluppo: suolo fertile, giusta altitudine, e mano d'opera a buon prezzo. Con l'abolizione del traffico di schiavi dall'Africa nel 1850 il governo di Rio cercò di aggirare l'ostacolo iniziando ad importare schiavi dal Nordeste, pertanto l'indice degli emigranti entrati a Rio de Janeiro fu a quel tempo molto ridotto. Quando l'abolizione della schiavitù si fece più concreta il governo dello stato di Rio de Janeiro adottò una politica tesa ad importare manodopera da impiegare nelle costruzioni ed infrastrutture e nelle *fazendas* con contratto di mezzadria.

I primi tentativi d'introduzione in Brasile di lavoratori provenienti dall'Europa risalgono al 1837 ma la svolta "popolazionistica" dell'Impero avvenne a partire dal 1850 con la *Lei das Terras* che sostituì il sistema coloniale delle *sesmarias* ed introdusse l'assegnazione di lotti di terra vergine a coloni in primis europei.

Dal 1871 il governo centrale sostenne l'adozione del sistema di colonizzazione su grande scala per mezzo di imprese private sovvenzionate dallo stato ed i *fazendeiros* ottennero, infatti, prestiti soprattutto per finanziare il viaggio degli emigranti. Sempre nello stesso anno venne promulgata la *Lei do Ventre Livre*: i figli di madre schiava nascevano liberi e nel 1888 la schiavitù verrà abolita.

Nello stato di Rio de Janeiro cominciano ad arrivare famiglie contadine attraverso un sistema di colonizzazione affidato ad *empresários* ed agenti reclutatori.¹ Il governo si accorse che la miglior propaganda era quella promossa dai coloni che invitavano parenti e conoscenti a trasferirsi in Brasile, pertanto all'azione degli agenti venne affiancata la propaganda svolta dalla stampa.

Le statistiche degli entrati in Brasile nel 1878, dimostrano che la catena migratoria aveva un peso notevole sull'arrivo degli immigrati a Rio de Janeiro: di 22.423

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

entrati, 9.215 erano “spontanei” ed il contingente italiano era quasi la metà del flusso totale.

Il nostro studio vuole concentrare l'attenzione proprio su quel contingente di emigranti definito dalle statistiche partito “spontaneo” e sul ruolo di alcune catene migratorie di mestiere i cui protagonisti, attraverso le nostre ricerche, abbiamo individuato provenire in gran parte dalla Provincia di Lucca in Toscana ed in particolare dalla Media Valle Lucchese.

Nella città di Rio de Janeiro, la presenza italiana ha origini antiche, ai marinai liguri spetta il primato, i velieri da Genova arrivavano nel porto di Rio de Janeiro ed ai primi dell'ottocento si era costituita una comunità di commercianti, lavoratori portuali, artigiani e venditori ambulanti insieme a diversi professionisti: ingegneri, architetti e giornalisti. A questo nucleo iniziale si aggiunsero gli esuli politici risorgimentali.² Dopo il matrimonio dell'Imperatore Dom Pedro II con la Principessa Teresa Maria Cristina di Borbone, nel 1843 cominciarono ad arrivare da Napoli numerosi artisti, professori, medici e manodopera specializzata.³ Nel 1871 si potevano contare a Rio de Janeiro circa cinquecento italiani, “specialmente commercianti e negozianti girovaghi”⁴ la cui provenienza, confermata, da fonti consolari era di origine toscana.⁵

La prima figura professionale che vogliamo prendere in esame è proprio quella dei venditori ambulanti provenienti dalla Toscana, definiti da Franzina come “le solite avanguardie di lucchesi” proprio perché presenti in Brasile ancor prima che partisse la grande emigrazione.⁶

Gli ‘arrischiati’⁷, come venivano definiti dal Prefetto di Lucca i pionieri che si recavano in America, sbarcavano a Rio de Janeiro e provenivano dai paesi situati lungo la valle del fiume Serchio.⁸ Tra i primi a partire troviamo elencati nei registri dei passaporti giovani che si dichiaravano “figuristi” o “garzoni figuristi”, che, con alle spalle un'esperienza di vendita ambulante di statuine di gesso per tutta Europa, furono affascinati dall'idea di poter conquistare nuovi mercati grazie alla propaganda fatta dalle compagnie marittime di agenti e navigazione (a quel tempo principalmente estere), in Inghilterra, Francia e Germania.

Le nuove frontiere che si aprirono ai loro occhi erano la California, l'Argentina ed il Brasile. Questi gruppi di uomini soli od in “compagnie” arrivati a Rio de Janeiro si fermarono nella città come stucchinai e trovarono lavoro nella decorazione di palazzi altri si dedicarono alla vendita ambulante non solo di statuine di gesso (talvolta dalla lavorazione del gesso passarono a scolpire anche statuine in legno) ma più in generale alla vendita ambulante di “chincaglierie e pannine” diventando *mascates*⁹ e *caixeiros-viajantes*.

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

Nel 1856, partirono dalla frazione di Diecimo, comune di Borgo a Mozzano, tre figuristi: Gaetano Puccini di 55 anni, Alfonso Puccini di 26 e Filippo Barsotti di 35 anni che il 9 Febbraio presero la via del Brasile. Nello stesso anno, il 4 Giugno, richiesero il passaporto per il Brasile altre undici persone tra cui otto “figuristi garzoni” delle frazioni di Diecimo e Cune e tre braccianti. I soldi per il viaggio derivavano in gran parte da precedenti campagne di vendita in Europa e talvolta ricevevano soldi in prestito da parenti o compaesani.¹⁰

Le testimonianze rinvenute negli archivi comunali ci rivelano che il flusso di questi partenti dediti ai mestieri itineranti crebbe per tutto il periodo 1850-1870.¹¹

La maggior parte degli artigiani di figurine di gesso della lucchesia non si fermarono in città a Rio de Janeiro ma diventavano *mascates* nell’interno dello Stato di Rio lungo la Valle del Paraíba ed abbiamo testimonianza della loro presenza a sud dello Stato di Minas Gerais anche negli stati di Nordest.¹²

Il venditore ambulante viveva in condizioni molto disagiate. I *mascates* percorrevano le *fazendas* di caffè, a piedi e dopo aver messo qualche soldo da parte, potevano permettersi un carretto trainato da muli. I *mascates* vendevano alla nobiltà rurale: tessuti, utensili domestici, chincaglierie e questo gli permetteva molte volte di conquistare la fiducia di grandi signori e quindi occasioni di maggiori affari. A poco a poco i toscani fecero concorrenza ai portoghesi ed ai libanesi ai quali rimase il piccolo commercio in città¹³ ed occuparono la fetta di mercato rurale divenendone protagonisti penetrando capillarmente all’interno del paese attraversando i *sertões* gli altipiani della Mata miniera dove si lavorava il caffè portando beni di consumo dalla città agli immigrati italiani che vivevano isolati nelle *fazendas*.

O mascate, que também teve papel importante na garantia de suprimento de itens necessários aos moradores de vilas e povoados, já se diferenciava dos tropeiros por não viajar em grupos. O mascate era principalmente o vendedor individual que levava as próprias mercadorias consigo a fim de comercializá-las. Grande parte dos mascates também se caracterizava por serem imigrantes. Estes, uma vez que vieram solteiros e quase sempre com a determinação de retornar à terra de origem depois de acumular algum capital, optaram por uma atividade que os mantivesse na condição de trabalharem para si próprios e que dispensava qualquer habilidade muito refinada (inclusive de falar a língua do país) ou soma de recursos significativa /.../ As práticas administrativas dos mascates e caixeiros viajantes eram essenciais para seu sucesso na atividade. Era necessário vender para pessoas idôneas, para não perder credibilidade perante as empresas representadas, controlar o fluxo de vendas para saber o valor das comissões, estabelecer relacionamentos nas localidades atendidas que permitissem direcionar as vendas para os clientes corretos e contar com informações dos habitantes

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

locais a respeito destes clientes. O sucesso dessas práticas levou alguns caixeiros a se estabelecerem como lojistas. Negócios prósperos eram vias de ascensão econômica. A aceitação social talvez tenha sido mais complicada, todavia, o sucesso econômico obviamente facilitava a ascensão social. É de se supor mesmo que esses comerciantes, como também os mascates, viessem a compor uma classe social nova, que não se incluía como aristocracia rural nem como burguesia industrial ou tampouco como classe operária /.../.¹⁴

Le storie di coloro che sono tornati o che comunque sono sopravvissuti a questa vita difficile testimoniano che dopo circa cinque anni di attività itinerante se il *mascate* aveva messo da parte dei risparmi rientrava in Italia oppure richiamava la famiglia o si faceva una famiglia e si fermava in piccoli villaggi aprendo un emporio *armazem*.¹⁵ Man mano che l'emigrazione dalla Toscana cominciò ad essere consistente a questi primi gruppi di venditori partiti tra il 1860 ed il 1875,¹⁶ che fecero da battistrada alle successive ondate migratorie si affiancarono nel viaggio in Brasile tante famiglie provenienti dalle pianure lucchesi dell'aretino e dalle altre aree della zona appenninica toscana ingaggiate a lavorare nelle *fazendas* dello Stato di San Paolo o nelle colonie agricole nel Rio Grande do Sul. Il venditore ambulante della Valle del Serchio seguì le nuove direzioni dettate dalla politica immigratoria brasiliana ma nella pianificazione del viaggio mantenne le caratteristiche del periodo precedente: partenza con i propri mezzi, autonomia nella gestione della destinazione e meccanismi di chiamata da parte di parenti e compaesani. Con il tempo i venditori lucchesi andarono a collocarsi in tutte le aree dell'emigrazione italiana negli Stati di San Paolo Minas Gerais e Rio Grande do Sul come testimoniato dalle numerose fotografie e lettere rinvenute negli archivi familiari e conservate in gran parte per la Provincia di Lucca presso la Fondazione Paolo Cresci. Nel 1908 il Console Bernardi di Belo Horizonte poteva affermare che il lucchesi avessero in mano il commercio in tutto il sul de Minas, mentre il Console di Rio de Janeiro delineava nel 1905 una mappa d'insediamenti italiani nel Distretto Federale sottolineando la presenza di commercianti toscani nei vari municipi in cui era diviso lo stato.¹⁷

La seconda figura professionale che seguì a poca distanza la prima ondata di venditori ambulanti verso Rio fu quella dei disboscatori: *machadeiros*.

La costruzione della ferrovia Dom Pedro II (EFDPII) poi chiamata *Central do Brasil*, iniziata nel 1858, fu un'altro dei fattori che determinarono lo stabilirsi di italiani nella zona interna *fluminense*. L'inizio delle lavori di costruzione delle ferrovie brasiliane coincise con l'estinzione del traffico internazionale di schiavi a partire dal 1850 e con l'incamminamento della politica brasiliana verso una graduale abolizione della schiavitù. Sin dall'inizio si pose quindi il problema della manodopera. Nella concessione della prima ferrovia, voluta dall'Imperatore Dom

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

Pedro II, venne inclusa la proibizione dell'utilizzo di manodopera schiava sia per la costruzione che per la manutenzione.¹⁸ Non esistono informazioni precise sul numero dei lavoratori stranieri nei cantieri. Le informazioni sulla provenienza sono riferite principalmente agli ingegneri, tecnici e manodopera qualificata. Dopo tentativi fallimentari di introdurre lavoratori non specializzati inglesi ed irlandesi, che non si adattò alle condizioni insalubri, due agenti italiani dell'impresa di costruzioni della EFDPII e delle nuove strade attorno a Rio de Janeiro ingaggiarono manodopera specializzata nella costruzione di ferrovie nel Regno Sabaudò: "Gli agenti si erano impegnati ad anticipare il costo della traversata ed ogni emigrante ingaggiato aveva accettato il salario che gli era stato proposto, così come le condizioni di alloggio e vitto, all'uso del paese". Anche questa esperienza si rivelò fallimentare, molti furono colpiti dalla febbre gialla ed altri si ribellarono e presero in ostaggio l'agente d'immigrazione ed i titolari dell'impresa di costruzione.¹⁹

Lamounier, nel suo studio sulla manodopera nei cantieri della ferrovia, conclude che sebbene un gran numero di immigranti continuasse ad essere ingaggiato direttamente dagli impresari delle compagnie, la maggior parte di questi lavoratori entrava nel paese con "altri mezzi" e non con contratto stipulato nei paesi di provenienza.²⁰

I lavoratori agricoli (boscaioli, stîpettai, segatori, carbonai) provenienti dall'area appenninica toscana che da secoli si recavano, durante la stagione invernale, in Corsica, Sardegna, Maremma o nella pianura padana, per integrare i loro miseri guadagni con lavori di sterro e bonifica,²¹ andarono a far parte di quel gruppo di manodopera entrata in Brasile con "altri mezzi".²²

Gli emigranti dalle aree della Valle del Serchio partivano soli od in "compagnie"²³ già organizzati a partire insieme per le "campagne" invernali ed avevano a supporto agenti spedizionieri di compagnie di navigazione italiane ed estere molto presenti capillarmente in tutto il territorio della provincia di Lucca:

Agenzie pubbliche regolari in questo mandamento non ve ne sono vi sono molti spedizionieri, e ciò avviene perché ogni individuo che ritorna dall'America riceve commissione di spedire individui e così senza altro inviano a questa o a quella agenzia le persone senza tenere alcun regolare documento anzi in più non sanno neppure scrivere e si fanno assistere ora dall'uno ora dall'altro.²⁴

I carteggi del fondo di Pubblica Sicurezza della Prefettura di Lucca, ci rivelano che nel 1860 esisteva proprio nel Comune di Borgo Mozzano, dove le statistiche sull'emigrazione ci hanno segnalato più partenze per il Brasile, un'agente d'emigrazione, Vincenzo Modena di Gioviano che spediva emigranti in Brasile e

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

negli Stati Uniti. Tra il 1850 ed il 1875 non si hanno testimonianze di agenti di compagnie ferroviarie brasiliane in loco ma gli emigranti trasportati a Genova od Marsiglia, probabilmente venivano ingaggiati ai lavori ferroviari nei porti di partenza od a Rio de Janeiro.²⁵

Molti immigranti italiani furono così contrattati e incamminati verso la valle del fiume *Paraiiba do Sul* a disboscare la foresta per far passare la ferrovia. A metà degli anni settanta gli emigranti che avevano fatto fortuna in Brasile cominciarono a rientrare e ad impiegare una parte dei loro risparmi per finanziare le spese di viaggio dei compaesani. Non erano ancora iniziate le campagne per l'emigrazione sovvenzionata dal governo brasiliano che i rientrati con un poco di risparmi anticipavano i soldi a parenti ed amici o chi partiva talvolta ipotecava piccole proprietà. È il caso di Francesco Scardiglia di Corsagna che appena rientrato dal Brasile nel 1874 fece da mallevadore a quattro persone impegnandosi per una cifra di £2000,00 per le spese di viaggio e di rimpatrio da Rio de Janeiro. Le persone in questione erano suo fratello e alcuni compaesani che partirono anche con le mogli. Un'altro *possidente* di Corsagna, Luigi Particelli, garantì £ 500,00 per l'eventuale rimpatrio del figlio da Rio de Janeiro.²⁶ Molti emigranti prestavano preferibilmente i soldi a persone che potevano portare avanti gli affari già avviati in Brasile durante il periodo di ritorno al paese, con il semplice obbligo di restituzione una volta messo da parte qualche risparmio.

Le relazioni dei Sindaci e dei Prefetti della lucchesia, i carteggi rinvenuti negli archivi comunali e parrocchiali testimoniano che alla fine degli anni sessanta dell'ottocento esistevano già catene migratorie (familiari o paesane) di lavoratori agricoli la cui emigrazione assunse in particolare, nei primi tempi, nel Comune di Borgo a Mozzano quasi carattere *stagionale*. Diversamente dall'emigrazione in Argentina detta *golondrina* con rientri in patria dettati dall'inversione delle stagioni tra i due emisferi, dal Brasile i rientri avvenivano in tutti i mesi dell'anno, ciò sta a significare che gli emigrati non erano impegnati nelle colonie agricole o nelle *fazendas* di caffè che prevedevano dei contratti vincolanti. I dati di archivio ci indicano la presenza di emigranti dal Comune di Borgo a Mozzano²⁷ a Rodeio vicino a Barra do Piraí all'interno dello stato di Rio, per capire il perché di questa collocazione si deve risalire alla storia della costruzione della ferrovia che collegò Rio de Janeiro allo stato del Minas Gerais ed alla città di S. Paolo.

Rodeio, un villaggio a quattrocento metri di altitudine sulla Serra do Mar ad 85 km di ferrovia da Rio,²⁸ nacque come avamposto commerciale tra il Minas e lo Stato di S. Paolo ed ebbe il suo maggiore sviluppo alla fine del XIX secolo dopo il passaggio della linea ferroviaria che fu inaugurata nel 1863. Rodeio aveva una posizione strategica perché si trovava presso lo snodo della ferrovia che a Barra do Piraí si divideva nella linea per il Minas Gerais e per S. Paolo. Alfonso Lomonaco

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

nel suo libro *Al Brasile* descrisse, come segue, il viaggio in treno da Rio a S. Paolo nel 1889:

Il treno comincia a risalire la Serra di Mar /.../ il paesaggio diventa più pittoresco alle colline succedono veri e propri monti ricoperti da magnifiche foreste di un verde cupo intenso, un vero splendore di vegetazione: dall'Alto della Serra poi si presenta allo sguardo del viaggiatore, in uno squarcio de' monti, all'altezza di circa 760 metri sul livello del mare, un panorama stupendo costituito da una vallata profonda, limitata da pendii de' dei monti circostanti e che foreste vergini ricoprono di un manto splendidissimo /.../. Oltrepassate Palmeiras e Rodeio il treno comincia a discendere per l'altro versante della Serra, attraversando una dozzina di tunnels sino ad arrivare alla Barra do Pirahy.²⁹

I lavori della ferrovia a Rodeio durarono diversi anni in quanto dovevano essere costruite numerose gallerie per arrivare a Barra do Pirai, i lavori del *Túnel Grande*, iniziarono nel 1859.³⁰ I fratelli Francesco e Gabriele Scardiglia di Corsagna, frazione del Comune di Borgo a Mozzano si trovavano a Rodeio insieme ad altri compaesani delle famiglie Alberigi, Papera e Giusti. I registri dei passaporti e gli stati d'anime della parrocchia ce li segnalano tutti a Rodeio nel 1868. I due fratelli Scardiglia rientrarono stabilmente a Corsagna ormai settantenni il primo nel 1891 ed il secondo nel 1897.

Nel 1883 partì il loro nipote, Bartolemeo Pieroni, rientrato a Corsagna nel 1888 portò con sé a Rodeio anche la moglie Davina e là nacquero i primi figli dal 1888 al 1898, un altro compaesano Ugo Giusti aveva sposato a Rodeio nel 1894 Aves da Souza una brasiliana da cui ebbe un figlio Ermenegildo.³¹

Rodeio si trovava nell'area di massima produzione del caffè la valle del *Paraíba do Sul* nel Municipio di Vassouras³² prima che il mercato del caffè passasse in mano ai *fazendeiros* dello Stato di San Paolo. I lavoratori provenienti dall'appennino toscano si dedicarono all'abbattimento della foresta per i *cafezal*; potevano aver un contratto per la *derrubada* (disboscamento) che avveniva in squadre *trabalhadores por turma*, dopo l'abbattimento delle piante, la seconda fase era la *queimada* cioè l'incendio della foresta.³³ Questa ultima attività era talmente pericolosa che nei primi anni dell'immigrazione europea veniva svolta quasi esclusivamente dai brasiliani. I *machadeiros* della Valle del Serchio in un primo tempo venuti soli si dedicarono a questo tipo di lavoro. Dopo l'abbattimento della foresta avveniva la formazione del *cafezal*, qui di seguito la testimonianza della figlia di un *machadeiro* lucchese:

/.../ Trovarono da andare nel Mato, la grande foresta vergine del Brasile, a disboscarla per farci poi le piantagioni di caffè. E partirono per la grande foresta lasciando mamma e Amelia in città ospiti degli zii. Non so quanto

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

tempo passò, ma un giorno papà tornò e così anche per mamma cominciò l'avventura. Così raccontava mamma: presero un po' di roba, un po' di pentole, qualche piatto, un po' di biancheria (lenzuola e asciugamani), vestiti pochi perché faceva molto caldo sempre. Papà comprò una capretta col suo caprettino per il latte della sua bimba. Il mezzo per trasportarli fu un grosso carro trascinato da grossi bovi. Carro che serviva per trasportare i grandi tronchi d'albero dalla foresta alla grande città. Impiegarono un giorno per strade sassose, il carro traballante. Finalmente si arrivò. Era quasi sera, racconta mamma. Gli uomini avevano lavorato più di un mese per ricavare un piccolissimo spazio in quella foltissima foresta. Gli alberi erano talmente fitti e grandi da non permettere di vedere il cielo. Nel mezzo, vicino a un ruscello, avevamo costruito una capanna fatta di tronchi d'albero. Piccola però con dei vani: una cucina con il caminetto per mangiare, un tavolo, delle panche, delle mensole per i piatti, le camere con letti di legno. Papà aveva fatto perfino la culla per la piccola Amelia. Per i materassi mamma aveva fatto con dei grossi sacchi riempiti di erba secca. Il lavoro di papà era pesantissimo: ci voleva un giorno intero in nove uomini per abbattere un solo albero. /.../ Loro stettero là cinque anni. Là nacquero altri due miei fratelli: Maria e Marino. In questi cinque anni intorno a loro erano già sorte delle grandi piantagioni di caffè dove lavoravano centinaia di operai, tutti neri. Poi per ragioni di famiglia dovettero ritornare in Italia. E la fortuna ? Credo che i soldi guadagnati gli bastassero appena o poco più per pagare i biglietti della nave. Ad andare in là erano tre, al ritorno erano in cinque.³⁴

Ai primi del novecento questa catena di compaesani presenti a Rodeio si divise, un ramo della famiglia Alberigi rimase a Rodeio aprendo poi un bazar a Morro Azul e tutt'oggi vive nella città di Engenheiro Paulo de Frontin, il gruppo più consistente di famiglie si spostò, invece, alle spalle della città di Rio de Janeiro nella zona di Campo Grande.

E' probabile che il motivo di questo spostamento fosse dovuto al fatto che terminati i lavori di disboscamento per la ferrovia ed il declino della Valle del Paraíba come zona di produzione del caffè l'area di Rodeio non offrì altre opportunità. Molti lucchesi dalla Valle del Serchio si erano diretti, già dagli anni settanta dell'800 a Campo Grande a lavorare nelle raffinerie di zucchero e come carbonai. La rete di compaesani ha senza dubbio fatto da richiamo verso la periferia di Rio de Janeiro anche per i "corsagnini" di Rodeio. Il delegato di Pubblica Sicurezza del Comune di Borgo a Mozzano rispondendo ad una inchiesta della Prefettura di Lucca nel 1874 scrisse che nel paese "oltre a esserci molti spedizionieri gli emigranti stessi ricevevano commissione di spedirne altri".³⁵

Nel 1888 il Sindaco di Borgo a Mozzano precisò, inoltre, che nella frazione di Corsagna il denaro necessario per partire veniva spedito, alle donne, dal Brasile.³⁶

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento
Lucilla Briganti

I nostri emigranti non hanno ricorso non solo a cotesto patronato [Patronato degli emigranti della Provincia di Lucca]ma neppure al comitato locale perché gli abitanti di qui prima di emigrare hanno già assicurato il lavoro per mezzo di parenti e di amici residenti all'estero che li mandano a chiamare, e non partono alla ventura e senza una precisa destinazione.³⁷

La terza figura professionale presa in esame dal questo studio è quella del carbonaio *carvoeiro* che è strettamente connessa a quella del *machadeiro* in quanto il carbonaio era un disboscatore “specializzato”.

Abbiamo detto che gran parte dei protagonisti della catena migratoria verso Rodeio si trasferirono a Campo Grande. La zona di Campo Grande, *bairro* rurale a trenta chilometri alle spalle di Rio, cominciò a svilupparsi dal 1878, quando venne inaugurata la stazione ferroviaria della linea *Central do Brasil*. Nel 1881 venne costruito un *engenho central* che attirò molta manodopera³⁸ e grazie alla ferrovia sia la produzione di caffè che quella dello zucchero ebbero un mercato di distribuzione più vantaggioso. Ai primi del novecento il governo mise in vendita diverse *chácaras*³⁹ ed in affitto piccoli lotti di terra dove il ciclo del caffè si era già esaurito per la produzione di frutta ed ortaggi diretta al mercato di Rio. Il territorio in cui andarono ad insediarsi gli emigranti della Valle del Serchio comprendeva un'area che si estendeva da Campo Grande verso il Massiccio di Pedra Branca da una parte e scendeva dalle colline verso il mare fino alla baia di Sepetiba. Per capire il motivo per il quale Campo Grande divenne un'area di attrazione così importante per gli emigranti dobbiamo fare riferimento ai recenti studi di geografia ambientale coordinati dal profesor Rogério Ribeiro de Oliveira.⁴⁰ Questi studi nell'andare ad analizzare le caratteristiche delle foreste che circondano Rio de Janeiro ed il loro aspetto attuale, costituito da una foresta di tipo “secondario”, aiutano a comprendere il motivo per il quale si creò nell'area spalle della città di Rio de Janeiro lo sviluppo dell'industria del carbone e di conseguenza l'opportunità di lavoro nella quale si andarono a collocare le catene migratorie di singoli carbonai e successivamente familiari provenienti dalla toscana in particolare dalla mediavalle lucchese, Garfagnana e dell'Appennino pistoiese.

La foresta urbana di Rio de Janeiro costituiva il maggior bacino di legna adatta ad essere convertita in carbone.⁴¹ Fino all'inizio del diciannovesimo secolo, la foresta della Tijuca ed il massiccio di Pedra Branca vicino alla città di Rio de Janeiro, erano utilizzati per produrre zucchero di canna e legna da ardere, solo a partire dal 1860 cominciarono ad essere impiantati sulla Tijuca anche *cafézais*. La legna dei due massicci era stata sfruttata per far funzionare le raffinerie di zucchero ma la domanda cominciò a crescere vertiginosamente sin dall'inizio del XIX secolo quando il carbone ebbe un ruolo fondamentale come fonte energetica per molte attività collegate ai trasporti alla metallurgia, all'industria manifatturiera. Lo

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

sviluppo economico di Rio de Janeiro dipendeva da questa fonte energetica. Coloro che si dedicarono allo sfruttamento ed al commercio di questa risorsa, di conseguenza, si distribuirono nell'area intorno ai due massicci. Chi erano queste persone che producevano il carbone si chiedono Fraga e Oliveira nel loro saggio? Quest'attività fino all'abolizione della schiavitù era stata svolta dagli schiavi e dopo? I due autori parlano dei carbonai come di lavoratori "socialmente invisibili" trattandosi di lavori considerati molto umili e degradanti in una mentalità schiavista, com'era quella della società brasiliana, non erano mai stati oggetto di considerazione e le uniche testimonianze di quest'attività sono state rinvenute dai due autori nel libro di Magalhães Corrêa *O Sertão Carioca*.⁴² Magalhães Corrêa descrive nel suo viaggio attraverso il *Sertão Carioca* i mestieri svolti dalle popolazioni rurali che erano costituite da brasiliani di colore tra questi anche i *machaderos* e *carvoeiros*. Gli immigrati nel 1933, quando scrive Corrêa, avevano il ruolo di "intermediari" che tiravano sul prezzo del carbone, lo trasportano in città e compravano lotti da disboscare. Gli stranieri erano dipinti da Corrêa come dei "nemici" che andavano a distruggere la natura rigogliosa delle foreste vergini.⁴³

E' accertato che molti schiavi fuggiti dalle piantagioni *quilombos* si nascondessero nella foreste intorno a Rio e che in clandestinità costituissero delle comunità e sopravvivessero dedicandosi alla produzione del carbone dal momento che per quest'attività non c'era necessità di grandi attrezzature: un'ascia, una zappa, un rastrello ed il carbone veniva trasportato con grossi cesti. Anche dopo l'abolizione della schiavitù molti ex schiavi in cerca di lavoro si dedicarono alla produzione del carbone, la domanda di prodotto da parte della città di Rio divenne sempre più forte e pertanto, rispetto a quanto afferma Corrêa, la manodopera immigrata andò ad integrare quella locale nel lavoro di carbonaio.

La licenza per la fabbricazione del carbone vegetale veniva data dalla Zeladoria dell'Inspectoria Agricola Forestal, attraverso un contratto che prevedeva il pagamento di un'imposta per il disboscamento e che fosse coltivato il terreno deforestato.⁴⁴ Un ettaro di foresta vergine dava una produzione di quaranta tonnellate di carbone al prezzo, nel 1933, di trentamila réis ed "um conto e duzentos" di rendita per ettaro.⁴⁵

La zona del Distretto Federale compresa tra Guaratiba, Jacarépaguà e Vargem Grande era il centro di distribuzione, qui arrivava sia la legna che il carbone proveniente dal massiccio di Pedra Branca, i *machadeiros* spesso lavoravano per un *empreiteiro*, la legna veniva anche trasportata dove era possibile attraverso corsi d'acqua.⁴⁶

Il carbone veniva trasportato dalla foresta prima con grosse ceste e poi grosse sacche telate sui muli (da 6 a 15 sacche) i carbonai percorrevano circa quaranta

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

chilometri per portarlo in città, poi vennero trasportate con il treno e successivamente con gli autocarri.

A venda è feita aos cargueiros, tropeiros, au mais das vezes elles proprios vão aos centros do Districto Federal, atravessando estradas, subindo serras, em conquista de seus freguezes. Partem pela madrugada au mesmo ámeia noite, de seus sitios para chegar pela manhã, aos pontos mais longiquos, voltam carregados de mantimentos, á tarde, quando são felizes em seus negocio; em Jacarépaguá, todas as estradas são percorridas por elles, e será difficil não os vistar.⁴⁷

Per fare il carbonaio ci voleva molta esperienza e tanta resistenza fisica, lo studio dei flussi migratori dalla Toscana allo Stato di Rio ci ha rivelato che i carbonai della Valle del Serchio e dell'Appennino pistoiese utilizzarono il loro bagaglio secolare di conoscenza nella preparazione della carbonaia *balão* per andare a svolgere lo stesso mestiere in Brasile. Un carbonaio doveva avere esperienza nell'abbattere le piante, la prima fase infatti era la *roçada*, tagliare piante ed arbusti piccoli per farsi spazio nella foresta, seguiva poi la *derrubada* l'abbattimento vero e proprio degli alberi da parte dei *machadeiros*, una volta raccolti tutti rami venivano bruciati insieme alle foglie *coivara*,⁴⁸ in questa fase entrava in gioco la bravura e l'esperienza del carbonaio la costruzione del *balão de carvão*. Per costruire la carbonaia andava scelta la misura giusta dei "randelli" e calcolata la durata corretta della cottura, in uno spiazzo circolare si realizzava una sorta di cilindro, mano a mano la carbonaia prendeva forma fino a somigliare ad una mezza sfera con il foro verticale al centro, veniva rivestita con uno strato di terra fine e di fogliame, poi veniva accesa dall'alto con una fascina e dei rami sottili, il fuoco scendeva in basso e la cottura si realizzava nel giro di una settimana ma nel frattempo occorreva sorvegliare ad intervalli regolari in quanto la carbonaia doveva essere alimentata dal foro in alto, era necessario bucare la copertura perché entrasse la quantità d'aria giusta altrimenti la legna non cuoceva o diventava cenere. Un altro elemento di non poco conto era il vento perché la carbonaia doveva cuocere con equilibrio altrimenti poteva "sfiancare" e tutto il lavoro veniva compromesso. Quando la cottura era ultimata si eliminava in basso i legni non cotti e si faceva spengere a poco a poco, una volta spenta, (occorrevano circa due giorni) si poteva "scarbonare". Si vedeva, allora, l'arte del buon carbonaio: quanto più i pezzi di carbone erano grandi, migliore era stata la cottura: addirittura i pezzi prendevano un colore nero azzurrognolo e avevano un tipico suono: in gergo lucchese si diceva che il carbone aveva preso "la tempera".⁴⁹

La produzione di una carbonaia variava, si potevano ottenere 100 sacchi dal legno di *capoeira* ma la miglior resa veniva dalla foresta vergine. I *machadeiros* potevano

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

lavorare a salario o per *empreitada* ma molto spesso essendo carbonai lavoravano per proprio conto.⁵⁰

I carbonai della Valle del Serchio si distribuirono in tutta quest'area del distretto federale. Un nucleo di trenta famiglie proveniva dalla frazione di Corsagna le famiglie Scardiglia, Papera, Pieroni, Particelli, Giusti, Coli, Lucchesi, Giovannini, Dinucci, Bacci, Pellegrini, Alberigi, Giampaoli, tra queste i Pieroni ed i Giampaoli ebbero un ruolo di "chiamata" dei compaesani e dettero impulso alla catena migratoria dei carbonai; andarono a disboscare le foreste della Serra do Mendanha (vicino a Campo Grande) cominciarono a produrre carbone vegetale in proprio e poi a distribuirlo prima con sei-otto grosse sacche caricate sui muli "buri" e poi caricate sul carro da trasporto e portate alla stazione ferroviaria più vicina. Le donne venivano lasciate a Campo Grande mentre gli uomini partivano in gruppo per il *mato* e rientravano alternativamente presso le famiglie.⁵¹

Dai carbonai della prima ondata migratoria, dediti prevalentemente al disboscamento ed alle carbonaie, si passò ai primi del novecento ad una seconda generazione quella dei commercianti di carbone per uso domestico e industriale. Con il passare degli anni l'attività divenne sempre più ampia e redditizia, vennero aperte delle rivendite e acquistate aree da disboscare. Dai registri dei passaporti e dagli stati d'anime, si vede come, dalla prima decade del secolo, l'attività era in pieno sviluppo. Continue erano le richieste di parenti, amici e compaesani per un turnover nel lavoro. Il Sindaco di Borgo a Mozzano poteva affermare nel 1884 che "alcuni emigranti, dopo diversi anni, avevano raggiunto una discreta posizione a Rio de Janeiro"⁵² e nel 1908 che gli emigranti si recavano "al Brasile chiamati da parenti che esercitano l'industria del carbone in vicinanza delle città popolate e lavorano unicamente per proprio conto".⁵³

Dal nucleo iniziale di cinque famiglie la "febbre del carbone" si estese dalla frazione di Corsagna a molti paesi vicine tutti avevano uno o più membri della famiglia impegnati in questa attività a Rio. Nella fabbrica di carbone di Giampaoli Giuseppe andavano a lavorare, ai primi del '900, persone provenienti da altri comuni della lucchesia: nel 1912 Taddeucci Daniele e Giannotti Eugenio, del Comune di Capannori, andavano "dal sig. Giampaoli Giuseppe esercente l'industria di fabbricazione di carbone a Rio de Janeiro".⁵⁴ L'attività passava di padre in figlio, cugini, parenti, zii, nipoti. Il Regio Console di Rio de Janeiro Cav. Mazzini scrisse nel suo rapporto al Ministero del Esteri del 1904, che a Campo Grande vi erano "più di 500 toscani per la maggioranza lucchesi quasi tutti esclusivamente occupati nella fabbricazione e nel commercio del carbone vegetale".⁵⁵ Nel maggio del 1905, Lucia Particelli di Corsagna venne autorizzata dal Sindaco di Borgo a Mozzano ad esercitare l'attività di rappresentante vettore di emigrazione per il Brasile per la compagnie di navigazione "Società Ligure

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

Brasiliana” e “O. Zino” gli abitanti di Corsagna, avevano direttamente in paese chi si occupava delle pratiche per il viaggio.⁵⁶

Gli emigranti di Corsagna costituirono delle grosse società per la produzione vendita e distribuzione del carbone. Bartolomeo Pieroni, lavorava con i suoi fratelli e nei suoi numerosi viaggi a Corsagna riportava con sé qualche compaesano. I fratelli Papera costituirono una società nel 1906 sotto la firma di Luigi e Bartolomeo Papera” para explorar a industria de carvão vegetal”.⁵⁷ L’industria del carbone fu la fortuna di queste famiglie. Bartolomeo Pieroni già nel primo decennio del secolo cominciò ad investire i risparmi nell’acquisto di immobili. Comprò una grande *fazenda* che da Ilha de Guaratiba arrivava fino alla baia di Sepetiba. Nella *fazenda* si coltivavano soprattutto frutta e principalmente agrumi.⁵⁸ All’inizio del secolo ventesimo secolo fino 1940, a Campo Grande, fu introdotta da una famiglia d’origine portoghese la coltivazione delle arance tanto che la zona fu soprannominata “O Império da Laranja”. Nel 1939 Campo Grande insieme a Realengo, Jacarepaguá e Santa Cruz, arrivarono produrre 144.577 tonnellate di arance. Con la guerra e la mancata esportazione del prodotto, la citricoltura entrò in crisi e ciò comportò la trasformazione delle grandi *fazendas* in piccoli lotti. Si moltiplicarono così i piccoli proprietari che coltivavano ortaggi e frutta per il mercato di Rio.

La “seconda generazione” di carbonai rimase ancora sostanzialmente legata a Corsagna l’andirivieni di partenze e rientri fu continuo fino alla prima guerra mondiale; i matrimoni continuavano ad essere endogamici e gli insediamenti cominciarono ad estendersi da Campo Grande a Cascadura, Madureira, Itacurussá, Guatiba, Santa Cruz e Santissimo. Alcuni componenti delle famiglie corsagnine fecero ritorno definitivo al paese prima della seconda guerra mondiale. Per molti il Brasile continuò ad essere una “stagione” come lo era andare in Corsica ai primi dell’ottocento, soprattutto per quelli che vi si recarono dai primi del novecento, quando il Brasile era meta solo di coloro che avevano un lavoro assicurato. La famiglia di Bartolomeo Pieroni e quella di Papera Luigi, che erano quelle di più antico insediamento, rimasero. I trisnipoti di Bartolomeo adesso vivono tra Rio de Janeiro e Barra da Tijuca. La grande *fazenda* di Bartolomeo è stata venduta e su una parte di questa è stato costruito uno stabilimento della Tupperware. La zona di Campo Grande cominciò ad industrializzarsi a partire dagli anni cinquanta con l’apertura della Avenida Brasil, la strada che collega Rio a S. Paulo. Si ebbero nuove migrazioni interne e la maggior parte degli italiani immigrati nella zona rurale si spostarono verso la città di Rio. Abbandonato il carbone e le attività agricole, si dedicarono alla compravendita di immobili e all’edilizia.

In conclusione l’utilizzo integrato di più fonti, che prese singolarmente sono deficitarie hanno permesso di ricostruire un secolo di spostamenti delle comunità

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

della valle del Serchio che hanno perpetuato la propria specializzazione nella produzione carbone anche in Brasile, dove l'operosità e la solidarietà di queste famiglie ha agito come fattore imprenditoriale collettivo.⁵⁹



Foto 1. Carbonai lucchesi che trasportano carbone sui buri. Brasile, 1910 circa. Fonte: Museo Paolo per la Storia dell'emigrazione italiana, Lucca (LU), Italia, 1996.



Foto 2. Domenico e Antonio Pieroni mentre consegnano il carbone. Campo Grande (RJ), Brasil, 1946. Fonte: Archivio famiglia Alberigi, Corsagna, Italia.

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti



Foto 3. I sette fratelli Pieroni Carbonai di Corsagna a Campo Grande (RJ), BR. Fonte: Archivio famiglia Pieroni /Miriam dos Santos Guimarães, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Nota: Si tratta di un fotomontaggio fatto da un trisnipote di Bartolomeo Pieroni. La foto è stata distribuita a tutte le famiglie discendenti dei sette fratelli a Corsagna ed a Rio de Janeiro. Dati i continui spostamenti tra Rio de Janeiro e Corsagna non fu possibile, all'epoca, scattare una foto che ritraeva i fratelli tutti insieme.



Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

Foto 4. I fratelli Lucchesi di Corsagna Michele (sulla bicicletta), Antonio con la bambina e Pietro. Campo Grande (RJ), Brasil, 1913. Fonte: Archivio famiglia Lucchesi Corsagna (LU), Itália.

Nota: Nella foto si nota l'abitazione tipica costruita a doghe di legno con il sistema del *pau a pique*.

Foto 5. Antonio Lucchesi con sua moglie Alberigi Francesca a Campo Grande (RJ), Brasil, circa 1925. Fonte: Archivio famiglia Giampaoli Corsagna (LU), Itália.

Nota: La foto confrontata con quella precedente mostra come nel corso di un decennio la condizione economica era migliorata. Nel passaporto veniva scritto benestante.



Foto 6. “Vina” Pieroni moglie di Bartolomeo Pieroni con alcuni nipoti e compaesani a Campo Grande (RJ), Brasil, 194-. Fonte: Archivio famiglia Pieroni /Miriam dos Santos Guimarães, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

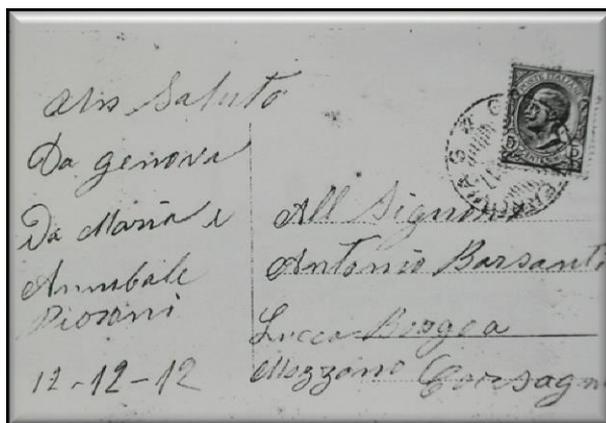


Foto 8. Cartolina spedita da Annibale e Maria Pieroni nel 1912 dal Porto di Genova alla Famiglia Barsanti di Corsagna, Italia.
Fonte: Archivio famiglia Alberigi, Corsagna, Italia

Notas e referências

- ¹ Nel 1837 furono deportati sudditi ribelli dello Stato Pontificio a Bahia e uno dei casi più noti è quello delle cinquanta famiglie del modenese a Porto Real trattato nel libro Amedeo Osti GUERRAZZI, Roberta SACCON, Beatriz Volpato PINTO. *Dal Secchia al Paraíba. L'emigrazione modenese in Brasile*, Verona: Cierre, 2002, p.12.
- ² Chiara VANGELISTA. *Dal vecchio al nuovo continente. L'immigrazione in America Latina*, Torino: Paravia, 1997, p. 18-20; Angelo TRENTO. "La grande emigrazione verso il Brasile". *Affari Sociali internazionali*, n. 4, 1980.

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

-
- ³ Un approfondimento sulle vicende della migrazione italiana a Rio de Janeiro, a partire dai primi anni dell'Ottocento, *vid.* Vittorio CAPPELLI. *La Belle Époque italiana di Rio de Janeiro*. Volti e storie dell'emigrazione meridionale nella modernità carioca. Rubbettino: Soveria Mannelli, 2013.
- ⁴ *Brasile e gli italiani*. Pubblicazione del Fanfulla. [Firenze]: [R. Bemporad & figlio], 1906, 1187.
- ⁵ Alfonso LOMONACO. *Al Brasile*. Milano: Vallardi, 1889, p. 424.
- ⁶ Emilio FRANZINA. *Gli italiani al nuovo mondo: l'emigrazione italiana in America 1492-1942*. Milano: Mondadori, 1995, p. 451.
- ⁷ ITALIA. Archivio di Stato di Lucca (ASL). *Relazione del prefetto di Lucca sulle cause e caratteri dell'emigrazione, del 6-7-1877*, Regia Prefettura di Lucca serie d, b. 579. Lucca, 1877. *Arrischiati*: coloro che rischiavano.
- ⁸ Come documentano i dati rilevati negli archivi parrocchiali e comunali dei Comuni di Barga Coreglia Antelminelli e Borgo a Mozzano, *vid.* Lucilla BRIGANTI. "La Lucchesia ed il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità, *Documenti e studi, rivista dell'Istituto Storico della Resistenza e dell'età contemporanea*, Lucca, n 14/15, p. 161-220, 1994; BRIGANTI. "Percorsi di Toscani in Brasile tra '800 e '900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais Espírito Santo". In: Mauro Reginato (a cura di). *Dal Piemonte allo stato di Espírito Santo. Aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra '800 e '900*. Atti del Seminario internazionale. Torino, 22-23 set. 1995; BRIGANTI. "L'evoluzione del fenomeno migratorio nella 'media valle lucchese' dall'Ottocento al Novecento". In: Alessio Fornasin; Andrea Zannini (a cura di). *Uomini e Comunità delle montagne*. Forum: Udine, 2002, p.159-182; BRIGANTI. "Catene migratorie per il Brasile e ricordi della guardiãs da memória discendenti di emigranti dal Comune di Borgo a Mozzano in Lucchesia, 1850-1950". In: Ercole SORI; Anna TREVES (a cura di). *L'Italia in movimento: due secoli di migrazioni (XIX-XX)*. Udine: Forum, 2008, p.435-448. Per approfondimenti sulla regione Toscana come area migratoria, *vid.* Adriana DADÀ. "Emigrazione e storiografia: primi risultati di una ricerca sulla realtà toscana", *Italia Contemporanea*, 4, 497-502, 1993: *Gente di Toscana. Nostre storie nel mondo*. Catalogo della mostra. Firenze: Regione Toscana, 2000; Caroline DOUKI. "L'émigration toscane de 1860 à 1914, rythmes et flux", *Studi Emigrazione*, 109, p. 29-47, 1993 ; Paolo CRESCI. *Il pane dalle sette croste*. Cento anni di emigrazione. Lucca: Maria Pacini Fazzi, 1996. Maria Rosaria OSTUNI. *Storia/storie dell'emigrazione toscana nel mondo*. Fondazione Paolo Cresci per la storia dell'emigrazione italiana, Lucca: Tipografia Tommasi, 2006; FONDAZIONE PAOLO CRESCI. *Sotto tutti i cieli, immagini e documenti del museo Paolo Cresci per la storia dell'emigrazione italiana*. Lucca: Tip. Tommasi, 2008.
- ⁹ Venditori ambulanti di chincaglierie e pannine. Il termine *Mascate* è stato attribuito in Brasile ai venditori porta a porta chiamati anche "turcos da prestação", l'origine deriva dall'arabo El-Matrac, riferito all'episodio dell'occupazione da parte dei portoghesi della città di *Mascate* in Oman, nel 1507, quando furono aiutati dai cristiani libanesi a portare via numerose merci. In Brasile il termine venne associato all'immigrazione proveniente dal libano che si dedicava alla vendita ambulante.
- ¹⁰ ITALIA. ASL. *Delegazione di Governo di Borgo a Mozzano*, certificati di passaporti, b. 115. Lucca, 1848-1865.

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

-
- ¹¹ BRIGANTI. “L’evoluzione del fenomeno migratorio nella ‘media valle lucchese’ dall’Ottocento al Novecento”. In: Alessio Fornasin; Andrea Zannini (a cura di). *Uomini e Comunità delle montagne*. Forum: Udine, 2002, pp. 159-182.
- ¹² ITALIA. ASL. *Prefettura Pubblica Sicurezza ed Istruzione Pubblica*, 1865-1912, b. 58, fasc.214. Lucca, 1867. Tra le diverse lettere rinvenute negli archivi segnaliamo quella di Cola Dionisio di San Pietro in Campo, frazione del Comune di Barga, che non aveva dato più notizie alla famiglia e che era partito nel 1847 come figurinaio alla volta del Brasile; aveva scritto per dieci anni alla sua famiglia dalle più disparate zone dello stato di Pernambuco dove lavorava come *mascate* e l’ultima lettera era arrivata alla famiglia nel 1867 da Nazareth dove aveva aperto un *armazém* di tessuti. Per un approfondimento sui figurinaio *vid.* Paolo TAGLIASACCHI, *Coreglia Antelminelli patria del figurinaio*, Comune di Coreglia, 1990; *Fino che il gesso fa presa... (di fame non si muore!)*. Testimonianze ed immagini dei figurinaio di Bagni di Lucca nel mondo dalla metà dell’800 agli anni ’30. Catalogo della mostra, Bagni di Lucca, 1994.
- ¹³ Nel 1888 a Rio de Janeiro vivevano 25.557 immigrati italiani – molti di questi lavoratori vivevano nelle “cabeças de porco” nei cortiços del centro Rio de Janeiro (quartiere Gamboa) e facevano concorrenza agli schiavi seppure remunerati ed esercitavano il piccolo commercio. *Vid.* Michele NAPOLI. *La colonia italiana di Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1911; Angela de Castro GOMES (a cura di). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Letras, 2000; Ambasciata D’Italia, *Presenza italiana in Brasile. Cenni sulle collettività*. Istituto Italiano di Cultura di S. Paolo, S. Paolo, 1999.
- ¹⁴ Gustavo Cesar OLIVEIRA; Rafaela Lima Costa CRUZ; Amon Narciso de BARROS. *Resgate da História das Práticas Comerciais Mineiras: Identidades e Estratégias dos Mascates, Caixeiros-Viajantes e Tropiceros*. Rio de Janeiro, 2008. Accesso in: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO-A2995.pdf>, p.9-10>.
- ¹⁵ Tra il 1887 ed il 1902, con 53.288 partenze (6,2%) la Toscana risultò quinta tra tutte le regioni del Regno per emigrazione verso il Brasile. Lucilla BRIGANTI. “Percorsi di Toscani in Brasile tra ‘800 e ‘900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais Espírito Santo”. In: Mauro Reginato (a cura di). *Dal Piemonte allo stato di Espírito Santo*. Aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra ‘800 e ‘900. Atti del Seminario internazionale. Torino, 22-23 set. 1995, p. 259-285; Syrléa Marques PEREIRA. *Mulheres imigrantes italianas e suas “caixinhas de lembranças”: memória e identidade delimitando a fronteira étnica e construindo identidades (1889-1948)*, 2003. Dissertação (Mestrado) - ICHS, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- ¹⁶ ITALIA. ASL. *Prefettura di Lucca serie d*, cat XIII, b, 749; Italia. Archivio Comunale di Villa Basilica, div.4, cat.1 fasc.51, prot. n. 804. Lucca, 1883. Nel comune di Coreglia Antelminelli nel censimento del 1881 erano segnalate 112 emigranti in Brasile il 40% erano erano figurinaio. Al Sindaco di Villa Basilica risultava nel 1876 che vicino alla città di Rio viveva un nucleo di persone della frazione di Benabbio. Italia, Archivio Comunale di Villa Basilica. div.4,cat.1 fasc.51, prot. n. 804. Villa Basilica, 1883.
- ¹⁷ T. F. BERNARDI. “Lo Stato di Minas Gerais”. In: *Emigrazione e colonie*. Raccolta dei regi agenti consolari e diplomatici. v.3 parte I, Roma: Manunzio, 1908, p.151-155; F. MAZZINI. “Gli interessi sociali ed economici degli italiani nel distretto consolare di Rio

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

-
- de Janeiro, Rapporto del Regio Console anno 1905. In: Antonio FRANCESCHINI. *Gli italiani in Sud-America*. Roma: Forzani, 1908, pp. 650-51.
- ¹⁸La clausola del “trabalho não escravo” si applicava alla compagnia ed agli imprenditori principali ma non ai subappalti.
- ¹⁹ Per l'intera vicenda dei sudditi del Regno Sabauda *vid.* Chiara VANGELISTA. “Costruire strade in Brasile: immigrati liguri e piemontesi a metà dell’ottocento”. *Dimensões*, vol.26, p.8-23, 2011.
- ²⁰Maria Lúcia LAMOUNIER. “Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravo e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX”. *Economia*, Campinas, v. 9, pp. 215-245, 2010.
- ²¹ Adriana DADÀ. “Lavoratori dell’Appennino toscano in Corsica nel secolo XIX”. *Altretalieu*, 12, 6-38, 1994.
- ²² A. DADÀ. “Uomini e strade dell’emigrazione dall’Appennino Toscano”. In: Dionigi ALBERA; Paola CORTI. (a cura di). *La montagna mediterranea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*.Cuneo: Gribaudo, 1998, p. 153-164; Adriana DADÀ. “Regioni ed aree migratorie. La Toscana ed il Pistoiese, Storia dell’Emigrazione Toscana”. *Quaderni*, 2, 3-9, 2000; DADÀ (a cura di). *Quaderni dell’emigrazione toscana*, n 2, Consulta Regionale dei Toscani all’Estero, Firenze,2000.
- ²³ ITALIA. Archivio Parrocchiale Corsagna. *Stati d’Anime*. Corsagna, 1860-1870. I fratelli Francesco e Gabriele Scardiglia di Corsagna, dopo aver emigrato per anni stagionalmente in Corsica decidono, nel 1868, all’età rispettivamente di 34 e 44 anni, di partire per il Brasile. Grazie alle annotazioni del parroco di Corsagna negli Stati d’Anime siamo riusciti a ricostruire tutte le partenze ed i rientri che avevano anche una cadenza annuale. Particelli Giuliano, partito nell’aprile 1861 appena dodicenne, lasciò Corsagna per il Brasile e nel 1869 chiamò suo fratello Davino a Rio de Janeiro.
- ²⁴ ITALIA. ASL. *Prefettura (serie d)*, b. 301, fasc 2637 e b 287 fasc. 2476. Lucca, 1874. Così riferiva il Prefetto di Lucca nella sua relazione al Ministero dell’Interno sui caratteri dell’emigrazione all’estero nel 1873.
- ²⁵ ITALIA. ASL. *Prefettura Pubblica Sicurezza ed Istruzione Pubblica*, 1871, b. 208, fasc.1664, b.287 fasc. 2476. Lucca, 1874. Vincenzo Modena aprì l’agenzia di spedizioni nel 1860 e la chiuse nel 1908, era un personaggio di spicco nel Comune dove fu anche consigliere. Dai primi del ‘900 nel solo nel comune di Borgo a Mozzano altri quattro agenti furono autorizzati dalla Prefettura di Lucca. *Vid.* Lucilla BRIGANTI. “La Lucchesia ed il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”, *Documenti e studi*, rivista dell’ Istituto Storico della Resistenza e dell’età contemporanea, Lucca, 14/15, pp. 154-160, 1994.
- ²⁶ ITALIA. ASL. *Prefettura Pubblica Sicurezza ed Istruzione Pubblica*, b. 301, fasc.2637. Lucca, 1874.
- ²⁷ Una delle caratteristiche peculiari dell’emigrazione da questo Comune verso il Brasile è la direzione verso lo Stato di Rio de Janeiro. Le maggiori correnti migratorie degli italiani si ebbero verso gli stati del Sud (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná dal 1875) dove era prevalente il sistema della colonizzazione agricola, e verso le fazendas di caffè dello stato di S.Paolo, prima, del Minas Gerais ed Espírito Santo poi.

Dossîè

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

-
- ²⁸ La città di Rodeio nel 1946 prende il nome di Engenheiro Paulo de Frontin dall'ingegnere che progettò il Túnel della ferrovia Central do Brasil.
- ²⁹ Alfonso LOMONACO. *Al Brasile*. Milano: Vallardi, 1889, p.98.
- ³⁰ Helio Suêvo RODRIGUES. *A formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro*. O Resgate da sua Memória". Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004, p 22.
- ³¹ ITALIA. Archivio Comunale Borgo a Mozzano (ACBM). *Registri dei passaporti*, cat. 4 sez. 3 ed, *Emigrazione all'Estero*, cat. XII 1878-1915. Borgo a Mozzano, 1901-1915.
- ³² Stanley J. STEIN. *Vassouras, a Brazilian Coffee Country 1850-1900*. Cambridge: Harvard University Press, 1970, p. 111.
- ³³ Zuleika Maria Forcione ALVIM. "O Brasil italiano (1880-1920)". In: Boris FAUSTO. (a cura di). *Fazer America*. S. Paulo: Edusp, 1999, p. 399.
- ³⁴ Lucilla BRIGANTI. (a cura di). *Storie mai scritte*. Gente emigrante di ieri e di oggi nel territorio comunale di Borgo a Mozzano. Borgo a Mozzano: Editto dal Comune di Borgo a Mozzano, 2005, pp. 109-110.
- ³⁵ ITALIA. ASL. *Relazioni del Sindaco alla Prefettura di Lucca*, b. 287, fasc. 2476, 5-3. Lucca, 1874. Documenti dell'archivio del comune di Borgo a Mozzano le relazioni del Sindaco alla Prefettura di Lucca ci segnalano nel 1873 la presenza di lavoratori di quel comune nelle raffinerie di zucchero vicino Rio de Janeiro come anche di carbonai.
- ³⁶ ITALIA. ACBM. *Relazione del Sindaco di Borgo a Mozzano sulle cause e caratteri dell'emigrazione propria e permanente*, cat. 4, sez. 3. Borgo a Mozzano, 1888.
- ³⁷ ITALIA. ACBM. *Relazione del Sindaco di Borgo a Mozzano sulle cause e caratteri dell'emigrazione*, cat. 4, s. 3, n. prot. 1662. Borgo a Mozzano, 12/9/1907.
- ³⁸ BRASIL. Decreto lei 8124, del 28.05.1881. *Diário Oficial*, 1881. Nel 1881 venne dato in concesso dal Governo centrale la costruzione di un *Engenho Central* a Campo Grande.
- ³⁹ Case di campagna con un piccolo lotto di terreno.
- ⁴⁰ Joana Singel FRAGA; Rogério Ribeiro de OLIVEIRA. "Social Metabolism, Cultural Landscape, and Social Invisibility in the Forests of Rio de Janeiro". M. CANEVACCI. (a cura di). *Polyphonic Anthropology - Theoretical and Empirical Cross-Cultural Fieldwork*, INTECH, p.139-156, marzo 2012.
- ⁴¹ FRAGA; OLIVEIRA, 2012, p. 140.
- ⁴² Magalhães CORRÊA. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) 1933, p. 86.
- ⁴³ CORRÊA, 1933, p. 86. In realtà Fraga e Oliveira nel loro saggio, concludono che la formazione della foresta secondaria prodotta dallo sfruttamento intensivo per la produzione del carbone agli inizi del secolo scorso non ha causato una deforestazione permanente e la biomassa è rimasta relativamente invariata, l'unica conseguenza in termini ecologici è stata una possibile riduzione della biodiversità.
- ⁴⁴ CORRÊA, 1993, p.87.
- ⁴⁵ CORRÊA, 1993, p. 86.
- ⁴⁶ CORRÊA, 1993, pp.75-79.
- ⁴⁷ CORRÊA, 1993, p. 90.
- ⁴⁸ CORRÊA, 1993, p. 93.

Dossiê

Mascates, machadeiros e carvoeiros dalla Toscana a Rio de Janeiro tra ottocento e novecento

Lucilla Briganti

-
- ⁴⁹ Gabriele MATRAIA. *Corsagna ed il "Monte"*. Corsagna: Edizioni della Casa Famiglia, 1996, p. 43. A Corsagna il trasporto del carbone veniva affidato alle donne che si mettevano la balla sulla testa ed erano capaci di portarla senza reggerla. In Brasile non abbiamo trovato testimonianza che le donne trasportassero le balle di carbone.
- ⁵⁰ CORRÊA, 1933.
- ⁵¹ Nel volume *As marcas do homem na floresta* coordinato da Rogério Ribeiro de Oliveira sono documentati, attraverso interviste fatte a vecchi abitanti della zona all'interno del massiccio di Pedra Branca, strutture utilizzate per la formazione di carbonaie sono stati rinvenuti forni per bruciare la legna oggetti risalenti agli anni cinquanta del secolo scorso e tanti frammenti di carbone. *Vid.* Rogério Ribeiro de OLIVEIRA (Org.). *As marcas do homem na floresta*. História ambiental de um trecho urbano de mata atlântica. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010, p. 92.
- ⁵² ITALIA. ACBM. *Relazione del Sindaco di Borgo a Mozzano sulle cause ed i caratteri dell'emigrazione propria e permanente*, cat. 4, sez. 3. Borgo a Mozzano, 1884.
- ⁵³ ITALIA. ACBM. *Relazione del Sindaco di Borgo a Mozzano sulle cause ed i caratteri dell'emigrazione propria e permanente*, cat. 4, sez. 3. Borgo a Mozzano, 1908.
- ⁵⁴ ITALIA. Archivio Comunale Capannori, a. 1912, b. 246, fasc. 93.
- ⁵⁵ MAE, *Bollettino Emigrazione*. Rapporto consolare del Cav. F.Mazzini, pp. 4-65, 1905.
- ⁵⁶ ITALIA. ACBM. Div, 4 sez. 10. Borgo a Mozzano, 1905.
- ⁵⁷ BRASIL. Arquivo Nacional. CODES, IJJ6N-2554. Rio de Janeiro, 1942. Luiz Papera, nato a Corsagna nel 1880, emigra con il fratello Bartolomeo nel 1895; vanno a Campo Grande dallo zio che era partito per il Brasile insieme al padre Michele nel 1865. I due fratelli si sposarono con delle italiane e nel 1906 costituirono una società per la produzione e distribuzione del carbone. Nel 1909 i Papera acquistarono, dal sig. José Antonio de Oliveira, un terreno di 500 metri x 100 al confine con la strada Rio-San Paolo in questo terreno costruirono un edificio che utilizzarono come negozio e residenza. Nel 1931 i due fratelli decidono di chiudere la società e di dividere i beni, Luiz si costruì una casa in pietra coperta di tegole fatta a Chalet con terreno nella Strada Santa Cruz a Santissimo. Queste informazioni sono state tratte dalle pratiche di domanda per la naturalizzazione conservate presso l' Arquivo Nacional di Rio de Janeiro in seguito alla Legge, del 1938, voluta dal Presidente Getúlio Vargas. Dai documenti allegati alle pratiche si viene a conoscere tutta la vita familiare ed economica degli emigranti.
- ⁵⁸ Testimonianza concessa all' autrice per Miriam dos Santos Guimarães, trisnipote di Bartolomeo Papera. Rio de Janeiro, mar. 2001.
- ⁵⁹ Sulla presenza italiana nello Stato di Rio de Janeiro *vid.* Julio Cezar VANNI. *Italianos no Rio de Janeiro*. A história do desenvolvimento do Brasil partindo da influência dos italianos na capital so Império. Niterói: Editora Comunità, 2000, p. 41; Syrléa Marques PEREIRA. *As "guardiãs da memória"italianae suas "viagenes de retorno"*. In: Ercole SORI; Anna TREVES. (a cura di). *L'Italia in movimento:due secoli di migrazioni (XIX-XX)*. Udine: Forum, 2008, pp. 449-464.

***“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria
vira violência entre famílias camponesas italianas
(Brasil e Itália, século XIX)***

Maíra Ines Vendrame
Universidade do Vale do Sinos
UNISINOS

Resumo: O presente artigo pretende analisar elementos da cultura dos imigrantes italianos que se fixaram na região central do Rio Grande do Sul, especificamente, na Colônia Silveira Martins fundada em 1877. Nos locais de instalação foram surgindo pequenas comunidades, e tais espaços passaram a ser caracterizados a partir da vivência de crenças próprias do universo camponês, dentre elas a certeza de que certas doenças eram resultadas de bruxarias. Se o espaço da vizinhança era marcado pelos contatos solidários entre as famílias, pela circulação de reciprocidades, também deve ser entendido a partir da ocorrência de confrontos violentos. Nesse trabalho, analisarei conflitos entre famílias vizinhas, ocasionados por crenças em bruxarias, tanto no sul do Brasil como na Itália. É importante perceber a presença de padres católicos inseridos nesse universo, que, ao buscarem ter o monopólio do sobrenatural, acabavam por legitimar a crença dos camponeses.

PALAVRAS-CHAVES: Imigrantes – Cultura camponesa – Bruxaria – Itália – Rio Grande do Sul.

Abstract: This article looks at some cultural practices of Italian immigrants who settled in central Rio Grande do Sul, specifically in the Colony Silveira Martins founded in 1877. At the installation sites were emerging small communities, and such spaces were characterized from the experience of own beliefs peasant world, among them the certainty that certain diseases were originated of witchcraft. If the vicinity of the space is marked by solidarity contacts between families, by the circulation of reciprocity, can also be understood by the occurrence of violent confrontations. In this paper, I will analyze conflicts between neighboring families caused by beliefs in witchcraft, both in southern Brazil and in Italy. It is important to realize the presence of Catholic priests entered this context that, in seeking to have the monopoly of the supernatural, ended up legitimizing the belief of the peasants.

KEYWORDS: Immigrants – Peasant culture – Witchcraft – Italy – Rio Grande do Sul.

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

No espaço da vizinhança e da vivência comunitária, os camponeses italianos estabeleciam laços de solidariedade e reciprocidades essenciais para garantir as mais variadas assistências, como auxílios que garantissem a reprodução e sobrevivência do grupo familiar. Nesse sentido, a interação entre as casas próximas era realizada a partir das relações de cumplicidade, reciprocidade e auxílio, sem excluir, contudo, as rivalidades. Era nesse ambiente que surgiam os conflitos e julgamentos mais graves. Para este trabalho, optou-se por uma perspectiva de análise que encontra nas fontes judiciais informações sobre eventos e protagonistas, apontando para práticas culturais e percepções específicas do grupo camponês.

Através dos processos-crime é possível analisar, além de certos costumes presentes no universo camponês, o modo como os indivíduos se comportavam para solucionar determinados impasses ou restaurar uma determinada ordem na família. Entendo que a documentação judicial oferece a possibilidade de reconstruir os modos pelos quais os indivíduos percebiam, praticavam e exprimiam a realidade. Nesse sentido, indicam para fatos que quebravam com determinado ideal de harmonia na vizinhança, sugerindo também à existência de iniciativas autônomas de reconciliação entre as partes em conflito.

Além da documentação referida, utilizarei aqui os escritos de um padre que imigrou para o Brasil a fim de atuar entre os imigrantes italianos que se encontravam no território sul-rio-grandense. Ao desempenharem a função de pároco entre a população colonial, muitos dos sacerdotes europeus se depararam com crenças próprias de uma cultura agrária, no qual certos indivíduos tinham o poder de manipular o sobrenatural, tanto para o bem quanto para o mal. Nesse trabalho, portanto, faremos uma análise das percepções culturais e práticas sociais das famílias, bem como o desempenho dos sacerdotes nos núcleos colônias perante as demandas da população colonial.

Intrigas na vizinhança

Diferentes motivos podiam desestabilizar as relações entre as famílias nas comunidades coloniais, e as mulheres imigrantes aparecem, muitas vezes, como protagonistas dos conflitos ocorridos na vizinhança. Se, por um lado, a proximidade entre as casas demandava iniciativas de solidariedade e auxílio, por outro, também podia favorecer o surgimento de atritos. Um exemplo disso pode ser visto no conflito surgido entre as italianas Maria

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

Bortoloto (29 anos, casada) e Mônica Pozzer (74 anos, viúva). Ambas residiam no povoado de São João do Polêsine, localizado na região central do Rio Grande do Sul, no quarto núcleo de colonização italiana do Estado.¹

Na manhã do dia 10 de novembro de 1905, Maria invadiu a casa de Mônica e a agrediu fisicamente, por considerá-la culpada pela doença que havia se abatido sobre um dos filhos. A viúva se encontrava sentada na porta da residência quando foi interpelada pela vizinha. Refugiando-se no interior da casa, foi perseguida pela rival enfurecida. Em tentativa de estrangulamento e “socos por diversas partes do corpo” a agressora derrubou a viúva no chão e a dominou. Enquanto batia a agressora afirmava que o fazia por vingança e “para que seu filho sarasse”, acusando-a de ser autora do “feitiço” que havia deixado o filho doente.² A seguir, os familiares encontraram a vítima “gemendo e chorando” no chão da cozinha, confessando ter sido espancada por Maria Bortoloto. Denunciou, também, que sofrera ameaças de morte caso não tirasse “o feitiço” que causara a enfermidade do filho. No dia seguinte, o genro de Mônica Pozzer comunicou o ocorrido ao subdelegado José Marques Ribeiro, demandando que fosse a agressora repreendida pelo “procedimento irregular” que teve com a vizinha.³

Fazia quinze anos que Maria residia na comunidade de São João do Polêsine, vindo para o local em companhia dos pais, que emigraram do estado de Santa Catarina. Em novembro de 1905, quando Maria apareceu como ré nas investigações policiais, ela se encontrava casada com o agricultor Antônio Bortoloto. Até aquele momento, nunca tinha vivido uma experiência de ser denunciada às autoridades policiais. Nos dias subsequentes ao ataque, e frente ao agravamento do estado de saúde da viúva Mônica, foi realizado, pelas autoridades, auto de corpo de delito, sendo também interrogados os familiares de ambas as mulheres.

Representando a esposa perante o subdelegado, o imigrante Antônio Bortoloto alegou que Maria não podia comparecer para prestar depoimento, pois o filho que amamentava se encontrava doente. Também relatou que no dia da agressão a mesma havia permanecido na própria residência na companhia de um casal de cunhados.⁴ Posteriormente, em depoimento, Maria negou ter sido a autora das agressões físicas à viúva, e que jamais a forçara a “desfazer o feitiço sobre seu filho”. No entanto, os filhos e o genro da agredida sustentaram que o ataque violento contra Mônica havia sido empreendido por Maria Bortoloto.⁵ Dias depois a viúva veio a falecer.

Apesar de os familiares da vítima defenderem que o confronto entre as vizinhas havia sido motivado por “questões de feitiço”, alguns não

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

acreditavam que a morte era consequência direta da agressão física. As opiniões entre os integrantes do próprio grupo parental apresentavam divergências. Os filhos de Mônica se empenharam em minimizar a responsabilidade da denunciada, apontando que a idade avançada da mãe e o fato de sofrer de várias moléstias eram causas determinantes da morte. Reforçando a justificativa, ressaltaram o constante envolvimento de “todos os parentes” em fornecer medicamentos para a viúva se curar de suas enfermidades. Segundo José Pozzer (37 anos, casado, agricultor) – filho da agredida – não existia inimizade alguma entre a sua mãe e a acusada e, embora tenha sido Maria a responsável por causar “algumas contusões no corpo” da mãe, ele não podia precisar a causa da morte. Semelhante opinião foi apresentada por outros dois filhos, que não confirmaram a culpabilidade da agressora.⁶ Certamente, ao falar da assistência dada por “todos os parentes”, eles estavam se referindo, também, à família de Antônio Bortoloto, marido da agressora, visto que existiam laços de parentesco ritual que os aproximava.⁷

O genro da falecida e autor da denúncia, no entanto, diferentemente dos cunhados, apontou Maria Bortoloto como a responsável pela morte de Mônica e que tal fato era “voz corrente no Quinto Distrito” de Cachoeira do Sul, local onde todos residiam. Indicando a existência de desacordo entre os depoimentos dos parentes da viúva agredida, o genro denunciou ter sido a sogra “prostrada por terra e espezinhada pela denunciada”, falecendo três dias depois. Desse modo, contrariava a versão dos filhos que disseram que a morte ocorreu oito dias após a agressão. Um dos sobrinhos da vítima confessou existirem “inimizades na família” [Pozzer] e, por isso, ele estava de “relações cortadas com os seus primos”. Confirmou “por ouvir dizer” que Maria Bortoloto fora a responsável pela morte da tia, e que essa “gozava de boa saúde”, contradizendo, assim, a justificativa dos primos.⁸

Como se percebe, os familiares e parentes de Mônica Pozzer (a viúva morta) não expuseram a mesma opinião sobre o incidente, não estando empenhados em auxiliar a justiça do Estado na investigação do caso. A existência de desacordo entre os membros do grupo parental fez com que não houvesse união no momento em que os filhos da viúva procuravam sincronizar os depoimentos. Era no momento do surgimento de situações como a descrita acima que as solidariedades internas na família, parentela e vizinhança deveriam se tornar fortes, procurando evitar ao máximo o julgamento por parte da justiça do Estado.

Ao oferecer denúncia ao subdelegado, o genro da viúva acionou o recurso do Estado para que a agressora fosse apenas censurada pelo seu

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

procedimento. Não era o julgamento pela morte da vítima que estavam buscando, uma vez que procuraram não conferir culpabilidade à agressora. Nesse sentido, a denúncia funcionava como uma forma de justiça que, através da exposição local, buscava a restauração do equilíbrio e, possivelmente, o estabelecimento de acordos privados entre as famílias envolvidas. Está claro que não houve empenho dos familiares da viúva para que a morte da mesma fosse vingada através da condenação no tribunal do Estado.

Logo que as investigações foram encerradas, a acusada foi absolvida pelo juiz que não encontrou provas de ter sido Maria a responsável pela morte da viúva Mônica. O falecimento foi justificado como consequência da idade avançada e o debilitado estado de saúde da mesma, conforme desejavam os filhos da vítima. A apresentação de interpretações controversas sobre o incidente indica o empenho de alguns para que a acusada não fosse condenada pela justiça, uma estratégia para encaminhar uma conciliação entre as casas vizinhas sem a mediação do Estado.

Para além dessa questão, o conflito apresentado demonstra que a paz local, em um primeiro momento, havia sido rompida devido às suspeitas de “feitiçaria”. Somado a isso, desde há algum tempo existiam “inimizades de família”, ou seja, desacordos e tensões entre os membros do grupo parental extenso. Talvez os ódios estivessem ligados a questões relacionadas a desacordos quanto à divisão dos bens entre Antonio Bortoloto e os filhos da viúva Mônica. Isso porque Bortoloto, as irmãs e os cunhados – membros aparentados da família Pozzer – estavam envolvidos na realização de inventário.⁹ A existência de rivalidades, bem como o temor de possível vingança, foi fundamental para que a ideia do feitiço viesse à tona. O recurso ao sobrenatural para causar algum mal aos membros do grupo rival aparece como uma das explicações plausíveis para muitas famílias camponesas que viveram nas regiões do norte da Itália e nos núcleos de colonização italiana surgidos no sul do Brasil.

Entre as vizinhas envolvidas no conflito por “questões de feitiço”, no decorrer da investigação, em nenhum momento aparecem indicações da existência de divergências pretéritas, apesar de se supor alguma rivalidade fruto dos contatos cotidianos. O confronto estava ligado a conflitos, desconfianças e condutas anteriormente reprovadas. Frente ao juiz, a acusação de feitiçaria ganhou pouco destaque, e o motivo da morte não foi apontado como consequência direta dos ferimentos recebidos, mas como decorrentes da idade avançada da viúva. A manutenção do sigilo sobre os fatos, que teriam ocasionado o confronto, se justifica pelo temor de que a

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

exposição se tornasse vergonha para os familiares da vítima, causando, além disso, mais prejuízos à harmonia e à segurança local. Somado a isso, existia a não intenção por parte dos membros das famílias que os reais motivos da agressão à viúva fossem explicitados. Esse silêncio surge como uma estratégia de proteção, evitando, assim, que houvesse alguma condenação exterior às ideias que os imigrantes tinham sobre “feitiço”.

O surgimento de disputas entre as mulheres podiam ser frequentes na vizinhança, mas a população local atribuía grande estima para os corresidentes que procuravam evitar o envolvimento em confrontos. Entre os depoentes também foi ressaltado o “bom comportamento” de Maria Bortoloto, sendo escondida a ausência de alguma “inimizade” entre ela e a viúva agredida.¹⁰ Na busca pela reconstituição das redes de mútuo-auxílio e solidariedade entre os vizinhos, tão importantes no universo camponês estudado, se fazia necessário solucionar, o quanto antes, os impasses. Assim, interessava a ambas as partes agir de forma a não alimentar o surgimento de novas hostilidades, procurando restaurar a harmonia e as relações de reciprocidade entre as famílias.¹¹ Enquanto ideal almejado, a procura pela restauração da tranquilidade na vizinhança orientava o comportamento dos indivíduos de diferentes maneiras. Podia se expressar no momento em que acionavam o recurso da justiça externa ou quando conferiam limites ao desenvolvimento das investigações, segundo constatou-se no processo analisado. O próprio empenho na preservação das solidariedades e redes de apoios é um aspecto que se manifesta em situações de conflito, principalmente quando os incidentes locais passavam a ser investigados pela justiça do Estado.¹²

Através de omissões e silêncios nos depoimentos pode-se perceber como os indivíduos, de forma consciente, procuravam impedir a condenação nos tribunais. Os filhos da viúva Mônica buscaram evitar o julgamento pelas instâncias judiciais da acusada Maria Bortoloto. Com esse procedimento podiam controlar o surgimento de novas desavenças. As omissões presentes na investigação policial indicam a adoção de mecanismos para estabelecer certo domínio sobre os fatos ocorridos. Conduzir a disputa através de alternativas extrajudiciais, mesmo após ter sido apresentada queixa às autoridades policiais, surge como um modo de resolução negociada dos conflitos. Acredito que a escolha pelo caminho do restabelecimento da paz pelos integrantes de ambas as famílias tenha sido determinante para evitar a condenação da agressora Maria. Desse modo, procuravam cessar com as desavenças entre membros da vizinhança, pois essas não ofendiam unicamente a lei, mas, principalmente, as regras fundamentais do bem viver

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

na comunidade. Na sequência, através de outro exemplo, iremos perceber o quanto a questão da paz para um indivíduo ou grupo surge como uma preocupação constante, ou ainda como instrumento importante de controle social e proteção das famílias nas comunidades.

Conflito e paz

Conforme constatamos no episódio apresentado, a violência física empreendida pela imigrante Maria Bortoloto contra Mônica Pozzer seguiu uma sequência de fatos que haviam desestabilizado as relações de confiança entre as vizinhas. Existências de atritos anteriores levaram a agressora a interpretar a doença do filho como originária de “feitiço” lançado pela vizinha. Tal entendimento encontra explicação na crença de que um estado de enfermidade prolongado e sem explicação aparente estava ligado a forças sobrenaturais, acionadas por alguém para causar prejuízos à adversária. Situações semelhantes de violência contra mulheres suspeitas de lançarem feitiços e invocarem espíritos haviam sido vividas pelas populações camponesas da região do Vêneto no decorrer do século XIX. Tais crenças eram motivadoras de conflitos e tensões entre indivíduos e grupos na vizinhança. Como a viúva Mônica, “muitas eram as velhas” que tinham se tornado alvo do ódio nas comunas italianas, acusadas de causar “doenças incuráveis” e outros danos às pessoas que caíam na “mira dos seus sortilégios”.¹³ Geralmente, tais mulheres possuíam as características clássicas da “perigosa *strega*”: eram velhas e viúvas.

O comportamento de algumas mulheres fazia com que fossem acusadas de fazer uso da magia. A fama, entre a vizinhança, de que tinham tal poder não se limitava a uma simples avaliação relacionada a um determinado episódio, mas, pelo contrário, era algo que ia se constituindo através de suspeitas cotidianas e experiências vivenciadas localmente. Logo, a perseguição a uma *strega* não envolvia apenas as mulheres, mas podia mobilizar diversas pessoas pertencentes a um mesmo grupo familiar. Em maio de 1880, na comuna de Loria, província de Treviso, o camponês Sebastião Olivo (40 anos, analfabeto), casado com Rosa Meneghetti (38 anos, analfabeta), apresentou queixa de “injúria e ameaças” contra Antônio Ferronato, a esposa Lúcia Bianchi e o filho José. A denúncia foi motivada por causa das ameaças de morte e assaltos que os membros da família Ferronato haviam realizado contra Rosa, quando essa circulava pelos campos e estradas do lugar. Os perseguidores possuíam a convicção de que aquela tinha “enfeitado” Bernardina Orso – mulher de José Ferronato –, que já há algum tempo se encontrava doente, sem manifestar qualquer sinal de melhora. O denunciante Sebastião Olivo afirmou que não duvidava de que realmente a

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

enfermidade da vizinha estava relacionada aos males causados por uma *strega*, no entanto, assegurava não ser a esposa culpada.

Não satisfeitos com as explicações apresentadas por Rosa, dias depois, quando ela passava pela estrada próxima à residência da família Ferronato, foi novamente alvo de perseguição. Quando surpreendida, Rosa refugiou-se na casa de um conhecido. Enquanto isso, externamente, os denunciados a “ameaçavam de morte caso não liberasse” Bernardina “da doença que a oprimia”. Frente à impossibilidade de levar a cabo as intimidações, lançaram avisos à Rosa advertindo que em ocasião propícia a puniriam. Proferiram, também, “outras ameaças e palavras injuriosas em alta voz”, na presença de diversas pessoas, que se encontravam no lugar, que foram consideradas ofensivas a sua família. Somente quando escoltada por quatro pessoas Rosa Meneghetti retornou em segurança para sua residência.¹⁴

O camponês Sebastião Olivo apresentou denúncia por “injúrias e ameaças” contra o casal Ferronato e o filho. Ao ser comunicado do ocorrido, o *sindaco* de Loria convidou ambas as famílias para se apresentarem no ofício local a fim de tentar estabelecer “conciliação”. Apenas compareceram, porém, Rosa e o marido, e não os membros da outra família.¹⁵ Em depoimento, Rosa Meneghetti ressaltou serem injustificáveis as intimidações proferidas por José Ferronato. Enquanto “direito sagrado”, requeria o retorno da tranquilidade e “paz para toda a família”.¹⁶

Nesse caso, o recurso da justiça externa surgia como a única alternativa para que os insultos à ofendida – qualificada como *strega* e “julgada autora de malefício” – fossem reparados frente à opinião pública local. Era, ainda, uma forma de compensar os prejuízos causados pelos embates que, por sua vez, não seriam favoráveis caso fosse realizada imediatamente uma reconciliação privada entre as partes, conforme havia proposto o *sindaco* de Loria. Logo, o não comparecimento do outro casal foi um indício de que esses não aceitaram a proposta de acordo privado. As tentativas de vingança e as palavras ofensivas que haviam prejudicado a tranquilidade da família na comunidade necessitavam ser compensadas.

O recurso judiciário podia surgir como uma forma de eliminar as chances de futura *vendetta*, diminuir as tensões na vizinhança e exigir ressarcimento pelas injúrias. O restabelecimento da paz, muitas vezes, não seria alcançado sem um ajustamento que passava por iniciativas privadas ou públicas de compensação. Em determinados casos de conflito na vizinhança, antes da renúncia à acusação, se fazia necessário expor os rivais a situações de constrangimento e permitir a elaboração de registros escritos. Somente

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

depois disso se abria a possibilidade de uma abdicação da queixa e acordo extrajudicial.¹⁷ Recorrer à justiça do Estado era uma forma de atacar o oponente, causando, em contrapartida, prejuízos à reputação individual e familiar daqueles que se viam expostos à investigação e aos julgamentos locais. Em determinadas situações de conflitos entre famílias, o recurso do processo judicial se apresentava como uma opção necessária para restabelecer a paz e a ordem social interrompida frente às injúrias proferidas.

A denúncia tinha como objetivo obter compensação moral, uma vez que os conflitos entre os membros de uma mesma comunidade não ofendiam simplesmente às normas jurídicas, mas às regras de convivências entre as famílias. Em depoimento, a própria Rosa Meneghetti – que vinha sofrendo frequentes perseguições por ser acusada de *strega* – expôs que desejava a paz para si e a família. Apesar de viver em contexto e momento diferente da viúva Mônica, caso visto anteriormente, a camponesa Rosa também foi apontada por conhecidos como bruxa. Como tal, havia sido exposta aos comentários da vizinhança que lançavam desconfianças ao seu comportamento. O fato de ser perseguida como bruxa sugere indiscutivelmente a maneira como era percebida por algumas famílias rivais. Logo, a fama de *strega* era um dos aspectos que também determinavam a honra das mulheres em algumas sociedades, para além do comportamento sexual e da castidade. As desconfianças que recaíam sobre uma mulher podiam nascer das suspeitas e comentários negativos de que a mesma tinha poder de manipular o sobrenatural, causando algum incômodo ou enfermidade às rivais.

Dependendo do comportamento cotidiano e desavenças na vizinhança, algumas camponesas podiam ser acusadas de serem bruxas, conforme se constatou ao analisar os casos apresentados. Nas comunidades rurais italianas, conflitos inevitáveis e situações de violência física eram desencadeados frente às suspeitas lançadas sobre o procedimento de que as mulheres podiam lançar feitiços, através do uso de recursos sobrenaturais.¹⁸ A preservação deste tipo de percepção, aqui visualizada no entendimento do poder excepcional de certas pessoas de fazer adoecer ou causar algum mal a outra, foi vivenciado pelos imigrantes italianos nos núcleos coloniais. Tais experiências provocaram o surgimento de punições e violências enquanto mecanismo para reparar um mal que acreditavam ameaçar a tranquilidade das pessoas e famílias. O recurso da agressão física através do assalto privado ou público era uma forma legítima para que o mal lançado se desfizesse. Nesse sentido, as retaliações se apresentavam como um dos modos mais eficazes para restaurar o controle sobre os prejuízos físicos,

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

morais e sociais à família. Além da crença na eficácia dos feitiços e em bruxas, os imigrantes acreditavam que as doenças nos animais ou pragas nas lavouras também tinham origem sobrenatural. Logo, buscavam proteger os bens e plantações, solicitando aos padres que realizassem bênçãos e exorcismos, conforme veremos na sequência.

Costumes dos italianos

As crenças em bruxas e ritos à fertilidade, muito presente na cultura popular camponesa da Itália dos séculos XVI e XVII, foram revividas, pelo menos em alguns aspectos, pelas famílias imigrantes que se transferiram para os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. Quando do início da Grande Emigração, na década de 70 do século XIX, as crenças em bruxas e nos males que essas podiam causar se encontravam muito presente entre as populações rurais da região do Vêneto e do Friul. Destes lugares partiram para a América do Sul grande número de famílias camponesas, que levaram consigo as crenças em bruxas, na força dos feitiços causados por elas e, por fim, no poder de determinados padres de intervir, afastando males à saúde e outros infortúnios do qual eram vítimas, ou poderiam vir a ser. A confiança na competência de certos sacerdotes de exorcizar os campos contra as doenças que ameaçavam as plantações era recorrente entre as populações rurais das comunas do norte da península.¹⁹ Tais crenças faziam parte de uma vasta cultura oral com origens pagãs que não desapareceu totalmente frente à expansão da religião católica no medievo e na época moderna.²⁰ Na verdade, muito além de desaparecer, elas se transformaram, sendo alguns ritos agrários incorporados às práticas religiosas católicas.

Desse modo, as famílias de emigrantes que deixaram as províncias do norte da península itálica e se transferiram para o Brasil meridional trouxeram uma variedade de crenças próprias de uma cultura camponesa. Os padres de origem europeia que passaram a trabalhar nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul apontam para a existência de determinadas práticas e concepções mágicas dos italianos. Além de indicar para a forma como tal racionalidade se manifestava no cotidiano, ressaltam para o próprio desempenho dos padres frente às crenças dos imigrantes. O sacerdote Francisco Burmann, que, em 1905, passou a trabalhar entre a população colonial da região central do Rio Grande do Sul,²¹ faz referência em seus manuscritos à frequência com que a população solicitava para que fossem realizadas bênçãos para proteger as plantações e os animais.

Segundo o mesmo sacerdote, os imigrantes acreditavam na eficácia da realização de exorcismos em animais, em pessoas doentes e lavouras

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

ameaçadas pela invasão de gafanhotos, por isso, a “pedido do povo”, tinha de passar de casa em casa para benzer os animais, as pessoas enfermas, as sementes, os galpões e as próprias residências. Portanto, frente à demanda, Burmann realizava frequentes viagens a cavalo pela região colonial, visitando todas as casas das famílias para realizar bênçãos. Entendiam a benção como um recurso eficaz para evitar infortúnios e a miséria na família. Relatando sobre as visitas às famílias, padre Burmann afirma que no interior das residências, na mesa de comer, havia encontrado “bacias cheias de milho e sal para o gado doente e também lenços de cabeça, de bolso, camisas e pão para os membros grandes e pequenos doentes da família”.²² Para se proteger contra infortúnios, que muitas vezes podiam ser causados por feitiço lançado pelo vizinho rival, os imigrantes procuravam a intervenção do sobrenatural.

Assim, a demanda por parte das famílias de que o sacerdote atendesse o “costume dos italianos” de benzer todas as suas posses era percebida como positiva por Burmann.²³ Isso porque o padre via aquele momento como oportuno para conhecer e estabelecer certo controle sobre as crenças e as atividades da população colonial. Ao legitimarem algumas das práticas que se encontravam um pouco distante dos procedimentos religiosos oficiais, os sacerdotes reforçavam os vínculos com os imigrantes, pois atendiam as necessidades mais íntimas e particulares do grupo que tinha uma matriz cultural camponesa. Pode-se afirmar, então, que os interesses de ambos acabavam convergindo. Ao realizar as bênçãos e outros rituais sobrenaturais, os sacerdotes acabavam por fiscalizar os comportamentos privados, buscando alcançar maior inserção entre as famílias locais.

Nas regiões de colonização, a recorrência às bênçãos por parte da população é um assunto ressaltado pelos padres que atuaram nas primeiras décadas de ocupação dos referidos locais. Inicialmente, os sacerdotes de nacionalidade europeia, que não tinham uma experiência pretérita de atuação entre as populações camponesas italianas, a exemplo do referido Francisco Burmann, num primeiro momento, perceberam com estranhamento as crenças do grupo, porém, logo estabeleceram diálogo com a cultura agrária dos imigrantes. Dialogar com tal universo tornou-se uma estratégia de atuação, a fim de conquistar confiança dos paroquianos e também prestígio entre a população colonial.

Como já se ressaltou anteriormente, as famílias solicitavam que não somente as casas deveriam ser bentas, mas também os parreirais, as plantações ao redor da casa, as árvores, os animais e os galpões que serviam de abrigo para galinhas e porcos. Além das bênçãos e rituais contra infortúnios, os padres

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

também eram procurados para afastar feitiços, acreditavam que algumas doenças e desventuras tinham origem sobrenatural, sendo manipuladas por alguém que lhes queria causar algum mal. Entre os imigrantes estabelecidos dos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, existia uma forte crença na eficácia dos rituais realizados pelas benzedeiros ou curadores,²⁴ do qual os clérigos procuraram obter o controle, passando a realizar determinados procedimentos rituais, mesmo que esses estivessem distantes das orientações do catolicismo oficial.²⁵

Assim, devido ao bom desempenho, alguns sacerdotes adquiriram grande fama entre a população colonial. Isso ocorreu, especialmente, porque aqueles, ao realizarem os rituais que lhes eram solicitados, foram construindo certa notoriedade, como a de que através de suas intervenções sobrenaturais conseguiam “desfazer intrigas entre as famílias e desmascarar os curandeiros, espíritos e bruxas”. Nas comunidades da ex-Colônia Silveira Martins,²⁶ padre Burmann não se furtou em atender aos pedidos das famílias para realizar exorcismos contra os gafanhotos que atacavam as lavouras e os ratos que assaltavam “as moradias e os galpões, comendo tudo o que era comestível”. Para defender os estragos causados às plantações e aos cereais armazenados, os exorcismos realizados se apresentavam como um dos recursos válidos que os sacerdotes, mesmo achando estranha a crença, não se furtavam em atender. Se alguns se tornaram famosos pelos exorcismos em animais, outros adquiriram fama ao conferir bênçãos às gestantes e prescrever rituais mágicos para a cura de enfermidade em pessoas e animais.²⁷

Apontados como portadores de um “espírito supersticioso”, os imigrantes eram acusados de dar importância para fatos considerados insignificantes na visão de alguns sacerdotes, como o de acreditar em bruxas e persegui-las, conforme relatou frei Bruno de Gillonnay. Esse defendeu que as bênçãos em animais daninhos, formigas, ratos, gafanhotos, bem como das casas, plantações, pessoas doentes e mulheres grávidas, apesar dos exageros, podiam ser toleradas, pois eram “litúrgicas”, ou seja, faziam parte do ritual formal católico. No entanto, a “ideia supersticiosa muito espalhada de que a eficácia dependia da boa ou má vontade do padre” era algo a ser combatido, na opinião do Frei Gillonnay. Para vencer as “crendices”, aconselhava os padres a trabalhar com muita paciência para “eliminar do espírito dos colonos” o que existia de supersticioso, como a solicitação de “bênçãos contra os feitiços ou exorcismos contra fantasmas e obsessão”.²⁸ Mas, como vimos anteriormente, nem todos os padres que atuaram nos núcleos colônias procuram combater a ideia de que a eficácia de determinados rituais

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

estava ligada à força ou à boa disposição dos sacerdotes que realizavam as bênçãos e os exorcismos. Muito pelo contrário, esses viram no atendimento aos pedidos dos imigrantes uma maneira de conquistar espaço e prestígio nas comunidades, especializando-se, muitas vezes, em determinado tipo de ritual de cura.

Uma ampla variedade de doenças físicas e mentais era entendida como consequência da ação de forças sobrenaturais, sendo a “possessão demoníaca” uma das explicações aceitáveis quando a pessoa manifestava comportamento estranho. Questionando uma mulher enferma, Francisco Burmann deparou-se com a seguinte resposta: “a senhora crê que o padre pode curá-la? Sim, as pessoas me disseram que eu devia procurar o novo padre, que veio da Itália. Ele poderia dar-me uma forte bênção”. Frente a situações como essa, o padre se investia de objetos, símbolos e sinais que lhes conferiam poder, realizando, na sequência, o ritual de bênção ou exorcismo a fim de livrar a solicitante dos males que lhes atingiam. Porém, em casos como o apresentado, não eram todos sacerdotes que podiam ser procurados, apenas aqueles que já possuíam alguma fama, demonstravam tolerância para com tais crenças, e, principalmente, evidenciavam capacidade ao acionar o sobrenatural através de rituais mágicos e utilização de símbolos católicos para afastar as doenças e espíritos maléficos.

Relatando outra situação, Francisco Burmann fala do desempenho de um colega de batina que realizava expulsões do demônio em mulheres que se diziam possuídas por “espíritos maus”, porém, para ele se tratava de um caso de “histeria avançada”. Assim, atendendo ao chamado dos familiares, o sacerdote Jacó Pfändler se deslocou até a casa da doente, tendo encontrado no lugar uma “grande multidão que tinham ocorrido para verem a expulsão”. Como a “mulher tinha a ideia fixa de ter um mau espírito no corpo”, foi sugerido pelo referido clérigo que os homens presentes no local abrissem um buraco de dois metros de profundidade na frente da casa. Na sequência, solicitou uma garrafa com rolha, se deslocou até o quarto da doente, e, ali, “pronunciou algumas palavras misteriosas”, gritando alto em seguida: “agora tenho o mau espírito na garrafa, saiu ligeiro do quarto e lançou-a logo no buraco fundo, que foi logo tapado”.²⁹

Apesar de se manifestarem incrédulos com relação às explicações conferidos pelas pessoas, alguns padres se destacaram, conquistando fama, ao atender aos pedidos da realização de “rituais e bênçãos fortes”. O papel de curador e exorcista desempenhado por alguns sacerdotes foi vivenciado como um mecanismo de construção do poder, tendo permitido a constituição de uma sólida base de apoio nos núcleos coloniais.

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

Semelhante ao episódio apresentado acima, Francisco Burmann relata outro caso em que a mulher doente acreditava ter sido vítima de um enfeitiço, tendo sido ele chamado para desfazer o mal lançado sobre a enferma. Assistido por parentes e conhecidos da doente, benzeu o quarto e a casa da “enfeitiçada”, conferindo a mesma uma benção. Relata ter deixado os presentes admirados com a força do ritual, pois a doente se encontrava mais calma. Parece ser esse um dos objetivos dos sacerdotes, ou seja, impressionarem os presentes e restaurar a ordem quebrada com seus gestos, palavras e ritos. O referido padre percebeu ser forte a crença de que “certas mulheres velhas eram bruxas, as quais podiam causar grandes males numa família” por causa dos “maus desejos e imprecações”.

Ao recorrerem ao sacerdote, os imigrantes buscavam restabelecer a ordem perdida, a harmonia do cotidiano e a saúde das vítimas.³⁰ Conforme vem se demonstrando através dos episódios apresentados, para maior parte da população colonial, o “mal físico” normalmente era visto dentro de um “contexto que não é naturalista, e sim cósmico”. Por causa disso, geralmente, atribuíam explicações sobrenaturais às doenças, podendo acionar diferentes recursos para alcançar a curas, como recorrer aos curandeiros e padres exorcistas. No entanto, na região colonial, esses últimos iriam trabalhar para estabelecer uma hierarquia com relação a quem devia ser procurado. Mais que isso, quando das visitas às casas das famílias, condenariam fortemente a busca por benzedeadas e curandeiros. Os sacerdotes buscavam garantir o monopólio do sobrenatural. Os padres queriam ser vistos como os únicos capazes de manipular as forças cósmicas para curar os males da alma e do corpo dos imigrantes.

Desse modo, a fim de controlar a grande procura pelos “curandeiros e espíritos”, os sacerdotes passaram a atribuir àqueles, bem como às “sessões noturnas” das quais a população participava, à causa de todos os males. Segundo Burmann, os “doutores milagrentos” alegavam aos imigrantes que suas doenças e males provinham de uma má pessoa. “Na maioria das vezes, de uma péssima mulher que, geralmente, era uma parenta próxima ou uma vizinha”. Tais explicações eram motivadoras de brigas na vizinhança e na família. De acordo com a opinião do referido sacerdote, os “doutores milagrentos” e “espíritos” foram apontados como os culpados por algumas desordens e conflitos na região colonial, no entanto, essa não era a compreensão que tinham aqueles que os procuravam. É verdade que as suspeitas de feitiçaria podiam ocasionar perseguições e confrontos entre vizinhos, parentes e conhecidos nas comunidades, como se constatou inicialmente no presente artigo.

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

Além de alertarem sobre os prejuízos causados à saúde dos que procuravam pelos curandeiros, os padres, ao se inserirem nos espaços familiares, passaram a assumir o papel desempenhado pelos “doutores milagrentos”. Para obter sucesso na disputa em relação ao controle do sobrenatural, rapidamente perceberam que era preciso, antes de tudo, atrelar-se ao universo das crenças populares, atendendo aos anseios e expectativas da população. Desempenhando o papel de benzedores, exorcistas e curadores, alguns clérigos foram adquirindo, desse modo, popularidade no decorrer das suas andanças pelos núcleos coloniais, pois os imigrantes por eles atendidos encarregaram-se de comunicar sobre a eficácia de seus exorcismos e bênçãos.

Entende-se, portanto, que o sacerdote na região colonial não deve ser percebido como um realizador de milagres, mas um pároco de aldeia que atendia aos chamados da população para libertá-la dos “espíritos maus”, das possessões demoníacas e dos feitiços. O sucesso desse tipo de atendimento e cura entre as populações camponesas, tanto na Itália da época moderna quanto entre os imigrantes italianos do Brasil meridional, vinha do fato de que os rituais mágicos realizados para afastar as enfermidades acabavam por legitimar a compreensão amplamente aceitável da origem sobrenatural dos males. Os doentes atendidos pelo padre Burmann eram libertados dos feitiços, o que não quer dizer que se curavam das enfermidades físicas que lhes acometiam.

De maneira semelhante ao que se verificou na região colonial brasileira, na Itália do século XVII, alguns sacerdotes se destacaram por atuar como curandeiros e exorcistas entre os camponeses. Numa pequena aldeia do Piemonte, naquele período, recorriam ao “tosco padre exorcista” – Giovanni Batista Chiesa – vítimas de malefícios, enfeitiçadas, perseguidas pelo demônio ou invadidas por espíritos, somados aos paralíticos, coxos e muitos outros que sofriam de problemas físicos e mentais. Além das pessoas, animais domésticos também eram levados até o pároco para que fossem exorcizados, alcançando, desse modo, notoriedade entre os paroquianos e os camponeses ao procurar afastar os malefícios que lhes prejudicavam a saúde. Esse de fato não era um personagem incomum no cenário camponês italiano do século XVII, conforme afirma Giovanni Levi.³¹ Certamente, a fama que alguns padres conquistaram nos núcleos coloniais brasileiros, nos séculos XIX e XX, está ligada à forma específica com que atendiam as solicitações da população e na maneira como dialogavam com a cultura camponesa de crenças, cumprindo com as

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)
Maira Ines Vendrame

expectativas e amenizando as aflições cotidianas vivenciadas pelos indivíduos e famílias.

Quando do início da Grande Imigração na América, nas últimas décadas do século XIX, a presença de padres exorcistas e curadores, que atendiam as populações do campo, talvez não fosse tão comum no universo camponês do norte da Itália como havia sido nos séculos anteriores. Porém, provavelmente, existiam clérigos que ainda exerciam tais atividades, que partilhavam uma matriz cultural camponesa, uma vez que eram originários das famílias de *contadini* e trabalhavam nas pequenas comunidades rurais. Já os sacerdotes que não tinham essa vivência pretérita entre os camponeses italianos, como aqueles pertencentes às ordens religiosas que chegaram ao sul do Brasil no rastro dos imigrantes, apenas nos núcleos colônias tomaram conhecimento da existência de certas crenças e demandas da população em relação às práticas de exorcismo e curas. Isso foi o que ocorreu com Francisco Burmann, segundo analisamos anteriormente.

Considerações finais

Acredita-se que os conflitos, bem como o desempenho dos padres perante as crenças dos imigrantes italianos, tratados no presente artigo, fornecem elementos para se analisar não apenas um contexto local e regional específico. Tais exemplos permitem elaborar questionamentos para se refletir sobre aspectos da cultura agrária e da racionalidade camponesa presente em outras regiões de colonização italiana, para além da ex-Colônia Silveira Martins. Além disso, não é apenas a existência de determinadas crenças e práticas que devem ser estudadas, mas em que momentos elas aparecem na dinâmica das relações familiares e de vizinhança. Tanto na Itália como nas comunidades formadas no sul do Brasil, vimos que as explicações sobre os infortúnios e doenças estavam relacionadas a conflitos entre vizinhos e na má avaliação que faziam da reputação de algumas mulheres, acusadas de causarem algum malefício aos membros do grupo rival. O entendimento de que uma determinada situação estava ligada à bruxaria, motivou ações diretas de violência para cessar o mal do qual haviam sido alvos. Se existia o medo do feitiço da bruxa e aversão moral à bruxaria, por outro lado, eram instaurados mecanismos de controle para garantir o equilíbrio e a paz na vizinhança, porém, esses nem sempre se mostravam eficazes, conforme se pode perceber nos conflitos apresentados neste trabalho.

Para conquistar prestígio entre a população dos núcleos coloniais, os sacerdotes tiveram que participar ativamente da vida dos imigrantes,

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

atendendo seus pedidos e aliviando suas aflições, muitas vezes, compreendidas como conseqüências de causas sobrenaturais. A fama e competência surgem como uma compensação, ou mais, como uma gratificação daqueles que souberam explorar os recursos de determinada situação, tirando proveito das ambigüidades e tensões que marcavam o jogo. Compartilhando da ideia de que “a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas”,³² é possível compreender como e por que foi importante para os padres legitimarem muitas das crenças dos imigrantes. Apesar de serem vistos como sujeitos que tinham vantagens no acesso ao sobrenatural, a confiança na capacidade de domínio sobre as forças mágicas não era algo dado, pelo contrário, devia ser conquistado pelos padres.

Pelo menos nos primeiros tempos, os padres que atuaram na região da ex-Colônia Silveira Martins não entraram diretamente em “guerra” contra as crenças e práticas dos imigrantes que estavam afastadas da religiosidade oficial. Pelo contrário, eles legitimaram algumas das concepções mágicas da população, demonstrando de tal modo como no cotidiano certas compreensões que lhes eram estranhas, ou ainda, desconhecidas, passaram a orientar suas atividades. Por mais que, desde a pátria de origem, alguns sacerdotes já fizessem exorcismos, bem como outros rituais para afastar espíritos e obter a cura de doenças, na ex-Colônia Silveira Martins, tiveram que conquistar espaço através do atendimento às demandas da população. Mas não bastava realizar o que era solicitado; os padres tinham que ter sensibilidade para atuar de forma a satisfazer os solicitantes, convencendo àqueles que os assistiam da eficácia do seu poder sobrenatural. Para isso se utilizavam de objetos, vestes, orações, gestos e palavras, elementos esses que conferiam força aos rituais e exorcismos realizados em pessoas, animais e outros bens das pessoas. Nesse sentido, para concluir, acredito que o desempenho como curador e exorcista só foi desempenhado pelos padres porque havia demanda por parte da população. Os sacerdotes conciliavam funções religiosas com outros trabalhos que tinham por fim curar doenças, afastar infortúnios, restaurar a ordem nas famílias e vizinhança, devido às suspeitas ou acusações de bruxaria. Como se percebe, era amplo o campo de atuação dos sacerdotes nas primeiras décadas das regiões de colonização italiana no sul do Brasil.

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maíra Ines Vendrame

Notas e referências

- ¹ Os primeiros núcleos de colonização italiana no Rio Grande do Sul estão localizados na Serra Gaúcha, região nordeste do Estado, tendo iniciada a ocupação em 1875. Posteriormente, em 1877, foi fundado o quarto núcleo de colonização na região central do território sul-rio-grandense. Maíra Ines VENDRAME. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.
- ² BRASIL. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Investigação policial. *Cachoeira do Sul*, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26. Interrogatório de Mônica Pozzer.
- ³ BRASIL. APERS. Investigação policial. *Cachoeira do Sul*, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26. Relatório do subdelegado do 5º Distrito, José Marques Ribeiro, 14 de novembro de 1905.
- ⁴ BRASIL. APERS. Investigação policial. *Cachoeira do Sul*, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26. Relatório do subdelegado do 5º Distrito, José Marques Ribeiro, 14 de novembro de 1905.
- ⁵ BRASIL. APERS. Investigação policial. *Cachoeira do Sul*, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26. Depoimentos: José Pozzer (37 anos, casado, agricultor), Rogério Pozzer (38 anos, casado, agricultor, sobrinho da vítima), Ângelo Pozzer (39 anos, casado, agricultor) e José Pesserico (38 anos, casado, agricultor, genro da vítima).
- ⁶ BRASIL. APERS. Processo-crime. *Cachoeira do Sul*, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26. Depoimentos de Ângelo Pozzer e José Pozzer.
- ⁷ Existiam laços de parentesco entre as famílias através do matrimônio. Os irmãos Ângelo e Giosué Pozzer eram casados com as imigrantes Maria e Petrolina Bortoloto, irmãs de Antônio. Tal parentesco explica o silêncio dos filhos da viúva Mônica Pozzer em relação à mulher de Antônio Bortoloto, apontada como ré no processo de agressão. Brasil. APERS. Transmissões/notas: *Cachoeira do Sul* (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 9, 1898, p. 44-45, p. 52.
- ⁸ BRASIL. APERS. Transmissões/notas: *Cachoeira do Sul* (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 9, 1898, p. 44-45, p. 52.
- ⁹ BRASIL. APERS. Procuração. Transmissões/notas: *Cachoeira do Sul* (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 9, 1898, p. 44-45, p. 52.
- ¹⁰ BRASIL. APERS. *Cachoeira do Sul*, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26. Depoimento de Rogério Pozzer.
- ¹¹ Através dos registros cartoriais constatou-se a existência de assistência entre os imigrantes Antônio Bortoloto e Ângelo Pozzer, filho de Mônica, anos antes do falecimento da mãe. Brasil. APERS. Transmissões/notas: *Cachoeira do Sul* (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 9, 1898, p. 44-45, p. 52.

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Maira Ines Vendrame

-
- ¹² Sobre o papel das redes de solidariedade local, bem como o mecanismo da justiça do Estado enquanto um recurso para encaminhar acerto privado e a restauração da paz entre as famílias imigrantes, vd. VENDRAME. *Ares de vingança*: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Porto Alegre, Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- ¹³ Emilio MORPURGO. “Le condizioni dei contadini nel Veneto”. In: *Atti della giunta per l’inchiesta agrária e sulle condizioni della classe agricola*. Vol. IV/1. Roma: Forzani e c., 1882, p. 40-42.
- ¹⁴ ITÁLIA. Arquivo do Estado de Treviso (doravante AETV). Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta (pasta) 267, nº 93. Ofício da denúncia apresentada por Sebastião Olivo ao *sindaco* Jacó de Cassola, maio de 1888.
- ¹⁵ ITÁLIA. AETV. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta (pasta) 267, nº 93. Ofício do delegado ao juiz distrital, 9 de maio de 1880.
- ¹⁶ ITÁLIA. AETV. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta (pasta) 267, nº 93. Depoimento de Rosa Meneghetti.
- ¹⁷ Marco di BELLABARBA. *La giustizia nell’Italia moderna*. Bari: Editori Laterza, 2008; Ottavia NICCOLI. *Perdonare: Idee, pratiche, rituali in Italia tra cinque e seicento*. Bari: Editori Laterza, 2007; VENDRAME, 2013.
- ¹⁸ Jacob BURCKHARDT. *A cultura do renascimento na Itália*: um ensaio. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 466-469; Jean DELUMEAU. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. V. 1. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p. 558-560.
- ¹⁹ Emilio MORPURGO. “Le condizioni dei contadini nel Veneto”. In: *Atti della giunta per l’inchiesta agrária e sulle condizioni della classe agricola*. Vol. IV/1. Roma: Forzani e c., 1882, p.43.
- ²⁰ Carlo Ginzburg, em sua obra *Os andarilhos do bem*, aponta algumas das crenças agrárias dos camponeses da região do Friuli ente os séculos XVI e XVII. Destaca às ligadas à feitiçaria, principalmente as atividades dos *benandanti*, que afirmavam serem defensores das colheitas, travando lutas contra as bruxas e feitiçeiros. Carlo GINZBURG. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ²¹ O sacerdote Francisco Burmann, originário de Valmede na Wetsfália, imigrou para o sul do Brasil após sua ordenação como clérigo da Pia Sociedade das Missões. Depois de trabalhar em diversas comunidades formadas por imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, em 1928, retornou para a Europa. As memórias e manuscritos do padre foram escritos por volta de 1920. Brasil. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora (doravante AHPNSC). Francisco BURMANN. *Memórias do Padre Francisco Burmann*. Caixa 2, Missão Brasileira.

Dossiê

“Questões de feitiço”: quando a crença em bruxaria vira violência entre famílias camponesas italianas (Brasil e Itália, século XIX)

Máira Ines Vendrame

²² BURMANN, s/d.

²³ BURMANN, s/d., pp.19-50.

²⁴ Vânia MERLOTTI. *O mito do padre entre os descendentes italianos*. 2ª ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979; Luís Alberto DE BONI, Rovílio COSTA. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: EST, 1984.

²⁵ Máira Ines VENDRAME. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

²⁶ Ex-colônia Silveira Martins abrangia várias comunidades formadas por imigrantes italianos no centro do Rio Grande do Sul. VENDRAME, 2007.

²⁷ Pe. Luigi MARZANO. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Florianópolis: UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985, p. 126.

²⁸ Bernardin D’APREMONT & Bruno de GILLONNY. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*, (1896-1915). Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976, p. 109-114.

²⁹ BURMANN. *Memórias do Padre Francisco Burmann*. Caixa 2, Missão Brasileira, s/d., pp. 31 e 53.

³⁰ Em regiões de colonização açoriana e alemã, a acusação de bruxaria também aparece como uma explicação aceitável para culpar as mulheres pelos inúmeros mal-estares no interior da comunidade. A identificação da bruxa assumia um papel simbólico de ordenamento de um quadro de desordem e descontrole. Sônia MALUF. *Encontros noturnos: bruxas e bruxaria na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993; Joana BAHIA. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

³¹ Giovanni LEVI. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 61, 74.

³² LEVI, 2000, p.31.

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

Universidade Federal do Espírito Santo²

Resumo: A questão do retorno se coloca-se em uma perspectiva antropológica total do ato de migrar, designando o desejo e o sonho de imigrantes e fundamentando a constituição do imigrante enquanto tal. Nesse sentido, discute-se como esta questão se apresenta no deslocamento experienciado por duas mulheres em diferentes espaços sociais e temporais. Para tanto, utiliza-se de depoimentos de história oral nos quais as trajetórias migratórias são narradas explicitando as tessituras vivenciadas nos percursos de vida dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVES: Imigração – Estrangeiridade – Retorno – Brasil – Itália.

Abstract: The immigrant's return, as a issue, placed the act of migrating as a total anthropological perspective by designating the desire and the dream of immigrants and the reasons for structuring of the immigrant as such. In this sense, this article discuss how this issue presents itself in the two women experience who moved in different social spaces and times. Therefore, makes use of oral history from interviews in which immigration trajectories are narrated explaining the paths in life trajectories of these women.

KEY-WORDS: Immigration – Foreignness – Return – Brazil – Italy.

No ano de 2002 eu iniciava uma trajetória de pesquisa que me conduziria a diferentes descobertas fomentadas por narrativas de roteiros de sonhos, de vitórias, de alegrias e de tristezas e cujos fios condutores foram inicialmente relatados por imigrantes italianos e descendentes residentes no Espírito Santo. Este percurso transformou-se (e permanece) em latente manifestação à construção do conhecimento e de sentimentos que me obrigam a uma reinvenção constante do sentido de pensar a pesquisa.

No âmago deste processo uma questão sobressai: o desvelamento da crueza de ser um estrangeiro – segundo o conceito utilizado por Koltai,³ que parte de uma concepção política e psicanalítica para pensar no “outro”, entendendo o Estrangeiro como todo aquele que é tão singelamente e aterradoramente o estranho. Assim, o “Estrangeiro pode ser tanto o Outro inimigo – que pode ser imigrante, árabe, nordestino, negro ou judeu, dependendo da cultura e da época – quanto àquele que fascina por ter sobrevivido à separação”.⁴

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

Neste artigo, elaborado a partir do relato de duas mulheres, o sentimento-significado de ser estrangeiro converteu-se numa questão candente a me invocar novos questionamentos. O que se revela a meu olhar e fundamenta meu argumento é que este sentimento-significado se traveste numa imagem própria para cada uma das depoentes. E que, potencializada – cada uma a seu modo –, se constitui num roteiro a ser perseguido e muita vez representado numa metáfora que dá sustentação ao espectro do desejo de retorno.

Para Sayad a questão do retorno “pode constituir um verdadeiro objeto de estudo, pois ela é principalmente da ordem do fantasma que ronda as consciências”, conservando-se como uma ilusão redentora que ordena as relações que os sujeitos imigrantes conservam com o tempo, com o outro, com a terra, com o grupo. Desse modo, avalia que “Todas essas relações se mantêm entre si, são solidárias umas com as outras, e a unidade que formam é a mesma que constitui o assim denominado ser social”.⁵

Entretanto, ao promovermos um alargamento do nosso olhar, podemos supor que este fantasma também expressa o presente e o passado de milhares de imigrantes que vivem o movimento da circularidade social, geográfica, psíquica, econômica, histórica, cultural contemporâneo. Até porque, esclarece Sayad,⁶ a ideia do retorno se coloca numa perspectiva antropológica total do ato de migrar, designando o desejo e o sonho dos imigrantes e fundamentando a condição do imigrante.

Observe-se, no entanto, que para Sayad⁷ o imigrante somente apaga de si o desejo do retorno quando aceita sua permanência definitiva na terra de destino. É este processo – que irá envolver mecanismos subjetivos e objetivos de ordens diversas – que lhe possibilitará a dissipação da imagem deste fantasma e o autoriza a deixar de ser um estrangeiro, inclusive para si mesmo. Neste enredamento, ao prefaciá-lo uma obra de Sayad, Bourdieu⁸ utiliza-se de Sócrates e Platão para classificar um imigrante ao descrevê-lo como um *atopos* (Sócrates), que se situa num lugar ‘bastardo’ (Platão) que se constitui na fronteira entre o ser e o não-ser social.

Perseguindo esta urdidura teórico-metodológica do desejo do retorno, a história de vida destas duas mulheres guia a tessitura deste artigo: Marina⁹ – uma italiana que chegou ao Brasil em 1922, aos 13 anos, e que casou, teve filhos e nunca retornou à Itália. E Ângela¹⁰ – brasileira que aos 24 anos, em 2000, emigrou para a Itália, junto com seu companheiro, com o objetivo de estruturar um projeto de vida futuro, e regressou ao Brasil em 2012.

Mais de 70 anos separam as experiências migratórias destas duas mulheres. A tais experiências, distinguem-nas os contextos históricos, subjetivos, educacionais e

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

visão de mundo na qual elas, as “estrangeiras”, estavam inseridas e que as conduziram em suas escolhas. Aproximam-nas a intensidade das lembranças, o sentimento de “estrangeiridade” vivenciado no país de destino e o desejo do retorno à terra natal. A contextura destes relatos, evidentemente, deu-se em diferentes momentos espaço-temporais, mas ambos foram conduzidos metodologicamente¹¹ por uma mesma questão: o que é ser um imigrante?

Uma promessa jamais esquecida...

Encontrei Marina num sábado de tarde na varanda da casa de sua prima. Era uma mulher grande, forte e que não aparentava seus 94 anos. Casada, deu um jeito de me encontrar longe dos olhos do marido que, segundo sua confissão, a vigiava o tempo todo. Nossa conversa foi difícil, entremeadas por longos momentos de silêncio, voz embargada e lágrimas contidas. Desde o primeiro contato ela expressava um sentimento subliminar: ela ainda era uma imigrante italiana no Brasil.

Sua entrevista revelava que sua vinda para o Brasil havia sido trilhada pelo arrependimento da partida e o desejo de retornar à sua terra natal. Nascida a 25 de dezembro de 1911, Marina chegou ao Espírito Santo aos 13 anos. Partiu querendo permanecer. Mas o apelo do irmão mais velho, que já residia no Brasil, a crença de que atenderia uma vontade do pai e a certeza que retornaria à Itália foram definitivos na decisão migratória:

Chegou uma carta dos parentes que a gente tinha (morando) aqui no Brasil e meu irmão se animou: Eu vou pro Brasil! falou. Veio. Depois de seis meses que permaneceu morando no Brasil ele pediu a meu pai para que deixasse vir as suas três irmãs. Eu estava com 13 anos e quando me pediram para vir para o Brasil eu sei lá..., eu era nova, falei que sim. A última tarde na Itália, eu chorava, e minha mãe falava: está arrependida de ir morar no Brasil? E eu fazia assim com a cabeça (gesto de sim) e falava não, não, chorando. Tinha vontade de ficar lá... Depois falaram que não era para ficar para sempre (no Brasil), então eu fui. No outro dia de manhã, eu fiz uma promessa para voltar.¹²

Marina, contudo, reconhece que o motivo de sua aceitação para a partida – apesar de ser tão jovem – esteve diretamente relacionado à aspiração de atender a uma preocupação do pai, que demonstrava ter medo do que poderia acontecer ao filho no Brasil:

Quando meu irmão veio, meu pai começou a pensar “não sei, aquele filho lá no mundo lá fora, não sei se vai ficar um homem bandido...” começou a

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

botar na cabeça isso. Quando ele (meu irmão) escreveu pra virmos pra cá, meu pai até ficou alegre “porque ele tem companhia então eu acho que não vai ficar um bandido.”¹³

Na época em que Marina chegou ao Espírito Santo, ela encontraria inúmeros núcleos de povoadamentos já organizados, imigrantes estabelecidos e em atividade produtiva e comercial. Situação bem diferente daquela vivenciada pelos pioneiros imigrantes que se estabeleceram a partir do processo iniciado no Oitocentos. Eram, deste modo, milhares de italianos e descendentes residindo no estado, compartilhando hábitos, saberes, histórias... – de acordo com Busatto¹⁴, aproximadamente 43.109 europeus se fixaram no Espírito Santo a partir de 1847, sendo que o maior número composto por italianos.¹⁵

Grande parte deste contingente populacional foi localizado nas regiões Centro e Sul do Estado – é a partir da crise do café e da necessidade crescente de explorar economicamente a fronteira na vertente Norte do vale do rio Doce que o movimento colonizador aumenta naquela região por meio de um intenso processo migratório.¹⁶ Estudos realizados por Castiglione¹⁷ indicam que a maioria absoluta dos italianos assentados no Espírito Santo vinha com a família. O patriarca – tomador da decisão de migrar – era pouco instruído e estava quase sempre na faixa etária acima dos 38 anos.

Predominavam entre os imigrantes italianos grupos formados por uma média de 4,4 pessoas, variando desde bebês a avós. Junto com o núcleo tradicional, agregavam-se parentes, afilhados e amigos. A quantidade de imigrantes que chegava sozinha era relativamente pequena: apenas 6,18% do total, e, grande parte deles, após a imigração da família. Com relação à origem de partida, sobressaíram, em quantidade, aqueles oriundos principalmente das províncias de Verona, Treviso e Vicenza, da Lombardia, da Emilia-Romagna, do Piemonte e de Trento. O estudo de Castiglioni salienta ainda o papel das redes de informação para a tomada de decisão migratória, com grupos de parentes, amigos e conhecidos.

Na região de Santa Teresa, local para onde se dirigiu o irmão de Marina e onde ela se estabeleceu junto com as duas irmãs, havia uma grande colônia de descendentes de italianos já consolidada. Além de outros imigrantes europeus e árabes, mais especificamente sírios e libaneses. Segundo sua narrativa, sua permanência no Espírito Santo foi sendo selada aos poucos:

Vimos eu, minha irmã mais velha, que tinha 17 anos e a do meio, com 15, para o Brasil. Depois que chegamos o café baixou (de preço) e meu irmão queria que voltássemos para a Itália, mas voltar com as mãos vazias não

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

dava. Ficamos aqui. Meu irmão mais velho casou com a filha de um italiano, depois casou a minha irmã mais velha com um italiano que veio da Itália, depois casou a outra com um (rapaz) que nasceu aqui no Brasil. /.../. Então comecei a namorar o irmão da minha cunhada, passaram-se quatro anos. No quarto ano eu falei com ele: agora chegou no ponto final. “Final de quê?” perguntou ele. Eu disse: Se você casa, eu gosto de você (e fico), se não eu volto pra Itália. Eu estava resolvida mesmo: se casasse bom, se não casasse eu ia embora, eu tinha 22 anos.¹⁸

No depoimento de Marina, a tensão do desejo do retorno ressurgue de forma circular. Para ela e seus irmãos, a emigração para o Brasil tinha um objetivo: ganhar dinheiro. Segundo suas próprias palavras “Eu esperava (ganhar) dinheiro, para ir pra Itália, trabalhava com aquela ideia sempre de voltar.” E por que queria tanto o retorno? “... queria ficar junto dos meus pais. “Até quando eu tinha os meus pais vivos, me dava muita vontade de voltar /.../ Nunca pensei, que naquele dia que eu saí daquela porta, que não ia ver eles mais, nunca, e aconteceu/.../”

No ano 1984 Marina recebeu a visita dos irmãos que haviam permanecido na Itália. Desde que partira, nunca mais os havia encontrado fisicamente, mas sempre se falavam por carta e, quando a tecnologia assim o permitiu, conversavam pelo telefone. Sobre o dia do reencontro, narrou em lágrimas:

A gente não sabia se chorava, se ria /.../
/.../ minha irmã, quando chegou aqui (na casa dela em Santa Teresa), ela disse “Maria Santa, Maria Santa, o quê que você está fazendo aqui no meio desses morros?”
/.../ O meu irmão não gostou muito do Brasil não! O Brasil tem muito terreno que não é aproveitado. Lá na Itália você não vê um metro de terra que não é aproveitado.¹⁹

De acordo com Marina, depois que ela casou não houve mais possibilidade de retornar à Itália, nem a passeio: ela teve dez filhos, um a cada dois anos. Todavia encontrou no sogro, um verdadeiro patriarca italiano com quem compartilhou a residência durante 33 anos, uma possível imagem paterna – em toda sua fala o pai surge como a grande referência de vida. Segundo ela, sempre, ela e o marido, viveram “debaixo das ordens do finado. Eu gostava tanto dele que ele parecia que era meu pai, mesma coisa. Aí ele ficou mandando até que casou três filhos nossos...”

O depoimento de Marina é repleto de significados sobre a importância da Itália como lugar de memória – conceito utilizado por Nora,²⁰ segundo o qual indivíduos e grupos se reconhecem, se agregam, e garantem o sentimento de pertencimento

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

por meio de referências materiais, simbólicas e funcionais que denomina lugares de memória. Neste sentido, a partida da casa paterna – um lugar de onde Marina saiu com uma promessa nunca cumprida: a de retornar; a ausência da figura paterna –, deslocada a posteriori para a do sogro, e a saudade inscreveram um roteiro de desejo que a conservou emocionalmente vinculada ao momento fundador de sua imigração.

De tal modo, que no presente, ao narrar a tomada de decisão da partida, profere que “então eu fui” (para o Brasil). Assim, Marina não veio. Ao usar o passado do verbo Ir, ela se expressa ainda com a alma apoiada na sua memória da Itália – traçada por sentimentos atordoados de saudade vividos por uma menina de 13 anos, como um vestígio do que para ela representou o processo (e)imigratório e as marcas que o desejo de retorno (nunca realizado) imprimiram em sua trajetória.

Com a representação que fazia de si e do outro, bem como, com a nostalgia que mantinha com a terra natal, manteve sua memória emocionalmente articulada no espaço social da Itália.²¹ Mais especificamente com as relações estabelecidas no âmbito familiar. Permaneceu, assim, enovelada na trama de sua própria promessa de voltar, que nunca seria cumprida, e que também a envolvia nas suas relações com o tempo e o espaço social do cotidiano em Santa Teresa. Persistia como uma italiana imigrante no Brasil.

O lugar do conflito

Ângela partiu do Brasil com o sonho de ganhar a vida na Itália após uma tentativa frustrada de conquistar outro destino. Era o início de um novo século e muitos jovens brasileiros sentiam-se perdidos, sem muitas expectativas de futuro. Acreditavam que o melhor era construir suas histórias em outro país. “Eu tinha concluído meu curso na Unicamp. Estava muito difícil sobreviver aqui no Brasil com autonomia. Eram filas de gente procurando emprego. Como eu tinha cidadania italiana, então fui para a Europa.” Para lá mudou-se junto com o marido, trabalhou, estudou, mas um dia entendeu que necessitava decidir: tornar-se-ia definitivamente uma brasileira na Itália, o que não era seu desejo, ou uma retornaria ao Brasil.

O desejo de retorno de Ângela sempre esteve relacionado à representação que havia produzido sobre a Itália. Em sua memória a Itália era relacionada à guerra, ao conflito ideológico. Haviam sido muitos momentos íntimos de trocas, encontros e conversas com o avô, que não esquecera o passado de miséria e de sofrimento. Não era, portanto, a imagem de um lugar que lhe sugeria possibilidades de construção de um cotidiano tranquilo:

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

Meu avô veio (para o Brasil) com 14 anos; o pai dele tinha lutado na Segunda Guerra. A casa onde ele morava foi ocupada pelos alemães naquele período de muita fome. A primeira memória que tenho desse país, que eu não conhecia ainda, era de guerra. Então acho que já não era muito positivo. O que ficou foi essa ideia da guerra que era bastante presente na minha família.²²

Ao inscrever seu roteiro imigratório, contudo, Ângela persegue os rastros de milhares de brasileiros que se dirigiram à Itália por opção ou até por dificuldades para entrar em países que haviam escolhido como primeira área de destino.²³ A Itália como segunda opção migratória, que foi inclusive o caso de Ângela, aconteceu porque sua primeira tentativa emigratória, residir em Londres, não obteve sucesso. O marido não havia conseguido autorização da agência imigratória da Inglaterra para entrar no país.

Eu tinha cidadania italiana. E a única maneira de regularizar a situação dele (o marido), era casar no Brasil, dar entrada nos documentos e lá (na Itália) gerar o processo de cidadania para ele. O que a gente fez. Então nós fomos para a Itália; eu cheguei da Inglaterra, desci até a França de ônibus, a gente se encontrou na França. Ele fez São Paulo-Paris, e de Paris a gente desceu até o Vêneto.²⁴

Ângela tinha consciência das dificuldades, sobretudo socioculturais, que seria viver na Itália, mesmo tendo descendência paterna e materna italiana. Ainda que tendo vivido sua infância e adolescência numa pequena comunidade composta quase em sua maioria por descendentes de italianos e que lhe oferecia um reconhecimento como italiana no interno daquela comunidade, ela assegura que nunca teve muita vontade de emigrar para a Itália. Antevia que era um país bastante conservador, onde talvez não fosse muito fácil viver.

Sabia ou intuía que a experiência migratória na Itália seria estabelecida numa base de dissensão, promovida, inclusive, por sua inconformidade com o sentimento de racismo. “Eu tinha a sensação que (a Itália) não era um país ideal para mim, independentemente dessa formação familiar. De fato não foi, havia muito conflito ideológico ali.” Como o marido é negro estas questões rondavam sua mente, inquietando-a. “A minha família é muito conservadora, então no perfil dos italianos conservadores eu via meus tios; via o que provavelmente seriam os italianos da Itália”.

Se a imagem que Ângela construiu da Itália era prenhe de uma ideia de conflito vinculada à fome, à guerra e ao racismo, ela não havia se preparado, entretanto, para o sentimento xenofóbico em que algumas regiões do país estavam

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

mergulhadas. De acordo com Povoá Neto²⁵, no discurso produzido pela Liga Norte a temática mais geral da imigração e das políticas a ela vinculadas eram vistas como herança de uma esquerda que, por meio de um discurso multiculturalista, teria esquecido as raízes e a identidade italianas.

E logo que nós chegamos havia uns cartazes nos postes de luz, uma série de cartazes escritos assim “*Stop Immigration*”, o que foi muito agressivo realmente para quem chega de fora na posição de imigrante. E era duplamente agressivo para mim, porque eu pensava na minha família, nos meus antepassados que tinham deixado a Itália e tinham sido bem acolhidos no Brasil. Então a primeira imagem (da Itália na Itália) foi assim, esse choque, os cartazes eram da Liga Norte, o partido xenófobo que, porém é muito forte, tem no Norte o seu reduto eleitoral. Foi assim, essa indignação: como eles esqueceram, não passou nem meio século e eles já esqueceram...²⁶

Ela também não tinha tanta certeza de que a cidadania iria lhe possibilitar uma integração e inclusão subjetiva no país de destino. Mas seu processo integrativo era sustentado num contínuo sentimento de revolta contra os italianos, até porque convivía com indocumentados do Leste Europeu, que sofriam uma carga de exploração muito grande e que não tinham a quem recorrer, pois se chamassem a polícia poderiam ser expulsos. Além disso, na medida em que passou a entender a língua plenamente – isso quando já morava há três anos na Itália –, verificava que a população aplaudia os discursos racistas, repetindo expressões negativas sobre os “estrangeiros”. Para ela, foi um choque político.

Desse modo, Ângela – uma jovem que emigrou para a Itália preparada emocionalmente para se defender dos “conflitos ideológicos” que iria vivenciar, portanto plena de cautelas nas relações que poderiam ser construídas com a população nativa – não conseguia superar o sentimento de estrangeiridade e mantinha-se resiliente à possibilidade de inclusão, potencializando o desejo de retornar ao Brasil. Diferentemente, o marido vivenciou processo de adaptação e integração que ela não se permitia.

Meu marido é mais preto do que eu, ele é mulato rastafári, absolutamente ele não tem nada daquela população, falando etnicamente. Mas ele viveu, não sei por que cargas d’água, um processo de adaptação que no final, quando nós voltamos no ano passado, ele teve grandes problemas para voltar para o Brasil, entendeu? Ele teve que se readaptar à realidade brasileira, ele deixou muitos amigos na Itália, o coração dele sofria imensamente, pois estava em um país (Brasil) que ele não considerava ser dele. E ao passo que eu, que tinha etnicamente e historicamente tudo para ser ligada àquele país (Itália), para mim foi muito fácil deixá-lo.²⁷

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

Ao afirmar que o marido “é mais preto do que eu”, Angela revela um sentimento comum descrito por muitos brasileiros na Europa, mesmo daqueles com ascendência materna e paterna europeia: uma distinção étnica e política de quem é branco e de quem não é.²⁸ Revela também a construção de uma imagem da identidade brasileira, que de modos diversos sinalizava seu processo interativo. Apresenta assim, o significado de reconhecimento que mobiliza e assegura o estabelecimento de relações de identidade cultural e que faz conhecer as semelhanças e dessemelhanças que conformam o Outro, estrangeiro.

Nesta contextura, Ângela precisou buscar estratégias específicas com vistas a obter suporte emocional e financeiro para permanecer na Itália. Até porque, passou a experienciar um padrão socioeconômico muito diferente daquele em que havia sido educada no Brasil. Em seu depoimento ela afiança que “vivía em um lugar onde as pessoas são mais duras, têm de lutar pela sobrevivência, e no qual a carga de preconceito e (em consequência) de defesa que precisavam se impor cotidianamente era muito grande”.²⁹

Dessa maneira, buscou no aprendizado da língua e na aplicação aos estudos a estratégia para conseguir se sentir integrada naquela sociedade. Dominando a língua culta italiana, fez mestrado e doutorado e passou a participar do circuito universitário. Nele reencontrou uma estrutura de grupo social que encontrava relação com seu passado, aflorando um sentimento de pertencimento que possibilitava sua inclusão.

Como imigrante Ângela não estava no mesmo patamar econômico da grande maioria dos outros estudantes, mas convivendo com eles podia participar da troca de informações, da circulação de ideias e de conhecimentos típicos do ambiente universitário que havia experimentado no Brasil. Um lugar de memória, portanto, que lhe permitia rememorar um passado juvenil não tão distante e cujo efeito era modificar seu status³⁰ social e emocional de estrangeiridade.

Desse modo, a universidade motivava a permanência de Ângela na Itália. De modo que ao concluir o doutorado propôs ao marido decidir o futuro: ou retornava ao Brasil – um desejo que permaneceu velado durante os 12 anos em que lá residiu – ou fincava residência definitiva naquele país. Estava consciente que havia encontrado uma forma de apagar o espectro do retorno, sentindo-se mis livre para construir sua vida na Itália.

Todo o processo ocorreu em negociação com o marido. “Um dia falei com ele: ou partimos agora ou não partiremos mais.”³¹ A resposta esperada, aquela sonhada, foi ouvida por Ângela – a despeito da vontade que seu marido tinha de permanecer

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

na Itália. Ao responder positivamente ao chamado de Ângela, seu marido desnuda também o significado da experiência imigratória da esposa. O que ela expressa ao ser indagada se voltaria para a Itália:

Sim, mas não para viver. Mas com certeza eu aprendi, no final de tudo, a amar a Itália muito. Mas foi um final de um período sofrido. Eu admiro imensamente muitas coisas daquele país, inclusive a população. O que me deixava mais horrorizada no começo, pois o lugar era lindo, mas eu não conseguia me relacionar com as pessoas. Eu acho interessante a história daquele país, eu aprendi a gostar da história do cinema por causa dos filmes italianos. É um país que eu amo, é meu segundo país, mas acho que eu não gostaria de morar lá.³²

Ao afirmar que considera a Itália seu segundo país, mas que não gostaria de morar lá, Ângela manifesta toda a dor de ser uma imigrante. As dificuldades em se relacionar com aquela sociedade; a ojeriza ao racismo e à xenofobia; a percepção de que parte da população não tem reciprocidade com aqueles que querem uma oportunidade de “vencer na Itália”, tal como os conterrâneos fizeram num passado tão recente. Para ela, o retorno era um processo consciente, latente nas suas estratégias e decisões a serem defendidas, mesmo que tenha conseguido estruturar sua estratégia para uma possível permanência.

À guisa da conclusão: a estrangeiridade

Marina e Ângela, duas imigrantes em busca de concretizar o desejo de retorno. Vivendo em épocas históricas distintas, a produção de suas escolhas implicou em diferentes formas de lidar com o tempo, com o espaço físico e social e com os grupos a que se articulavam. O processo de deslocamento da Itália para o Brasil, de Marina, e do Brasil para a Itália, de Ângela, era constitutivo de suas trajetórias.

Marina mantinha-se deslocada a partir de uma promessa que jurara cumprir e não havia conseguido, e que condicionava seu presente na tessitura do cotidiano. Não tendo retornado à Itália, nem para uma vez mais ver os pais, mantinha-se subjugada pelo sentimento de desapontamento que erodia a sua possibilidade de aceitar a condição de “brasileira”, mesmo que casada e com filhos. A autodesignação de imigrante legitimava seu desejo, lembrava-a que havia uma promessa ainda a ser cumprida. Deslegitimava, por sua vez, sua permissão para autoaprovar sua inclusão no roteiro geográfico emocional do país onde construiu sua vida produtiva, afetiva e familiar.

O trajeto de Ângela alicerçou-se em outras bases. No Brasil conheceu o racismo dos italianos imigrados, vivenciou o sentimento por meio do casamento e escolheu

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

a Itália por razões objetivas. Não a queria como destino, como projeto de vida, mas a Itália tornou-se sua opção, por contingência e racionalidade na tomada de decisão: lá conseguiria os documentos para o marido, que, com eles, não poderia ser expulso.

Entrementes, a certeza de que não poderia conviver com o sentimento de racismo e xenofobia norteou seu roteiro – reafirmado cotidianamente pelas práticas e discursos de parte da sociedade. Mas a forma como o marido se integrou e se incluiu naquele país lhe mostrou que era possível encontrar estratégias para legitimar a possibilidade da permanência. A Itália não era o projeto de seu sonho, mas passou a ser um futuro verossímil. Ao final, venceu seu desejo: o retorno definitivo ao Brasil.

Duas trajetórias, portanto, que se assemelham no espectro do retorno que colocavam seus familiares no centro de uma imagem redentora e que se diferenciaram na sua realização e impossibilidade de realizá-la. Marina, alimentada pela centralidade da figura do pai, mantinha-se em constante limbo – ou naquele lugar bastardo do qual fala Platão – de um desejo de ter permanecido onde não mais existia.

Ângela, por sua vez, vivendo em plena efervescência liberadora e libertadora do século XXI, conseguia negociar suas vontades e sonhos de retorno com o companheiro – que, é importante manter registrado, já não se sentia um imigrante. Mas também nutrida pelo sentimento racista dos avós e tios sentia-se mais aberta a negociar seus conflitos étnicos políticos no Brasil do que na Itália. O sentimento de estrangeiridade sobrepujou-se apesar de já ter encontrado a sua válvula de escape no ambiente universitário. Lá, na universidade, ela era uma italiana – ou “quase” italiana.

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

Notas e referências

- ¹ Pesquisa realizada com apoio da FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo).
- ² Coordenadora do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM), da referida Universidade.
- ³ Caterina KOLTAL. *Política e psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 2000.
- ⁴ KOLTAL, 2000, p. 17.
- ⁵ Abdelmalek SAYAD. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia*, Revista do Migrante. CEM. Ano XIII, número especial, janeiro/2000, p.12.
- ⁶ SAYAD, 2000, p. 12.
- ⁷ SAYAD, 2000, p. 12.
- ⁸ Pierre BOURDIEU. “Um analista do consciente”. In: Abdelmalek SAYAD. *A imigração*. São Paulo: Edusp. 1998.
- ⁹ Marina Silva Detoni é nome fictício. Ao ser entrevistada, em 2003, ela contava 94 anos e vivia com a família em uma fazenda no interior da cidade de Santa Teresa (Espírito Santo).
- ¹⁰ Ângela Antonia Marianeli é nome fictício. Ângela tentou emigrar, primeiro, para Londres, mas como seu companheiro foi barrado pela imigração daquele país, fez o projeto emigratório e foi para a Itália.
- ¹¹ Em 2002 iniciei uma pesquisa de história oral com migrantes e descendentes assentados nas cidades de colonização italiana no Espírito Santo. Em 2010 essa pesquisa se estendeu e passou a abranger migrantes brasileiros que retornaram da Itália e de Portugal, bem como também migrantes nacionais localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória.
- ¹² Depoimento de Marina Silva Detoni, em entrevista concedida à autora em Santa Teresa, 15 de julho de 2003. Acervo do LEMM/UFES.
- ¹³ Depoimento de Marina Silva Detoni.
- ¹⁴ Luiz BUSATTO. “A insurreição branca”. *Revista de Cultura da UFES*, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 8:5-10, ago.-set. 1978.
- ¹⁵ De acordo com Busatto (1978), o processo da grande imigração italiana no Espírito Santo ocorre em duas etapas. A primeira entre os anos de 1874 a 1882, assinalada pela transposição de italianos em levadas unitárias de carregamento e que eram acomodados em um grande núcleo compacto. Na segunda, de 1885-1895, os imigrantes italianos eram distribuídos pelos núcleos em contingentes menores e levados para lugares mais distantes dos centros comerciais. Em julho de 1895 um relatório produzido pelo Cônsul Carlo Nagar fez com que o Governo Italiano proibisse a emigração para o Espírito Santo – baseava-se a motivação nas condições de vida dos imigrantes. Este fato, associado ao fim da euforia provocada pela queda dos preços do café, demarcou o encerramento do Serviço de Imigração iniciado pelo Governo.

Dossiê

Roteiros do desejo de retorno: uma italiana no Brasil, uma brasileira na Itália

Maria Cristina Dadalto

-
- ¹⁶ Para a região do vale do rio Doce se deslocam, sobretudo, os descendentes de imigrantes italianos localizados nas colônias ao Sul, juntamente com os demais descendentes de imigrantes europeus e de nacionais.
- ¹⁷ Aurélia CASTIGLIONI. *Migration, urbanisation et développement: le cas del'Espírito Santo – Brésil*. Buxelas: Ciaco, 1989.
- ¹⁸ Depoimento de Marina Silva Detoni.
- ¹⁹ Depoimento de Marina Silva Detoni.
- ²⁰ Pierre NORA. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo, 10:7-28, 1983
- ²¹ Abdelmalek SAYAD. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia*, Revista do Migrante. CEM. Ano XIII, número especial, janeiro/2000.
- ²² Depoimento de Ângela Antonia Marianeli, em entrevista concedida em Vitória, 23 de setembro de 2013. Acervo LEMM/UFES.
- ²³ Lucia Maria Machado BÓGUS; Maria Silvia BASSANEZI “Do Brasil para a Europa: Imigrantes Brasileiros na Península Itálica neste final de século”. In: *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1996, pp. 893-91.
- ²⁴ Depoimento de Ângela Antonia Marianeli (nome fictício), em entrevista concedida à autora em Vitória, em 23 de setembro de 2013. Acervo LEMM/UFES.
- ²⁵ Helion POVOA NETO. “A descoberta da imigração: o caso italiano e a transição no contexto das migrações internacionais”. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005, São Paulo.
- ²⁶ Depoimento de Ângela Antonia Marianeli.
- ²⁷ Depoimento de Ângela Antonia Marianeli.
- ²⁸ Em seu estudo sobre brasileiros imigrantes, Rezende (2009: 14) conta a própria experiência de não ser “branca” por causa de um tom de pele mais “escuro” do que os nativos do país que estava vivendo. E o quanto a sua identidade brasileira marcava suas interações. (Grifos da autora). *Vid. Cláudia Barcellos REZENDE. Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ²⁹ Depoimento de Ângela Antonia Marianeli.
- ³⁰ Pierre NORA. “Memória: da liberdade à tirania”. *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*. n. 4, 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Museus, 2009.
- ³¹ Depoimento de Ângela Antonia Marianeli.
- ³² Depoimento de Ângela Antonia Marianeli.

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro¹

Syrléa Marques Pereira

Universidade Federal do Espírito Santo (PROFIX)²

Resumo: O presente artigo reconstrói a trajetória de uma família que se transferiu da aldeia de Oneta, localizada na região da Toscana, na Itália, para o distrito de Nossa Senhora do Amparo, município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil, em fins do Oitocentos, por meio das lembranças que habitam a memória de Laís Consani Scarpa, uma velhinha no auge dos seus 93 anos, neta e filha de italianos. Em suas narrativas, a depoente relembrou o mundo do trabalho: as múltiplas atividades desempenhadas por mulheres camponesas ainda na aldeia, os deslocamentos de homens que emigravam para “permanecer” e algumas profissões exercidas pelos já imigrados em terras fluminenses. Seu trabalho de memória revelou remotas e “invisíveis” ocupações profissionais que foram recriadas no Brasil, unindo, assim, as duas pontas envolvidas no processo migratório.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração italiana – Mulheres imigrantes – Trajetória de vida – Trabalho – História oral.

Abstract: This article rebuilds the path of a family who relocated from a thorp called *Oneta*, located in the Italian region of Toscana, to the district of *Nossa Senhora do Amparo*, municipality of *Barra Mansa*, in the state of Rio de Janeiro at the end of the nineteenth century, through the memories of Laís Consani Scarpa, a ninety-three-year-old woman, granddaughter and daughter of Italians. In her narratives, the deponent recalled the working days: the multiple activities performed by the farmer women yet in their place of departure, the translocation of men who emigrated to “remain” and some professions practiced by the ones who had already immigrated in Brazilian lands. Her memoirs revealed distant and “invisible” professional occupations that were recreated in Brazil, joining the two parties involved in the migratory process.

KEYWORDS: Italian immigration – Immigrant women – Life trajectories – Urban professions – Oral history

Desembarcaram lá no Rio (de Janeiro), depois foram para (Nossa Senhora do) Amparo. Chegando lá ele a levou para um casarão velho e feio. As vidraças estavam todas quebradas, uma porcaria. Mas era grande e tinha lugar até para o armazém. O armazém era pegado a casa. A

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

vantagem foi essa: tinha sala grande, tinha salinha, salão, cozinha, tudo muito grande. A vovó pegou no duro mesmo, coitada. /.../ Ela ficou nessa casa velha, alugada. Ele abriu uma coisa dele: o armazém ao lado, junto da casa. Era armazém e casa de família.³

O envelhecido e arruinado casarão descrito acima foi reconstruído pelas lembranças que habitam a memória de Laís Consani Scarpa, uma velhinha, então com seus 93 anos, que concordou em conversar comigo e relembrar seus antepassados, que empreenderam a aventura migratória entre o Velho e o Novo Mundo; trocaram a Itália pelo Brasil, no final do Oitocentos.⁴ Esses italianos estavam entre os cerca de 1,3 milhão de imigrantes, dos quais 710.463 eram italianos, que chegaram ao Brasil entre 1890 e 1900.⁵

Ao longo de nossos encontros, Laís reconstruiu e narrou muitas histórias e casos, fatos e acontecimentos vividos pessoalmente, bem como outros “vividos por tabela”⁶ (a chamada memória indireta), que reconstróem a experiência de indivíduos ao viver em um outro país, em uma outra cultura.

De acordo com a depoente, o referido imóvel seria a nova residência de sua avó Teodora Pellegrini e de seus três filhos pequenos – Giuseppe, Sofonisba e Maria Annunziata –, quando, finalmente, reencontraram Giovanni Consani, o chefe da família, no ano de 1891.⁷ Esses imigrantes eram originários de Oneta, uma pequena aldeia localizada no município de Borgo a Mozzano, na região da Toscana, na Itália,⁸ e se transferiram para o distrito de Nossa Senhora do Amparo, pertencente ao município de Barra Mansa, no estado do Rio de Janeiro.

Giovanni, Teodora e as crianças não foram os primeiros habitantes de Oneta a se deslocar para o referido distrito fluminense. Desde meados do Oitocentos, sabe-se que Pietro Pellegrini, pai de Teodora, já se encontrava residindo em Nossa Senhora do Amparo. Se, por um lado, não é possível precisar a data que Pietro, acompanhado de seu filho mais velho, Narciso, partiu de sua aldeia deixando para trás sua mulher Teresa Paolucci e os outros três filhos: Gio. Carlo, Amélia e a própria Teodora;⁹ por outro, em 23 de novembro de 1873, seus familiares ficaram sabendo que ele não mais retornaria da América, pois no livro de *Registro da População de Borgo a Mozzano* foi inscrita sua morte.¹⁰

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

Os Pellegrini-Consani, também, não foram os únicos a deixar para trás a pequena aldeia e continuar suas vidas no referido povoado brasileiro. Membros das famílias Paolucci, Lippi, Sartini, Fazzi e Mattioli, às quais encontravam unidos por vínculos de parentela, vizinhança e amizade, igualmente decidiram “tentar a sorte na América”. Pelo fato de serem vizinhos, trabalharem juntos e se auxiliarem mutuamente, redes sociais foram construídas e, através delas, as notícias circulavam sobre possibilidades de emprego em outros locais, o que acabava por decidir novas partidas. Assim, esses vínculos sociais, pessoais e fortes, nos quais existia o reconhecimento de obrigações recíprocas de solidariedade e aliança por parte dos atores, conectavam quem já se encontrava no exterior com quem pretendia tentar o caminho da emigração, apontando o trajeto a ser percorrido.¹¹

Na investigação histórica, principalmente na Itália, a perspectiva das redes sociais passou a ser utilizada na micro-história por Giovanni Levi. Desse modo, através da adoção de uma metodologia específica, que trabalha de forma intensiva as fontes nominais conservadas em arquivos, busca-se reconstruir a dinâmica do tecido de relações interpessoais nas quais os indivíduos se encontram imersos – em tempos e espaços determinados – e que percebem em torno de si mesmos. A partir de um indivíduo ou de vários, identificam-se suas redes de relação, através da investigação de vestígios documentais, o que permite uma visão da sociedade caracterizada por um conjunto de relações formais e sistemas de relações, de configurações móveis, ao invés de uma visão fundada em um conjunto de categorias construídas *a priori*, de uma vez e para sempre.

Nos estudos migratórios, essa nova abordagem, ao relacionar as áreas de saída e de chegada – os países de origem e os países de recepção dos migrantes –, permitiu perceber tais deslocamentos como mecanismos migratórios que são colocados em funcionamento por diferentes atores (individuais e coletivos) envolvidos no processo. Nesse contexto, os irmãos John Stuart e Leatrice D. MacDonald, estudiosos da emigração italiana nos Estados Unidos e na Austrália, elaboraram a noção de cadeia migratória, que se revelou especialmente adequada para a compreensão dos complexos processos microssociais relacionados às migrações internacionais, que também se constituiu em um instrumento relevante para a análise explicativa das estratégias formuladas pelos grupos migrantes.¹²

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

Para os MacDonal, “a cadeia migratória pode ser definida como o movimento através do qual os futuros migrantes tomam conhecimento de oportunidades, obtêm os meios para o transporte e conseguem instalação inicial e emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores”.¹³ Nesse sentido, a noção propõe explicar o mecanismo migratório percebendo quem deveria emigrar, para que local, como e quais seriam os padrões de assentamento e ocupações iniciais dos emigrantes, em contraposição aos movimentos baseados em sistemas impessoais de recrutamento e assistência aos imigrantes.

A partir desses pressupostos, é possível compreender a transferência do grupo de famílias de Oneta para Nossa Senhora do Amparo como uma cadeia migratória de trabalho, que foi construída ao longo de, pelo menos, duas décadas. Sendo assim, a família escolhia o membro ou os membros que emigrariam e, ao desembarcarem no Brasil, redes sociais montadas na nova localidade recepcionavam os recém-chegados, garantindo um local de moradia, a inserção no mercado de trabalho e o apoio de parentes e amigos que já se encontravam instalados.

Retomando as narrativas de Laís Consani sobre a chegada de seus antepassados em Nossa Senhora do Amparo, a depoente também expôs as condições, precárias e difíceis, do início de vida que a família enfrentou, observando que, apesar do péssimo estado de conservação do casarão, o mais importante foi que nele o avô instalou o seu primeiro estabelecimento comercial: um armazém de secos e molhados.¹⁴ Nas palavras da depoente: “Ele abriu uma coisa dele: o armazém ao lado, junto da casa. Era armazém e casa de família”. Dessa maneira, trabalho e família se coadunaram e se complementaram em terra estrangeira.

Vale salientar que essa conjugação de residência e negócio familiar, estabelecida em um mesmo imóvel, amalgamando o espaço da vida privada da família à atividade econômica, veio a se constituir em uma característica das famílias imigrantes proprietárias de casas de comércio no Brasil, no referido período histórico. Geralmente, o armazém funcionava no andar térreo e a família habitava o andar superior.¹⁵

Assim também procederam imigrantes alemães que se fixaram em áreas urbanas no sul do Brasil, ao instalarem suas oficinas e fábricas nos mesmos locais de moradia,

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syriléa Marques Pereira

exatamente como funcionavam as unidades produtoras domésticas europeias antes da Revolução Industrial.¹⁶

Em outro depoimento, entretanto, Laís contou que, com a abertura do armazém de secos e molhados, seu avô Giovanni deixou de exercer a profissão de mascate;¹⁷ como, também, lembrou que Pietro Pellegrini trabalhou como vendedor ambulante logo que chegou ao Brasil e que seu filho Narciso, que com ele havia emigrado, “montou um pequeno negócio, um botequim, em Nossa Senhora do Amparo”.¹⁸ Não por outro motivo, no *Orçamento dos Impostos Municipais e das Freguesias da Câmara Municipal de Barra Mansa*, Narciso estava entre os contribuintes para o ano de 1889.¹⁹ A informante ainda narrou que Roberto Fazzi, um amigo da família e vizinho na antiga aldeia italiana, quando chegou ao distrito fluminense, igualmente havia sido caixeiro-viajante e, posteriormente, tornou-se proprietário de um pequeno armazém.

Além dos indivíduos membros das famílias imigradas de Oneta, outros grupos familiares, originários de diversas regiões da Península Itálica, fixaram-se em Nossa Senhora do Amparo, como os Perrone, os Leone, os Grippi, os Sambrotti, os Trocoli e tantos outros peninsulares que, não raro, sequer conhecemos seus nomes, apenas suas profissões, assim mesmo, porque foram alvo de preocupações policiais.²⁰

No jornal *Imprensa Barramansense*, publicado no município de Barra Mansa, em sua edição do dia 3 de maio de 1888, na coluna “Publicações a pedido” é possível ler a seguinte notícia:

Chama a atenção do chefe de polícia da província e autoridades de Barra Mansa, dois italianos viajantes misteriosos e vendedores de joias falsificadas: espertos heróis que ameaçavam com revólver e pancadas, quem ameaçasse reclamar contra suas fraudes.²¹

No mesmo *Imprensa Barramansense*, em 27 de setembro de 1888, um outro italiano mereceu a atenção das autoridades policiais:

Há quatro meses mais ou menos, desapareceu desta cidade o italiano Antonio Grippi. Achou-se em um desses dias a sua caixa no mato, próxima

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

a casa de um devedor. Esse devedor disse ter pago a Grippi o que lhe devia e que comprou algumas fazendas. É caso de se pedir providências.²²

É interessante observar que tanto as narrativas de Laís Consani como as notícias publicadas no referido periódico, apontam idênticas ocupações dos onetenses logo que se transferiram para o referido povoado, no estado do Rio de Janeiro: mascate, caixeiro-viajante, vendedor ambulante, enfim, pequenos comerciantes. Aliás, atividades perfeitamente compatíveis com o modo como se encontravam estruturados economicamente o distrito de Nossa Senhora do Amparo e o município de Barra Mansa, em fins do Oitocentos. Ambas as localidades figuravam dentre os principais centros produtores de café da província fluminense e do próprio Império, ao lado dos municípios de Resende, Vassouras, São João Marcos, Passa Três, Cantagalo e Paraíba do Sul, todos localizados no Vale do Paraíba.²³ Em consequência do crescimento econômico, essas povoações assistiram ao aumento da renda local, em função do volume das exportações cafeeiras e viram sua população, tanto escrava quanto livre, crescer. Viram também florescer o comércio e o setor de serviços, estimulados pelo café.

Aliado a essa conjuntura favorável de desenvolvimento de oportunidades - ligadas ao comércio e ao setor terciário - colaborou também o fato do referido município já se encontrar ligado ao grande centro do Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Central.²⁴ Por essas razões, a oferta de empregos e ocupações urbanas e a presença frequente na região de mascates, profissão monopolizada pelos italianos até aproximadamente o início do Novecentos, quando, então, passaram a concorrer com os libaneses e sírios, denominados genericamente de turcos.²⁵

Dessa maneira, eram esses vendedores ambulantes que viajavam até o Rio de Janeiro, compravam toda sorte de mercadorias, quinquilharias e coisas, e posteriormente perambulavam com suas caixas repletas de produtos por povoados e localidades da região para revendê-los. No caso dos imigrados de Oneta, foi possível perceber que, ao reunirem algumas economias, tornaram-se proprietários de estabelecimentos comerciais, fossem eles pequenos bares, lojas ou mesmo armazéns de secos e molhados.

São justamente essas profissões urbanas, exercidas pelos onetenses, que aqui interessam particularmente, por revelarem uma forma muito própria e peculiar de

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

inserção do grupo imigrante italiano no mercado de trabalho da sociedade receptora. Além do fato de evidenciarem a existência de fluxos migratórios que uniram a região da Toscana ao estado do Rio de Janeiro, fluxos estes que ainda não foram devidamente estudados.

Na realidade, diferentemente da farta produção bibliográfica referenciada nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, como também Minas Gerais e Espírito Santo – que receberam peninsulares procedentes principalmente do Vêneto, região situada no Nordeste da Itália; como também da Lombardia, Calábria e Sicília, regiões localizadas ao Norte e no extremo Sul da Península –, chama a atenção a lacuna existente na literatura para o estado do Rio de Janeiro e, especialmente, se o objetivo for o de identificar os peninsulares originários da região da Toscana.

Não obstante, examinando a produção historiográfica do outro do Atlântico, o vazio bibliográfico também é sentido com relação à Toscana. A atenção dos historiadores italianos, por muito tempo, esteve voltada para as grandes regiões emigratórias localizadas ao Norte e ao Sul da Península, que se ligaram a São Paulo e aos estados do Sul do Brasil. Foi somente a partir das últimas décadas que a Toscana passou a ser estudada como área de partida. Os pesquisadores verificaram que a região havia participado dos grandes fluxos populacionais transoceânicos, ainda que de forma menos intensa se comparada às demais regiões da Itália. Salientaram, porém, que seus deslocamentos possuíam características muito peculiares, visto que se estenderam por mais de um século e, principalmente, elucidaram deslocamentos migratórios direcionados especificamente para o estado do Rio de Janeiro.²⁶

Relacionando a procedência regional dos peninsulares às atividades que exerceram ainda na Itália, e posteriormente em território brasileiro, durante os fluxos migratórios ocorridos entre 1878 e 1902, os estudos estatísticos informam que desembarcaram no Brasil famílias camponesas originárias do Norte da Itália, principalmente das regiões do Vêneto e Friúli que, dentre os peninsulares entrados no Brasil no período, formaram o maior contingente: 35,2%. Vieram também indivíduos oriundos da Lombardia: 9,2% do total de imigrados, que na península eram meeiros, pequenos proprietários e arrendatários. Venetenses e lombardos no Brasil tiveram como destino as áreas meridionais de colonização agrícola. Há que

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

se ressaltar que, para estes indivíduos, a terra tinha um valor inestimável, econômica e simbolicamente.²⁷

Ainda no mesmo intervalo de tempo, entre 1878 e 1902, emigraram também ex-pequenos proprietários vindos de regiões do Sul da Itália, sobretudo da Campânia, 12,6%, e da Calábria, 7,7%, do total de imigrantes que haviam perdido suas terras, devido aos altos impostos e taxas. De áreas meridionais vieram também indivíduos destituídos de qualquer posse: trabalhadores agrícolas assalariados. No Brasil, estes empregaram-se nas lavouras de café e em diversas atividades urbanas: do comércio às atividades artesanais.²⁸

Do Centro da Itália – a grande maioria da região da Toscana – vieram famílias camponesas e de artesãos, que chegaram a perfazer quase 6,5% do total de peninsulares entrados no Brasil até inícios do século XX. Esses toscanos fixaram-se no Rio de Janeiro, em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e muitos preferiram as atividades ligadas ao comércio.²⁹

Sendo assim, observa-se que o maior contingente de peninsulares que se deslocou para o Brasil veio do Norte da Itália e era constituído, em sua maioria, por camponeses. Eram indivíduos que desempenhavam atividades ligadas à terra, mas dela afastaram-se em função da instalação da nova ordem econômica capitalista, sendo destituídos de quaisquer posses. Nesse sentido, a emigração italiana constituiu-se por gente muito pobre e, em grande medida, assim se manteve.³⁰

Considerando essas características intrínsecas da grande emigração italiana, se nos propusermos a “reencontrar” em registros escritos os peninsulares que decidiram deixar para trás a aldeia natal, encontrar emprego e continuar suas vidas em outra sociedade, a tarefa será inglória. Isso porque grande é a limitação das fontes escritas, mesmo as oficiais, em ambos os lados do oceano. Embora milhões de peninsulares tenham tomado seus vapores, cruzado o Atlântico e vivido em terras fluminenses, eles sequer foram considerados pelos arrolamentos oficiais ou pela memória de cronistas locais. Nesse sentido, são quase invisíveis. Quando o foram, geralmente transformaram-se em algarismos, por se tratarem de documentos gerados em consequência de políticas de implementação da imigração, seguindo padrões e fins estatísticos.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

Para se ter uma ideia de tal situação, nos levantamentos e recenseamentos populacionais, organizados em fins do século XIX, é notória a ausência de registro dos imigrantes nas localidades brasileiras onde se fixaram. Por exemplo: no segundo *Recenseamento Geral do Império do Brasil*, realizado pela *Diretoria Geral de Estatística*, em 31 de dezembro de 1890, consta que no município de Barra Mansa viviam 114 estrangeiros e 21.493 brasileiros. Nossa Senhora do Amparo possuía 3.246 habitantes, sendo todos brasileiros, não havendo qualquer nota sobre indivíduos de outras nacionalidades.³¹ Ou seja, o arrolamento desconsiderou as pessoas que haviam deixado Oneta e residiam na localidade há quase duas décadas, além de outros imigrantes que também lá viviam.

Tais deslocamentos, ao envolverem predominantemente indivíduos pobres, pessoas comuns, mal alfabetizadas, em sua maioria camponeses, cujo universo cultural caracterizava-se pelo predomínio da oralidade,³² a migração significou um evento em suas vidas. Por essa razão, passou a compor o repertório de experiências que deveriam ser transmitidas de geração a geração. Nessas narrativas, mulheres, homens e crianças deixam o anonimato e são reconhecidos por suas ações e sentimentos, seus sonhos de mudar a própria vida e a de seus filhos, suas profissões e pelo projeto de “fazer a América”.

É por este motivo que os depoimentos orais, como igualmente os registros visuais e os escritos biográficos, constituem-se em fontes privilegiadas em uma investigação que se propõe a observar o “interior” dos processos de migração, assumindo a ótica das experiências dos próprios grupos.³³ São tais fontes que permitem a reconstrução das trajetórias dos imigrantes, sendo possível observar os relacionamentos que mantiveram com os membros de suas famílias e com as pessoas das comunidades às quais pertenciam. Conforme observou Isabelle Bertaux-Wiame, as histórias de vida iluminam “as relações sociais que estão por trás da emigração /.../ redes de relações entre as pessoas que não deixam vestígio escrito atrás delas”.³⁴ Dessa maneira, as recordações que compõem a memória de mulheres e homens descendentes de imigrantes são imprescindíveis, por permitirem acompanhar essas pessoas simples, personagens comuns, rostos anônimos que passam despercebidos tanto na multidão, como nos recenseamentos oficiais e até mesmo em uma historiografia mais tradicional, fundamentada em

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

fontes escritas. Sem contar que estas recordações são especialmente surpreendentes e reveladoras.

Ao “fazer história” a partir das narrativas dos descendentes dos onetenses, trajetórias de vida foram reconstruídas, estradas e trajetos por eles percorridos foram refeitos. Mas não somente isto. O relevante foi a identificação de outras atividades laborais desenvolvidas pelos imigrantes e não consideradas enquanto tais. Dito de outra forma: nos depoimentos orais surgiram profissões não reconhecidas explicitamente como ofícios pelas entrevistadas e entrevistados e tampouco por mim, enquanto pesquisadora. Provavelmente, por duas razões: foram silenciadas pelos depoentes orais por serem consideradas menos nobres, considerando o processo contínuo de construção e atualização da memória do grupo familiar, ou, porque são ocupações que não pertencem ao nosso universo do trabalho e, conseqüentemente, não fomos capazes de identificá-las.

As atividades desenvolvidas pelos italianos em Nossa Senhora do Amparo, entretanto, ao serem confrontadas com ocupações profissionais de antigos habitantes da região onde se localiza Oneta, puderam finalmente ser identificadas e revelaram remotas profissões que se perderam com o correr do tempo.

Sobre mágicas e macaquices: Oneta em Nossa Senhora do Amparo

O meu avô tinha um livro de mágicas. Era mágico também! Em Amparo fazia mágicas. Tinha uma mágica que era de colocar uma galinha aqui para a galinha aparecer lá. A tia Niba (Sofonisba) – que já era grandinha e era sua ajudante – disse que um dia quase apanhou dele. Era para fazer a mágica da galinha, mas ela fez uma embrulhada e a galinha não saiu do lugar. Ih, ele ficou danado!

O meu avô engolia uma moeda e dizia: “Oh, sumiu a moeda!” Daqui a pouco ele chegava perto de você e começava: “É, (foi) você quem tirou minha moeda! Olha ela aqui!” A moeda saía do nosso bolso.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

Ele engolia uma caixa e depois fazia a caixa sair de um olho. Ele colocava o relógio em um lugar e o relógio aparecia em outro /.../.

Era assim, mas era só para brincar, quando queria agradar aqueles pretos, aquela gente. Para chamar a freguesia, ele fazia até mágicas! Também quando ia uma visita lá no sobrado e tinha criança, ele fazia mágicas.³⁵

O relato acima, de Laís Consani, merece ser contextualizado. Durante as suas entrevistas, Laís se mostrou uma informante muito sagaz. Dona de um discurso bastante seguro, elaborado e coeso, não foram poucas as vezes que não respondeu às perguntas que lhe dirigi e, caso eu insistisse, ela sacava frases do tipo: “Depois eu conto isso, agora eu vou terminar”. Era como se tivesse traçado as coordenadas que nos conduziriam do Brasil à Itália, e vice-versa, de modo idêntico aos invisíveis itinerários que guiam os navios para que cruzem mares e oceanos.

Em um dos momentos nos quais a depoente fez uma associação mental para melhor ilustrar o que estava contando, surgiu uma história um tanto sem propósito que, sinceramente, não me interessou. Trata-se da narrativa reproduzida acima a respeito do talento do avô Giovanni como mágico. Não desprezei, entretanto, a sua história, pois me recordei de Alessandro Portelli, quando ressaltou que o historiador oral deve, antes de tudo, saber ouvir, deixar a fonte oral falar. Ainda de acordo com o autor, é natural que os entrevistados falem de experiências pessoais pouco importantes, não cabendo aos historiadores julgar, mas sim ouvir e esperar, pois uma entrevista é sempre uma lição de aprendizagem.³⁶ Dessa forma, acompanhei atentamente o fio da história que aos poucos se desenrolava diante de mim.

Além do relato da *performance* do avô, posteriormente Laís contou uma outra história que escolheu para ser lembrada e que considerei, no momento da entrevista, ainda mais desinteressante:

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

O meu avô tinha uma macaquinha que era maluca por ele. Mas mordeu-o duas vezes e ele ficou com duas cicatrizes. Porque quando ele pegou a Chiquinha, ela era selvagem /.../. Então meu avô batia nela. Ela apanhava, mas dava o troco. Aí, depois, ela ficou amiga dele. Nossa Senhora, se você visse o dengo que ela fazia para ele! Nem podia ouvir a sua voz e já começava: “mi, mi, mi!” Ele chegava perto dela e ela até deitava, punha a barriguinha para cima, encostava nele, só vendo! Tinha adoração por ele! Ele fez até um chalezinho para ela: uma casinha, com janelinha e portinha, lá no quintal.

A Chiquinha tinha uma touquinha que ele colocava nela e um vestidinho. Ele a prendia em uma corrente e a levava para passear de manhã, toda de chapeuzinho e vestidinho /.../.³⁷

Observando as duas histórias, a primeira, que descreve o ilusionismo praticado por Giovanni, até sugere uma certa “utilidade”, considerando que atraía fregueses para o seu armazém e divertia as crianças que visitavam a família. Já com relação à segunda narrativa, o fato de seu avô ser proprietário de uma macaca, vesti-la como uma pessoa e levá-la para passear na rua, esta soou como puro *nonsense*.

Durante a realização do levantamento de fontes na Itália sobre os movimentos migratórios ocorridos na Toscana, entretanto, verifiquei que tais habilidades remetiam a antigas profissões, típicas da região onde se encontra incrustada Oneta, isto é, o Médio Vale do Rio Serchio.

Geologicamente o território do Médio Vale do Rio Serchio é constituído por um conjunto de montanhas, entrecortadas por várias corredeiras e rios que se juntam bem ao centro do vale do rio, formando assim uma grande e profunda depressão. Suas austeras montanhas e colinas integram os Apeninos Toscanos, que por sua vez se estendem de norte a sul da região da Toscana, praticamente cobrindo todo o seu território (mais de 90%), ficando as planícies (8,4%) concentradas na margem ocidental.

Contrariamente ao que possa sugerir sua topografia, o território apenínico jamais impediu a ocupação e a mobilidade humanas. Ao contrário, desde a Baixa Idade Média, ambas foram possíveis e até se complementaram, tanto que surgiram dezenas de cidades, centenas de pequenos vilarejos e aldeias no alto das colinas e em áreas altiplanas, cujos habitantes aproveitavam intensamente todos os meios e

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

recursos naturais disponíveis. Assim, durante séculos, a população das áreas montanhosas manteve contatos com as áreas de planície e muitos foram os deslocamentos e as trocas econômicas. Durante a Idade Moderna a Toscana tornou-se essencialmente rural. A região passou por uma espécie de política de intervenção de terras, que consistiu no fracionamento de grandes propriedades em vários lotes de terrenos e a implantação do sistema de meação.³⁸

Nesse contexto, os habitantes, camponeses, em sua maioria meeiros, tinham para seu cultivo lotes reduzidos de terra. Além disso, eram obrigados a lidar com as dificuldades naturais de plantio em terrenos montanhosos e com a esterilidade do solo, obstáculos que diminuía ainda mais suas possibilidades de renda. Devido ao isolamento de algumas áreas, em função do difícil acesso, o trabalho agrícola era pouco permeável às inovações técnicas. Por isso, era restrito, e em alguns momentos, não era capaz de absorver a mão de obra disponível.³⁹

No que diz respeito à economia do Vale do Serchio, apenas dois municípios prosperaram: Borgo a Mozzano, devido a sua posição central no fundo do vale, que possibilitava o entrecruzar de pessoas e rotas comerciais; e Bagni di Lucca, que se manteve graças às suas termas. Os outros municípios e a grande maioria das pequenas aldeias localizadas nas montanhas mantiveram-se com uma economia caracteristicamente de autossubsistência, baseada na agricultura, no pastoreio e no extrativismo vegetal, onde predominava a colheita de castanhas, que se complementava com as rendas geradas e trazidas por seus habitantes que, em ciclos periódicos, saíam para trabalhar em outras localidades. Enfim, nessa região emigrava-se para “permanecer”, partia-se para trabalhar e retornava-se para consolidar a própria posição econômica no local de origem, como se verá adiante.⁴⁰

É importante salientar que, em função do próprio ambiente montano, a pluriatividade apresentava-se como uma condição imposta à economia local. Seus habitantes esforçaram-se para desenvolver atividades secundárias e auxiliares como fontes alternativas de renda, como a serralheria, que era praticada ao longo das margens do rio, além da derrubada de árvores, que eram usadas como lenha para a produção de carvão, que tanto servia para o abastecimento doméstico, quanto para as trocas comerciais com as áreas planas. Havia também a produção de cânhamo e a criação do bicho da seda, sendo estas atividades exclusivamente femininas.⁴¹

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

Nessas áreas de paisagem montanhosa, períodos diferentes de maturação dos produtos levaram, por séculos, os camponeses em direção à planície, para desenvolverem atividades agrícolas, como o corte do feno, o debulhar dos grãos, os cuidados com o bicho da seda, os trabalhos de aragem de terrenos e a poda de vinhedos. Essa era a condição para muitos profissionais exercitarem o próprio ofício.⁴²

Assim, em outubro/novembro, após a colheita das castanhas, uvas e azeitonas em suas aldeias, os camponeses partiam para desenvolver idênticas tarefas em outras localidades, retornando aos seus povoados de origem entre maio e junho, quando a necessidade de muitos braços para a agricultura exigia sua volta. Vale ressaltar que tais deslocamentos eram sazonais e possuíam uma cadência anual. Se inicialmente tais atividades eram desenvolvidas próximas às suas residências, já no decorrer do Setecentos e do Oitocentos, camponeses e muitos artesãos ambulantes passaram a buscá-las em localidades mais distantes, como na planície padana, na Maremma, na ilha da Córsega, no Sul da França e na Europa em geral.⁴³

É importante salientar que tais deslocamentos sazonais de trabalhadores, homens em sua maioria, somente foram possíveis porque as mulheres, ao permanecerem em suas aldeias e cidades, assumiam todas as tarefas ligadas à agricultura e à fabricação de bens necessários à manutenção e reprodução familiar, além do cuidado com as crianças, com os membros mais velhos da família e a administração da casa. Era sobre seus ombros que recaíam todas as tarefas, desde transportar e triturar as castanhas, arar e preparar a terra, até mesmo lidar com instrumentos de ferro necessários às atividades, além do trabalho com as fibras do cânhamo.⁴⁴

Foi ainda ao longo do Oitocentos, conforme nos falou Adriana Dadà, que, gradualmente, ao lado dos trabalhadores agrícolas sazonais, apareceu uma figura entre o vagabundo e o comerciante, um instrumentista que se apresentava sozinho ou acompanhado de um animal para exibir: o “homem-orquestra”. Esses artistas saltimbancos giravam por povoados e cidades, inicialmente em áreas europeias e em seguida nas Américas, em contínuas apresentações, junto com seus macacos ou ursos adestrados e vestidos como humanos.⁴⁵ (Fotos 1 e 2).

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

Ainda de acordo com Dadà, tal atividade, ao lado de outras, como o vendedor de pequenas coisas, de pedras de amolar, artigos de mercearia e almanaques e livros, demonstram uma “especialização” de ofícios, cujas origens estão ligadas à necessidade de “inventar” uma profissão por parte daqueles que possuíam pouca ou nenhuma disponibilidade de capital para investir no processo emigratório. Perpetuando-se por várias gerações, a atividade podia se transformar em parcialmente estável em uma localidade e até se transformar em fixa, como lojas, mercados, restaurantes e também circos.⁴⁶

Somente a partir da descoberta da literatura italiana sobre essas profissões exercidas por antigos habitantes da região dos Apeninos Toscanos, que as narrativas de Laís Consani sobre seu avô, finalmente, adquiriram significado: os números de mágicas de Giovanni e as suas aparições públicas, acompanhado da macaca Chiquinha, sempre vestida como uma menina e presa a uma coleira.

É possível pensar que Giovanni tenha sido um artista mambembe e exercido tal atividade em localidades vizinhas a Oneta, antes de se decidir pelo caminho transoceânico. Nos relatos de Laís, o avô não possuía profissão definida e se ausentava constantemente da aldeia, o que indica que ele estava entre os migrantes sazonais.

Em Nossa Senhora do Amparo, Giovanni pode ter trabalhado como artista, até mesmo simultaneamente à profissão de mascate, já que ambas eram ambulantes e uma ajudava o exercício da outra. Quando se tornou um comerciante, continuou usando sua habilidade para atrair fregueses. Da mesma maneira se entende a razão dele aplicar surras na Chiquinha, que certamente foram para adestrá-la, para que aprendesse determinados gestos ou proezas.

Fazer tal afirmação é também reconhecer que foram as referidas profissões que, provavelmente, garantiram a sobrevivência dos onetenses logo que chegaram às terras brasileiras. Por conseguinte, e não menos importante, é pensar que tais atividades tenham contribuído para a autonomia financeira desses indivíduos, já que se tornaram proprietários de seus próprios negócios no Brasil; não desconsiderando que as experiências vividas pelo grupo imigrante de Oneta se constituem em um modelo representativo para tantas outras famílias.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

O mais significativo, contudo, reside na constatação de que o lado de cá e o lado de lá do Atlântico estiveram estreitamente conectados e, nos dias de hoje, depois de decorrido mais de um século, continuam muito atados; contanto que um(a) descendente de algum dos imigrantes encontre um(a) ouvinte e possa lhe contar que:

Desembarcaram lá no Rio (de Janeiro), depois foram para (N^a. S^a. do) Amparo. Chegando lá ele a levou para um casarão velho e feio. As vidraças estavam todas quebradas, uma porcaria. Mas era grande e tinha lugar até para o armazém...

O meu avô veio para o Brasil. Ele disse que ia trabalhar para mandar dinheiro logo, para a minha avó vir /.../.⁴⁷



Foto 1. À esquerda, dos “*scimmianti*”: antigos adestradores de macaquinhos, dos Apeninos tosco-ligure-emiliano. (Coleção de Bruno Cavalli). À direita, homem-orquestra Lazzaro Bona, de Mezzanego, Vale Sturla (Museo Ettore Guatelli, Ozzano Tarò). Fonte: Maria Rosaria OSTUNI; Gian Antonio STELLA. *Sogni e Fagotti: immagini, parole e canti degli emigranti italiani*. Milano: Rizzoli, 2005. p. 94.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira



Foto 2. “Orsanti” italiano: adestrador de ursos.

Fonte:: Maria Rosaria OSTUNI; Gian Antonio STELLA.
Sogni e Fagotti: immagini, parole e canti degli emigranti italiani.
Milano: Rizzoli, 2005. p. 95.

Notas e referências

¹ O artigo é desdobramento da tese de doutorado em História da autora, intitulada *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008, sob a orientação da Prof.^a Angela de Castro Gomes e co-orientação do Prof. Angelo Trento, *Università degli Studi di Napoli – L’Orientale* (Itália), onde realizou estágio como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na Itália, a pesquisa foi realizada em arquivos, mas também é fruto de residência da autora na aldeia de Oneta (Lucca), onde 12 pessoas, cujos antepassados emigraram para o Brasil, entre o Oitocentos e o Novecentos. As entrevistas foram registradas mecanicamente e doadas ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), Universidade Federal Fluminense (UFF), ao Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ao Audioarchivio delle migrazioni tra Europa e America Latina (AREIA), Università di Genova (Itália).

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

-
- ² PROFIX - CAPES/FAPES; Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM).
- ³ Depoimento de Laís Consani SCARPA, em entrevista concedida à autora em Niterói, em 20 de outubro de 2001. Brasil. LABHOI/UFF; LABIMI/UERJ; AREIA/ Università di Genova.
- ⁴ Na realidade, a entrevistada é minha tia-avó materna. Eis o *leitmotiv* de todo o meu trabalho de pesquisa.
- ⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Relatório Estatístico do Brasil. Quadros Retrospectivos nº 1, *Separata do Anuário Estatístico do Brasil, Ano V, 1939/1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941. Vale informar que os peninsulares formavam o maior grupo de imigrantes no referido período, seguidos dos 227.503 portugueses e 169.127 espanhóis.
- ⁶ Segundo Michael Pollak, acontecimentos “vividos por tabela” são eventos vivenciados pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer; e embora nem sempre tenha deles participado, no imaginário ganharam tamanha importância, que às vezes a pessoa não sabe se realmente deles participou ou não. Michael POLLAK. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, 10 (5): 200-212, 1992.
- ⁷ BRASIL. Arquivo Nacional. *Passaporte*. Processo de Naturalização n. 029.249/44, p. 26. Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais, 1944.
- ⁸ A aldeia de Oneta pertence administrativamente ao município de Borgo a Mozzano, localizado na província de Lucca, na região da Toscana, centro-norte da Península Itálica. Vale esclarecer que na Itália as regiões são divididas em províncias - em italiano *provincia* (*e*). Todas as províncias possuem uma capital, que é sempre a cidade de nome idêntico, e encontram-se subdivididas em diversos municípios, denominados *comune* (*i*), com estruturas administrativas semelhantes às dos municípios brasileiros. Os municípios rurais, por sua vez, possuem em seus territórios diversas aldeias e vilarejos, chamados *frazione* (*i*), *località* ou *paese* (*i*). Aliás, o termo *paese* é utilizado tanto para designar a aldeia como também o país.
- ⁹ ITALIA. Parrocchia di Santo Ilario. *Nota dell'Anime della Parrocchia di Oneta*. Oneta, 1818-1884. Tudo indica que em 1870 ambos já estavam no Brasil, pois nesse ano Narciso não foi arrolado pelo pároco local em sua respectiva família, o que significa que pai e filho emigraram juntos.
- ¹⁰ ITALIA. Anagrafe della Popolazione Residente, *Popolazione per frazione*. Borgo a Mozzano, 1874.
- ¹¹ Franco RAMELLA. “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios”. In. María BJERG; Hermán OTERO (Comp.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA – IEHS, 1995, pp. 9 - 18.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

¹² Dentre os estudos referenciais sobre o conceito de cadeia migratória e sua aplicação, vd. Samuel L. BAILY. “Las cadenas migratorias de los italianos a la Argentina: alguns comentários”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 3 (8): 125-135, 1988; BAILY; RAMELLA. *One family, two words. An Italian family's correspondence across the Atlantic, 1901-1922*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988; William. A. DOUGLASS. *L'emigrazione in um paese dell'Italia Meridionale. Agnone: tra storia e antropologia*. Pisa: Giardini, 1990; Romolo GANDOLFO. “Notas sobre la élite de una comunidad emigrada em cadena: el caso de los agnoneses”. In: Fernando J. DEVOTO; Gianfausto ROSOLI. (a cura di). *L'Italia nella società argentina*. Contributi sull'emigrazione italiana in Argentina. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1988, p. 160-177; Reuel Anson LOCHORE. *From Europe to New Zealand*. Wellington (NZ): 1951; John Stuart MACDONALD; Leatrice D. MACDONALD. “Chain Migration, Ethnic Neighborhood and Social Networks”, *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, 42, 1, p. 82-95, jan. 1964; BAILY, “Las cadenas migratorias de los italianos a la Argentina: alguns comentários”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 3, 8, p. 125-135, 1988; Dedier Norberto MARQUEGUI. “Las cadenas migratorias españolas a la Argentina. El caso de los Sorianos de Luján”. *Studi Emigrazione*, 105, p. 69-101, 1992; RAMELLA. “Movilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Itália del Noroeste (1880-1914)”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 6, 17, p. 107-118, 1991; Franc STURINO. “Emigración italiana: reconsideracion de los eslabones de la cadena migratória”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 8, p. 5-25, 1988.

¹³ MACDONALD; MACDONALD, 1964.

¹⁴ Esses armazéns eram assim denominados devido à diversidade de produtos comercializados, tais como: tecidos, chapéus, calçados, louças, alimentos, acessórios para montaria, ferragens e querosene.

¹⁵ Na década de 1910 os Pellegrini-Consani se transferiram para Passa Quatro, no estado de Minas Gerais, onde também viveram e instalaram outro armazém em um imóvel que possuía dois pavimentos e com as mesmas características, ou seja, um casarão que servia de residência e abrigava o negócio da família.

¹⁶ Luiz Felipe de ALENCASTRO; Maria Luiza RENAUX. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO; RENAUX. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 321.

¹⁷ Depoimento de Laís Consani SCARPA, 20 de outubro de 2001.

¹⁸ Depoimento de Laís Consani SCARPA, 20 de outubro de 2001.

¹⁹ BRASIL. Biblioteca Nacional (doravante BN). *Imprensa Barramansense*. Barra Mansa, Província do Rio de Janeiro, n. 45, 1889.

²⁰ BRASIL. BN. *Imprensa Barramansense*, n. 45, 1889.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

-
- ²¹ BRASIL. BN. *Imprensa Barramansense*, n. 17, 1888.
- ²² BRASIL. BN, *Imprensa Barramansense*, n. 25, 1888.
- ²³ Marieta de Moraes FERREIRA. (Coord.) *A República na velha província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., p. 13 e 28, 1989.
- ²⁴ Brasil. BN. *O Fluminense*, n. 2141, 1892.
- ²⁵ Angelo TRENTO. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel. 1989, p. 129.
- ²⁶ Lucilla BRIGANTI. “Percorsi di toscani in Brasile tra ‘800 e ‘900: stati di Rio de Janeiro, Minas Gerais ed Espírito Santo”. In: Mauro REGINATO. (a cura di). *Dal Piemonte allo stato di Espírito Santo: aspetti della emigrazione italiana in Brasile tra ottocento e novecento. Atti del Seminario Internazionale*. Torino, 22-23 set. 1995, pp. 259-285; BRIGANTI. “L’emigrazione toscana in America Latina tra ‘800 e ‘900”. *Africana: miscellanea di studi extraeuropei*. Pisa: Edizione ETS, 1997, pp. 41-59; Adriana DADÀ. “Emigrazione e storiografia: primi risultati di una ricerca sulla Toscana”. *Italia contemporanea*. 192, pp. 487-502, set. 1993; DADÀ. (a cura di) “Regioni ed aree migratorie. La Toscana e il Pistoiese”. *Quaderni dell’emigrazione toscana*, Firenze, 2: 3-9, 2001.
- ²⁷ TRENTO, 1989, p. 39; Zuleica ALVIM. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: Nicolau SEVCENKO (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3. 2000, p. 286.
- ²⁸ TRENTO, p. 286; Matteo SANFILIPPO. “Tipologie dell’emigrazione di massa”. In: Piero BEVILACQUA; A. DE CLEMENTI; Emilio FRANZINA (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001, p. 88.
- ²⁹ Zuleica ALVIM. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In: SEVCENKO, v. 3. 2000, p. 286; Syrleá Marques PEREIRA. *Mulheres imigrantes italianas e suas “caixinhas de lembranças”*: memória e identidade delimitando a fronteira étnica e construindo identidades (1889-1948). *Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, ICHS/UFRRJ, 2003; TRENTO, 1989, p. 39.
- ³⁰ TRENTO, 1989, p. 42.
- ³¹ BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1898, p. 145.
- ³² Antonio GIBELLI; Fabio CAFFARENA. “Le lettere degli emigranti”. In: BEVILACQUA; CLEMENTI; FRANZINA, 2001, pp. 563-574.
- ³³ Este é o campo da história oral. Sobre a metodologia de trabalho com fontes orais, ver ao menos os vários estudos de Alessandro Portelli, dentre os quais destaco: PORTELLI. “A Filosofia e os fatos”. *Tempo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1, 2, pp. 59-72, 1996; PORTELLI. “O que faz a história oral diferente”. *Proj. História*, São Paulo, 14, pp. 25-39,

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

-
1997. PORTELLI. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944)". In: Janaína AMADO; Marieta de Moraes FERREIRA. (Coord.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 103-130, 1998; AMADO; FERREIRA. "História oral como gênero". *Proj. História*, São Paulo, 22: 9-36, jun. 2001; Cesare BERMANI. *Introduzione alla storia orale. Storia, conservazione delle fonti e problemi di metodo*. Roma: ODRADEK, 1, 1999; BERMANI. *Introduzione alla storia orale. Esperienze di ricerca*. Roma: ODRADEK, 2, 2001; Alistair THOMSON. "Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração". *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, 22: 341-364, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 26/03/16. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200005/>
- ³⁴ Isabelle BERTAUX-WIAME *apud* THOMSON, "Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração". *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, 22: 341-364, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200005&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 26/03/16. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200005>, p. 06.
- ³⁵ Depoimento de Laís Consani SCARPA, 20 de outubro de 2001.
- ³⁶ PORTELLI. "História oral como gênero". *Projeto. História*, São Paulo, 22: 9-36, jun. 2001. p. 20.
- ³⁷ Depoimento de Laís Consani Scarpa, 27 de outubro de 2001.
- ³⁸ DADÀ. "Uomini e strade dell'emigrazione dall'Appennino Toscano". In: Dionigi ALBERA; Paola CORTI. (a cura di). *La montagna mediterranea: una fabbrica d'uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Torino: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000, pp. 153-164.
- ³⁹ Giovanni PIZZORUSSO. "I movimenti migratori un Italia in Antico Regime". In: BEVILACQUA; CLEMENTI; FRANZINA, 2001, p. 8; Ercole SORI *apud* BRIGANTI. "L'evoluzione del fenomeno migratorio nella Media Valle Lucchese' dall'Ottocento al Novecento". In: Alessio FORNASIN; Andrea ZANNINI (a cura di). *Uomini e comunità delle montagne: paradigmi specificità del popolamento dello spazio montano (secoli XVI-XX)*. Fórum: Udine, 2002, pp. 159-182.
- ⁴⁰ DADÀ, set. 1993, pp. 487-502, p. 495.
- ⁴¹ Lucilla BRIGANTI. "L'evoluzione del fenomeno migratorio nella Media Valle Lucchese' dall'Ottocento al Novecento". In: Alessio FORNASIN; Andrea ZANNINI. (a cura di). *Uomini e comunità delle montagne: paradigmi specificità del popolamento dello spazio montano (secoli XVI-XX)*. Fórum: Udine, 2002. p. 159-182; DADÀ, in: ALBERA; CORTI, 2000, pp. 153-164.
- ⁴² DADÀ, in ALBERA; CORTI, 2000, p. 153.

Dossiê

Por estradas nunca dantes percorridas: caminhos e profissões
de imigrantes toscanos(as) no estado do Rio de Janeiro
Syrleá Marques Pereira

⁴³ BRIGANTI, in REGINATO, 1995, pp. 259-285. A planície padana refere-se às margens do Rio Pó e Maremma é a região costeira do mar Tirreno, prevalentemente plana, que se estende por cerca de 5.000 km² entre o Sul da Toscana e a região do Lácio.

⁴⁴ BRIGANTI. “La Lucchesia e il Brasile: storia di emigranti, agenti e autorità”. *Documenti e Studi: semestrale dell’Istituto Storico della Resistenza e dell’Età Contemporanea in provincia di Lucca*, Lucca, n. 14-15, p. 161-220, 1993; Maria Rosaria OSTUNI. “Dalla Valle del Serchio all’America: ‘perche andiedi’”. In: OSTUNI et. al. (a cura di). “Il perche andiedi in America...”*Immagini dell’emigrazione lucchese. La Valle del Serchio. Archivio Paolo Cresci per la storia dell’emigrazione italiana.* Lucca: Maria Pacini Fazzi Editore, 2001.

⁴⁵ DADÁ, in ALBERA; CORTI, 2000, p. 156.

⁴⁶ DADÁ, in ALBERA; CORTI, 2000, pp. 156-7.

⁴⁷ Depoimento de Laís Consani SCARPA, 20 de outubro de 2001.

Distintos olhares. Intolerância e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX

Maria Luíza Tucci Carneiro
Universidade de São Paulo

Resumo: O artigo pretende abordar as várias formas de representação do "outro", usando como fontes: o discurso diplomático e policial, a literatura, a fotografia e a pintura, tendo como objeto de análise as figuras do cigano, do judeu e japonês que, em distintos momentos dos séculos XIX e XX, integraram os fluxos migratórios para o Brasil. Através da reconstituição de distintas narrativas, pretendo demonstrar a força dos mitos políticos na estigmatização destes grupos étnico-culturais tratados como "indesejáveis" e/ou como "raça inferior". Importante a recuperação das matrizes deste pensamento intolerante que, através de distintos discursos, colaborou para a persistência de processos de exclusão e manifestações de violência, simbólica e física. PALAVRAS-CHAVE: Intolerância – Representações do “outro” – Ciganos, judeus e japoneses.

Abstract: This article aims to address the various forms of representation of the "other", using as sources: the diplomatic discourse and police, literature, photography and painting, with the object of analysis the gypsy figures, the Jewish and Japanese at different times of the nineteenth and twentieth centuries, integrated immigration flows to Brazil. By reconstituting distinct narratives, I intend to demonstrate the strength of the political myths in the stigmatization of these ethnic-cultural groups treated as "undesirable" and / or "inferior race". Important recovery of the headquarters of this smart thinking that through different speeches, contributed to the persistence of exclusion and manifestations of violence, physical and symbolic.

KEYWORDS: Intolerance - Representations of the "other"- Gypsies, Jews and Japanese.

O “outro” no mundo das representações*

Este artigo reúne resultados de vários projetos desenvolvidos junto ao *Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação* (LEER), do Departamento de História, FFLCH- Universidade de São Paulo, subsidiados pela Fapesp entre 2006 e 2014.¹ O somatório destas investidas heurísticas tem produzido um novo saber que favorece o convívio entre diferentes culturas e a valorização do “Outro”, além de comprovar a persistência de um pensamento racista no Brasil. Os acervos do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ), do Arquivo Nacional (RJ), do Fundo Deops/SP sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, têm demonstrado que ainda há muito que conhecer e pesquisar no Brasil e, em especial, sobre as políticas migratórias. Este *corpus* documental - no seu conjunto e por suas particularidades - tem demonstrado que o processo migratório que envolveu

* O trabalho foi originalmente apresentado, na forma de comunicação oral, no XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL AHILA, realizado em Berlim, no ano de 2014.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

milhares imigrantes que optaram pelo Brasil como comunidade de destino, não deve ser avaliado como homogêneo: os imigrantes nem sempre conseguiram fácil integração à realidade brasileira.

Filtrados pelo olhar do historiador, milhares de documentos diplomáticos, prontuários policiais, revistas ilustradas, obras de arte e literárias, têm permitido reconstituir a persistência de uma mentalidade intolerante no Brasil. Desde a década de 1980, a historiografia - brasileira e brasilianista - vem analisando sob o viés da Nova História e de forma multidisciplinar, a postura do Estado, da Igreja Católica e de um grupo de intelectuais brasileiros que, desde as últimas décadas do século XIX, procuraram sustentar a imagem do Brasil enquanto um país cordial, humanitário e defensor da democracia racial. Muitos destes mitos caíram por terra, mas deixaram vestígios no imaginário coletivo que continua a se alimentar de mitos políticos.²

Pesquisando nos arquivos brasileiros tive a oportunidade de identificar distintas formas de representação da imagem do imigrante que, em diferentes momentos, tornou-se objeto dos discursos diplomático e policial, da literatura, da caricatura, da fotografia e das artes plásticas, em especial. Políticos, intelectuais, artistas, médicos, psiquiatras, diplomatas e autoridades policiais, encontraram neste personagem (no caso o imigrante e o refugiado político) sinais de estranhamento e repulsa. O inventário apurado desta documentação demonstra que a convivência com o imigrante por parte de alguns segmentos da população brasileira se fez, na maioria das vezes, limitada por um discurso intolerante fundamentado por teorias eugenistas e políticas excludentes., principalmente durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).

A construção da identidade nacional se fez, muitas vezes, modelada por valores peculiares do pensamento racista moderno que não prescindiu das teorias importadas da Europa. A Eugenia conquistou espaço entre as elites que debatiam e pensavam sobre a questão imigratória interpretada como “problema”, ou seja: como uma ameaça. Desde a década de 1920, o estrangeiro passou a ser classificado nas categorias “desejável” ou “indesejável”, selecionado segundo critérios políticos, étnicos, culturais e religiosos. Autoridades do alto escalão do governo, argumentavam que, caso o imigrante não fosse selecionado entre os melhores exemplares, poderia “desfigurar” e “desnaturalizar” a população brasileira, principalmente se fosse judeu. Segundo afirmou Ernani Reis, secretário de Francisco Campos, Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, em seu artigo “Imigração e sentimento nacional”, publicado em 1943 no jornal carioca *A Noite*:

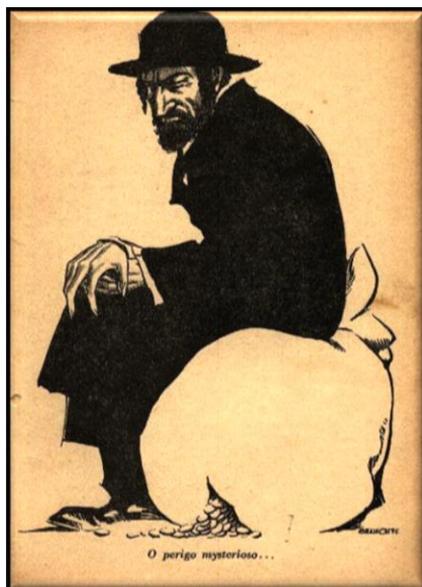
/... /a introdução maciça de populações com o fim de encher os espaços

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

vazios do nosso território, isto é, a introdução de uma quantidade tal de imigrantes que superasse a nossa capacidade atual de assimilação, significaria fatalmente a *desfiguração* e o *desnaturamento*, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio. Da tentativa de acrescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria e essa diminuição espiritual poderia tornar-se, mais tarde, um fator da própria redução material da pátria, a saber uma *ameaça à sua unidade*.³

Como objeto de reflexão optamos por analisar o processo de construção das figuras do judeu e do japonês que, desde as últimas décadas do século XIX, foram estigmatizados e tratados como “indesejáveis” e/ou como “raça inferior”. Daí as expressões: *perigo semita* e *perigo amarelo*, além de outros perigos como o *perigo vermelho/comunista*. Nos propomos a recuperar as matrizes deste pensamento intolerante que, certamente, colaborou para a persistência de políticas discriminatórias por parte do Estado brasileiro instigando manifestações de violência, física e/ou simbólica. Importante avaliarmos o potencial destas imagens enquanto fontes históricas e meio de conhecimento para a reconstituição dos estigmas e estereótipos que povoam o imaginário coletivo.



O judeu representado por Belmonte. *Ideias de ninguém*, 1935.⁴

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

Esta releitura nos convida a lançar um olhar crítico sobre os múltiplos discursos que circularam no século XX, principalmente, nos instigando a analisar o passado a partir de indagações motivadas pelo presente. O racismo persiste no contemporâneo valendo-se das novas mídias que continuam a manipular o imaginário coletivo, ainda que com novas roupagens. O fato é que, na primeira metade do século XX, existia uma tensão entre a força das construções imaginárias e a tentativa institucional de interferir na produção de significações.

No seu conjunto, a iconografia nos oferece expressivos elementos para o estudo das mentalidades e da persistência dos mitos no imaginário brasileiro. Vinculando a história da imigração à arte política no Brasil, teremos a possibilidade de reconstituir um amplo quadro das estruturas mentais de uma época.⁵ No entanto, apesar dos avanços da historiografia brasileira nestas últimas décadas, muitas destas imagens têm servido como meras “ilustrações” para os estudos imigratórios não merecendo o devido tratamento crítico enquanto fontes históricas portadoras de múltiplos significados e significações. Na realidade, as imagens trazem - subjacentes à informação iconográfica propriamente dita - um manancial de outras informações que exigem do pesquisador uma reflexão atenta às metáforas e analogias empregadas pelo autor da imagem. Lembramos que é através das deformações, das omissões e das “entrelinhas” visuais e textuais que encontramos um campo fértil para os estudos sobre intolerância avaliada sob viés da história das mentalidades, como tem enfatizado Boris Kossoy em seus estudos sobre o efêmero e o perpétuo na imagem fotográfica.⁶

O imigrante, interpretado como o “Outro”, tornou-se foco de avaliações apressadas que, muitas vezes, culminaram em atitudes de repulsa e ódio. Há evidências da aplicação de ideias oriundas do pensamento eugenista que, certamente, inspirou práticas discriminatórias. Imagens de todos os tipos serviram para registrar diferentes percepções, nem sempre destituídas de pré-conceitos herdados da civilização europeia. Estas imagens, por sua vez, não devem ser dissociadas dos valores e da auto-imagem de seus produtores que, influenciados pela persistência de uma mentalidade intolerante, promoveram a produção de imagens estereotipadas dos chineses, japoneses, portugueses, ciganos, negros e judeus, em particular. Enquanto alguns segmentos dos brancos europeus se faziam distintos por seus “ares de civilidade”, outros eram apontados como elementos perigosos para a composição da população brasileira. As fontes iconográficas, portanto, devem ser “submetidas à criteriosa análise das suas condições de produção e/ou de recepção” podendo funcionar, como muito bem escreveu Voigt, “como chaves heurísticas da realidade de uma época passada”.⁷

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

Muitas das imagens estereotipadas reproduziam e reforçavam o discurso oficial das autoridades brasileiras que insistiam na imagem do “trabalhador ideal” que, em momentos distintos, replicavam valores preconceituosos. Portanto, cada imagem em particular se apresenta como “carregada de sentidos”.⁸ Ou seja: o governo brasileiro estava interessado em preencher os espaços vazios do território nacional desde que as correntes imigratórias garantissem o branqueamento da população. A solução estava em impedir a entrada de negros, judeus e japoneses, de forma a não aprofundar o abismo provocado pelo “má-formação étnica” herdada do passado escravocrata e do liberalismo republicano. Assim, a adoção de políticas imigratórias restritivas se fez fundamentada na *ideologia do trabalho* e da *segurança nacional*. Em síntese: nem negro, nem judeu, nem japonês, pensamento que persistiu durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950).⁹

O “outro” no mundo das representações

Nossa proposta metodológica insere-se no campo da História Cultural onde Arte e Política se prestam para identificar e comparar as visões de mundo diante de um mesmo tema, neste caso o imigrante indesejável, tratado como o “Outro”. Procuramos reunir um conjunto de fontes que possibilitem reconstituir o processo de construção da imagem do imigrante enquanto *modelo de representação*. Estamos atentos as interferências dos discursos “anti-imigrantes”, que no seu conjunto apresentavam ambivalências e ambiguidades notáveis, conforme notou Federico Croci, no caso dos japoneses. Oscilavam “entre o estereótipo de trabalhador honesto, dócil, pacato, diligente e o agente do perigo a serviço de um país imperialista, portanto um potencial perigo político e racial”.¹⁰ No caso dos judeus, a imagem que persiste é de uma parasita que vive do trabalho alheio, acusado de ser “revolucionário bolchevique” ou “explorador capitalista”, e/ou “articulador de um complô para dominar o mundo”.

Considerando que parte significativa dos fluxos imigratórios para o Brasil se deu também na esteira das diásporas políticas ao longo da primeira metade do século XX, sobretudo no pós- Primeira Guerra, nossa análise estará também direcionada para a imagem do refugiado judeu apresentado como perigo étnico-político induzido pela persistência de mitos políticos. Somam-se novos atributos: do cidadão sem pátria, representante de uma raça degenerada. É quando a mentira se transforma em verdade, evidência comum aos regimes ditatoriais ou totalitários. O discurso é construído de forma a culpar o “outro” que, por alguma razão, não deve compartilhar da felicidade idealizada por aqueles que impõem a ordem nacional. Em consequência: decreta-se a repressão aos elementos nocivos à sociedade

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

firmando, em várias instâncias, o pacto entre o Estado ordenador e a população brasileira cooptada pela propaganda política e pelo medo ao desconhecido. Os judeus são acusados de promoverem a Guerra, os negros de contribuírem para o atraso do Brasil e os japoneses, por serem inassimiláveis como “enxofre”, por viverem enquistados dificultando a assimilação.¹¹

Na maioria das vezes, os diferentes “tons” e “perfis de identidade” atribuídos aos imigrantes “indesejáveis” eram inspirados no ideal de superioridade propagado pelas teorias racistas assimiladas dos europeus. Clichês xenófobos e racistas eram reforçados pelas imagens criadas pelos caricaturistas que, através do humor e da sátira política, veiculavam valores preconceituosos nos jornais e nas revistas ilustradas brasileiras.¹² Ainda que este tenham liberdade de expressão, devemos considerar que estas imagens não eram tão ingênuas como pretendiam ser, pois instigavam o ódio e a repulsa. São estes componentes híbridos que pretendemos analisar demonstrando, no caso das charges políticas, que o humor não era tão inocente. As figuras dos imigrantes publicadas nas revistas ilustradas e na grande imprensa expressam os conflitos étnicos, apesar do discurso oficial alimentar o mito da democracia racial e do homem cordial brasileiro.

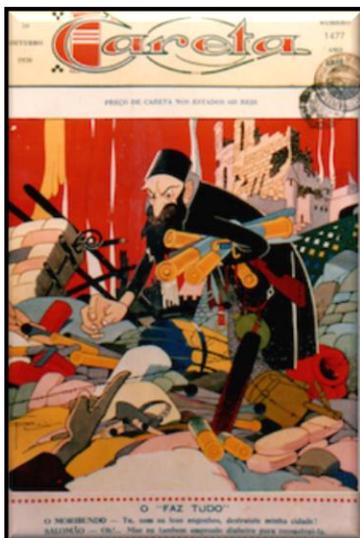


Imagem do judeu acusado de ser “o faz tudo”. *Revista Careta*, 1936.¹³ Acervo Tucci/SP

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

É no campo do político – ou no campo da História Cultural do Político, como muito bem definiu Sandra Pessavento¹⁴ - que conseguiremos detectar uma rede de práticas discursivas que, articuladas entre si, nos permitem demarcar as fronteiras de um mundo intolerante onde as imagens nos remetem ao imaginário social. Identificadas as imagens devemos compreendê-las no contexto da sua produção que, segundo Roger Chartier, nos permitirá comparar o “real bem real” do social com as “representações construídas sobre um período ou um sujeito histórico”: neste caso, o imigrante ou refugiado judeu.

A biotopia do imigrante ideal

A experiência histórica deixada pelos imigrantes radicados no Brasil é digna de capítulos especiais na história do Brasil República. Em primeiro lugar porque, após a abolição da escravatura em 1888, os negros, os orientais (japoneses e chineses) e os judeus sempre estiveram presentes no imaginário dos ocidentais; e em segundo por terem suas imagens construídas sob o prisma de estereótipos seculares, europeus. No final do século XIX e início do XX, por exemplo, o Estado de São Paulo chegou a incentivar a vinda de trabalhadores estrangeiros para as fazendas de café, cujos contratos eram, em grande parte, subvencionados pelo próprio governo. Os discursos oficial e científico acerca do imigrante ideal se fez, principalmente, durante esse período, fundamentado na ideia de assimilação e fusibilidade. Desde o início do processo de incentivo à imigração ficou evidente que não interessava ao Estado republicano manter em território nacional aquelas comunidades que optassem por preservar a sua identidade étnica e política. Essa situação explica o fato de, em distintos momentos da história republicana, a resistência à assimilação ter gerado situações de conflito. Interessava sim às elites agrárias e políticas a conformidade e a subserviência. No caso da emigração japonesa se faz oportuno o inventário dos manuscritos e impressos antinipônicos produzidos desde o final do século XIX até os anos de 1950, pesquisa desenvolvida por Marcia Yumi Takeuchi em sua tese de doutorado *Entre Gueixas e Samurais: A Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas (1897-1945)*.¹⁵

Ao ser avaliado como problema étnico e político, o tema da imigração ganhou espaço nas sessões políticas e científicas – e posteriormente nos arquivos históricos –, rotulado como “questão”: questão chinesa, questão japonesa, questão judaica etc. Tanto o imigrante japonês como os judeus eram bem-vindos desde que se integrassem ao “nós”, atendendo as regras impostas pelos ordenadores da sociedade brasileira. Se no primeiro momento foram interpretados como inoportunos por sua “raça”, durante a Segunda Guerra Mundial foram questionados por suas “identidades étnicas” e por seus interesses imperialistas. Porém, nem todos

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

os países tornavam públicas suas idéias e seus atos de exclusão, preocupados que estavam em construir uma imagem de Nação calcada, muitas vezes, em ideais humanísticos e democráticos (ainda que falsos). É quando a elite ordenadora sai em busca de fundamentos políticos, raciais e até mesmo religiosos, para justificar os atos legais (e ilegais) de exclusão. Ao negar os valores do “outro” – avaliado como um estranho à realidade nacional – o grupo dominante “garante” valores positivos para os seus membros. Daí a segregação estar a um passo da exclusão.

Devemos considerar que os momentos de crise aguda – quando os valores têm de ser reordenados – possibilitam o (re)aparecimento de ações intolerantes que, diante do recuo das instituições liberais, oferecem soluções políticas baseadas na repressão e no terror. Por exemplo, o clima de instabilidade econômica, desemprego, miséria e fome que caracterizou o período de entre-guerras, favoreceu uma verdadeira inversão de valores, possibilitando soluções autoritárias fundadas na idéia de salvação. Múltiplos eram os discursos que, em nome da fé católica ou do Estado, se propunham a salvar a pátria do elemento intruso e proteger a nação da contaminação das raças inferiores ou das ideias exóticas.

Mesmo antes da abolição da escravatura, instalou-se no Brasil Império um amplo debate sobre a conveniência do Brasil receber trabalhadores de origem asiática em substituição ao negro. Podemos datar como sendo da época de D. João VI as primeiras leis relativas à imigração e colonização no Brasil. Tal iniciativa incentivou a formação de núcleos pioneiros de colonos alemães, açorianos e suíços distribuídos pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. A opção pelos *chins* como mão-de-obra substitutiva do negro escravo foi retomada entre 1854-1855 através do sistema de parceria. Em junho de 1855, cerca de 2 000 *chins* eram esperados como prática de um contrato entre o governo brasileiro e a Casa Sampson e Tappman, de Boston. Chegaram apenas 368. Da euforia passou-se rapidamente ao desgosto. O tratamento negativo dado aos “novos escravos” culminou no rompimento do contrato e a formulação de um discurso estereotipado contra os chineses, estigmatizados como “inúteis”, “indolentes”, “indisciplinados” e “prejudiciais aos interesses da Nação”.

Em 9 de julho de 1870, foi aprovado o Decreto n. 4.547, que legislava sobre a introdução de asiáticos no Brasil com a anuência de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, ministro e secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Com o objetivo de efetivar esse ato legislativo, foi criada a *Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos*, dirigida por Manoel José da Costa Lima e João Antônio de Miranda e Silva. A ideia inicial era a de que os *chins* permanecessem no Brasil por dez anos, não fosse a intervenção das autoridades

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

inglesas e portuguesas que proibiram a saída dos *coolies* via Hong Kong e Macau. Em 1874, cerca de mil chineses conseguiram embarcar via Cantão com destino aos portos brasileiros.

Impressões preconceituosas eram sustentadas por membros da elite intelectual, dentre os quais cabe citar o conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, diretor da Repartição Geral das Terra Públicas, Oliveira Martins e o fazendeiro Luis Peixoto Lacerda de Werneck, advogado formado na Academia de Paris e na Universidade de Roma. Para este último, a raça chinesa “estacionária de uma civilização duvidosa inerte no progresso, há de ceder lugar, de ser extenuada e destruída pelas nações provecas da Europa e da América [...]”. Se para Oliveira Martins a ideia de um “Brasil chinês” era repugnante, para Souza e Mello, deveríamos nos dar “*por felizes por livrar-nos dessa importação de semelhante gente que de certo ninguém receberá*”.¹⁶

Uma avaliação preconcebida trouxe para o debate as teorias pró-imigrantes brancos e europeus – interpretados como racialmente superiores em oposição aos chineses –, os africanos e os mestiços brasileiros, avaliados como “descendentes de raças não-viris e pouco inclinados ao trabalho”. Mesmo assim, alguns racialistas não descartavam totalmente a adoção de trabalhadores da raça amarela, classificada como intermediária, como uma solução provisória, em regime de trabalho de semi-escravidão. Compactuava desta opinião Ireneu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá.¹⁷

A consolidação da imagem do Brasil como nação branca e civilizada dominou os discursos proferidos durante o *Congresso Agrícola de 1878*. Uma série de impressos cuidara de documentar os diferentes apartes pró e contra os chineses e favoráveis à adoção de uma política imigratória seletiva. Foi sob este viés que se instalou um debate de cunho racial, econômico e político que ficou conhecido como “a questão chinesa” (1879). Discursos panfletários colocaram em cena as qualidades positivas do branco europeu em oposição aos perfis negativos dos *chins* e dos negros. Para os abolicionistas, o chinês era pior que o negro: “*avaro, viciado em jogo e ópio, infanticida por convicção e ladrão por instinto*”.¹⁸

Foi no calor das mudanças efetivadas entre 1888 e 1889, em meio à abolição da escravatura e da proclamação da República, que a política imigratória ganhou forma, revelando o ideal de branqueamento como parte do projeto étnico-político defendido pelo recém-empossado Governo Provisório. Sob o signo da nova ordem republicana, foi promulgado o decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, regulamentando a introdução de imigrantes no Brasil, desde que aptos para o trabalho. “*Indígenas da Ásia ou da África somente mediante autorização do Congresso*

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

Nacional / .../”. Essa exceção foi corrigida pela Lei n. 97, de 5 de outubro de 1892, que permitia a livre entrada de imigrantes chineses e japoneses em território nacional, desde que não fossem “indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países”. Cobrava-se, mais uma vez, a aptidão para os trabalhos em qualquer indústria.¹⁹

Tendo em vista o modelo ideal de “bom trabalhador”, o governo de Floriano Peixoto enviou uma missão diplomática ao Oriente Médio com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. O encarregado José da Costa Azevedo, Barão de Ladário, optou pelos japoneses (“mais trabalhadores e econômicos”), pois os chineses, na sua opinião, eram “um mal moral para o Brasil”. Tal veredicto direcionou os olhares para o Japão. O debate no Senado e na Câmara dos Deputados – cujos Anais registraram as diferentes opiniões acerca de uma política imigratória restritiva – culminou com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 5 de novembro de 1895, sancionado pela Presidência da República em 27 de novembro de 1896.²⁰

No entanto, as barreiras do preconceito contra os asiáticos se faziam pulsar em cada estado de maneira diferenciada: o Estado de São Paulo, ao contrário de Minas Gerais, que admitia asiáticos, permitia apenas a entrada de imigrantes brancos, privilegiando os europeus, americanos e africanos (canarinos).²¹ A partir de 1886, após a criação da *Sociedade Promotora da Imigração* pelo governo de São Paulo, intensificou-se o fluxo imigratório de italianos e portugueses para as fazendas de café. Estes, sobrevivendo em regime de semi-escravidão, entraram em conflito com os proprietários de terras, interessados apenas no contrato de mão-de-obra barata. Caía por terra a imagem idílica do Brasil – de país-hospedeiro a todas as etnias – e que nem sempre correspondeu à realidade vivenciada pelos imigrantes radicados nas fazendas de café ou nos grandes centros urbanos. Tanto assim que, em 1902, uma série de denúncias levou o governo italiano, segundo Love, a encerrar as atividades de agências dedicadas ao recrutamento de imigrantes na Itália.²²

As estatísticas demonstram que os preferidos em todo o Brasil eram os brancos europeus. No período de 1890-1899 entraram no país 690.365 italianos, 219.653 portugueses, 164.293 espanhóis e 17 084 alemães.²³ Estes números, somados aos totais alcançados por cada nacionalidade ao longo das três primeiras décadas do século XX, serão recuperados a partir de 1934 para quantificar as quotas disponibilizadas aos interessados em obter vistos de entrada para o Brasil. É óbvio que a média obtida favorecia o ingresso de brancos em detrimento de imigrantes das raças negra e amarela. Basta observar os parágrafos 6 e 7 do art. 121 da

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

Constituição de 1934, que impunham restrições a entrada de imigrantes no território nacional de forma a garantir a integração étnica.²⁴ A corrente imigratória de cada país não deveria exceder anualmente o limite de 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.²⁵ Nacionalismo exacerbado e xenofobia serviram de elementos catalizadores para o debate mascarado pela intenção de “garantir a integração étnica e a capacidade física e cívica do imigrante”.²⁶

Em 1913 o governo do Estado de São Paulo suspendeu temporariamente os subsídios para a imigração japonesa e definitivamente em 1923. Enfim, podemos considerar que o discurso racista que permeou os debates nas últimas décadas do século XIX serviu como paradigma contra outros tantos grupos europeus, nos caso os judeus. Essa era apenas a ponta do iceberg que iria despontar no governo Vargas, que investiu sistematicamente contra judeus, negros, ciganos, assírios, poloneses, russos, dentre outros grupos tratados como “indesejáveis”.

Imagens da modernidade



Trabalhadores negros (Marc Ferrez – fotógrafo)²⁷ Acervo B. Kossy, SP.

No final do século XIX e início do XX, pairava no ar o projeto de modernidade idealizado pela burguesia cafeeira, cuja hegemonia se fazia garantida pelos governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos (cafeicultores do Oeste paulista em aliança com canavieiros, pecuaristas, seringalistas etc.). No entanto, a circulação de múltiplos discursos acerca da adoção deste ou daquele imigrante para trabalhar na lavoura nos coloca diante de um conflito interesses, ou seja: de diferentes projetos políticos-raciais.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

Falava-se em modernidade, mas as estruturas jurídicas eram mediócras e carregadas de anacronismos, heranças dos tempos coloniais. A sociedade apresentava-se esgarçada pela persistência do escravismo e por valores racistas seculares. Enfim, com a República colocava-se em prática uma política de aparências que alimentava “um mundo de ilusões”.



Revista *O Imigrante*, n.1, 1908. APESP

Nesse cenário, as revistas ilustradas cumpriram com o seu papel de formar a opinião pública. Fotografias, charges políticas e “conhecimentos úteis” transformaram este gênero de impresso em importante fonte para os estudos da questão imigratória. Lembraria aqui a *Revue du Brésil* que, entre 1896 e 1897, procurava “tirar dúvidas” sobre a imigração; e a *Revista Moderna* dedicada a veicular uma imagem otimista do país, associada à qualificação da lavoura e dos meios de transportes, símbolos expressivos do progresso. Dentre outras raridades está a revista *O Imigrante*, bissemanário com publicação às segundas e quintas-feiras, que propunha advogar os interesses dos imigrantes, sendo redigido e de propriedade de R. Gismondi.²⁸

Álbuns fotográficos comemorativos, editados a partir de 1887, difundiram a imagem idílica do país tropical alimentando, ao nível do imaginário coletivo, a ideia de um Brasil moderno, aberto aos trabalhadores imigrantes. As revistas ilustradas e

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

os cartões-postais também colaboravam para oficializar a imagem de harmonia e progresso urbano, componentes adequados para a composição do discurso oficial. Estratégias como essas atendiam aos interesses das elites agrária e industrial que procuravam adaptar-se às novas circunstâncias do mercado internacional.²⁹

Preocupadas em trazer para o Brasil o melhor dos imigrantes, as elites republicanas não previram a incorporação do negros, dos japoneses e do judeus no mundo do trabalho livre. O negro, após a escravidão, foi sendo proletarizado e abandonado sem condições de superar o problema racial, ato fundamental para o seu processo e mudança social. Deixou sua condição de escravo para se tornar proletário, mendigo, louco ou desclassificado.³⁰ Continuaram segregados num mundo pobre de cultura e de oportunidades, envolvidos num falso ócio ou condenados a sobreviver do trabalho braçal, herança dos tempos da escravidão. Viam-se muito mais identificados com o processo de branqueamento da população, do que com a sua própria negritude, conforme charge “Redenção”, reproduzida pela revista *Careta*, em 1937.



*“Pae João: Eu nunca duvidei da justiça do tempo.
Pae Tomás: Eu também. Já tenbo TRÊS
bisnetos lourinhos...” B.M. Revista Careta.
BN/RJ.³¹*

A construção de um saber técnico apoiado nos modelos teóricos dos racialistas

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

européus valorizou os métodos sugeridos pela antropologia social e pela eugenia. Negros, japoneses, assírios, árabes, hindus e judeus foram encarados, sob o viés da nova ciência, como indesejáveis. Em 1908, apareceu o primeiro número de uma outra publicação que levava o mesmo nome d'O *Immigrante*. Publicação mensal, promovida pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, era redigida em seis idiomas: russo, português, alemão, francês, italiano e polonês; além de ser “ilustrada a photo-gravura”. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica investia, a partir da primeira metade do século XX, no seu projeto de recristianização da sociedade, posicionando-se contra os comunistas, os judeus, os maçons e os protestantes. Enfim, o Estado republicano mostrava-se conivente com uma série de mitos com o objetivo de preservar a estrutura vigente e atender os interesses da elite gerenciadora do poder. Valendo-se do slogan “promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país”, preparou terreno para o projeto autoritário varguista que, nos anos de 1930 e 1940, continuaria a manter no poder a burguesia cafeeira aliada, desta vez, à burguesia industrial em ascensão.



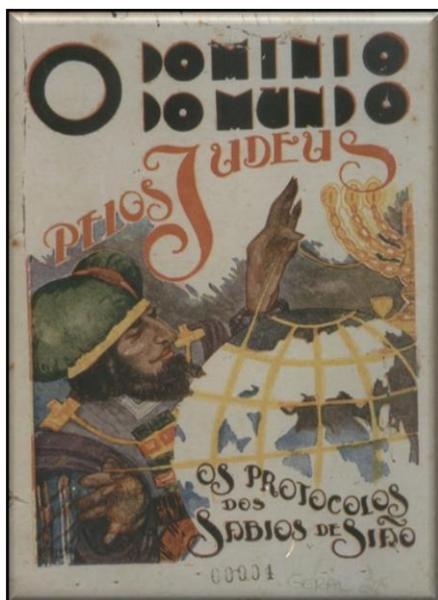
Exemplo de Imagem anticomunista produzida pela Polícia Política. São Paulo, 1930 - 1940. Fundo Deops/SP. APESP³²

Consideramos que o projeto étnico-político defendido pelo governo Vargas – caracterizado pelo ideal de higienização da raça inspirado no racismo e na xenofobia dos regimes nazifascistas – manteve o conceito de homogeneidade racial sustentado pelos teóricos eugenistas do final do século. As ideias que inspiraram as emendas para a nova Constituição de 1934 nada mais fizeram do que preservar a tradicional política de aparências, ao aprovar o sistema de quotas para a imigração. Três anos depois, a aprovação da primeira circular secreta contra a entrada de imigrantes “semitas” no Brasil levaria ao auge o antissemitismo político implantado

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

pelo governo Vargas. Persistiam os mitos da democracia racial, do homem cordial brasileiro e da conspiração judaico-comunista. No Brasil, assim como em vários outros países da Europa e América Latina, a obra apócrifa *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, serviu de matriz para inúmeras outras publicações do gênero onde os judeus eram os principais protagonistas.³³



A representação do complô judaico em *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, 1936. Acervo Tucci/SP. ³⁴

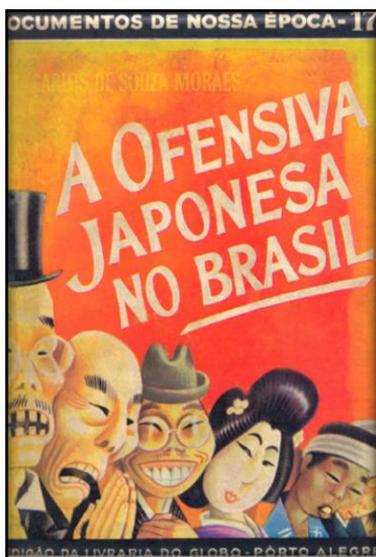
Mitos políticos foram acionados com o objetivo de justificar os atos de repressão contra as minorias étnicas avaliadas como perigosas à configuração de uma raça pura e à ordenação social da sociedade. Tradicionais clichês racistas se prestaram para legitimar a continuidade de alguns poucos no poder. Importadas da Europa no final do século XIX, as teorias racistas sustentaram, por mais de meio século, um caloroso debate sobre qual seria a melhor raça para compor o povo brasileiro: a amarela, branca ou a negra? Que tipo étnico deveria ser incentivado a emigrar para o Brasil? Antropólogos, psiquiatras, militares, juristas, médicos, eugenistas, economistas, jornalistas e escritores dedicaram-se a “pensar” esta questão procurando detectar os responsáveis pelos males que assolavam o país.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

Apropriando-se dos modelos oferecidos pelos teóricos racialistas europeus e valorizando os métodos sugeridos pela Eugenia, Antropologia Social e Antropologia Criminal, esta elite intelectual ditou regras para a “higienização” da sociedade. Mascarados por uma retórica nacionalista classificavam os negros, os judeus, os japoneses e os árabes como raças indesejáveis para compor a população brasileira.

Uma intensa campanha de brasilidade ufanista, antiliberal, anticomunista e xenófoba – aprimorada nos anos de 1930 e 1940 do século XX – prestou-se para encobrir valores racistas e antisemitas endossados pela elite política brasileira. Por meio do *slogan* “promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país”, o Estado republicano encontrou uma fórmula eficaz para acobertar uma série de práticas autoritárias aprimoradas durante o governo Vargas. Expressiva da campanha antinipônica é a capa do livro *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Moraes (1942), onde os japoneses aparecem representados com semblantes cadavéricos, expressões de terror, sorrisos falsos, semblantes sedutores (gueixa) ou com postura de um dorminhoco, preguiçoso.



Publicação antinipônica. MORAES,
1942.³⁵ Acervo Tucci/SP

Através de imagens como esta, identificamos o discurso de um Estado que se queria forte e que não poderia admitir *fissuras*, daí o combate a certos grupos

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

estrangeiros avaliados como elementos de erosão. Acontecimentos políticos internacionais, como a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), a Revolução Bolchevique (1917) e o desmoronamento do Império Otomano, colaboravam para firmar junto as autoridades da imigração brasileira a imagem negativa de certos grupos de imigrantes, dentre os quais aqueles vindos do Oriente. Pregava-se a homogeneidade em substituição à diversidade remando-se contra a maré das políticas democráticas que davam ênfase à cidadania e aos direitos iguais para todos os cidadãos, fossem estes nacionais ou estrangeiros. Estava em questão a concepção orgânica de sociedade cuja imagem se fazia, na maioria das vezes, modelada pelo discurso do grupo dominante.

Por mais de meio século, intelectuais e políticos brasileiros defenderam a ideia de que os imigrantes deveriam “despir-se de seus vínculos de origem para renascem com identidades renovadas”. Esse processo de assimilação/integração nacional acabou por favorecer a miscigenação racial que, nos anos de 1930, prestou-se como elemento para a construção do mito da democracia racial no Brasil. No entanto, os registros deixados por aqueles que se dedicavam a “regulamentar” a imigração no Brasil e a controlar a massa de estrangeiros radicados em território nacional, demonstram que nem sempre os imigrantes atendiam ao modelo de cidadão idealizado pelo Estado Nacional.

Desumanizavam-se os “indesejáveis”, cuja imagem era demonizada ou animalizada enquanto símbolo da desordem e/ou da inferioridade racial, como aconteceu com a imagem do judeu. Por meio de analogias com vermes, serpentes, polvos, tubarões e hidras monumentais, eles eram responsabilizados pela fome, pelo desemprego, pela prostituição e pelo atraso econômico.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

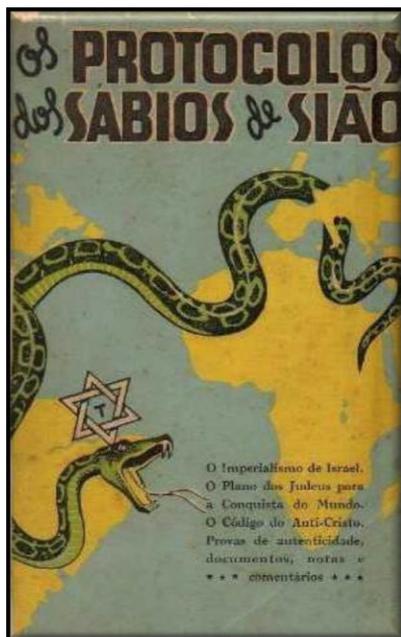
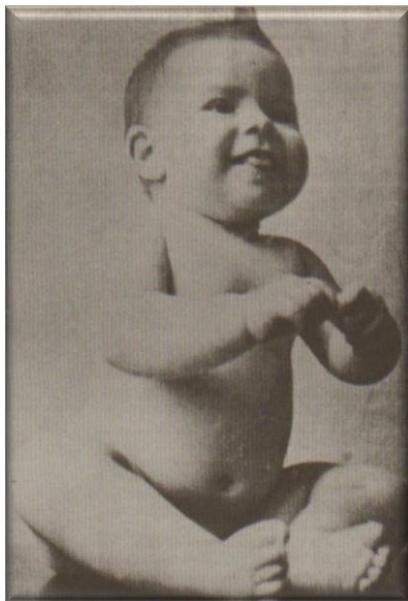


Imagem da A serpente que “domina” o mundo. Capa d’*Os Protocolos dos Sábios de Sião*, 1936.³⁶Acervo Tucci/SP

Artigo publicado pela *Revista de Imigração e Colonização* em junho de 1944 expressa muito bem a persistência dessa forma de pensamento intolerante. Ao avaliar o papel do médico na realização de políticas imigratórias, o autor Jaime Poggi pergunta: “O que nos convém?” Respondendo a esta questão, esclarece o autor que o “único imigrante que nos convém é o homem branco europeu” e que “o negro, o mestiço como o asiático, devem ser rejeitados”. Contesta as ideias defendidas por Arthur Ramos na *Semana da Saúde e da Raça*, de que a patologia dos grupos humanos estava ligada a desiguais condições de higiene coletiva, principal responsável pela maior incidência da tuberculose entre negros e mestiços. Não comungando com as teorias do seu colega, Poggi reafirma a ideia de que “/.../ quem moureja pelos hospitais verificará que a raça preta ou mestiça, sendo menor (que a branca) é sempre a mais numerosa pelos leitos dos hospitais atacados pela moléstia as mais variadas /.../ Temos como acertada e indispensável a escolha do homem branco para nosso imigrante e só o branco”.³⁷

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro



Fotografia do “bebê raça pura”. *Revista Panorama*, 1944. Acervo Tucci/SP.³⁸

Notas e referências

- ¹ Dentre estes projetos cumpre citar: “*Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo*”, vigente entre 01 de junho e 30 de setembro de 2007; “*De apátrida à cidadão brasileiro*”, vigente entre 01 de setembro de 2011 a 31 de abril de 2014, ambos sob a minha coordenação; “Arquivo Virtual Histórias Migrantes”, coordenado pelo Prof. Dr. Sedi Hirano, vigente entre 01 de dezembro de 2010 a 30 de agosto de 2014; e o Projeto Temático: *Arquivo da Repressão e da Resistência. História e Memória*. Acervo DEOPS/SP, sob a minha coordenação em parceria com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, vigente entre 01 de agosto de 2007 a 31 de abril de 2011. *Fapesp- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Auxílios à Pesquisa no País*: Proc. 2007/50580-2; Proc. 2011/08355-7; Proc. 2010/50116-7; Proc. 2006-59726-7.
- ² Dentre inúmeros estudos recentes da historiografia brasileira, Denis ROLLAND; Marie-José Ferreira dos SANTOS; Simile RODRIGUES (coords.). *Le Brésil, Territoire d'Histoire. Historiographie du Brésil Contemporain*. Paris: L'Harmattan, 2013; Fábio KOIFMAN. *Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil, 1941-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012; Maria Lúcia BOARINI (org.). *Higiene e Raça como Projetos: Higienismo e Eugenismo no Brasil*. Maringá: Eduem, 2003; Sônia Regina de MENDONÇA. *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Eduff, 2006; Jeffrey H. LESSER.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

-
- O Brasil e a *Questão Judaica: Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995; Maria Luíza Tucci CARNEIRO. *O Anti-semitismo na Era Vargas*, 3ed. São Paulo: Perspectiva, 2001 (1ed. 1988); José Carlos Sebe Bom MEIHY. *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- ³ Ernani Reis atuou como braço direito de Francisco Campos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, tendo participado diretamente da elaboração e aplicação das políticas imigratórias seletivas e excludentes que vigoraram durante o estado Novo. Ernani REIS. “Imigração e sentimento nacional”. *A Noite*. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1943. Recorte anexado ao livro de anotações de Ernani Reis. Acervo Tucci/SP. [grifo em itálico nosso]. Sobre a atuação de Reis junto ao MJNI ver KOIFMAN, 2012.
- ⁴ Benedito Carneiro Bastos BARRETO. Imagem publicada na obra *Idéias de Ninguém*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. Versão para eBook eBooksBrasil, Fonte Digital.
- ⁵ Há várias décadas, Pierre Francastel já observava que “/.../ é no domínio da história das sociedades mais recentes que cabe fazer o maior esforço para desenvolver um conhecimento metódico de fontes não escritas da história das civilizações...”. Pierre FRANCASTEL. *Realidade Figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1972. Inspirados nesta proposta de Francastel foram produzidos a exposição *O Olhar Europeu: O Negro na Iconografia Brasileira do Século XIX*, de Boris Kossoy e Tucci Carneiro, cujo livro saiu publicado em 1994, pela Edusp.
- ⁶ Vd. Boris KOSSOY. *Efímero y lo Perpetuo en la Imagen Fotográfica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2014.
- ⁷ André VOIGT. *Revista Oficina do Historiador*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013: 91-105.
- ⁸ Cito aqui os artigos publicados na coletânea CARNEIRO; Márcia Yumi TAKEUCHI (orgs.). *Imigrantes Japoneses no Brasil. Trajetória, Imaginário e Memória*. São Paulo: Edusp, 2010: CARNEIRO. “A biotípia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês”, in CARNEIRO. TAKEUCHI, 2010, pp. 64-96; KOSSOY. “Retratos e Auto-retratos: Imigrantes japoneses no Estado de São Paulo”, pp. 369-406; Federico CROCI. “A invasão nipônica: a imagem do imigrantes japonês na comunidade italiana: solidariedade, rejeição e conflito”. In: CARNEIRO. TAKEUCHI, 2010, pp. 275-336; Ver também: Aldina C. F. da SILVA. “Vozes silenciadas: a imagem do imigrante japonês entre discursos, palavras e silêncios”, In: *X Encontro Nacional de História Oral: Testemunhos: História e Política*, UFPE. Recife, 26 a 30.04.2010. http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270424157_arquivo_vozesilenciadasaimagemdoimigrantejaponesentrediscursospalavrasesilencios.pdf
- ⁹ CARNEIRO, “A biotípia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês”, 2010, pp. 64-96; Jeronymo MOVSCHOWITZ. *Nem Negros, Nem Judeus: A Política Imigratória de Vargas e Dutra (1930-1954)*. Rio de Janeiro: PPGH – UERJ, 2001.
- ¹⁰ CROCI, 2010, p. 284.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

-
- ¹¹ Recorremos, para estes casos, aos conceitos de *mito político* proposto por Raoul Girardet, e de *inimigo-objetivo*, analisado por Hannah Arendt. Outro elemento a ser considerado é a superposição de estigmas enquanto marcas sociais, políticas e/ou raciais, segundo Ervin Goffman em seu livro clássico. ERVIN GOFFMAN. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.
- ¹² Importante contribuição para a historiografia brasileira é o estudo de Elias Thomé SALIBA. *Raízes do Riso: A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ¹³ B.M. “O faz tudo”: Imagem do judeu acusado de ser “o faz tudo”: provoca a guerra e, depois, financia a reconstrução das cidades. *Revista Careta* (1477), outubro, 1936 [capa]. Acervo Tucci/SP.
- ¹⁴ Sandra Jatahy PESAVENTO. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 75.
- ¹⁵ TAKEUCHI. *Entre Gueixas e Samurais: A Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas (1897-1945)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP, 2009 (no prelo pela EDUSP).
- ¹⁶ Vd. documentação pesquisada por Rogério DEZEM. *Matizes do “Amarelo”. A Gênese dos Discursos sobre os Orientais no Brasil, 1878-1908*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Lei; Fapesp, 2005, p. 26.
- ¹⁷ Foi a partir de 1879 que um discurso racista emergiu em meio ao debate político sustentado por imigrantistas e abolicionistas. Muitos tinham como referência a entrada no Rio de Janeiro em 1814, de cerca de duzentos a quinhentos *coolies* ou *culis* chineses trazidos de Macau por D. João VI para trabalhar no cultivo de chá em áreas experimentais. O fracasso dessa experiência dispersou parte desses colonos para Minas Gerais e São Paulo; outros permaneceram no Rio de Janeiro, ocupando a região entre o Morro do Castelo e o mar e ao longo da rua da Misericórdia. Em 1877, a Sociedade Importadora publicou a obra *As Conveniências e Vantagens à Lavoura Brasileira pela Introdução de Trabalhadores Asiáticos* (da China), Rio de Janeiro, Typographia de P. Braga, apud DEZEM, 2005, p. 26-30.
- ¹⁸ Célia Marinho AZEVEDO. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, pp. 90, 147; Alfredo BOSI. *A Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ¹⁹ Vd. DEZEM, 2005, pp. 70-72; Luis DEMORO. *Coordenação de Leis de Imigração e Colonização*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1960, p. 59.
- ²⁰ D. de ABRANCHES. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo, s./n., 1918, vol. 1, p. 494, apud DEZEM, 2005, p. 72; *Anais da Câmara dos Deputados, sessões de 1896*, podem ser consultados na Biblioteca de História e Geografia da FFLCH/USP.
- ²¹ SÃO PAULO. Lei Estadual n. 365, de 1895. *Collecção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1895-1896)*. São Paulo, 1896, p. 6. IEB/USP.
- ²² J. LOVE. *A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

-
- terra, 1982, p. 28. Ver também: Jorge Luiz MIALHE. “Imigração e Dupla Nacionalidade: Aspectos Jurídicos”, in Carlos BOUCAULT; Teresa MALATIAN (orgs.). *Políticas Migratórias. Fronteiras dos Direitos Humanos no Século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 209-232.
- ²³ BRASIL. “Discriminação por Nacionalidade dos Imigrantes Entrados no Brasil no Período de 1884-1939”, *Revista de Imigração e Colonização*, vol. 1, n.3, pp. 617-642, jul. 1940.
- ²⁴ *Constituição de 16 de julho de 1934*. Art. 121, parágrafo 6.
- ²⁵ CARNEIRO, 2001, pp. 62-64.
- ²⁶ Entre 1908 e 1923 entraram no Brasil 32 mil japoneses, muitos dos quais incentivados pelo contrato firmado entre o governo paulista e a Companhia Imperial de Imigração, sediada em Tóquio. Iniciativa isolada que, apesar de não ter longevidade, prestou-se para tornar “visível” o *perigo amarelo* e para quantificar a pequena quota reservada aos asiáticos a partir de 1934. Em 18 de junho de 1908 aportaram pelo porto de Santos um grupo de 8.781 imigrantes japoneses contratados para trabalhar na lavoura cafeeira, além de doze avulsos.
- ²⁷ Marc FERREZ (fotógrafo). *Trabalhadores negros*. Rio de Janeiro, 1882. Acervo B. Kossoy, SP.
- ²⁸ Ana Luíza MARTINS. *Revistas em Revista. Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp/Fapesp, 2001.
- ²⁹ Publicações italianas, principalmente, procuravam divulgar atrativos cenários industriais e rurais onde a figura do imigrante aparecia com componentes positivos. Como exemplos destas formas de representação da cidade e do operário estrangeiro citamos as publicações italianas *Gli Italiani nel Brasile* (1922), *Il Brasile e gli italiani* (1906); o álbum *Casa di Salute E. Matarazzo* (s./d.); o *Livro de Ouro do Estado de São Paulo* (1914) e a edição comemorativa *A Capital Paulista Comemorando o Centenário da Independência, 1922* (1922) apud Solange Ferraz de LIMA e Vânia Carneiro de CARVALHO. *Fotografia e Cidade. Da Razão Urbana à Lógica de Consumo. Álbuns de São Paulo (19887-1954)*. São Paulo: Mercado das Letras/Fapesp, 1997, p. 147, n. 15.
- ³⁰ CARNEIRO. “Negros, Loucos Negros”. *Revista USP. Dossiê Brasil/ África*, São Paulo, 18: 144-151, jul.-ago. 1993.
- ³¹ B.M. “Redenção”. *Revista Careta*, maio, 1938, capa.
- ³² SÃO PAULO. APESP. Fundo Deops. Circulação em 1930 e 1940, divulgadas em capas de livros e manuais da Polícia Política.
- ³³ Sobre este tema ver quadro demonstrativo da prática do antissemitismo político (circulares secretas) e as várias publicações *d’Os Protocolos dos Sábios de Sião*. CARNEIRO. *O Veneno da Serpente. Reflexões sobre o Anti-semitismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003 (Coleção Khronos); Pierre-André TAGLIEFF. *Les Protocoles des Sages de Sion: Introduction à l’étude des Protocoles un faux et ses usagers dans le siècle*. Paris: Berg International Editeurs, 1992; Rodrigo Patto Motta SÁ. “O mito da conspiração judaico-comunista”. *Revista de História*, FFLCH-USP, Departamento de História (38), 1998, pp. 93-106.

Artigos

Distintos olhares. Intolerância
e a representação do “Outro” nos séculos XIX e XX
Maria Luíza Tucci Carneiro

³⁴ *O Domínio do Mundo pelos judeus. Os Protocolos dos Sábios de Sião*, Obra apócrifa, s.d. Acervo Tucci/SP.

³⁵ Carlos de Souza Moraes. *A Ofensiva Japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. Acervo Tucci/SP.

³⁶ Capa d’*Os Protocolos dos Sábios de Sião*, para representar os judeus enquanto perigo, alimentando o mito do complô judaico-comunista. Versão traduzida e comentada por Gustavo Barroso, 1936. Acervo Tucci/SP.

³⁷ Jaime POGGI. “Política Imigratória: O Papel do Médico na Reorganização do Magno Problema”. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano VII (2), jun. 1946, pp. 172-173.

³⁸ *Revista Panorama*, 1944. Fotografia do “bebê raça pura” eleito por um júri de médico eugenista em um concurso realizado em Porto Alegre (RS). Acervo Tucci/SP.

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) / Universidad Nacional de José C. Paz (UNPAZ)

Resumen: El objetivo de este trabajo es relacionar un aspecto específico vinculado a la muerte del migrante italiano en la sociedad receptora y las formas que adopta el artefacto funerario que han elegido, para recordar a sus difuntos. El período en el que nos focalizaremos, de 1880 a 1930 en Argentina, se encuentra atravesado por una cultura científica implementada desde el Estado y un movimiento demográfico sin precedentes, en donde la inmigración italiana es protagonista. Por esa razón, el espacio funerario y específicamente los panteones de las Asociaciones de Socorros Mutuos (ASM), se constituyen como una condensación de sentidos y de relaciones de poder. La obra arquitectónica comunica e interpela a la sociedad en la que está inserta estableciendo enunciadores y destinatarios. El panteón es sinónimo de la autoridad e influencia de la asociación en donde se cruzan una multiplicidad de variables materiales y simbólicas sobre las que queremos profundizar.

PALABRAS CLAVE: Inmigración italiana - Espacio funerario-Asociacionismo.

Resumo: O objetivo do artigo é relacionar alguns dos aspectos vinculados à morte do imigrante italiano na sociedade de acolhimento e as formas pelas quais o artefato funerário, que eles escolhiam para relembrar seus mortos, era adotado. O período analisado compreende os anos de 1880 e 1930 na Argentina, inserido no contexto de uma cultura científica, implementada pelo estado e caracterizada como movimento demográfico de grandes proporções, no qual a imigração se faz protagonista. Por esse motivo, o espaço funerário, especificamente, os panteões das Associações de

Ajuda Mútua (AAM), constituem-se em confluência de significados e de relações de poder. A obra arquitetônica, nesse caso, comunica, ao mesmo tempo em que desafia, a sociedade na qual está inserida, estabelecendo quem são os enunciadores e quem são os destinatários. O panteão é sinônimo de autoridade e, também, elemento de influência da associação; local onde se cruzam variáveis materiais e simbólicas, analisadas ao longo do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração italiana – Espaço Funerário –Associativismo.

Abstract: The objective of this work is to relate a specific aspect linked to the death of the Italian migrant on the receiving society and the shapes the funerary artefact they've chosen adopts to remember their deceased. The lapse we'll focus on, from 1880 to 1930 it's crossed by a scientific culture implemented from the government and a demographic movement without precedents, where the Italian immigration is the main character. For that reason, the funerary space, specifically, the pantheons on the Mutual Aid Associations (MAA) constitute as a condensation of meanings and power relationships. The architectural work communicates and interpellates to the society it is inserted establishing emitters and recipients. The pantheon is a synonym of the authority and influence of the association where a multiplicity of material and symbolic variables intersect; that's where we want to focus.

KEYWORDS: Italian immigration - Funerary Space - Associations.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Introducción

Los cementerios permiten hacer una lectura rápida, inmediata, de fenómenos que evidencian la conformación sociológica de la estructura en la que está inserto, la antigüedad de la ciudad, las familias y personalidades que consideran importantes, los eventos destacados y las organizaciones locales.¹

Los cementerios municipales son la representación del Estado en la gestión de los restos mortales de la población, nacional o extranjera, que fallece en su territorio así como el facilitador del tipo de ceremonial aceptado.

Una de las manifestaciones funerarias elegidas por una parte de la migración en la Argentina se realizaba a través de las Asociaciones de Socorros Mutuos (ASM)² con la construcción de panteones, que son edificios de variada dimensión en donde sepultan el cuerpo de sus asociados. Éstos constituyen un símbolo concreto de un tiempo y un espacio determinado, que requiere de acciones que construyen, reproducen y actualicen su sentido,³ en donde nada es fortuito. Es una arena de lucha con respecto a lo que la muerte representa para el migrante –y sus contemporáneos–, entre los aprendizajes simbólicos en relación a su origen, y la forma que adopta en la sociedad de acogida, atendiendo a las normativas que ésta impone.

Los italianos, poseen el mayor número de panteones construidos por asociaciones que invocaban la nacionalidad de origen, en los cementerios municipales de la provincia de Buenos Aires, así como también en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Rosario y Córdoba Capital, ciudades por excelencia de la migración masiva que encuadramos instrumentalmente entre 1880-1930.

A la Argentina entraron de 1857 a 1920, 2.341.126 de personas procedentes de “Italia”, atravesada por el proceso de unificación, su concreción, la Primera Guerra Mundial, y sus consecuencias, que influyeron en la población transoceánica. En ese mismo período retornaron 1.231.634, dejando un saldo de 1.109.491 para luego continuar, si bien en menos medida, en el período entreguerras. Pero la vida cotidiana y social no cabe en “entradas y salidas”: Este entramado de decisiones que atraviesan la trayectoria migratoria, contiene a la vida, su desarrollo y también a la muerte.

Eso es justamente lo que queremos estudiar y trabajar: en qué medida el migrante italiano pudo ejercer su agencia a fin de poder formar parte de una asociación que lo representa y en donde dentro de sus funciones ha tomado como compromiso hacer una “embajada funeraria”, Atlántico mediante, para el que decide quedarse pueda garantizarse un lugar de reposo junto a sus connacionales.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Las ideas y las formas de ver el mundo y la muerte, se evidencian en una interrelación que se produce, no sin cierta lucha, especialmente frente a un “mundo simbólico diseñado por una minoría”,⁴ como era la Generación del 80, que marca políticas concretas en torno a esta “masa” que desembarca.

El objetivo de este trabajo es analizar los panteones de las Asociaciones de Socorros Mutuos (ASM) de origen italiano en cementerios municipales de la Provincia de Buenos Aires, relevando sus aspectos morfológicos y marcas identitarias. Por esa razón, el análisis del lugar en donde se encuentran, el estilo arquitectónico elegido, estilemas, estéticas, que conforman una obra que comunica y es susceptible de una hermenéutica, contribuyen a una interpretación “cuya comprensión está determinada por el sistema político normativo, cultural, las creencias y las tecnologías desarrolladas y conocidas que están a la mano del entorno del constructor y caracterizan al horizonte de la recepción”⁵.

Aspectos metodológicos

El relevamiento de los panteones de ASM es parte de una investigación mayor que abarca a todos los cementerios de las principales provincias de acogida de la migración masiva en Argentina: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, y las provincias de Buenos Aires, Santa Fe y Córdoba.

Esta catalogación es una investigación a largo plazo ya que se realiza mediante un trabajo de campo en donde se consignan no sólo los panteones sino también otras manifestaciones funerarias (cementerios “disidentes”, espacios de nacionalidades dentro de los mismos o fragmentos territoriales linderos o autónomos, cementerios para otras religiones –israelitas, musulmanes–, monolitos, placas, etc.)⁶. Para este trabajo, seleccionamos los cementerios de la Provincia de Buenos Aires, históricamente, la más densamente poblada por la migración.⁷

A tal fin, realizamos un recorrido en “forma de abanico”, cubriendo los 24 partidos (unidades territoriales y administrativas en las que se divide la provincia), del llamado Gran Buenos Aires⁸ y las tres rutas que se extienden al norte, sur y oeste: éstas elegidas de manera aleatoria, dando un total de 50 partidos visitados (de 134 que tiene la provincia).

El período de recolección de datos abarcó desde marzo de 2014 hasta diciembre de 2015 en forma presencial, con una búsqueda bibliográfica previa, entrevistas a historiadores locales, investigadores y trabajadores de los mismos cementerios y un relevamiento fotográfico, con visitas de una hora y media promedio en cada uno.⁹ Encontramos el siguiente resultado:

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

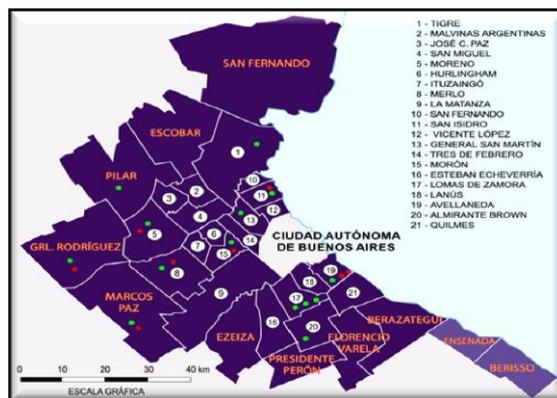
Celeste Castiglione

Total de Cementerios municipales	Partidos sin cementerio municipal	Cementerios israelitas	Cementerio de disidentes	Cementerios abandonados	Total: 64
51	2	5	4	2	64

Es importante aclarar que siete partidos tienen 2 cementerios (La Plata, Chascomús, Belén de Escobar, Olavarría, San Andrés de Giles, Tigre y Avellaneda); y dos partidos tienen 4 (La Matanza y Lomas de Zamora).

Dentro de todo el circuito hemos encontrado 43 panteones de ASM italianas, que son nuestro objeto de estudio, relevando variables que nos parecieron importantes en fichas individuales (plano del cementerio, ubicación del panteón dentro del mismo, si es independiente o lindero a otros, el estilo arquitectónico, tamaño, tipo de ornamentos externos, marcas identitarias de nacionalidad, tipo de ornamentos y espacios internos y su funcionalidad - recibir el féretro, religioso, lugar para misa, altar, tipos de enterramientos - cajón completo expuesto en vitrina, nichos, osarios y columbarios; si en el momento de la visita se encontraba abierto, cerrado, en refacción o no era claro, y el mantenimiento (tomando el que se encontraba en perfectas condiciones de pintura, limpieza, información actualizada de carteleras, entre otras), como referencia de uno en buen estado y uno abandonado, en el punto opuesto de la escala. Luego analizamos el contexto territorial e histórico en el que están insertos.

Asimismo, y teniendo en cuenta la magnitud de la inmigración española y el tipo de asociacionismo similar, ubicamos como referencia, los panteones de ese origen a fin de establecer una comparación de la italiana con la inmediata siguiente.

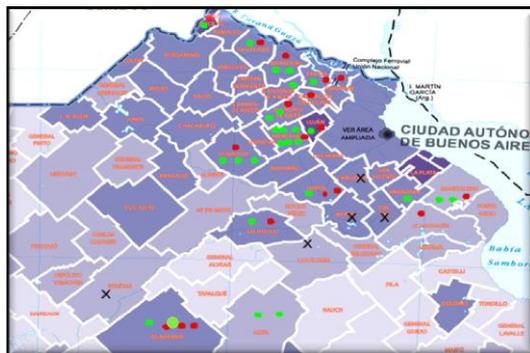


Mapa n° 1. Ubicación de los panteones italianos y españoles en los Partidos del Gran Buenos Aires. Fuente: Mapa demográfico (www.educ.ar sobre Censo 2010) y elaboración propia.¹⁰

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione



Mapa n° 2. Mapa demográfico Fuente: (www.educ.ar sobre Censo 2010) y elaboración propia

Densidad Hab/km2	Demográfica	Referencias	
0,0-4,0		X	Cementerios sin panteones ASM
5,1-10,0			Panteones españoles
10,1-100,0			Panteones italianos
100,1-1000,0			
1000,1-11000,0			

Contexto histórico político

En el estudio de los espacios funerarios como textos, se releva cómo su producción está inserta en un conocimiento determinado de recepción y tratamiento de la muerte así como un contexto social que influye *en y para* el sistema cultural, en el cual opera.¹¹

Por esa razón, es necesario explicar brevemente el escenario en el que se logra construir un edificio de esas características.

El lugar que se le da a la muerte a fines del siglo XIX y principios del XX, momento de apogeo de los panteones sociales, se despliega dentro de un paradigma positivista y una corriente higienista impulsada por el Estado que determina parámetros claros en cuanto al *lugar* que poseen y deben ubicarse las partes del organismo social¹². Esta nueva forma de ver el mundo, iniciada en la llamada Generación del 80, buscaba inscribirse en una corriente modernizadora,¹³ que acercara a la Argentina al llamado “progreso”, desembarazándose del pasado colonial, en el que gran parte de los procesos de muerte comenzaba en las casas¹⁴ con enterramientos en las partes linderas de las parroquias o Iglesias.¹⁵ Uno de los aspectos en los que coincidía la élite gobernante con los tiempos de Mayo, era que la inmigración --que estuvo en la agenda desde los orígenes de la construcción del

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Estado--, era un factor de desarrollo indispensable y rápido para poblar la pampa yerma, por eso retrocedemos unos años.

La Primera Junta de 1810, declaraba que todos los extranjeros de países “que no estén en guerra con nosotros” estaban invitados a trasladarse al país “donde podrían gozar de todos los derechos de los ciudadanos”.¹⁶

En estos tiempos de organización, se toma en cuenta la Real Cédula del rey Carlos III de España que prohibía la inhumación de los cuerpos en los alrededores de las iglesias destinándose un lugar específico a sus efectos y en 1821, Rivadavia ordena la creación de un cementerio, en las afueras: La Recoleta. En 1824, durante su presidencia también, se crea la Comisión de Inmigración, que delinea políticas migratorias más concretas: envió agentes a Europa y publicación de propagandas en los periódicos, pero no logran modificar lo que hasta ese momento era una migración individual, masculinizada y relacionada a cuestiones comerciales.

Entre 1826 y 1834 la comunidad británica y alemana se establecen en algunos pueblos y desarrollan gran cantidad de oficios, al mismo tiempo que crean instituciones, escuelas y órganos de difusión hacia sus comunidades.

Los tiempos del gobernador Juan Manuel de Rosas no fueron fáciles para los migrantes en la interacción e integración con la sociedad de acogida. El clima de hispanofobia, y sobre todo a los gallegos, seguían haciéndose presentes; sin embargo, los migrantes ya afincados pudieron desarrollar cierta prosperidad.

En 1850, prevalecía la inmigración genovesa, irlandesa y vasca, que establecían sus actividades en la zona sur de la ciudad, (los primeros básicamente en La Boca creando un barrio étnico que respondía a una región específica del país de origen: los genoveses). Y es justamente luego de la caída de Rosas en 1852, que se comienza a conformar un tejido social que da lugar a una “explosión asociativa”.¹⁷ Estas sociedades mutualistas se multiplican y diversifican, atravesando también a los migrantes. La primera identificada con su tierra natal es la Asociación Española de Socorros Mutuos de 1857.

En este punto quisiéramos ampliar breve y esquemáticamente que funciones tenían las ASM en la Argentina ya que resultaron muy importantes porque operaban en la reducción de la incertidumbre al momento de la llegada y un acompañamiento instrumental que abarcaba todos los ciclos vitales posibles. Las asociaciones constituyen una de las partes más visibles y concretas de la inmigración. Son lugares de referencia que muestran a la sociedad de acogida, aspectos de su país, elegidos y seleccionados. Cada una tenía características particulares, revalorizando algunas cuestiones así como oscureciendo y olvidando otras. Pero, más allá de la amplia coloratura de internas políticas, religiosas, clasistas o una combinación de todas, en su gran mayoría se ocupaban de aspectos básicos de la supervivencia

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

cotidiana, con un Estado que había decidido estar ausente de las cuestiones sociales. Sus principales objetivos eran conseguir trabajo, vivienda, otorgar pensiones por viudez, por enfermedad (por períodos cortos, medios o prolongados), certificados por un médico de la asociación, descuentos de remedios en farmacias, cuidado de los huérfanos y servicios fúnebres. Algunas lograron tener su órgano de comunicación, capacitación y recreación que mantenían unida a su colectividad. Con el pago de una cuota mensual, el socio tenía acceso a estos servicios, además de estar inserto en una red étnica, organizada en base a reglamentos, normativas con asambleas regulares y extraordinarias para decidir acciones, manejo y rendimientos de cuentas.

Algunas, cumplían una función bifronte: por un lado recreando identidades de origen y por otro, facilitando la integración en el nuevo escenario o una combinación de ambas. Los dirigentes que gestionaban esta implementación, a menudo vertical, podía combinar la reproducción de comportamientos sociales similares a los que se tenían en la aldea, pueblo o región o bien, por otro lado, integrarse a la nueva estructura con nuevos jefes, rompiendo las tradiciones.

Es a partir de la presidencia de Nicolás Avellaneda, que promulgó la primera Ley de Inmigración (1876), que se creó un organismo de gobierno especializado, con comisiones específicas así como el control del traslado, el acceso y el asentamiento, focalizado hacia colonias del interior, para los inmigrantes.

Por estos años, se iniciarán importantes corrientes ideológicas que reflexionarán sobre las migraciones que nutren políticas y gestión, siendo los principales protagonistas Alberdi y Sarmiento. Estas reflexiones llevan a una actitud paradójica de la Generación del 80 frente a la figura del migrante (al que necesitaba para poner en funcionamiento el modelo agroexportador y su inserción en la dinámica económica mundial), pero que no se encuentra conforme con las características que esta presenta, conformando una síntesis hostil para los hombres y mujeres que seguían desembarcando, y que en 1914 llegan a un pico de 2.184.469. Es decir, el 30% de la población total era extranjera.¹⁸ Esto da lugar a diferentes posturas políticas en los sectores dominantes con lo que denominan la “cuestión social” y que oscilan entre la “purificación de la raza” y la educación a fin de apelar a: “la dócil plasticidad de este italiano inmigrante. Llega amorfo y protoplasmático a estas playas /.../ como son tantos, todo lo inundan”.¹⁹

A partir de 1892, se comienza a definir una “identidad” argentina por oposición al extranjero. La propuesta de Ramos Mejía, Presidente del Departamento Nacional de Higiene expresa:

/.../ el dinero empleado en sanear nuestro país, sobre todo el interior, es un paso dado en el sentido de asegurar la existencia de la nacionalidad, /.../

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

es a esa raza que le incumbe asimilar por la absorción, el elemento extranjero que día a día y con proporciones marcadas entra al país.²⁰

Ramos Mejía, elogiado por Lombroso en los círculos psiquiátricos de la época, establece clasificaciones para catalogar los distintos grupos que pululan en las “multitudes” que considera como “tipos desviados”. Esta “masa” que se inserta en los lugares donde hay trabajo, provoca una serie de políticas públicas de neto corte xenófobo. En ellas se ubica al migrante como el portador no sólo de ideas “disolventes” sino también de enfermedades. Allí es donde la Fiebre Amarilla de 1871, es recuperada como el fantasma de esa emergencia sanitaria (que provoca la creación del Cementerio de la Chacarita y muchos otros en pueblos del interior), la que justifica la discriminación y la distancia del Estado con respecto al extranjero, empoderando a los médicos en el Estado y el discurso científico en general, como el único posible.

En definitiva, la síntesis que realizaba Ingenieros, un importante exponente de la ideología política de la época, era rotunda: “el elemento extranjero [es] eminentemente nocivo”.²¹

Las leyes de Residencia (1902) y de Defensa Social (1910) le va a brindar un marco normativo que permite al Estado un importante número de lo que hoy llamaríamos “violaciones a los derechos humanos”.

Por esa razón, las ASM emergen casi como una reacción, frente a un escenario hostil, que recurría a los mismos argumentos que se presentan hoy, en algunos sectores políticos y medios de comunicación, para calificar a la migración como usurpadora de puestos de trabajo, vacantes, turnos en los hospitales, cooptación del espacio público o el cada vez más cotidiano, racismo cultural.

Es decir, la posibilidad de que el cuerpo de un migrante pudiera descansar en el país, requirió de negociaciones y presentaciones entre las partes, complejas e intrincadas donde cada conquista era un eslabón de una larga cadena de sentidos.

Espacios funerarios: distribución espacial, estética y simbolismo

La ubicación de los cementerios de fines del siglo XIX en Argentina responde, como numerosos hechos históricos, por momentos al azar y por otros, a una racionalidad derivada de la interpretación local que las instituciones y el paradigma positivista adoptado por Estado, propio de la época, impartieron en su territorio. En algunos pueblos, el cementerio queda en el medio de la ciudad porque ésta creció, rodeándolo y en otros, con una planificación más exhaustiva, se ubica en lugares que obedecen a criterios higienistas: adecuada distancia del casco urbano, arbolado, cruce de vientos, calles internas, accesos vehiculares, drenajes, sectores diferenciados (nichos, panteones, osarios y tierra), y disponibilidad de ampliación eventual, en alguno de sus lados.²²

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

En la provincia de Buenos Aires (la más extensa y con mayor población del país), parte de las necrópolis que hasta hoy existen, fueron fundadas a partir de la epidemia del cólera y la fiebre amarilla de 1871, hito sumamente significativo por haber sido una emergencia sanitaria sin precedentes para la época.²³

Como hemos mencionado, el panteón es un símbolo de memoria, de encuentro, celebración y también de poder: no sólo para el resto de los connacionales y una “propaganda” de los servicios que suministra la ASM, para seguir sumando socios, sino también competir con otras del partido y de otras provincias.

Como se observa en los mapas 1 y 2, en Lomas de Zamora, Baradero, Zárate, Chivilcoy y Magdalena hay diferentes ASM de la misma nacionalidad, conviviendo en el mismo partido, lo que evidencia internas, disputas de poder y de socios, ya que existían opciones para elegir. Construir un monumento de estas características evidenciaba que las necesidades básicas resultaban cubiertas y la Asociación estaba en condiciones de enfrentar un gasto y una negociación directa de compra y venta de terrenos con la sociedad de acogida y cumplir con los requerimientos municipales que se solicitaran.

De las numerosas asociaciones diseminadas por el país, no todas tenían panteones. Algunas, como la de Socorros Mutuos de Rosario, narró en sus actas la discusión que se desarrolló en una sesión extraordinaria con dos “bandos” y una eventual votación bajo la consigna: “Panteón sí” o “Panteón no”. Un argumento manifestaba la necesidad de darles una “cristiana sepultura”, ya que es importante destacar la profunda y estructural devoción católica de las migraciones mediterráneas; mientras que el otro, declaraba que había que cuidar a los vivos destinándose ese dinero a la creación de una casa para las hijas de los socios, que habían quedado huérfanas.

Algunos de los migrantes contribuían, de acuerdo a su oficio y capital en la construcción y ornamentación simbólica, así como la importación de materiales.

En este punto, también hay que dar cuenta que no todos los italianos se asociaban: muchos de ellos hicieron su historia por fuera del asociacionismo, que por cierto, como cualquier organización identitaria, tiene una contracara y es justamente un recorte de la realidad, que la ASM realiza, interpreta, expone e implementa y por lo tanto se despliega como una forma de “control” con respecto a sus asociados.²⁴ Es decir, hay una reglamentación (tácita y/o explícita), que debe ser cumplida para quienes pertenecen a ella. De manera que la instalación de un edificio bajo un determinado nombre es una disputa política, espacial, material y simbólica, en donde se pone en juego el prestigio que posee la asociación, también con respecto a otras y como petición al municipio, en su ámbito local.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

En definitiva, en este contexto funerario intervienen una multiplicidad de subjetividades, que se manifiestan también en el emplazamiento que éste posee, los tipos de enterramiento, el tamaño, la estética colocación y los objetos, que evidencian una importancia en particular en relación al resto.²⁵

Los panteones de cementerios de la Provincia de Buenos Aires pueden ser de tres formas aproximadas: a) los cuadrados de 25x 25m², grandes, b) los que en uno de sus lados llegan a 25m pero tienen un lado más pequeño (por lo general de 5m) dándoles una forma más rectangular, de dimensiones medianas y c) los pequeños de 5x5m. En ese sentido tomamos también la forma que trabajaron en el cementerio de Colón, Cuba²⁶ calculando los metros cuadrados que da una idea más aproximada de las dimensiones para poder agruparlos. En este punto, es importante aclarar que los panteones de asociaciones italianas relevadas 20 de ellos son monumentales, 6 pequeños y 17 medianos.

Asimismo es también importante que 23 de ellos son autónomos e independientes en su emplazamiento, incluso con una vereda perimetral, y 20 linderos con otros edificios (aunque 5 de ellos corresponden a Mercedes y se encuentran continuos con los de su misma asociación, que vamos a analizar).

Como categorías que contribuyan a ordenar la información relevada, nos pareció importante dar cuenta de la *ubicación del panteón* en relación a la nave central como referencia, dado que ésta marca la importancia y la antigüedad, ya que la expansión del cementerio se da a partir de ese esquema. Coincidimos con Ferrer²⁷ en que este posicionamiento establece jerarquías,

/.../ indica que así como las iglesias católicas se edificaron con base en planos arquitectónicos, siguiendo la forma de la cruz, la mayoría de los cementerios europeos reproducen en sus diseños interiores la división en cuatro puntos cardinales, cuatro ejes simétricos que coinciden en un centro. [Siendo éste] el lugar más cotizado y se reserva para las tumbas de los héroes y personajes de excepción.

De manera que la ubicación del panteón es fruto de una negociación entre la Asociación y la sociedad de destino, que le permite la construcción de una “embajada” funeraria dentro del espacio local. Su emplazamiento, por lo tanto, es un dato.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

	Partido	Nombre	18	Zárate	Unione Italiana XX de Settembre
1	Merlo	S.Italiana de SM "XXSep1932"	19	Lomas de Zamora	S. Italiana di SM Stella del Sud Banfield
2	Brandsen	Panteón de los Italianos	20	Gral. San Martín	S. Italiana de SM y Cultura de San Martín
3	Baradero	Sociedad de SM 20 de septiembre	21	Gral. Rodríguez	SUPrima Italiana di SM
4	Morón	S. Italiana de SM	22	Magdalena	Società di mutuo soccorso Giuseppe Garibaldi
5	S.A de Areco	Società Italiana Di MS Umberto I	23	Chivilcoy	ASM "Italia" Abierto
6	Saladillo	Sociedad Italiana	24	Baradero	Società XX Settembre
7 y 8	S. A. Giles	Panteón Italiano I y II	25-29	Mercedes	Sociedad Italiana de SM.
9	Chivilcoy	Soc. Operaria Italiana P 1	30	Mercedes	Sociedad Italiana de SM. Panteón 6
10	Marcos Paz	Sociedad Italiana Unión y Benevolencia	31	Lobos	Società Unione Italiana
11	Luján	S.Unión Italiana de SM	32	Olavarría	Società Italiana
12	Moreno	Soc. Unión italiana de SM	33	Alte. Brown	Società de SM Italiana
13	Lomas de Zamora	S. Italiana SM Unión y Estrella	34	Chivilcoy	Società di M°S° Italia
14		Soc. Italian a Nueva Roma	35	Magdalena	Società Italiana Di Mutuo Socorso Il Leone Di Caprera
15	Chivilcoy	Soc. Operaria Italiana P	36	Tigre	Sociedad Italiana de Tigre
16	San Pedro	S. Italiana de Unión y Benevolencia de SM	37	Avellaneda	Sociedad Roma
17	San Isidro	Società Italiana di Mutuo Socorro	38	San Nicolás	Sociedad Italiana

Tabela 1. Ubicación de los panteones y espacios de nacionalidades dentro de los cementerios municipales relevados.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

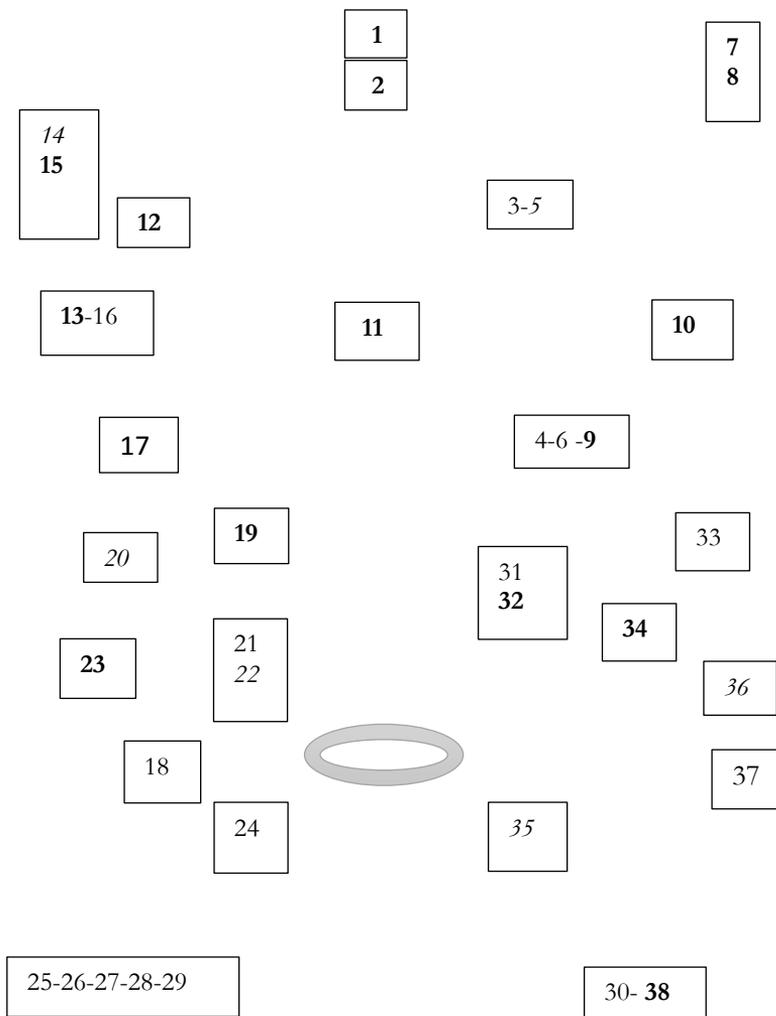


Gráfico n° 1. Fuente: Elaboración propia en base al trabajo de campo.

Los números en negrita corresponden a los panteones grandes, en cursiva a los chicos, siendo el resto, los medianos.

En el gráfico se puede observar que las asociaciones lograban un lugar destacado para el emplazamiento de los panteones dentro de las vías centrales: tres de ellos se encuentran sobre el mismo camino, siendo éstos lo primero que se observa cuando se ingresa (1-2 -11). Otros se encuentran sobre la horizontal (10-13-16). Gran parte de las asociaciones pudieron estar a la vera de la vía central y la transversal, siendo

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

paso obligado para cualquier visitante y de fácil localización (3-4-5-6-9-12-17-19-21-22-24-31-32 y 35). Existen dos lugares también importantes en algunos cementerios, por lo general los amplios y planificados, que poseen un primer descanso o plazoleta, muchas veces escoltadas por monolitos y bustos. Por ejemplo, en el caso de Avellaneda, esta primera instancia abre dos calles opuestas con un área de distribución amplia (22-24-35) y allí se encuentran emplazadas dos asociaciones españolas y una italiana en el fondo (37).

Otro de los lugares que evidencian una relevancia, y hasta una cierta intimidad con respecto al resto para celebraciones y lugar de encuentro, se sitúa en los corredores inmediatamente se traspone la entrada y hacia los dos costados porque los panteones sólo lindan con el cerco perimetral y muchos de ellos por su tamaño o diseño son vistos desde afuera, sólo limitados en su parte trasera como es el caso de los cinco panteones de Mercedes (del 25 al 29) y un sexto, ubicado a la derecha (30) pero que responden todos a la “Sociedad Italiana de SM”.

Existen otras formas de plantear la distribución de cementerios y que hemos encontrado en el partido de Azul y de Pilar, ya que se conforman como un rectángulo o un trapecio y se ingresa desde uno de los ángulos: el ambos, los panteones italianos (grandes), se encuentran en la entrada y el segundo de Azul (grande), está por fuera del perímetro primigenio, cuya construcción es moderna y que da cuenta de la continuidad de la Asociación ya que el primero fue construido en 1873 y el segundo en 1987.

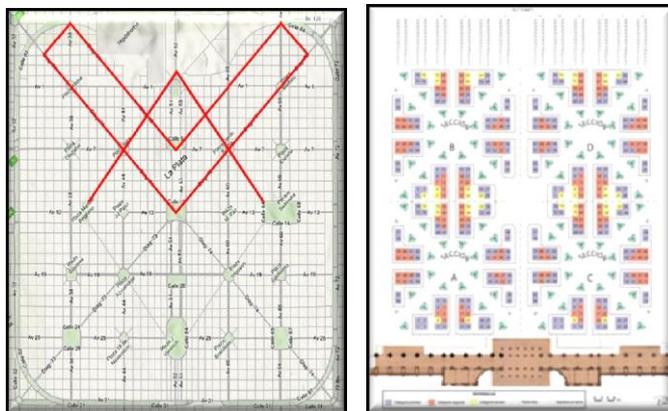
El caso que siempre se destaca es el de *La Plata*, que responde a un momento y con un claro objetivo político²⁸ dado que es la capital de la provincia de Buenos Aires y de especial interés económico de los ganaderos y agrícolas de la Provincia de Buenos Aires que querían seguir exportando desde un puerto propio. Es así que en 1882, se funda La Plata con un centro desde el que se proyectan diagonales donde se encuentran los principales edificios públicos, con espacios verdes que anticipaban una visión moderna e higienista. La planificación de este “proyecto a gran escala”²⁹ fue confiada al Ing. Pedro Benoit, Jefe de Obras Públicas. Como bien explica la autora, el crecimiento de la ciudad estuvo aparejada con la inmigración ya que incluso su construcción, requirió de una importante fuerza de trabajo. De acuerdo al censo Provincial de 1881, la población total ascendía a 6962 personas de las cuales el 67,7% eran argentinos y 33,3% extranjeros, mientras que tres años después sobre 10407 habitantes, el 21,9% era argentino y el 78,1% extranjero (con mayoría italianos).³⁰

El Cementerio de La Plata, también diseñado por Benoit, inaugurado a principios de 1887, se encuentra afuera del plano principal y posee la misma estructura de centro y diagonales, que la “ciudad de los vivos”, como se observa en los planos.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione



Plano de la Ciudad y el Cementerio de La Plata. Fuente: SEMPÉ, 2011

Como refieren algunos autores³¹, los sectores A, B, C, D, son los más antiguos sectores de bóvedas que representan al “núcleo económicamente fuerte de la comunidad y no sólo a las familias fundadoras tradicionales. Dentro de este, la comunidad italiana debió desempeñar un rol preponderante”, ya que dos de sus instituciones poseen sus panteones allí: en la sección “A” la *Unione Operari Italiane Società di SM* y *Società Unione e Fratellanza*, en la “B”.

Para empezar a pensar la forma en la que se caracterizan los panteones, como construcción funeraria que condensa sentidos, la elección del estilo es fundamental, así como también los símbolos elegidos, que trataremos más adelante. En los visitados se encuentran básicamente seis que poseen una representación simbólica, pero con estilemas que escapan a la versión más “purista” y mezclan recursos ornamentales de otros, de manera que la lectura se encuentra atravesada (como siempre en los estudios migratorios) a la necesidad de suspender cualquier juicio generalizador.

Dentro de los estilos identificados, el *neoclásico* es más utilizado desde la segunda mitad del siglo XVIII, respondiendo a un patrón geométrico, similar a un templo griego, con un frente triangular y columnas a los costados de las puertas principales (dóricas, jónicas, corintias o mixtas). Representa a la antigüedad clásica, la ciencia, el orden y la racionalidad normativa, por eso es el más empleado en los edificios públicos. Permiten ornamentos, diversidad de columnas, cúpulas y plantas elevadas. Es, aparentemente el menos comprometido y propio del paradigma positivista que postula una aparente objetividad científicista. El estilo neoclásico, como observamos es el más utilizado por las asociaciones italianas y era parte de la

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

“cultura oficial” siguiendo, en gran medida, la lógica institucional, sin romper con las formas establecidas.

El *neogótico*, estilo europeo de la Baja Edad Media, habilita un uso de los detalles altamente significativo: huecos en las puertas con perfiles curvos, aristas redondeadas, *crochet*, pináculos y ojivas, que se elevan al cielo. Encontramos uno que sigue estas líneas en Magdalena.

El *art nouveau* es una reacción, a la creciente revolución industrial de la producción en serie, la fábrica y el orden geométrico. Este evoca las líneas de la naturaleza, las curvas, las representaciones de flores, hiedras con bordes redondeados y la figura femenina como la parte contrapuesta. Es un estilo que reproduce el movimiento equilibrando subidas y bajadas en contraposición a la estructura geométrica neoclásica, más estática. En algunos lugares, fue rápidamente adoptado por los socialistas y los librepensadores anticlericales. Sólo hemos encontrado uno en Alte. Brown, y algunos detalles de rejas serpentinadas, u ornamentos en algunas puertas de otros panteones.

El *art déco* se encuentra relacionado con las corrientes industrialistas de principios del siglo XX, y se desarrolla en el periodo de entreguerras, entre 1920 y 1939 en Europa y América. Alcanzó su máximo esplendor en la Exposición Internacional de Artes Decorativas de París de 1925. Se manifiesta a través de la geometría imperante del cubo, la esfera y la línea recta. Como expresan Baldini y Scalise³² este estilo se empleó en “comercios y casas de barrio de sectores de clase media con menor poder económico”, expresa a través del estilo ideas de progreso y avance. El *art déco* en el espacio funerario posee placas verticales y horizontales, planos rectilíneos superpuestos y volúmenes puros. Una rápida mirada a una construcción de este estilo evoca las edificaciones de los regímenes totalitarios que surgieron con posterioridad o bien nutridos por esta posición estética que sin duda evoca una impactante solidez. Con este estilo hemos encontrado uno de los seis de Mercedes, el de Luján y el de San Martín.

Por último, encontramos panteones que denominamos “*modernos*”, aquí hay que hacer una diferencia significativa, ya que existen algunos que se realizan en décadas recientes (San Andrés de Giles, Chivilcoy, San Nicolás, Azul, Avellaneda y Marcos Paz), que incluso poseen nichos recién hechos y a ocupar) y otros que fueron planificados directamente con líneas y estéticas más recientes en el tiempo. Esto es importante ya que son, en gran parte, reconstrucciones realizadas a partir de 1950, momento en que las Asociaciones comienzan a perder su hegemonía, y realizadas con materiales simples de paredes lisas, ladrillo a la vista, sin adornos ni estilemas de ningún tipo: son básicamente funcionales, pintadas y en algunos casos, abiertos y nicheras laterales. No gozan de las ornamentaciones ni el simbolismo de los antiguos, siendo funcionales y prácticos de acuerdo también a los tiempos.³³

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Muchos de ellos, se realizan en base al antiguo, que permanece intacto en el hipogeo, modificándose lo que está en la superficie que era la que se encontraba más deteriorada. Nos parece oportuno diferenciarlos de los que sí se realizan con el diseño moderno desde su origen (Mercedes, Baradero, Azul y Brandsen).

El estilo *brutalista* surge entre 1950 y 1970, inspirada en el trabajo de Le Corbusier y el de Mies van der Rohe. Este estilo presenta formas geométricas angulosas, texturas rugosas y rústicas. Se caracteriza por la honestidad constructiva, mostrando todas las instalaciones auxiliares, como son las tuberías de agua, etc. El nombre se origina en el término francés *béton brut*, “hormigón crudo”, formados por líneas geométricas angulosas repetitivas, con la textura de los moldes del enconfrado del hormigón a la vista, aunque pueden emplearse otros materiales, siempre que tengan la textura áspera y a veces, exponiendo los materiales estructurales en el exterior. Sólo hemos encontrado uno, en Pilar.

Si ubicamos los panteones de acuerdo al estilo, y teniendo en cuenta el eclecticismo, éstos se distribuyen de la siguiente manera:

Moderno		Neoclásico	Gótico	Art Decó	Art Noveau	Brutalista	Total
Refacción	Original						
9	5	23	1	3	1	1	43

Otro aspecto sumamente importante es la elección de los ornamentos y marcas identitarias que fueran lo suficientemente representativos para todos los asociados. Los hemos agrupado en tres ejes: los que remiten a la patria, los religiosos y los masónicos.

Simbolismo nacionalista y aspectos políticos: en los panteones visitados no se destaca de manera significativa la bandera de Italia. Si bien hay un proceso político que corre paralelo a la unificación de la península, especialmente en el momento de mayor emigración, y las internas políticas eran significativas, no son los colores patrios, ni papales, lo que homogeneiza, como sí ocurre con la cruz cristiana.

Sólo en S. A. de Giles, se encuentra la bandera italiana junto a la argentina bajo el nombre de la Asociación, siendo ésta la única relevada. En el panteón de La Plata *Unione e Fratellanza* (1912), se encuentran escudos pintados de lugares de Italia (Cosenza, Génova, Ancona, Monte Carrara, Livorno, Venecia, Nápoles, Torino, Bari, Parma, Catanzaro, Reggio, Calabria, Cagliari, Meccerata, Verona, Perugia Sassari, Palermo, Milano, Vicenza, Rávena, Catania, Potenza, Pavia, Salerno, Lecce y dos que se borraron). En la pared lateral hay una loba con Rómulo y Remo y, bajo esa imagen hay un mensaje que remite a la Patria y diferenciándola de la que es una tierra de trabajo y de esperanza. “*A quanti vissero nel ricordo della Patria in questa nobile terra di lavoro e di speranze ricevettero il gelido amplesso della norte. Pace*”.³⁴ Es también la asociación que expresa claramente su función de asistencia porque en el frente hay una importante estatua de una mujer coronada sentada, que ampara a un

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

bebe, un huérfano y una viuda. Así como también detalles masónicos, que luego vamos a desarrollar.

Otro aspecto que resulta importante en los panteones, es la presentación del nombre en el idioma materno, así como también los mensajes y homenajes que expresan, como el anterior mencionado. En ese sentido, 14 panteones se encuentran escritos en italiano, especialmente los que conservan su planificación originaria y que no sufrieron refacciones ulteriores, que es ese caso ya todos están escritos en español, incluyendo el caso de Chivilcoy en donde *Operari* (obreros) se tradujo como Operaria.

Ahora bien, resulta importante abordar los panteones de asociaciones que manifiestan una posición política declarada, en un contexto sumamente complejo. Como bien expresa Sarramone³⁵ en los primeros tiempos el dilema era “república o monarquía”, en este caso Mazzini, Garibaldi o Victor Manuel, Umberto Primo³⁶. Dentro de esta primera dicotomía, sólo se encuentra un panteón llamado Humberto I, en S.A. de Areco, muy antiguo (de 1881), que evoca el nombre del Rey de Italia de 1878 a 1900, cuando fue asesinado por un anarquista.

A favor de la corriente republicana, se destacan claramente los dos panteones de Magdalena, (*Società Italiana di Mutuo Soccorso il Leone de Cabrera* de Atalaya (ciudad importante dentro del partido) y la *Società di Mutuo Soccorso Giuseppe Garibaldi*), ambas con un claro homenaje al héroe nacional. Sus edificaciones se encuentran ni bien se traspasa el pórtico, en dos esquinas opuestas que se forman con una virgen en el medio, estableciendo claramente ese corte transversal que habíamos mencionado como uno de los lugares de importancia. La primera fue fundada en 1884 y la segunda en 1893, y los panteones se inauguran en 1903, con similares dimensiones: 55,2 y 66 m2, respectivamente.

“Il leone” posee en un inmenso león en un podio, que remite a Garibaldi (ya que ese era su apodo) y Caprera fue la isla en donde murió, después de haber entrado a Roma y contribuido de manera significativa a la unificación de Italia. Posee una combinación de estilos donde prevalece el neoclásico, con unas columnas egipcias y cuatro coronas de laurel. Atrás del león, se encuentra una cúpula vidriada con una cruz de hierro. Posee un buen estado de conservación, con nicheras externas y un espacio interno cuidado con candelabros y flores. Se destaca en el altar, un mármol negro con una inscripción en bajorrelieve que también remite a la Patria: *"Questo recinto sacro alla morte, a perenne testimonianza di carità fraterna questo pietoso recovery erigeva per ospitari i lavoratori italiani, moreo lontani dalla Patria."*. En las actas del 25 de septiembre de 1887 se manifiesta:³⁷

El Presidente aprovechando el aniversario de la entrada de las tropas italianas en Roma decide, de acuerdo con la comisión de la fiesta, inaugurar la casa. Después del banquete nacional, el Presidente con la comitiva se

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

dirige a la casa social al son de la marcha patriótica ejecutada por la Banda italiana de Magdalena.

En la celebración también se entona el himno nacional y se encuentran presentes el Juez de paz, el presidente y los representantes de las sociedades italiana, francesa y española de Magdalena y el comisario de policía.

Es importante aclarar que el panteón posee una placa que rinde homenaje a sus fundadores del año 2003, y una sede abierta y activa. La “Garibaldi”, es de estilo gótico, con pináculos y un arco ojival. También posee unas columnas de tipo egipcíacas y cuatro lucernarios, aunque este panteón se encuentra muy deteriorado en el exterior y el interior. Posee un hermoso retrato del héroe, al que también se lo relaciona con la masonería.³⁸

Dentro de esta corriente, vinculada a la unificación italiana, se encuentran la de Luján, Lobos, Moreno, Lomas de Zamora, que remiten a la “Unión”, “Unión y Benevolencia” una de las principales asociaciones en Buenos Aires, y “*Unione e Fratellanza*” de La Plata; otras que remiten a la “Nueva Roma”, de Lomas de Zamora y de Avellaneda. Existe una asociación de Zárate que cruza la Unión italiana y el XX de septiembre, fecha en la que Garibaldi ingresa a Roma. Los panteones que remiten a XX de septiembre están en Baradero, Zárate y Merlo.

Simbolismo religioso: excepto algunas de las denominadas “modernas” y/o refaccionadas recientemente, todos los panteones poseen cruces del credo católico, incluso en puertas, ventanas y como ornamentación, tanto externa como interna, en su mayoría comunes aunque también hemos encontrado nudosas, griegas, con manto, con laureles, encuadradas y con una bola en la base. Pero no resaltan otras simbologías, con excepción del XP (el monograma de Cristo)³⁹ (Hasset, 1911), que aparece en puertas y en algunos frentes. En los altares internos, por lo general hay vírgenes, frente a las que le ponen flores y velas. Sólo en la parte externa se observa un *vitreaux* con un virgen, en el panteón *art nouveau* de Alte. Brown.

Simbolismo masón: sobre la simbología masónica en Argentina, se han realizado numerosos trabajos.⁴⁰ Resultó esclarecedor también el material suministrado por la Masonería argentina y la entrevista concedida por uno de sus miembros,⁴¹ sobre esta parte de la historia que resulta bastante esquiva y que se entrelaza con el origen de las asociaciones migrantes y el mutualismo en general (ya que nacen como cofradías fundadas en solidaridades derivadas del estatus social o el oficio, encargadas del apoyo mutuo y la beneficencia). Al ser una sociedad secreta gran parte del proceso de incorporación no es difundido y tiene orígenes que generan controversias hasta el día de hoy, ya que una corriente considera que es una derivación de épocas medievales, gremios de oficios renacentistas y otra corriente que la considera hija directa del Siglo de las Luces⁴². Existen también diversos ritos como el escocés, el inglés, el germano y el francés (o francmasonería). Como bien

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

expresa Giménez⁴³ (2012), la masonería fue algo que también trajeron los inmigrantes, algo que no se olvidó en los barcos. Y hubo tantas logias como grupos se armaron bajo determinados valores e ideales que la masonería imparte a sus miembros para que actúen de acuerdo a ellos en el rol que le toque desempeñar en la sociedad. Estos son: “*Libertad de la persona /.../ de pensamiento y de movimientos; Igualdad de derechos y obligaciones de los individuos /.../ Fraternidad de todos los hombres, y de todos los pueblos y naciones*”.⁴⁴ Es la idea del hombre de la Revolución Francesa, libre pensador y “tolerante” con las religiones. En este punto la “*Fratellanza*” tiene otro sentido ya que se consideran una hermandad en medio de la modernidad urbana planteada por la geopolítica de la Revolución Industrial y como expresa De Paz Trueba⁴⁵, en los aspectos más micro sociológicos, “la masonería permitió la construcción de redes que adquirieron dimensiones institucionales y proyección política y operaron como instancias de mediación entre la sociedad civil y el Estado”. Es decir, no uno hubo una sola masonería, que a menudo es tildada de aristocrática o de las clases altas, sino que también hubo interpretaciones de las clases medias y medias-bajas, a las que sirvió como una herramienta de socialización, relaciones, contactos e identificación.

La Plata fue directamente concebida como una ciudad masónica (como se observa en el Plano de la ciudad anteriormente expuesto con la escuadra y el compás), que al igual que Mercedes tuvo una importante participación de figuras políticas que fueron masones. Benoit (el Ingeniero ya mencionado), Presidentes de la Nación como Mitre, Juárez Celman, gobernadores de la Provincia de Buenos Aires, rectores de universidades fueron algunos de sus protagonistas. Tomaron de la masonería los elementos importantes para ese proceso histórico y las aplicaron en las instituciones de la Nación: positivista, progresista (“Orden y progreso”), y laicista.

Construyó una importante batería de símbolos que comunican la adscripción identitaria que también se encuentra en los cementerios y panteones. La necrópolis de La Plata fue construida siguiendo los parámetros masónicos que recupera aspectos de la antigüedad clásica, como parte de sus orígenes especialmente los griegos y egipcios. El templo griego (neoclásico) es una parte del pensamiento masón y es un ícono así como el orden dórico en las columnas. Esto no significa que todos los construidos de acuerdo a este estilo sean masones, pero existen otros elementos que se agregan para pensarlos bajo esa influencia. Por ejemplo, los ángeles significan la transformación de lo visible en invisible (que encontramos en Olavarría, Moreno, Gral. Rodríguez) así como las antorchas, cruzadas y/o invertidas (Mercedes, Baradero, Olavarría, La Plata, Tigre), acompañando ramas de olivo iluminan hacia una verdadera vida (Chivilcoy, Zárate). La cinta con el nudo marca la unión entre los masones. Otro símbolo paradigmático es el reloj de arena con alas a sus costados (Merlo), (el fluir del tiempo, y en la masonería “lo único

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

que existe es la eternidad”⁴⁶, las letras griegas Alfa y Omega (Olavarría), así como toda la reminiscencia a la arquitectura y estética egipsiaca (La Plata, Magdalena). Para la masonería la muerte significa pasar al Oriente Eterno, de manera que los pisos dameros en blanco y negro, muestran la eterna lucha entre la luz y la oscuridad (Luján, Mercedes, Merlo). El ojo que “todo lo ve”, un ojo dentro de un triángulo que expande rayos (Baradero) al igual que una estrella “fulgurante” (Zárate), son también identificaciones masónicas así como la escuadra y el compás, a veces con una letra G en el medio (que hemos encontrado en la provincia de Córdoba).

La Plata condensa gran parte de este artefacto simbólico pero no es el único. Hay otro caso que resulta sumamente interesante y es el de partido de *Mercedes*, ya que concentra la mayor densidad de panteones bajo un mismo nombre, combinando estilos y simbología; construidos durante un lapso prolongado de tiempo ya que registra el primer panteón desde 1886, otro de 1911 y de 1963 –otros no tienen registrado– y ofrece como servicio hasta el día de hoy en su página web: “Podrán utilizar este servicio todos los asociados activos, participantes, adherentes y honorarios de la entidad que se encuentren con la cuota al día. Contamos con 6 panteones para tal fin.”⁴⁷

El partido de Mercedes se encuentra a 100 km. de la Ciudad de Buenos Aires, a orillas del Río Luján, a las puertas de la llamada Pampa Húmeda: región llana, fértil y agrícola ganadera. No resulta llamativo que los italianos fueran una parte importante de su población, que en 1895 daba un total de 18.424 habitantes, de los cuales 12.424 eran argentinos y 5.144 extranjeros, y el 70% italianos⁴⁸. A fines del siglo XIX, poseían tres principales ASM: la *Società Italiana de Mutuo Soccorso* (1871), *Unione e Reciproco Amore* (1881) y la *Società Italiana Fratellanza Operaria di Mutuo Soccorso e Istruzione* (1884). La segunda, de acuerdo a los libros de actas, tenía un panteón social, que en 1886 es ampliado y reformado. En 1910, su presidente solicita un terreno contiguo a fin de construir otro. En 1884, la sociedad se divide por un suceso que es presentado con cierta frivolidad pero que esconde un conflicto de clases latente:

Cuenta “La Voz de Mercedes”:⁴⁹

Se recuerda, risueñamente por cierto, que a raíz de un baile efectuado en el año 1884, la C. Directiva deslizó la imprudencia de no contemplar el modesto trajeado de los socios trabajadores del campo y de las quintas, produciéndose una seria escisión, que motivó la inmediata fundación de una nueva sociedad, a la que se denominó *Fratellanza Operaia*. Esto dio margen al siguiente puntilloso concepto que ganó muchos adeptos: para la *Unione e Reciproco Amore*, *La Società dei Guanto Bianchi* ... y para la *Fratellanza Operaia*, *La Società del Patateri* ...

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Y de alguna forma queda determinado que la *Recípoco amore* alberga a los italianos de clase media y alta (guantes blancos) y la de *Operari* a los “tanos” pobres y con actividades rurales, que trabajaban en las quintas (con papas). Como muchos entrevistados han mencionado, una pelea interna motivaba la ruptura o la expulsión y el que se iba a veces, fundaba su propia asociación.

Pero la merma migratoria lleva a la fusión de las tres en 1927. Los primeros tres panteones (de los seis que hay en el presente y todos de la misma medida 8 x 12 m²), poseen una ornamentación con símbolos masónicos (antorchas invertidas y corona de laureles), neoclásico, columnas corintias y una claraboya de hierro y vidrio, que como cuenta Brown⁵⁰ demandó un importante esfuerzo monetario y pedido de metal al ferrocarril.

Poseen una inscripción en latín: “Hoy y mañana/Somos polvo y sombra/ La muerte resuelve todo”, y otra ya caída. Al interior hay nicheras en las paredes, en semipisos y todos (aún los más sencillos, ya que los materiales y la ornamentación descende en complejidad y belleza, en algunos), tienen en el fondo un *vitreaux* o vidrio que crea un impacto visual muy agradable en todas las horas del día.

El mismo cementerio está construido en base al modelo hispánico, con forma de cruz, y como se observa en el gráfico los panteones se encuentran emplazados ni bien se traspasa la puerta a la izquierda (menos uno, *art déco* que se encuentra a la derecha), en el corredor que linda con la reja perimetral, lo que le otorga un lugar de privilegio y relativa intimidad ya que la vista da a una avenida arbolada. Las historiadoras de Mercedes, dieron cuenta a través del libro de Actas que tenían una excelente relación con otras colectividades: de hecho el panteón español se encuentra en el medio de los cinco y con una ornamentación masónica importante (A y Ω, piso damero, antorchas, copas y reloj de arena). Al igual que familias irlandesas (que no estaban nucleadas en una asociación, y es un tema que trataremos en otra oportunidad), también con antorchas invertidas e inscripciones en inglés. Además, el cementerio cuenta con un espacio delimitado por pilares y un cuarto cerrado que corresponde al Cementerio de la Sociedad Israelita latina de Mercedes fundado el 9 *iyar* 5688 (29 de abril de 1928)⁵¹. De manera que, en este cementerio reúne la migración irlandesa, israelita, española e italiana, simbología masónica y religiosa, como una muestra de las variadas y diversas formas que adoptó la importante influencia italiana en la Provincia de Buenos Aires.

A manera de cierre

El diálogo entre la vida y la muerte, los ritos de pasaje y los lugares donde se celebra la memoria son parte de las manifestaciones universales en todos los tiempos y lugares. Por esa razón, el análisis de los panteones nos dice mucho sobre la comunidad que lo ha construido y en la cual se inserta.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

El contexto en donde se desarrolla el largo proceso de la inmigración italiana es también un escenario mundial en donde los cambios son vertiginosos e influyen en las élites gobernantes de tono oligárquico o de democratización ampliada --de 1916 a 1930--, pero que van a coincidir en un discurso ambiguo con la inmigración, que oscila entre la distancia y la necesidad de esta mano de obra barata a fin de cumplir con la función de proveedor de materias primas a los países centrales.

Como también se observa, los italianos se sumergen no sólo en el conurbano sino también en la provincia, llevando también el tipo de migración que los caracterizaba, con una pequeña élite burguesa y un número importante de trabajadores. Las ASM reflejan ese escenario.

Una de las reflexiones que genera se relaciona, es que a partir de la modernidad, las ceremonias de la muerte están mediadas por el Estado. Y a partir de allí, todo lo que se quiere instrumentar es parte de una negociación política, en donde el titular del territorio permite, dentro de su espacio, el emplazamiento de un edificio determinado. Esta acción, va a estar regulada por normas de higiene, estilo de construcción y tipo de conmemoración en donde la posibilidad de ignorarlas o flexibilizarlas no estaba permitido. Quienes podían configurarse como interlocutores válidos para tratar con el Estado, eran las ASM.

Como hemos mencionado, no todas las asociaciones lograban construir su panteón que en estas migraciones, en su gran mayoría católica, garantizaba el respeto de procedimientos. Las ASM que logran construir sus monumentos logran hacerlo en lugares importantes y de bastante fácil acceso dentro de los cementerios municipales. Como hemos relevado la mayoría lo puede ubicar a la vera de las naves centrales e incluso algunas sobre la misma. La gran mayoría, en realidad más de la mitad) logra ser independiente de otras edificaciones y de gran magnitud.

Otro importante número de los panteones son de tamaño mediano y pocos pequeños. Los panteones que no se encuentran en la nave central son relativamente escasos, pero se localizan fácilmente, como es el caso de Zárate ya que es un bellissimo edificio blanco con ornamentos dorados que se vislumbra desde la nave central. Incluso los que se han realizado en cementerios que obedecen a otro tipo de organización arquitectónica, tienen a las ASM italianas en lugares relevantes. Incluso, los que se encuentran un poco alejados de las principales avenidas son construcciones más modernas, producto de que la actividad de la asociación ha continuado ofreciendo el servicio y naturalmente se construyeron “hacia afuera”, que es el modo en el que se amplían los cementerios. El 90% de los panteones remite a una ASM registrada en las distintas Federaciones que confluyen la Embajada de Italia, con autoridades, dirección, teléfono y algunas con mail de referencia y Facebook.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

Como expresa Sempé (2009), los estilos arquitectónicos responden a procesos de recepción diferencial y fueron usados como expresión identitaria e ideológica. El neoclásico, emite mensajes múltiples, es el más elegido por las ASM, y también el menos rupturista; que además formaba parte de la corriente arquitectónica del momento en el ámbito local, para los edificios oficiales que se iban construyendo en un territorio recientemente organizado. Nos preguntamos si es una forma de comunicar que desde el principio del Estado “moderno”, los italianos formaban parte del mismo tronco fundacional, si era parte de la integración que busca no “desentonar” con la estética del clima decimonónico o bien, la influencia masónica que recupera el pasado grecorromano.

En cuanto a los símbolos aglutinantes, en los panteones relevados no son protagonistas los colores patrios. El símbolo que condensa y homogeniza es la iconografía cristiana con cruces en lugares visibles y en detalles que sobreabundan. Asimismo, todos los panteones poseen espacios religiosos o altares, e incluso organizados en lugares pequeños, cuando no hay una pared que pueda estar destinada a esos efectos. La simbología masónica, tiene una presencia acotada y sutil, que se hace presente para los que pudieran decodificarlo.

El panteón es también, una forma de manifestar que existieron razones para permanecer en el país, y la vejez o la enfermedad (o cualquier otro tipo situación), llevaron a que el migrante hiciera los arreglos pertinentes para descansar entre sus connacionales, y más aún, entre los que pensaban como él, trabajaban, festejaban y celebraban las mismas cosas. Sigue quedando mucho por indagar, pero en esta lucha simbólica por ocupar un espacio, los migrantes italianos lograron cierta autonomía en el emplazamiento de sus marcas identitarias y religiosas a través de negociaciones, sin duda arduas, para que sus connacionales, pudieran descansar en paz y sus hijos y nietos tuvieran un lugar donde recordarlos. No es poco.

Notas y referencias

¹ Michel DANSEL *Les cimetières de Paris*. París: JCG, 2002

² Profundizaremos este punto más adelante.

³ Carlota SEMPÉ. *Arquitectura, urbanismo y simbología masónica en cementerios urbanos*. Buenos Aires: el autor, 2009

⁴ Oscar TERÁN. *Vida intelectual en el Buenos Aires de fin de siglo (1880-1910)*. Argentina: FCE, 2000

⁵ SEMPÉ, 2009, p. 24

⁶ Celeste CASTIGLIONE “El cuerpo del migrante muerto y su recepción diferencial: una hermenéutica de los panteones de asociaciones migrantes”. V Jornadas de Antropología Social del centro Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Olavarría 30 de septiembre y 1-2 de octubre de 2015. (En prensa)

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

-
- ⁷ Fernando DEVOTO. *Historia de la inmigración en Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003
- ⁸ INDEC, 2003. “Qué es el Gran Buenos Aires?” <http://www.indec.gov.ar/glosario/folletoGBA.pdf> Última vista: 01/01/2016
- ⁹ CASTIGLIONE “La muerte edificada. Una aproximación al estudio de los panteones de asociaciones migrantes en los cementerios de la provincia de Buenos Aires”. Congreso de los Pueblos: Seminario Cementerios, patrimonio y memoria comunitaria. La Plata, 24 al 26 de abril de 2015. (En prensa)
- ¹⁰ En esta plantilla se suman los partidos de Ezeiza, Marcos Paz y General Rodríguez. El resto de los partidos posee cementerios sin panteones de ASM, con excepción de Ituzaingó que no tiene cementerio, operando con los vecinos.
- ¹¹ SEMPE, 2009, p.22
- ¹² Jorge SALESSI. Médicos, maleantes y maricas. Rosario: Beatriz Viterbo. 1995
- ¹³ Fernando MARTÍNEZ NESPRAL. *Ecos del modernismo catalán en el Río de la Plata*. Documento de Trabajo N° 151, Universidad de Belgrano, 2006. Recuperado de: http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt_nuevos/151_nespral.pdf. Última vista: 07/01/2016
- ¹⁴ David DAL CASTELLO. 2015) Dejar la casa. Espacios de los velorios en Buenos Aires 1868-1903. *Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas Mario J. Buschiazzo*. Buenos Aires, Vol. 44, N°2, 2015, p.1-10
- ¹⁵ Héctor GONZÁLEZ DAY. *El Cementerio Del Salvador: nuevos datos para completar su historia*. Santa Fe: el autor, 2010
- ¹⁶ DEVOTO. 2003
- ¹⁷ Carlos DI STÉFANO, Hilda SÁBATO, Luis Alberto ROMERO. *De las cofradías a las organizaciones de la sociedad civil*. Historia de la iniciativa asociativa en Argentina (1776-1990). Argentina: Edilab, 2002
- ¹⁸ <http://www.indec.gob.ar>, 2010. Última vista: 07/01/2016
- ¹⁹ José María RAMOS MEJIA. *Las multitudes argentinas*. CABA, Linkgua Historia [1899], 2005
- ²⁰ BUENOS AIRES. Ley orgánica 1897:328 en Salessi; 1995:27
- ²¹ José INGENIEROS. *Histeria y sugestión*. Buenos Aires: Elmer editor, 1904, pp. 216
- ²² Lidia VIERA. *Los cementerios urbanos*. En Arquitectura, urbanismo y simbología masónica en cementerios urbanos. Buenos Aires: el autor, 2009, pp. 9-21
- ²³ Omar LÓPEZ MATO y Cristóbal COUTO. *Fiebre amarilla*. CABA: Olmo Ediciones, 2015
- ²⁴ Eduardo CIAFARDO. “Las Damas de beneficencia y la participación social de la mujer en la ciudad de Buenos Aires, 1880-1920”. *Anuario del IEHS*. Tandil, V, 1990, p.26-36
- ²⁵ María Jesús JIMÉNEZ. La muerte en los Andes centrales prehispánicos: espacios, contextos y cultura material. En *Jornadas sobre Antropología de la Muerte*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte: España, 2010, pp.96-118
- ²⁶ Guillermo CARDELLE ZAMORA. *Presencia eterna de gallegos en La Habana*. Galicia: Xunta de Galicia, 1998
- ²⁷ Eulalio FERRER. *El lenguaje de la inmortalidad*. México: FCE, 2003, pp. 97

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

-
- ²⁸ Carla Beatriz GARCÍA, Tomás Oscar GARCÍA y Olga Beatriz FLORES. Densificación del sector fundacional del Cementerio de La Plata. En Carlota SEMPÉ y Olga FLORES (Comp). *El cementerio de La plata y su contexto histórico..* La Plata-Ringuelet: el autor, 2011, pp. 75-22
- ²⁹ María Rosa CATULLO. *Fundación de la ciudad de La Plata*. El primer proyecto argentino a Gran Escala. 213-217
- ³⁰ SEMPÉ y Marta BALDINI. *La Plata y su etapa fundacional*. En El cementerio de La plata y su contexto histórico. Comp. Carlota SEMPÉ y Olga FLORES. La Plata-Ringuelet: el autor, 2011, pp.36-57
- ³¹ Nos referimos a (SEMPÉ y BALDINI, 2011, p. 41 ; GARCÍA y otros, 2009)
- ³² BALDINI y Rocío SCALISE “Estilemas para la vida y estilemas para la muerte: el art decó en la ciudad y el cementerio de La Plata”, 2012 En <http://naturalis.fcnym.unlp.edu.ar/repositorio/004063.pdf>
- ³³ Phillipe ARIES. *L'Homme devant la Mort*. Paris: Éditions du Seuil, 1977
- ³⁴ Antonia RIZZO. Los panteones sociales italianos a fines del siglo XIX y principios del XX en el cementerio de La Plata. En *El cementerio de La plata y su contexto histórico*. En SEMPÉ y FLORES (comp.), 2011, pp. 213-217
- ³⁵ Alberto SARRAMONE *Nuestros abuelos italianos*. Buenos Aires: Ediciones B, 2010
- ³⁶ Las *Unione e Benevolenza*, de la primeras ASM, eran de corte o de simpatía republicana, mientras que la Nazionale Italiana, monárquica. Esta información es corroborada por la responsable del patrimonio cultural de la Asociación, MP, en una entrevista realizada el 12/01/2016. Asimismo, era importante la relación con los diferentes dialectos, y la adscripción norte-sur, de dónde provenía la mayoría de los emigrados y que con el desarrollo del tiempo también se sumó la cuestión de clase, quedando las de *Operari*, como las de obreros, una cierta aristocracia vinculada a la *Nazionale Italiana* y los *Circolos*, para la gente con mayor poder adquisitivo.
- ³⁷ Datos proporcionados por Hugo Ceci de la Asociación Italiana de Socorros Mutuos Atalaya, *Il leone de Caprera*.
- ³⁸ Angélica UVIETTA. Patrimonio cultural del cementerio de Magdalena, provincia de Buenos Aires 1860-1940. Un enfoque multidisciplinar. Tesis presentada para la Maestría en conservación, restauración e intervención del patrimonio arquitectónico urbano, Universidad Nacional de La Plata, 2015. Recuperado de: www.sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/.../Documento_completo_.pdf
- ³⁹ Maurice HASSETT. "Monogram of Christ." *The Catholic Encyclopedia*, v. 10. New York: Robert Appleton Company, 1911. <http://www.newadvent.org/cathen/10488a.htm>.
- ⁴⁰ Nos referimos a los trabajos de Yolanda DE PAZ TRUEBA. “Masonería y Sociabilidad en el centro y sur de la campaña bonaerense. Fines del siglo XIX principios del XX”. *PROHISTORIA*. Rosario, 2011, p. 1 – 19; Carla MOYA y Patricia NOGUEIRA. Simbología masónica en el cementerio de La Recoleta. En *Patrimonio cultural en cementerios y rituales de la muerte*. Buenos Aires: GCBA, 2005, pp.105-123; Karina OLDANI y Mariano DELLEDONNE. Los médicos masones en la época fundacional del cementerio de La Plata. En *Simposio Muerte, sociedad y cultura*. Chivilcoy: IMIACH, 2011, pp.401-411, por citar sólo algunos.
- ⁴¹ Entrevista 22/09/2015 al Prof. Giménez en la sede de la Masonería Argentina.

Artigos

Las huellas de la migración italiana en Argentina a través de sus panteones

Celeste Castiglione

⁴² Dévrig MOLLÉS *La invención de la masonería: revolución cultural, religión, ciencia y exilios*. La Plata: EDULP, 2015

⁴³ Claudio Ariel GIMENEZ. Masonería y cosmopolitismo en la Argentina de finales del siglo XIX. En *Nueva historia de las redes masónicas atlánticas*. 200 años de relaciones masónicas entre Argentina, Uruguay, Chile y Francia. La Plata: UNLP, 2012, pp-227-269

⁴⁴ (Giménez, 2012:231)

⁴⁵ Yolanda DE PAZ TRUEBA. “Masonería y Sociabilidad en el centro y sur de la campaña bonaerense. Fines del siglo XIX principios del XX”. *PROHISTORIA*. Rosario, 2011, p. 4

⁴⁶ SEMPÉ, 2011, p. 291.

⁴⁷ Italiana de Socorros Mutuos de Mercedes. Recuperado de: <http://www.socialianamercedes.org.ar/historia.html>. Última vista: 12/01/2016

⁴⁸ María Mónica BROWN. Las sociedades italianas de Mercedes (BS.AS.) *Quintas Jornadas de Historia del Partido del Pilar* (Bs.As.)5 de Diciembre de 1998. Recuperado de: <http://www.socialianamercedes.org.ar/historia.html>. Última vista: 02/01/2016

⁴⁹ BROWN: 1998, p.3.

⁵⁰ María Mónica BROWN. Política inmigratoria en la argentina: los italianos en la ciudad de mercedes (bs.as). Sociedad Argentina de Historiadores Filial Dolores (Bs.As.) *VII Jornadas de Historia*. 12 y 13 de septiembre de 1997. Recuperado de: <http://www.socialianamercedes.org.ar/historia.html>. Última vista: 12/01/2016

⁵¹ <http://www.jabad.org.ar/calendario/?anno=1928&mes=04>

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

*Núncia Santoro de Constantino
- In memoriam -*

Resumo: Com base em fontes diversas, que incluem das obras literárias e relatos de viajantes a processos e dossiês policiais, o artigo descreve cenários da cidade de Porto Alegre, relacionando-os à imigração e às formas como os imigrantes vivem o lazer em determinados estabelecimentos, ruas e praças. No mapeamento destes lazeres, é destacada a frequência a teatros, procissões, restaurantes, bares e botequins, com a análise das redes de sociabilidade e das tensões que marcam a relação dos imigrantes, muitas destas resultando em brigas, ferimentos e mortes.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração – cidade – Porto Alegre – Lazer – Tensões e sociabilidades.

Abstract: Based on several sources, including literary works and reports of travelers processes and police files, the article describes scenarios in Porto Alegre, relating them to immigration and the ways in which immigrants live leisure in certain establishments, streets and squares. The mapping of these leisure, is highlighted frequency theaters, processions, restaurants, bars and taverns, with the analysis of social networks and the tensions that marked the relationship of immigrants, many of these resulting in fights, injuries and deaths.

KEYWORDS: Immigration - City - Porto Alegre - Leisure - Tensions and sociability.

Imigrantes são quase sempre pessoas comuns que deixam poucos traços. Subtraídos os registros relacionados às políticas migratórias quando, por exemplo, são criadas colônias rurais, a maioria dos imigrantes, praticamente, desaparece nos desvãos das cidades, silenciando sobre as próprias vidas porque raramente escrevem de si. Cientistas sociais têm investigado as colônias do interior do Rio Grande do Sul, mas são quase inexistentes os estudos pertinentes às cidades, sobretudo sobre as formas de lazer desses europeus, que buscaram os núcleos urbanos gaúchos a partir das primeiras décadas do século XIX.

O objetivo principal do presente texto, portanto, é analisar algumas formas empregadas pelos imigrantes para viver o tempo disponível, com atenção à estrutura da sociedade no período e, por isso, levando em conta o pensamento de Corbin, quando aborda a questão dos diferentes tempos sociais e, em consequência, das diferentes formas de desfrutar o tempo livre, pois a indústria do divertimento, iniciada por volta de 1860, não alcança a sociedade em geral. O autor assinala a transformação ocorrida ao longo do século XIX, em cujo início o tempo do camponês, operário ou artesão era marcado pelo imprevisto e pela espontaneidade, sujeito à interrupção recreativa, ocupado por atividades sem planejamento. Esse tempo relativamente lento seria, pouco a pouco, substituído

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

pelo tempo calculado, organizado, pautado pela produtividade. Até que, nos meados do mesmo século, com a reorganização dos ritmos de trabalho, impôs-se uma nova distribuição dos tempos sociais. É quando surge uma indústria e uma cultura popular do divertimento cidadão. ¹

Conceituando o imigrante a partir de Devoto, podemos, de antemão, afirmar que muitas e variadas foram as formas de usar o tempo livre na cidade, de acordo com a posição do imigrante na estrutura social, e com a reduzida indústria do divertimento para esse imigrante na capital do Rio Grande do Sul. Considero o pensamento de Devoto que envolve na categoria *imigrante* “uma variedade de situações e ocupações e uma multiplicidade de motivos de imigração /.../, incluindo os exilados, refugiados, profissionais liberais, artistas, especialistas”. Esta concepção mais ampla ajuda “a perceber melhor a riqueza e a variedade do fenômeno”,² como também auxilia na percepção das diferentes formas de empregar o tempo livre.

No caso, os imigrantes são encontrados em Porto Alegre no período entre 1880 e 1914, quando ingressaram nos maiores contingentes e o grupo social esteve mais diversificado. Dada a escassez das fontes, busco reconstruir um cenário com as formas de lazer usuais no curso do século XIX; nelas procuro os estrangeiros que aparecem em notícias de jornais, em sociedades recreativas e desportivas, em arquivos policiais, na condição de testemunhas, réus ou vítimas.³ Busco igualmente dados em reduzida bibliografia, com destaque às publicações de relatos de viagem.

Aceleradas mudanças

O processo de urbanização no Rio Grande do Sul já havia se iniciado na primeira metade do século XIX e, no final do mesmo século, era evidente a ideia de cidade como estilo de vida. Porto Alegre encontrava-se em acelerado processo de transformação, marcado pela *modernidade*, com sua característica multiplicidade de grupos, a lembrar Bauman.⁴ A cidade, que apresentava ainda o aspecto das cidades luso-brasileiras, estava sendo atingida por influências diversas, inclusive nas formas de sociabilidade e lazer. Há muito ela deixara de ser a acomodada vila, onde o divertimento perpetuava costumes dos açorianos que, segundo o cronista Achylles, amavam “a música, a dança, as representações teatrais, as reuniões de máscaras, as loucuras do carnaval, as cavalcadas, as corridas de touros e as festas do Espírito Santo, as mais populares e gerais do arquipélago”.⁵ Foram essas as diversões compartilhadas por estrangeiros que foram, paulatinamente, chegando ao longo do século XIX.

No último quartel do mesmo século, o fenômeno da imigração italiana era recente no Rio Grande do Sul, enquanto a imigração alemã acontecia desde 1824, com a

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

fundação da colônia de São Leopoldo. Mas essa imigração italiana logo impressionaria pelos números: 75 mil pessoas entre 1882 e 1914.⁶ Ano após ano, o trânsito de imigrantes era intensificado e, entre 1882 e 1889, mais de 82% dos imigrantes ingressados na Província eram italianos.⁷

Pascale Corte, cônsul italiano em Porto Alegre nos primeiros anos da década de 1880, enviou relatório a Roma. Nele registra que há súditos do Reino da Itália representando todas as profissões, artes e ofícios nas cidades e, especialmente, na capital. Observa que os imigrantes poupam e que, sendo a “colônia” no Rio Grande equivalente à do Uruguai, no país vizinho, o Consulado gasta cinco vezes mais com repatriamentos, a demonstrar as boas condições que a Província oferecia aos estrangeiros.⁸

Os fluxos crescentes de imigração e a decorrente polifonia podem ser representados na amostra extraída de um processo que tramitou no Tribunal do Júri de Porto Alegre. Tudo começou com *imbroglio* na residência de Virgínia Nerone, em 1881. Carlo Rosa entrara sem bater, perguntando por “criada” que supunha ali prestar serviços; não obtendo informações, insultou a dona da casa. Encontrava-se naquela casa Valério Ferreira, que tomou as dores da ofendida e foi agredido com uma *mão-de-ferro*; caiu e teria sido novamente atacado, não fosse um eficiente apartador.⁹ Arrolaram-se seis testemunhas: Frederico Berger, Maria e Carlos Garnier, Carlos Staann, Antonio Zeferino da Rosa e Antonio Crivellaro. No processo aparecem apenas dois indivíduos brasileiros, naturais da Província; há um austríaco, um alemão, e a maioria é constituída por italianos: a dona da casa, o réu e a criada por quem procurava os vizinhos que acudiram o apartador Crivellaro. O réu era padeiro e proprietário de hospedaria, a moça Rosa era doméstica; Carlos Garnier, com 14 anos, e Crivellaro eram trabalhadores jornalheiros. Virgínia afirma viver de rendimentos próprios, mas está escrito que “recebe homens em casa e frequenta casas públicas”. Todos vivem nas imediações da Praça da Harmonia, região que concentra gente pobre e são representativos da condição dos estrangeiros que chegavam à cidade.

Esses imigrantes envolvidos distanciavam-se de outros grupos estrangeiros de referência, cuja presença era notada há mais tempo na cidade e cujas sociabilidades eram fundamentais porque, através delas, o imigrante ocupará espaços de trabalho, de moradia e de lazer. Tais espaços, portanto, eram compartilhados em redes sociais, fossem familiares ou de amizade, entendidas por Lomnitz como fundamentadas na solidariedade e na confiança¹⁰ No âmbito dessas sociabilidades, assinalava-se o lazer em atividades que o imigrante desenvolvia livremente, tais como passeios, jogos, frequência a espetáculos e a bailes, prática de esportes, reuniões em casa de parentes ou amigos.

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

O professor Coruja, em reminiscências publicadas no Rio de Janeiro, onde viveu desde 1837, recorda infância e juventude em Porto Alegre, sua cidade natal. Fornece informações sobre a vida porto-alegrense naquele período, como lembranças de bailes privados, candomblés, festas religiosas, teatro e carnavais com entrudo.

Por volta de 1850, tais possibilidades de divertimento não apresentavam ainda novidade, conforme aponta o soldado austríaco Joseph Hörmeyer. Este esclarece que casamentos e batizados eram festejados do mesmo modo entre brasileiros e alemães; que havia um teatro em construção e outro que funcionava num prédio em ruínas. Lamenta a inexistência de "teatros, soirées, círculos, cassinos ou harmonias". Afirma que, dentre as festas populares, as mais importantes eram o "Jogo do Entrudo" e festas religiosas em geral, admirando-se quando

/.../ o respectivo 'santo' é levado em procissão; pessoas mascaradas acompanham-no; são queimados fogos de artifício, tanto na véspera como no próprio dia da festa, não importando que, de dia claro e com sol luminoso, se estoure pólvora por uns 100 ou 1000 réis, sem ter-se outro prazer a não ser estouro e fumaça.¹¹

Sheakespeare chegou logo à cidade

A situação parece melhor ao olhar de Avé- Lallemand, oito anos depois. O viajante alemão encontrou "gente de raça loura perambulando", e escutou diferentes dialetos germânicos. Hospedou-se num hotel "germânico" e calculou cerca de três mil alemães numa cidade com vinte mil habitantes. Assistiu representação da peça *Sonho de uma noite de verão*, de Shakespeare, no *Teatro Alemão*, que descreve como casa modestíssima, sem lustres e iluminada por trinta velas, com espetáculo divertido também na plateia, constituída pelo seu "querido povo alemão de todas as categorias, /.../ famílias inteiras, pai, mãe e meia dúzia de queridas crianças, também pequeninas ainda de peito". Diz ainda que a plateia desfrutava o espetáculo, rindo e repetindo as "graças ditas no palco".¹²

O Theatro São Pedro estava sendo inaugurado em 1858, luxuoso para a pequena cidade, com reconhecida vocação teatral, pois desde 1804 nela funcionaram teatros. Mas é o *São Pedro* que oferece palco para os principais espetáculos - a bem da verdade caracterizados pelo ecletismo. Em 1869, por exemplo, a Companhia Candiani fazia sucesso, apresentando comédias musicais. Em 1880, o espetáculo era conduzido pelo Conde Patrizio, cujo principal número de mágica consistia no "canhãoço", como lembra Damasceno Ferreira. O autor acrescenta, também, que fizera enorme sucesso a Companhia Francesa de Ópera Cômica, de Félix Verneuil, e a Companhia de Operetas de Braga Júnior. Refere, ainda, companhias de revista,

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

como aquela “bem arranjada” de Elvira Concetta, lembrando o sucesso que fizeram na cidade atrizes como Rosa Villiot e Fanny, chamada a “Estátua de Carne”.¹³

Alfred Funke, que esteve em Porto Alegre no final do século XIX, admira-se porque as companhias de operetas e teatros de variedades não deixavam cadeiras vazias, ao contrário dos espetáculos operísticos. Comenta o circo-teatro que apresentava a luxuosa peça *A mulata*, “recheada de audaciosas alusões e piadas de mau gosto, de acordo com o gosto das massas”.¹⁴

Os espetáculos do *São Pedro*, considerados os melhores da cidade, recebiam críticas. Jonin, russo que conheceu Porto Alegre em 1885, visitou Dona De Suza, senhora carioca que dizia passar o verão na campanha, por não suportar a capital na estação, onde o teatro, ainda que instalado em prédio monumental, apresentava cantores de ópera que eram “simples imigrantes italianos, sapateiros e pedreiros”.¹⁵

Quanto à qualidade dos espetáculos encenados no *São Pedro*, a Princesa Isabel também fez delicadas críticas. Escreveu no seu diário, em 10 de janeiro de 1885:

Teatro muito bonito, com muita gente, mas música levada das breças. As únicas coisas que se podiam ouvir foram uma menina que tem disposição para a rabeca e um sueco (Stela) que toca igualmente rabeca e me pareceu ter talento. Sua rabeca tem bonito som, infelizmente não tocou só.”

Em 31 de janeiro, a Princesa registrava o concerto da Sociedade Filarmônica Porto-Alegrense, que não considerou de todo mau, com coro de boas vozes. O espetáculo musical realizou-se na Sociedade Bailante, “bem bonita”,¹⁶ localizada na velha Praça da Matriz, espaço nobre da cidade, cercado pelo Palácio do Governo, Igreja Matriz e Teatro.

Nos clubes, na rua, em casa

Quando o Theatro São Pedro foi inaugurado, a Sociedade Germânia, primeira do gênero, já funcionava há três anos. Aos poucos, bailes e festas nos clubes representaram novas formas de sociabilidade introduzidas pelos imigrantes alemães. Depois da *Germânia*, surgiu a *Leopoldina*, homenageando a imperatriz austríaca dos brasileiros; em 1903 era fundado o *Clube Juvenil*. Tornou-se comum, nas noites de sábado, foguetes anunciando bailes que iriam varar a noite, ou *kerbs* que passaram a fazer parte do calendário festivo porto-alegrense.

Em 1860, a *Germânia* ainda era a única do gênero. Reinhold Hensel escreveu que a instituição reunia todos os alemães que sentissem “necessidade de entretenimento e sociabilidade”, esclarecendo que no restaurante do clube havia gabinete de leitura, onde liam-se jornais em língua alemã.¹⁷ Logo foi construída a sede própria

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

que, conforme Wilhelm Lacmann, era “sede magnífica /.../, no saguão de entrada, estátuas de gesso alusivas à Germânia da Baixa Floresta”; o salão principal “adornado com um busto do imperador alemão”.¹⁸

Ernst Von Hesse-Wartegg observa que, entre os alemães, diferentes classes sociais organizaram-se em diferentes sociedades. Assim descreve uma representação dramática que assistiu na *Germânia*, no início do século XX:

Os atores, em geral amadores, desempenharam seus papéis de maneira brilhante, a plateia era composta por jovens e encantadoras moças, graciosas senhoras em elegantes trajes e senhores de aparência irrepreensível. Eu poderia imaginar-me participando de um baile na corte de algum príncipe, e a dança que se seguiu foi um verdadeiro baile de corte.¹⁹

Muitas dessas sociedades permaneceriam existindo: *Deutscher Turnerverein*, sociedade de ginástica, os clubes de remo Ruder Club Porto Alegre, Ruder Verein Germania, Ruder Verein Freundschaft, ainda que na guerra mudassem os nomes. Além de clubes desportivos, havia outros de categorias profissionais. Exemplo é o Clube dos Caixeiros Viajantes, “com o seu pequeno reservado só para drinks e decorado com humor”, como escreveu Alfred Funke, admirado que encontrara clubes alemães “de combatentes e cantores, ginastas e atiradores, ciclistas e remadores, evangélicos e católicos, trabalhadores e comerciantes”.²⁰ Foram os alemães, aliás, que introduziram o ciclismo, fundando a sociedade *Blitz*, com sede na rua Voluntários da Pátria. Também auxiliaram na divulgação do futebol, com o clube *Fuss Ball*, primeiro adversário do Grêmio Porto Alegrense.²¹

Na segunda metade do século XIX, o grupo italiano começara a crescer e diversificar-se. Em 1877 surgiu a Sociedade *Vittorio Emanuele II*, que permaneceu em atividade até a Segunda Guerra. Seus fundadores eram comerciantes, profissionais liberais, artistas e artesãos, conscientes de uma nacionalidade há pouco instituída. Várias outras sociedades foram sendo fundadas: *Umberto Primo*, *Principessa Elena de Montenegro* e *Società Giuseppe Mazzini*.²² Não é de admirar que Ranieri Venerosi publicasse relatório, em 1912, dando conta da existência de seis sociedades italianas em Porto Alegre.²³ Uma delas foi a *Canotieri Ducca Degli Abruzzi*, fundada em 1908 com 84 sócios, com o objetivo de desenvolver o remo.²⁴

Nas águas do Guaíba havia regatas, como também divertidos e perigosos banhos da gurizada, típica diversão informal. No final do verão de 1906, alguns colegiais banhavam-se perto do iate ancorado *São João*. Preso à ponte do barco encontrava-se um bote. O menino Hugo Berta, de 11 anos, aproximou-se a nado e tentou subir, quando recebeu uma pancada com pedaço de ferro, arremessado por tripulante. A vítima submergiu e foi salvo por colegas que testemunharam no

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

processo: Henrique Fuhrmeister, Ernesto Oderich e Carlos Kappert, todos com 13 anos e alunos do “Colégio São Raphael”.²⁵ A referência feita ao colégio, que funcionava na rua São Raphael desde 1896, chamado *Knabenschule des Deutschen Hilfsvereins*, era, no caso, nome deveras difícil, inclusive para o escrivão.

As formas de sociabilidades no âmbito doméstico eram lembradas porque predominantes, ainda que as fontes sobre elas sejam escassas. Nos registros policiais, porém, é possível conhecer detalhes de baile “em louvor de um batizado”, na casa de Hermenegildo Cossich, quando algumas pessoas divertiam-se dançando, em outubro de 1909 e um convidado disparou com arma de fogo, ferindo um dos presentes.²⁶

Jogo de bola, ou o tradicional *boccia*, foi transplantado para a cidade, reunindo italianos. Em um domingo de 1903, na casa do súdito italiano Matheo Ruatta, no Menino Deus, oito homens “entretinham-se em jogar a bola pelo sistema italiano”. Entre eles encontravam-se Luiz Fabris, Luigi Tessarolo, Luca Donato, José Barelli e Gabriel Riolfi, que iniciou troca de ofensas com seus contendores e recebeu, em resposta, golpe no rosto com a pesada bola de madeira.²⁷ Outra ocorrência policial bem mais grave ocorreu à rua Riachuelo, em terreno onde havia cancha de bocha e botequim. Resultou na morte de Leonardo Viafóra, vendedor de bilhetes de loteria, assassinado pelos seus paisanos Ferdinando e Pasqual Donato. Testemunharam o menor Giuseppe, de oito anos, Alessandro e seu filho Batista Curcio, Luiz Feraca, Francisco Carravita, Francisco Pirillo, Fortunato Mancuso.²⁸

Dentre as diversões informais, é possível perceber, nas fontes, que antigas tradições de origem foram preservadas. É o caso do *charivari* que se verificou quando Luiz Bertoni, italiano de idade avançada, casou-se com uma “viúva e velha”, em janeiro de 1908. O escrivão registrou: “Como é costume na Itália, sempre que um casal de velhos consorciavam-se, pessoas de suas relações vão no dia seguinte à casa dos recém casados afim de troteá-los com foguetes, rufos, etc.” Assim, José Balestrini, Triga Rigo, João Bordini, Ermenegildo Vescovi e Carlos Cressi reuniram-se à noite no botequim de Vicente Monteggia e foram à casa de Bertoni, onde chegaram batendo em latas de querosene e espocando foguetes. O noivo acordou e pediu aos manifestantes que parassem; seu filho Fausto iniciou uma briga, houve tiros e morreu Carlos Cressi.²⁹

Na frequência dos botequins, é possível inferir formas de diversão compartilhadas por imigrantes, em diferentes momentos de suas trajetórias na cidade.

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

Comida, bebida, música e jogo

Antes só havia casas-de-pasto, nos becos de má-fama, perto das docas. Foram apenas sete os taverneiros ao tempo do Prof. Coruja. Por volta de 1867, Karl André já registrava 19 bodegas e 10 cafés.³⁰ No início do período republicano o número crescera para 116 tavernas, 38 botequins, bares e restaurantes e 10 quiosques.³¹

Wilhelm Breitenbach, no início da década de 1880, ao deter-se no Mercado, encontrou “botequins para marinheiros, instalações de alemães que vendem cerveja.”³² Dos botequins de baixa categoria deu exemplo Alfred Funke, no final do século, lembrando do letreiro “Grande Casa Mundial”, em uma

/.../ espelunca onde havia um monte de charque, algumas réstias de cebola, um saco de feijão e alguns barris de cachaça. No ambiente sujo havia um negro esfarrapado no balcão, bebia um gole de cachaça e conversava com a portuguesa gorda e reluzente, que administrava essa casa mundial.³³

Provavelmente o estabelecimento mencionado ainda era melhor do que a “casa misteriosa” da Joana Piccola, onde se jogava o *bicho*, no Beco do Oitavo, zona de casebres que, à época, concentrava.

/.../ gente da pior espécie, mulheres da vida airada e sujeitos com má nota nas crônicas da polícia. Era uma colméia de vagabundos, gatunos, desordeiros, faquistas. Naqueles casebres moravam mulheres, soldados e jornalheiros em confusa convivência, por vezes pouco harmoniosas.³⁴

O jogo do bicho já perturbava as autoridades policiais em 1900, que produziam peças moralistas ao registrar as ocorrências: “O italiano Felice Liotti /.../, fascinado com a notícia dos lucros fabulosos que proporciona a rifa denominada jogo do bicho com seu indesejável cortejo de cinismo, mudou-se para esta capital e fez aquisição de uma banca”.³⁵

Outros locais visados pelas autoridades eram aqueles em que se jogava roleta e *lansquet*. Proprietário de banca, Luiz Monza foi autuado em janeiro de 1900:

/.../ sem profissão lícita alguma conhecida além da famosa tavalagem que possui /.../ estabeleceu outra banca aos fundos do Café Internacional, à rua da Praia, /.../ máscara que ainda hoje pretende esconder mais um desses repugnantes covis da mais funesta das depravações de que só tira fartos proveitos, ciente e consciente de toda a espécie de vergonhas e misérias que observa na família e na sociedade- a negra caterva de nefandos vadios e malandros tavoleiros.³⁶

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

Sobre esse local de tavadagem, Benvenuto Macario, 18 anos, solteiro, italiano, sabendo ler e escrever, prestou esclarecimentos na 2ª delegacia. Ao ser indagado, respondeu que era empregado no café há mais de cinco anos; que a tavadagem que ali funcionava pertencia a José Viale e Luiz Monza. Por fim, como último testemunho do inquérito policial, afirmou que Mauro Viale nada tinha a ver com o jogo que se realizava no fundo do estabelecimento de seu pai: café, confeitaria e bilhar.³⁷

Em alguns locais, além das apostas no *bicho*, jogavam-se cartas, em manifestação da ociosidade que era combatida. Assim, nos primeiros anos do século XX, o francês José Masson, de 27 anos, fogueira e alfabetizado, foi detido por vagabundagem, depois de percorrer algumas “bodegas” para jogar. O italiano José Jorge de 17 anos, solteiro, “jogador” e alfabetizado, foi preso quando vendia cartelas do *jogo do bicho*. Luiz Massul, italiano de Nice, 38 anos, solteiro e pintor, também acabou detido por que jogava.³⁸

Beber e jogar em casa de amigos eram formas de lazer que, às vezes, resultavam em ocorrências policiais. Na casa de Luiz Ferraro, quando um grupo bebia cerveja, os “súditos italianos” Nino Filippi e Pasqual Donato estranharam-se e brigaram com cadeiradas e facadas, testemunhadas pelos parceiros de jogo José Vicente Salatino e Rafael Grecco.³⁹

Nas tavernas onde se jogava, eram frequentes os conflitos por razões diversas. Houve briga com graves ferimentos, envolvendo grupo de brasileiros “pardos” e grupo de espanhóis, homens e mulheres, que gritavam “vivas” à Espanha e “morras” ao Brasil, na taverna de José da Costa, em janeiro de 1897.⁴⁰

As prisões por embriaguez, assim como aquelas decorrentes de brigas e agressões, contavam-se às centenas na virada para o século XX, quando os contingentes de imigrantes não cessavam de alcançar a cidade. Assim, Nicolau Scalzilli queixa-se porque, na festa religiosa da Glória, onde explorava a “corrida de cavalinhos”, em dezembro de 1908, foi agredido pelo cocheiro embriagado Francisco Lopes. Em janeiro do mesmo ano, Pedro Matiulli depôs contra João de Faveri, que matou Henrique Rappa, em briga envolvendo outros conterrâneos, dentre eles Augusto Melecchi e Raphael Camarota.⁴¹ Embriagado estava Praxedes da Silva quando agrediu com faca José Stefano, que jogava cartas junto com Miguel Kupplick e João Pedro Fernandes, na cocheira onde trabalhavam.⁴²

Bebidas havia por toda a parte, inclusive nos estabelecimentos de prestígio, quando frequentar a noite já era hábito cosmopolita. Nos melhores hotéis funcionavam restaurantes com cardápios e bebidas importadas. O cronista Achilles lembraria que o Hotel Siglo alcançou grande fama em determinado período “pela boa música

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

que ali se fazia à noite /.../ e também porque ali se hospedavam os integrantes das primeiras grandes companhias de ópera e de opereta que vieram à cidade.⁴³

Testemunho significativo deu o norte-americano Herbert Smith, que visitou Porto Alegre em 1881. Desembarcando, encontrou alemães por todos os cantos, hospedou-se em “um hotel alemão”, cujo dono, casado com uma linda mulher também alemã, recebeu-o como se fosse um velho amigo. Ele descreve a limpeza do hotel, elogia a ótima comida e a excelente cerveja ali servida, fabricada em Porto Alegre, tendo encontrado um único defeito: o nome francês do hotel: *Hotel Du Brésil*.⁴⁴

Fabricantes de cerveja foram mais de vinte durante a segunda metade do século XIX, como recorda Athos Damasceno. Muitos dos cervejeiros estabeleceram *chalets* para a venda dos seus produtos, como João Diehl, em 1879, na Rua Voluntários da Pátria; os *Chalets* do Bohrer e do Barth, respectivamente *Ao Pólo Sul* e *Ao Pólo Norte*, na Praça da Harmonia e na Praça da Matriz, ou ainda o *Chalet* do Mathias Hubber.⁴⁵

O mesmo autor salienta que ainda mais numerosos eram os *recreios*: *Campestre*, no Menino Deus desde 1867; *Ferro Carril*, *Rio Grandense*, *Recreio do Mabilde*; *Recreio Familiar*, desde 1894. O *Recreio dos Navegadores*, em Navegantes, oferecia orquestra aos domingos e, na Azenha, foi conhecido o *Recreio de Carlos Obst*, onde se jogava bolão, bebendo cerveja com cantoria. Mais tarde surgiu o *Recreio Harmonia*, junto ao Campo da Redenção, frequentado pela “fina flor da colônia alemã”, onde a cerveja era servida “/.../ em grandes copos de louça com tampas de metal, com retratos do Bismarck e do Imperador da Alemanha”.⁴⁶

Havia também recreios mais populares, como o *Lombardo*, no Partenon, onde foi morto o italiano Antonio Franceschi, numa noite de abril de 1897, depois de beber muita cerveja e aguardente em companhia de outros patrícios, fazer desordem e portar-se de forma inconveniente com a esposa de um dos frequentadores.⁴⁷

É sempre destacado o apreço dos porto-alegrenses pelos espetáculos musicais. Damasceno registra as muitas serenatas encontradas na cidade noturna, as bandas que abrilhantavam festas cívicas e religiosas, como aquela, famosa, regida pelo maestro Mendanha que, desde 1855, organizava concertos e retretas; ou ainda os pequenos grupos musicais, que animavam os bailes, com violão, violino e flauta e, mais tarde, com a gaita.⁴⁸

As bandas faziam a animação das ruas, como se pode inferir na notícia sobre a inauguração da banda do *Club Italiano*, composta por trinta figurantes, que percorreu, em passeata, o centro da cidade, em julho de 1890, atraindo “grande massa popular”.⁴⁹ Poucos dias depois o *Jornal do Commercio* publicou que o “belo

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

sexo” solicitava, insistentemente, ao governador do Estado, ordens para que alguma banda de música de um dos batalhões se apresentasse na Praça da Alfândega, como era costume às quartas-feiras e aos sábados; senhoras e cavalheiros estavam esperando em vão a retreta.⁵⁰

Uma cidade que se considerasse *moderna*, entretanto, não podia prescindir de cafés e de confeitarias, além dos restaurantes. No final do século, as confeitarias começaram a atrair as damas porto-alegrenses: Boêmia, Central, Confeitaria Nova. Mais tarde ficou muito conhecida a confeitaria do Schramm, que Otti Dietze frequentou como ponto de encontro.⁵¹ Nenhuma dessas casas, entretanto, seria mais prestigiada e chique do que a *Rocco*, inaugurada em 1912 e instalada em magnífico prédio de três pisos: verdadeiro cartão postal porto-alegrense.

Os cafés também se multiplicaram como centros de sociabilidade masculina. Em 1870 só havia o *Café da Fama* e Achylles registra que ali só comparecia quem “não prezasse a própria”.⁵² Já no final do século, famosos estabelecimentos atraíam vasta clientela: América, Roma, Guarany, Colombo, Marchetti.⁵³ O jornalista italiano Bucelli, descrevendo Porto Alegre em 1905, comenta os cafés existentes na Praça da Alfândega “mais ou menos bonitos, mais ou menos reluzentes de espelhos e mármore/.../, mas sempre pontos eleitos pela juventude.”⁵⁴

Certamente tais cafés não eram como aqueles botequins que Vittorio Alessandro visitou um a um, em março de 1896. Tripulante do vapor *Garibaldi*, que ligava Porto Alegre ao interior, ele envolveu-se em briga junto a amigos que foi encontrando pelo caminho dos botequins. Dessa briga resultou a morte dos italianos Augusto Deambri e Giovanni Bertoncelli, em uma verdadeira batalha campal, que contou com a forte participação de estrangeiros residentes na cidade: João de Favero, Pedro Angelo Gastaldoni, Arthur Zimmermann, Henrique Dupont, Albino Daherkord, Carlos Camacho e Horacio Schreiner.⁵⁵

Analisando os registros policiais do período, é possível verificar que os botequins não podiam ser associados à *selecta freguesia*. Neles ocorriam, com maior frequência, brigas mais ou menos violentas, como aquela protagonizada por italianos no botequim de Francisco Bloise, à rua Riachuelo, envolvendo outros paisanos: Paschoal Severino e Paschoal Maranghello, que feriu a faca Rocco Faillace.⁵⁶

Os quiosques, como os botequins, foram conhecidos pelos modestos frequentadores, que ali paravam para beber um trago, em plena rua e na praça, por excelência os espaços do lazer popular, onde se podia passear nas horas livres.

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

Festejando na rua

Os antigos largos deram origem às praças: Largo da Forca, da Alfândega, da Matriz, do Paraíso, que se transformaram na Praça da Harmonia, da Alfândega, da Matriz, Praça Quinze; espaços que mudavam de nome à medida que mudava o cenário político.

A Praça da Matriz sempre foi a mais imponente: sítio da igreja e dos governantes, cercada pelo Teatro e pela Bailante, espaço preferencial para festas religiosas e cívicas. Sobre a festa do Divino Espírito Santo, a mais antiga da cidade, o cronista José Cândido Gomes escreveu, em meados do século XIX: “nas casas não ficavam senão os papagaios e algum gato coxo; do senhor até o cozinheiro toda a família estava na praça”.⁵⁷

A tradicional quermesse é lembrada em diferentes momentos. Wilhelm Lacmann, em 1903, recorda a praça onde esteve por várias noites: iluminada com lâmpioes, enfeitada com guirlandas e bandeiras, com as tendas multicoloridas onde “damas da alta sociedade apareciam como vendedoras”; reclama porque, no fim da festa, houve queima de fogos, explicando que este era o costume de toda a comemoração, civil ou religiosa, no Brasil.⁵⁸ A mesma coisa havia dito Hörmeyer quanto às procissões, em 1850, acrescentando que as festas mais populares da cidade eram aquelas de igreja e o jogo do entrudo.

Dia de procissão continuou sendo, por muito tempo, dia de alvoroço, como recorda Damasceno Ferreira. Descrevendo a de *Corpus Christi*, que se iniciava pela manhã, depois da missa na Catedral, percorria o Centro, até retornar à Capela do Império, onde era encerrada a cerimônia. Dela participavam os alunos dos colégios e os internos nos asilos, as ordens religiosas e as irmandades, que desfilavam entre as pessoas que assistiam nas calçadas.⁵⁹

Completamente diferente da procissão de *Corpus Christi* era a Festa de Navegantes, com seu acentuado caráter popular. A primeira festa realizou-se no final de janeiro de 1871, com missa cantada, orquestra regida pelo Maestro Mendanha, procissão fluvial, *Te Deum* e queima de fogos.⁶⁰ Começou no Arraial do Menino Deus, depois foi transferida para o Arraial de Navegantes, junto à capelinha recém-construída. Desde então, no dia 1º de fevereiro, a imagem de Nossa Senhora era transportada para a igreja do Rosário, de onde retornava, por via fluvial, para a igreja de Nossa Senhora dos Navegantes. Achylles registra que, nos primeiros anos do século XX, “nos dois dias de festa, o movimento popular era formidável na Praça da Alfândega, ponto de bondes, e no cais do mercado, onde grande massa ia tomar o vapor para o arraial.”⁶¹

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

No meio da multidão festiva eram inevitáveis os conflitos, que interrompiam a alegria. Angelo Renoldi, italiano de 40 anos, sofreu agressão no dia 3 de fevereiro de 1898, ao retornar da festa no arraial de Navegantes, depois de ouvir as “mais difamantes e torpes injúrias de baixo calão”.⁶² Em 1906, Natale Castaguedi, ferreiro, achando-se na Praça Navegantes, em 02 de fevereiro, viu, entre a capela e o carrossel, Vincenzo d’Agosto, que passeava com uma mulher, a quem Colimério Barreto “bisnagou”. Vincenzo e Colimério atracaram-se em luta corporal, tendo este morrido em consequência de facadas.⁶³

Outra festa que alterava o ritmo da cidade era o Natal no Arraial do Menino Deus que, desde 1853, já possuía a sua igreja. Na véspera, à noitinha, bandas de música marchavam rumo ao templo, registrava-se um grande movimento, com tülburis, carroças, carretas, grupos de jovens bem montados, “e a arraia miúda com trouxas à cabeça e samburás atulhados de garrafas e fiambres.” Acchylles lembra, ainda, o presépio, o repique do sino, a Missa do Galo.⁶⁴

A antiga festa, com o presépio na velha tradição açoriana, foi sendo, assim, substituída. Como disse Damasceno Ferreira, os alemães, ao imigrarem para o Rio Grande, “trouxeram no fundo do baú, junto com a cerveja /.../ a sua *Weinachtsbaum*. O pinheirinho com velas coloridas, rodeado de caramelos e brinquedos”.⁶⁵

O tradicional Natal do Arraial do Menino Deus desapareceu, como o antigo carnaval do entrudo, que acontecia na terça-feira gorda e nos últimos três dias do carnaval, mesmo quando na Europa já se fazia o *corso*, com confetes e serpentinas, conforme narra Hörmeyer. Diz ainda o autor que, em Porto Alegre,

/.../ são atiradas bolas de cera do tamanho de uma pequena laranja nos passantes, enchidas com água-de-cheiro ou mesmo água do poço; esses (passantes) atiram de volta a mercadoria, o que leva, usualmente, ao ponto de que casas e quartos sejam invadidos e, por falta de munição de cera, se lance mão de baldes de água, molhando-se a valer.⁶⁶

Desde 1809, quando o poder público comemorou a Restauração em Portugal, já havia um carnaval oficial na cidade, festejado com o entrudo.⁶⁷ Muito famoso parece ter sido aquele entrudo patrocinado pelas *Senhoras Ángelas*, à Rua Nova, “que abriam suas portas de par em par para obsequiar os transeuntes com esguichos de seringa, quando não os levavam a tomar banhos de água fria nas grandes gamelas e bacias que tinham na sala”, conta o Prof. Coruja.⁶⁸

O entrudo era uma forma popular de manifestação que, como outras, passou a ser uma “diversidade incômoda”, na expressão de Lazzari. Contra essa diversidade

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

manifestavam-se “os defensores de um ‘Carnaval’ culto e sofisticado, portador de um significado único e superior, privilégio de uma elite selecionada”. Assim, em 1873, foram fundadas as sociedades carnavalescas *Venezianos e Esmeralda*, inspiradas no carnaval da Corte. Em 1880 a Sociedade Germânia já estava associada aos festejos de Momo, desfilando de quatro em quatro anos e, antes do final do século, outras sociedades teuto-alemãs estariam também no préstio alegórico: Gemmeinütiziger, Leopoldina, Turner-Bund, Ruder Club, como registrou Lazzari⁶⁹

Amand Goegg, em 1880, afirmava que o carnaval de Porto Alegre era o “mais espetacular de todo o Brasil /.../ e que os sócios da *Germânia* muito contribuíram /.../ com grandes e excelentes desfiles públicos, através de representações jocosas.” Esclarece ele que esta sociedade, assim como outras, realizava bailes de máscaras no Salão Roth, “extraordinariamente luxuoso”. Admirou-se, inclusive, com a apresentação de duas “sessões de capas” “à moda de Mogúncia e Colônia”.⁷⁰

Os salões de gala ou os desfiles com bandas de música, as ricas fantasias e carros alegóricos, os reis momos e as rainhas faziam parte de um carnaval que, para muitos, podia ser apenas visto. Athos Damasceno ironiza, escrevendo que “para a cafagestada, era o ‘maxixe’. Em barracões e em prédios desocupados, no centro e nos arrabaldes, os bailes públicos formigavam”.⁷¹

É fato, também, que, fora dos salões, as ruas se enchiam de gente, como na noite de 15 de fevereiro de 1908, quando alunos da Escola de Guerra acompanharam, à paisana, o cordão carnavalesco “Chove não molha”, em grande folia, até que entraram em uma casa à rua da Praia, onde funcionava o sindicato dos Operários Alfaiates, encontrando reunidos alguns rapazes que tratavam de fundar uma liga anti-militarista. Os invasores promoveram grande desordem, quebrando móveis, rasgando documentos, dando bengaladas e, por fim, atirando em Antonio Aguado e Adão Pesce, que estavam em companhia de Stefano e Adão Mikalski, Bibiano Bertoja, Jacob Conrado, Joaquim Hoffmeister e Afonso Breyer.⁷²

Na verdade, o carnaval popular de rua resistiu, como se vê em matéria do *Jornal do Commercio*, publicada em 1910, evidenciando contrariedade: “Até adiantada hora da noite, perambulavam pela cidade os sempiternos pulhas, os sujos de todos os anos, os infatigáveis grupos de *bahianas*, dominós desenxabidos de todos os tempos, os *Zé Pereiras*, tocadores de violão”.⁷³

As ruas e as praças continuavam sendo de todos, principalmente quando aconteciam procissões e festas, inclusive as cívicas. Nas comemorações do aniversário da Independência, em 1881, Hugo Zöller registrou que a maioria das lojas fecharam, cavalheiros foram “em completa *toilette*” cumprimentar o presidente

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

da Província; depois seguiram em cortejo ao *Te Deum*, sob o espocar dos foguetes, antes do baile promovido por oficiais da Guarda Nacional. Ao mesmo tempo, “a moçada da rua, à qual ninguém veda o direito aqui, formou fileira /.../ Uma antiga cantora da Ópera de Berlim, a Sra. Blume, cantou o hino nacional e /.../ seguiram-se os três vivas habituais”.⁷⁴

Já em novembro de 1898, comemorava-se a proclamação da República; Herrmann Meyer descreve os festejos nas ruas enfeitadas com bandeiras e lâmpadas, por onde passavam bandas de música. Observa que os “cafés encontravam-se abarrotados de gente, /.../ as damas elegantes acotovelavam-se /.../ no *trottoir*, indiferentes à correria e aos foguetes que explodem sobre e, por vezes, entre a multidão”. Na verdade, houve por dias seguidos uma sucessão de festas, começando com uma “bela regata” e com desfile da Brigada Militar, finalizando com bailes.⁷⁵

Refere-se o autor, certamente aos cafés da Praça da Alfândega, ponto de convergência popular e uma das principais praças da cidade. Era outro espaço de sociabilidade, sempre muito movimentado, concentrando quiosques e engraxates. Por ali passava gente que descia pela Ladeira, que subia do porto, que fazia o *footing* na Rua da Praia.

Quando Nicolau Dreys olhou a cidade, na década de 1820, encontrou na praça o edifício da Alfândega, com assentos em ambos os lados do prédio; afirmou ser ali possível fazer um passeio que possuía “seu merecimento para respirar-se a frescura das águas, nas belas noites de verão”.⁷⁶

Bem mais tarde, além dos inúmeros cafés, diante da praça estava o elegante *Hotel Brésil*, que hospedou Bernhard Schwarz, em 1900. Da sacada do seu apartamento, este viu “na sombra das palmeiras, várias pessoas ociosas (que) permaneciam sentadas nos bancos de madeira durante todo o dia, desde aristocráticos janotas brancos como também miseráveis proletários negros”.⁷⁷

Tão importante foi essa praça, que jovens romancistas usaram-na como cenário, em livro publicado em 1897: “Como era noite de retreta, uma banda de música tocava na Praça da Alfândega, em cuja alameda mal iluminada grupos de moças e rapazes passeavam, acotovelando-se”.⁷⁸

Tanto a Praça da Alfândega como a Quinze foram largos de quitanda que se transformaram em jardins na segunda metade do século XIX. A última foi cercada por gradil, com lago, pequenas pontes e grutas. Mas, mesmo aformoseada, “a gente que a frequentava traía-lhe, fora feira livre e conservava o perfume”.⁷⁹ Massimiliano Cesario, italiano, solteiro, jornalista e analfabeto, parece exemplo dessa gente que traía. Foi preso, em fevereiro de 1900, por tentativa de roubo naquela praça, suspeitando-se “com bom fundamento ser um dos batedores de

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

carteira” que ali atuavam.⁸⁰ Naquele mesmo espaço, seis anos depois, Francesco Arguisolo, natural de Milão, 29 anos, também foi preso por tentativa de furto.⁸¹

A proximidade com o cais e com o Mercado mantinha ali uma concentração popular. No largo fronteiro instalavam-se circos ou eram realizados bailes carnavalescos. Com a República, transformou-se na Praça Quinze de Novembro, já com um chafariz no centro e afastadas as carretas que no local faziam ponto. Foi quando construíram um famoso *chalet* que ali está até hoje.⁸²

A mesma Praça Quinze, mais tarde, junto aos abrigos dos bondes, continuou a ser frequentada pela “arraia miúda”, utilizando a expressão corrente, como ocorria com a Praça da Harmonia, antigo Largo da Forca. Achylles informa que a praça mudou de nome, por volta de 1858; foi ajardinada e murada à beira do Guaíba, muro que servia como banco; cercaram-na com grossas correntes presas a canhões confiscados nas guerras platinas. Tornou-se lugar de passeio, depois de recreio, quando instalaram o “skating rink”. A mania da patinação acabou e ali apareceu um botequim, longe de olhares indiscretos; virou então *rendez vous* noturno “e os bancos, onde outrora os poetas buscavam inspiração no Guaíba”, transformaram-se “em divãs de serralho ao ar livre /.../. Por isso, /.../ a Intendência decretou um dia a derrubada das velhas e grandes árvores”.⁸³

Outro espaço popular foi a Várzea, sucessivamente, chamada Campo do Bom Fim e Campo da Redenção, homenageando a libertação dos escravos na cidade, em 1884. Em 1935 transformou-se no Parque Farroupilha, festejando o centenário da dita Revolução. Foi ali que, em 1897, Eduard Reineck assistiu uma parada da Brigada Militar, com cerca de mil homens e com música, enquanto “explodiam os intermináveis foguetes” Foi, também, no Campo da Redenção que encontrou instalado um carrossel “muito simples que /.../ deveria servir de divertimento para jovens”.⁸⁴

Teria sido esse carrossel a denominada “tenda de cavallos mechanicos” cuja concessão pertencia, em 1898, ao italiano Ângelo Votto, de 30 anos, casado e alfabetizado? Pois Votto ocasionou ferimentos mortais em Américo Antonio da Silva, que o chamara de “gringo ladrão”, porque não teria devolvido o troco pelo pagamento de uma “corrida” nos tais “cavallos mechanicos”.⁸⁵

Mantendo algumas tradições, afirmava-se a cultura pública, que incluía novas formas de sociabilidade, e a construção de um novo estilo de vida, característico da virada para o século XX. A palavra “público” passou a significar também uma região da vida social, como ensina Sennet.⁸⁶ Além do mais, a iluminação favoreceu a segurança, “até que a multidão se sentisse em casa em plena rua também à

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Níncia Santoro de Constantino

noite".⁸⁷ E a Rua dos Andradas, eternamente chamada “Rua da Praia”, transformou-se por excelência no palco dessa “modernidade”.

Rua da Praia, já sem praia e sem rio.

Referindo-se à “Rua”, em 1971, Nilo Ruschel escreveu ter sido, dentre outras coisas, termômetro da opinião pública, coração da vida cidadina, confluência dos boatos, picadeiro de vaidades, escoadouro dos jornais e dos pasquins, reduto da mocidade. De rua com “liteiras conduzindo damas às compras e ginetes bem montados /.../ tornou-se, rua de multidões, /.../ estuário do *footing*, vitrina movediça da beleza feminina ao entardecer.”⁸⁸

Rua da Praia das manifestações políticas, como aquela de 1º de maio de 1897, quando desfilou um préstito em algazarra na *Festa dos Operários*, e que culminou com ferimentos em Henrique Brücker, que conclamava pedreiros, do alto de um andaime, a parar de trabalhar.⁸⁹

Balizada pela Praça da Harmonia, interrompida pela Praça da Alfândega, distanciando-se do Guaíba por sucessivos aterros, foi sempre a rua principal da cidade. Nas primeiras décadas do século XIX, era, sobretudo, uma rua de comércio. Saint-Hilaire reconheceu-a como “extremamente movimentada”, devido ao trânsito de pessoas a cavalo ou a pé. Já era então provida “de lojas muito bem instaladas, de vendas bem sortidas e de oficinas de várias profissões.”⁹⁰ Como a rua mais extensa e importante da cidade, viu-a Nicolau Dreys, admirado com as casas geralmente altas, “de estilo elegante e moderno, quase todas habitadas por negociantes”.⁹¹

Nas últimas décadas do mesmo século, Wilhelm Breitenbach encontrou-a como uma linda e larga rua, com lojas finas, modistas, joalherias, “os grandes magazines do vestuário, diversas alfaiatarias alemãs, chapelarias de alemães, duas livrarias brasileiras e duas alemãs, que também possuem tipografias, diversos hotéis”. Encanta-se com a rua nas noites de verão, bem iluminada e movimentada, as elegantes lojas abertas “com grandes espelhos como nas cidades europeias”.⁹²

Victor W. Esche também descreve a rua, visitada por ele na mesma década de 1880, sublinhando o passeio nas noites bonitas, quando as damas também faziam compras. Observa os tipos humanos que cruzam, estranhando suas diferentes cores, “desde o branco como a neve até o preto profundo /.../, a cantoria dos negros carregando fardos, as melodias monótonas dos músicos de rua italianos, a gritaria dos italianos que se encontram em todo lugar oferecendo bilhetes de loteria”. Uma rua na qual, em 1903, Wilhelm Lacmann encontra “negros de todos os matizes, luso-brasileiros, italianos e alemães /.../ rostos orientais /.../, explicando que a cidade já possuía comerciantes sírios, que até mesmo publicavam

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

um jornal em árabe.⁹³ Rua polifônica, bem diferente daquela dos meados do século, quando Hormeyer descreveu a *Malhação de Judas*, no sábado de Aleluia:

/.../ na Rua da Praia, de 20 em 20 metros, são fincadas árvores em cujos galhos são penduradas figuras de homens e mulheres nos mais diversos trajes [...] a um sinal dado, às doze horas do meio-dia, é posto fogo numa figura após outra[...] e é realmente divertido de se ver como, sob o júbilo gritante da população negra que enche as ruas, ora um chapéu de Panamá, ora uma coifa de uma vendedora de peixe, aqui uma bota de montar e lá uma anágua, estourarem no ar /..../ rostos de mulheres e moças /.../ enfeitam todas as janelas e balcões.⁹⁴

O jornalista Nivaldo Coaracy retornou à Porto Alegre em 1913. Escreveu que a cidade apresentava "progresso material", com modernos aspectos da vida; havia "maior requinte de hábitos", e uma "multiplicidade de casas de diversão, clubes novos, maior apuro nas confeitarias e restaurantes."⁹⁵ E a Rua da Praia era a vitrine da capital dos gaúchos, confluência da cidade, pela qual transitaram, na virada para o século XX, milhares de imigrantes. Muito trabalharam e desfrutavam dos seus cafés e botequins.⁹⁶ Promoveram manifestações, assistiram e fizeram o *footing* em diferentes tempos. Frequentaram a rua e as praças, fizeram da Rua da Praia o seu *boulevard*, apreciando as vitrines já iluminadas pela luz elétrica no início do século XX.

Às vésperas da Primeira Guerra, ao entardecer de 14 de março de 1914, aniversário do patrono da *Società Italiana di M. S. Vittorio Emanuele IIº*, os sócios desfilarão pela Rua da Praia, acompanhados pela banda do 10º Regimento. Dirigiam-se à sede, na Rua Sete de Setembro, certamente cansados, depois de um dia movimentado na chácara Mostardeiro, em *Moinhos de Vento*, com sorteios, tiro ao alvo, jogo de bocha.⁹⁷

Trabalharam, divertiram-se enquanto construíam uma identidade étnica, organizando comemorações relativas às pátrias de origem. Fizeram música, dançaram, participaram de festas cívicas, religiosas e populares. Desejaram ver a cidade e, depois, quiseram ser por ela vistos, como tantos outros imigrantes que, em Porto Alegre, numa grande variedade de situações e de ocupações, também introduziram novas sociabilidades e formas de lazer.

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

Notas e referências

- ¹ Alain CORBIN. *L'avènement des loisirs: 1850-1960*. Paris: Aubier; Roma: Laterza, 1995.
- ² Fernando DEVOTO. *Historia de La inmigración em La Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, pp.41-2.
- ³ Agradeço à estagiária Egiselda Charão pela pesquisa documental realizada nos arquivos porto-alegrenses.
- ⁴ Sigmunt BAUMAN. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.10
- ⁵ Achylles PORTO ALEGRE. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994, p. 11
- ⁶ Luís A. DE BONI e Rovílio COSTA. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: Universidade de Caxias/Correio Riograndense, 1984, p.68.
- ⁷ Franco CENNI. *Italianos no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.174.
- ⁸ Pascale CORTE. *Le colonie agricole italiane nella Provincia di Rio Grande del Sud nel Brasile all'esposizione Nazionale de Torino*. Montevideu: Nación, 1884. Biblioteca del Ministero degli Affari Esteri, Roma, p. 64
- ⁹ RS/PORTO ALEGRE. Arquivo Público do Rio Grande do Sul AHRS). Processo n. 1422. Tribunal do Juri. Maço 54.
- ¹⁰ Larissa Adler LOMNITZ. *Redes Sociais, cultura e poder*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009, p.19
- ¹¹ Joseph HÖRMEYER. *O Rio Grande do Sul de 1850*. P.Alegre: Luzzato/Eduni-Sul, 1986, pp.75-76
- ¹² Robert AVE-LALLEMANT. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, pp.159-60
- ¹³ Athos Damasceno FERREIRA. *Imagens sentimentais da cidade*. Porto Alegre: Globo, 1940, pp. 172-3
- ¹⁴ Valter Antonio NOAL FILHO; Sérgio da Costa FRANCO. *Os viajantes olham Porto Alegre: 1890-1941*. Santa Maria: Anatterra, 2004, p.89
- ¹⁵ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 223
- ¹⁶ Isabel Condessa D'EU. "Viagem ao Rio Grande do Sul". In: *Pesquisas*. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1957, p.77.
- ¹⁷ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p.145.
- ¹⁸ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 99.
- ¹⁹ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p.137.
- ²⁰ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p.88.
- ²¹ Entrevista com Sérgio da Costa Franco, a quem agradecemos sugestões.
- ²² Núncia Santoro de CONSTANTINO. *O Italiano da Esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. 2ª Ed. Porto Alegre: EST, 2008.
- ²³ Ranieri Venerosi PESCIOLINI. *Le colonie italiane nel Brasile Meridionale: stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*. Turim: Fratelli Bocca/Italica Gens, 1914, pp.149-50

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

-
- ²⁴ *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre, Globo; Roma, Ministero degli Affari Esteri, 1925. p. 462-467
- ²⁵ RS/Porto Alegre. AHRS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registros de ocorrência, Códice 11.
- ²⁶ RS/Porto Alegre. AHRS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registros de ocorrência, Códice 12
- ²⁷ RS/Porto Alegre. AHRS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registros de averiguação, Códice 10.
- ²⁸ RS/Porto Alegre. AHRS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registros de averiguação, Códice 10.
- ²⁹ RS/Porto Alegre. AHRS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registros de ocorrência, Códice 11
- ³⁰ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 148.
- ³¹ IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XXXIV, Rio de Janeiro, 1959, p. 68
- ³² NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 179.
- ³³ NOAL FILHO; FRANCO, 2004, p. 87.
- ³⁴ Achylles PORTO ALEGRE. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1994, pp. 69-70
- ³⁵ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência. Códice 08.
- ³⁶ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códice 08.
- ³⁷ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códice 08.
- ³⁸ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códices 17, 16
- ³⁹ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códice 11
- ⁴⁰ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códice 3.
- ⁴¹ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência. Códice 14.
- ⁴² RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência. Códice 11.
- ⁴³ PORTO ALEGRE, 1994, p. 46
- ⁴⁴ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1754-1890), p.190
- ⁴⁵ Athos DAMASCENO FERREIRA. *Colóquios com a minha cidade*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1974, pp.173-177
- ⁴⁶ FERREIRA. *Imagens sentimentais da cidade*. Porto Alegre: Globo, 1940, p.104
- ⁴⁷ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de averiguações, Códice 05
- ⁴⁸ FERREIRA, 1940, pp.130-131

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

-
- ⁴⁹ *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 07 de julho de 1890.
- ⁵⁰ *Jornal do Commercio*. Porto Alegre. 17 de julho de 1890.
- ⁵¹ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1890-1941), p.137.
- ⁵² A. PORTO ALEGRE. *Flores entre ruínas*. Porto Alegre: Wiedmann, 1920, p. 19.
- ⁵³ FERREIRA. *Colóquios com a minha cidade*, 1974: 79.
- ⁵⁴ Vittorio BUCELLI. *Um viaggio a Rio Grande Del Sud*. Milão: L. F. Pallestrini, 1906, p.79.
- ⁵⁵ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códice 01.
- ⁵⁶ RS/Porto Alegre. AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência, Códice 04.
- ⁵⁷ Apud Sérgio da Costa Franco. *A velha Porto Alegre*. Porto Alegre: EST; Canadá, 2008. p. 84.
- ⁵⁸ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1890-1941), p. 97.
- ⁵⁹ FERREIRA. *Imagens sentimentais da cidade*, 1940, pp.146-7.
- ⁶⁰ Henrique LICHT. *Nossa Senhora dos Navegantes: Porto Alegre, 1871-1995*. Porto Alegre: UE, 1996, p. 19
- ⁶¹ A. PORTO ALEGRE, 1994, p.84-85.
- ⁶² AHRGS. Fundo: Polícia de Porto Alegre. Registro de Ocorrências. Códice 05.
- ⁶³ AHRGS. Fundo: Polícia de Porto Alegre. Registro de Ocorrências. Códice 11.
- ⁶⁴ A. PORTO ALEGRE, 1994, p. 97-8.
- ⁶⁵ DAMASCENO, 1940, p.159
- ⁶⁶ HÖRMEYER, 1986, p.76
- ⁶⁷ FERREIRA, 1940, p.180
- ⁶⁸ Antônio Álvares Pereira CORUJA. *Antigualbas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: EU/Porto Alegre, 1996, p. 64
- ⁶⁹ Alexandre LAZZARI. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001, pp.29-31;161.
- ⁷⁰ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1754-1890), pp.175-6
- ⁷¹ FERREIRA, 1940, p. 184
- ⁷² AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência. Códice 11.
- ⁷³ Apud Alexandre LAZZARI, 2001, p.28
- ⁷⁴ NOAL FILHO; FRANCO (1754-1890), 2004, p. 200-2.
- ⁷⁵ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1890-1914), p.54-56.
- ⁷⁶ Nicolau DREYS. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961. p.100
- ⁷⁷ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1890-1941), p. 76.
- ⁷⁸ Mário TOTTA; Paulino AZURENHA; Souza LOBO. *Strychnina*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1997 p. 84
- ⁷⁹ FERREIRA, 1940, p.30
- ⁸⁰ AHRGS, Fundo Polícia de Porto Alegre- Registros de Ocorrência, Códice 17.
- ⁸¹ AHRGS, Fundo Polícia de Porto Alegre- Registros de Ocorrência, Códice 17.

Artigos

Nas horas vagas: Porto Alegre dos imigrantes (1880-1914)

Núncia Santoro de Constantino

-
- ⁸² Sérgio da Costa FRANCO. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992, pp. 342-45.
- ⁸³ A. PORTO ALEGRE, 1994, p. 35-6.
- ⁸⁴ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1890-1941), p.51-6.
- ⁸⁵ AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Registro de ocorrência policial. Códice 05
- ⁸⁶ Richard SENNET. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. S.Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.116-18.
- ⁸⁷ Walter BENJAMIN. Poesia y Capitalismo: Iluminaciones II. Madri: Taurus, 1964, p. 65-6
- ⁸⁸ Nilo RUSCHEL. *Rua da Praia*. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura: Editora da Cidade, 2009, p. 39.
- ⁸⁹ AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Livro de Registro de Ocorrência Policial, Códice 3.
- ⁹⁰ Auguste de SAINT-HILAIRE. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997, p.43.
- ⁹¹ Nicolau DREYS. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961, p.100.
- ⁹² NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1754-1890), p.183.
- ⁹³ NOAL FILHO; FRANCO, 2004 (1754-1890), p. 232; 7; 96.
- ⁹⁴ Joseph HÖRMEYER. 1986, p. 76
- ⁹⁵ Vivaldo COARACY. *Encontros com a vida: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962, p.144.
- ⁹⁶ CONSTANTINO. “Urbanização e Imigração: Porto Alegre na virada para o séculoXX- o esboço do cosmopolitismo”. In: María Cristina LONGINOTTI (org.) *El fin de siglo: El hombre y su tiempo*. Tomo II. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 1998.
- ⁹⁷ *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 17 de março de 1914.

Agrondec, Ladu, Bilal: os muitos nomes e faces da imigração na Europa narrados pelo jornalista italiano Fabrizio Gatti

*Adriana Marcolini*²

Resumo: Nesta entrevista o jornalista italiano Fabrizio Gatti fala sobre seu livro *Bilal. Il mio viaggio da infiltrato nel mercato dei nuovi schiavi* (Milano: Rizzoli, 2007), um relato comovente sobre a viagem do norte da África para a ilha de Lampedusa, na Sicília, sul da Itália, empreendida em péssimas e inacreditáveis condições pelos imigrantes africanos ansiosos por emigrar para a Europa. Durante quatro anos, com várias pausas, Gatti fez esta viagem ao lado dos imigrantes africanos e publicou uma série de reportagens na imprensa italiana. A fim de poder viajar com os imigrantes, às vezes ele se apresentava como pesquisador acadêmico, às vezes como professor ou jornalista – dependendo da situação. Esta entrevista foi concedida em Milão, em 2012, à pesquisadora Adriana Marcolini, da Universidade de São Paulo*, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Bilal – Fabrizio Gatti – Jornalismo literário - Diáspora africana - Imigração na Itália.

Abstract: In this interview Italian journalist Fabrizio Gatti talks about his book *Bilal. Il mio viaggio da infiltrato nel mercato dei nuovi schiavi* (Milano: Rizzoli, 2007), a touching account about the trip from northern Africa to Lampedusa island, in Sicily, southern Italy, taken in unbelievable bad conditions by African immigrants eager to emigrate to Europe. During four years, with several pauses in between, Gatti took this trip alongside African immigrants and published a series of news stories in the Italian press. In order to be able to travel with them, according to the situation sometimes he presented himself as an academic researcher, sometimes as a professor or as journalist. This interview was given in Milan, in 2012, to researcher Adriana Marcolini, from Universidade de São Paulo, Brazil.

KEY-WORDS: Bilal – Fabrizio Gatti - Literary journalism – African Diaspora - Immigration in Italy.

Introdução

Na entrevista que se segue, o jornalista italiano Fabrizio Gatti, autor do livro *Bilal. Il mio viaggio da infiltrato nel mercato dei nuovi schiavi*,³ conta sobre a ideia de narrar, em forma de romance, sua reportagem sobre a viagem dos imigrantes africanos que tentam chegar à ilha de Lampedusa, na Sicília, Itália. Ao longo de quatro anos, com intervalos para retornar ao seu trabalho regular de jornalista na Itália, Fabrizio Gatti percorreu a “rota dos escravos”, como é conhecida a viagem dos africanos que tentam emigrar, de qualquer forma, para a Europa, em busca de melhores condições de vida.

Bilal está estruturado em três partes. Na primeira, Gatti narra detalhadamente a rota que os africanos percorrem através do deserto, no norte da África, com vistas a tomar uma embarcação na Tunísia ou na Líbia e chegar à ilha de Lampedusa, na Itália. O trajeto passa por Bamako, no Mali; Niamey, na Argélia; e Agadez, no Níger, até chegar a Dirkou, também no Níger, onde os imigrantes costumam passar muitos dias ou até meses, esperando para poder prosseguir viagem. A partir de Dirkou o trajeto continua praticamente em linha reta até Trípoli, na Líbia.

Na segunda parte, o autor narra a experiência de viver no Centro de Acolhida de imigrantes aberto pelas autoridades italianas na ilha de Lampedusa. Há vários centros como este na Itália. Eles têm a função de manter presos os “candidatos a imigrantes” e posteriormente providenciar a sua deportação ou a autorização para que permaneçam no país (as autorizações costumam ser em caráter temporário, mas os beneficiados não costumam voltar para seu país natal e tornam-se irregulares). O jornalista e o grupo com o qual ele viajou foram levados para o centro de Lampedusa. Lá, sempre falando um inglês rudimentar, Gatti adotou a identidade de Bilal – um curdo iraquiano.

A terceira parte, por sua vez, é ambientada na zona rural da província da Puglia, no sul da Itália. Com uma economia agrícola, a região é conhecida por empregar muitos africanos nas colheitas, geralmente em condições precárias. Bilal se emprega na colheita de tomate, um dos ramos da agricultura local que mais explora os chamados imigrantes “clandestinos”. Nascido em 1966, Fabrizio Gatti trabalha atualmente na revista *L'Espresso*. O livro *Bilal* rendeu-lhe, em 2008, o prêmio jornalístico Tiziano Terzani, um dos mais importantes da Itália. Segue-se a entrevista, realizada em 24 de outubro de 2012, em Milão, Itália.

PERGUNTA: Para começar, poderia nos contar por que você escolheu ser jornalista?

RESPOSTA: Quando eu era menino queria ser piloto militar ou jornalista, mas em determinado momento me vi em uma encruzilhada. Queria ser piloto militar

porque cresci perto da pista de Monza, no norte da Itália, onde acontecem as corridas de Fórmula 1, e como as corridas eram para os ricos, os meninos ficavam fascinados pelos motores, pela velocidade. Percebi que, como não era de família rica, não poderia correr na Fórmula 1, mas havia uma alternativa: os voos militares. Daí nasceu uma paixão pelo voo, mas talvez fosse a mitificação da necessidade de ir embora. Depois, ao fazer uma reportagem para um jornalzinho da minha classe, peguei a bicicleta e fui para as margens do rio da cidadezinha onde eu morava. No mês anterior tinha acontecido uma enchente, e entrevistei o açougueiro sobre a inundação. Ao voltar, escrevi o texto e no dia seguinte a professora disse: “muito bom, você fez o trabalho do jornalista”. Pela primeira vez, associei a palavra jornalista com sair por aí, conhecer pessoas, não ficar fechado em casa; conhecer o mundo. Imaginei então que o trabalho do jornalista não fosse diferente daquele do piloto; um voa, o outro vai de um lugar para o outro. Mais tarde, fui estudar Geologia, mas não terminei; fiz o concurso para a Academia Aeronáutica e fui aprovado. Fiz, então, um estágio inicial. Uma manhã, lendo a página de cultura do *Corriere della Sera* havia uma reportagem do Luca Goldoni, um excelente enviado especial. Ele narrava os sobrevoos que fazia de balão sobre vilarejos longínquos; eram 11 da manhã, hora da pausa, e eu tomava um café no bar do quartel, em Pozzuoli, perto de Nápoles. Então disse para mim mesmo: “quero fazer isto na vida, não quero ser o senhor sim”. Além do mais, começava a me pesar o fato de que, no fundo, éramos... Vou usar um termo forte: éramos assassinos especializados, porque você aprende a pilotar para atirar, e não conseguia aceitar isso. Então achei que aquilo não era para mim e resolvi tentar o outro caminho, que afinal me trouxe muita satisfação. Meu primeiro trabalho como jornalista foi no *Il Giornale*, na época dirigido por Indro Montanelli, uma grande figura do jornalismo italiano. Trabalhei três anos lá.

PERGUNTA: Quais foram as principais reportagens de campo antes de publicar *Bilal*?

RESPOSTA: Uma delas foi a minha primeira travessia do Saara, em outubro e novembro de 2003, publicada no jornal *Corriere della Sera*, de Milão, onde eu trabalhava. Durou um mês e meio e ficou dentro de mim porque foi o impacto direto com o fluxo migratório para a Europa. Esta viagem requereu uma longa preparação, inclusive porque não havia informações e grande parte do trabalho de campo ainda estava por ser descoberto, e não era possível programar com antecedência. A segunda foi sobre o Centro de Acolhida da ilha de Lampedusa, na Sicília, que fiz em 2005 para a revista semanal *L'Espresso*. Pela intensidade, e também por precisar ficar preso com tantas pessoas, mesmo sem ter cometido nenhum crime. Fiquei fechado oito dias: a partir do momento em que fui resgatado do mar até receber o documento de expulsão. Fomos soltos porque haviam

chegado outras pessoas, com a obrigação de deixar a Itália no prazo de cinco dias. O Centro tinha 196 lugares e éramos 1.200. Isso dá uma ideia de como era a situação. Sobre as dificuldades do trabalho não saberia dizer qual foi a mais difícil, mas creio que talvez tenha sido a de Lampedusa, por toda a série de variáveis em jogo. Conseguir passar incólume pelos controles da polícia foi um feito, pois alguns anos antes eu tinha feito uma cobertura na qual as minhas impressões digitais ficaram registradas como romeno pelo Eurodac, o sistema de cadastro das impressões digitais da União Europeia. Eu temia que isso pudesse fazer vir à tona a minha verdadeira identidade. Portanto, houve uma série de coincidências nas quais eu memetae creio que talvez aquilo tenha sido o mais difícil. Dessas reportagens nasceu a exigência de continuar aquele percurso descritivo que mais tarde se tornou o livro. Mas o trabalho nasceu como uma necessidade, na qualidade de jornalista, de contar o percurso dos imigrantes africanos para a Europa.

PERGUNTA: Foi no Centro de Acolhida de Lampedusa que você escolheu o nome de Bilal?

RESPOSTA: O primeiro nome que usei nas minhas reportagens de campo sobre a imigração foi Agrondec, na Suíça, como um cidadão de Kosovo, em 1999. Era o período em que Milosevic tinha começado a limpeza étnica em Kosovo; muitas pessoas fugiam para a Albânia e desembarcavam na Itália, de onde tentavam de chegar à Suíça ou à Alemanha. Nesse meio tempo, a pedido da União Europeia, foram abertos na Itália os Centros de Acolhida para os imigrantes indocumentados. Foi instituída a detenção administrativa, uma medida que não respeita a Constituição italiana e também a de muitos países europeus. Os veículos de imprensa e as associações não tinham acesso a esses centros, portanto não havia transparência. Eu achava que, onde a censura existe, a primeira coisa a ser feita é contorná-la. Então, em 2000, ingressei no Centro de Identificação e Expulsão de imigrantes de Milão com o nome de Roman Ladu. Roman é um sobrenome típico do Vêneto (norte da Itália), já Ladu parece romeno, mas na realidade encontrei-o na lista telefônica da cidade de Nuoro, na Sardenha, onde muitos sobrenomes terminam com a letra “u”. O som parecia romeno; era um pequeno capricho pessoal para fazer entender que, em geral, o julgamento que se faz da proveniência das pessoas é feito com base na aparência. Assim, entrei no Centro com dois sobrenomes estritamente italianos. Bilal era o nome.

PERGUNTA: Isso já fazia parte da reportagem para o livro *Bilal*?

RESPOSTA: As coisas começaram bem antes. Como jornalista, eu cobria temas policiais, crimes, máfia, tráfico de drogas, particularmente em Milão. Notei que havia acontecido uma transformação no território, ou seja, os grupos criminais italianos passavam para os estrangeiros o trabalho de venda de drogas nas ruas.

Dessa forma evitavam o risco de serem presos. Nós jornalistas só falávamos de imigração quando um imigrante era preso, e passávamos uma imagem errada da imigração, porque os leitores acabavam achando que os imigrantes estivessem aqui apenas para vender droga. Em minha opinião, não se dava bastante espaço à figura dos imigrantes no mundo da economia, onde não tinha nenhum direito, levando em conta o que os italianos haviam suportado no passado. E não só isso: venho de uma família de migrantes, porque minha mãe migrou dentro da Itália; tenho tios que foram para outros países; um deles está na África do Sul; meu bisavô emigrou para o Brasil no final do século XIX, mas voltou em 1903, depois que seu projeto emigratório faliu. Contar esse fenômeno era uma necessidade minha. Foi um pouco como subir novamente a nascente de um rio, ou seja, eu tinha feito o primeiro trabalho e notei algo: como jornalista, queria contar a dureza da imigração. Nesse meio tempo foram muito importantes as experiências de trabalho que tive na África do Sul, no momento da transição do *apartheid* para as eleições. Passei uma semana com Nelson Mandela no início da campanha eleitoral e esta experiência foi muito importante para a minha formação. Pensava, portanto, que como jornalista eu deveria contar a imigração. Por um lado, como um dever cívico, pois um jornalista deve tentar não deformar a realidade; por outro, do ponto de vista do jornalista que relata coisas que ninguém relata. Eu sabia que ninguém estava contando o que acontecia no campo da imigração. Além de ser uma área de que eu gostava muito, também havia a necessidade de contar, já que ninguém o fazia. Comecei a entender que, por vários motivos, as entrevistas não eram mais suficientes: eu podia entrevistar os imigrantes, fazendo as perguntas de praxe, isto é, “como você chegou, por que foi embora”, e o fiz muitas vezes. Mas acontecia o seguinte: a entrevista era publicada na última página das notícias locais, porque não havia interesse; fora isso eu me sentia uma espécie de *voyeur*, porque sabia que as viagens eram muito difíceis (na época eram os albaneses que chegavam em massa à Itália) e tentava entrar no íntimo da pessoa para que ela me contasse suas piores experiências. É claro que uma pessoa comum se fecha em relação às experiências ruins, não quer falar, a não ser se for um jornalista. Posso dar um exemplo dramático. Quando no ano 2000, pela segunda vez, fingi ser um imigrante irregular; justamente Roman Ladu, fui levado para a delegacia e apanhei dos policiais. Eles me enfiaram o dedo no ânus, sem nenhum motivo. Eu, como jornalista, conto isto, porque tenho o dever de narrar o que acontece, mas para uma pessoa comum pode ser um fato muito incômodo. As pessoas que são vítimas da violência não gostam de falar sobre o que passaram. Eu sabia que para conseguir espaço nas páginas deveria oferecer alguma coisa mais forte, mas o meu entrevistado não queria falar, então percebi que, de certa forma, eu estava abusando daquela pessoa. A essa altura percebi que eu mesmo deveria mergulhar lá dentro.

A primeira experiência foi em 1998, aqui em Milão; fui morar uns dez dias com peões de obra albaneses, em um aglomerado de barracas, ou seja, em uma pequena favela onde moravam algumas centenas de pessoas, que depois batizamos de *Nova Scutari* porque muitos eram da cidade de Scutari. Quando vou contar essa experiência em duas páginas no jornal *Corriere della Sera*, o chefe me diz: “Vamos inserir que você dormiu ali, que você morou ali, porque isso faz diferença.” Mas eu, fiel ao tipo de jornalismo inglês, no qual o jornalista nunca deve aparecer, respondi: “Não, eu conto o que acontece, mas não quero aparecer.” E assim foi feito. O resultado foi paradoxal, porque os leitores escreviam e telefonavam impressionados com aquele trabalho, porque falava de uma extrema pobreza; à noite era preciso andar três quilômetros para buscar água. Lembro-me de uma reportagem de Ryszard Kapuscinski, um grande jornalista polonês, em que ele falava de Luanda e descrevia que os habitantes mais pobres de Luanda caminhavam um quilômetro e meio todas as noites para buscar água. Aqui estávamos numa situação até pior, com as pessoas vivendo em barracas, se dividindo em grupos de duas ou três pessoas no máximo para não serem paradas pela polícia, que continuava a controlá-los. Os vizinhos não deixavam que elas pegassem água do jardim deles, enfim, esta era a situação. Os leitores, porém, escreviam ou ligavam e diziam: “Bom relato, mas sabe-se lá se é tudo verdade... Como o senhor ficou sabendo de todas essas coisas?”

De repente me dei conta de que se eu não dizia que tinha estado lá dentro; o conteúdo da linguagem, as imagens e as emoções eram tão fortes que o leitor acabava não acreditando. Por um lado ele tinha uma espécie de autodefesa e dizia “é uma história que contaram para ele, imagine se lhe contaram a verdade, esse jornalista é um bobo que caiu no papo deles”. Alguns leitores, mais inteligentes, perguntavam “desculpe, mas como o senhor confirmou essas coisas?”. Eu respondia que havia morado com eles por dez dias, e eles diziam “puxa, realmente, incrível!”. Esse aspecto deixava o leitor impressionado, então percebi mais ainda que se eu quisesse contar a imigração, deveria em primeiro lugar atirar-me, mergulhar, inclusive no fluxo migratório em si, e em segundo lugar, dizer que eu estava presente. De fato, no trabalho que fiz em 1999 na Suíça com os kosovares, escrevo apenas: “Foram presos 13 kosovares - uma família - a mãe, o pai, seis filhos, uma prima com cinco filhos, e havia um jornalista incógnito: eu.” Eu afirmava só isto e depois não falava mais de mim, mas dizia que estava presente. Essa reportagem foi publicada na primeira página do *Corriere della Sera*. Não era mais uma entrevista com os imigrantes que contavam sobre a viagem deles, não; ali havia duas notícias: a história dos imigrantes, dramática, os maus tratos, as crianças fechadas em celas, mas também a história de um jornalista infiltrado que se tornava uma espécie de selo de autenticidade do trabalho. Considero que não seja necessário escrever sempre “eu fiz, eu vi”, e assim por diante. É suficiente dizer

“eu estava”. Ponto. Tanto é verdade que um ano depois, com o nome de Roman Ladu, quando fiz uma reportagem sobre o centro de detenção de Milão, que após a publicação do artigo foi fechado, digo mais ou menos a mesma coisa, isto é, que havia um jornalista incógnito, eu, com o nome de Roman Ladu, escolhido por tal e tal motivo. Ponto. Depois uso sempre a terceira pessoa e escrevo que Roman Ladu foi detido pela polícia, e assim por diante. Adoto essa técnica porque me incomoda muito dizer “eu estive, eu fiz, eu”, e assim por diante. O “eu jornalístico” não deveria existir, também penso que não deveria necessariamente existir nos livros, embora os livros tenham outra linguagem e sejam algo muito diferente. Isso foi no ano 2000.

Em 2002 começaram os desembarques massivos da África, e os imigrantes começaram a chegar a Lampedusa. Primeiro o fluxo vinha do Leste e os desembarques eram da Albânia; depois explodiu o fluxo da África, por uma razão básica: a Líbia já estava repleta de imigrantes; em 2000 houve confrontos com centenas de mortos, encobertos pelo regime, e naquele período a Líbia estava enfrentando uma crise, mas também porque Ghedaffi havia rompido com a Liga Árabe e tinha se voltado aos países africanos dizendo “sou o vosso líder” e conclamado os cidadãos líbios a se casarem com africanos negros. A Líbia era muito racista. Tenho amigos líbios de pele escura que, por esse motivo, quando iam para Trípoli eram presos pela polícia porque acreditavam que o passaporte deles fosse falso, dizendo-lhes que na Líbia não existem negros. Eles respondiam, “mas eu sou do sul da Líbia e nós temos a pele assim”. Esta era a realidade. O conjunto formado pela crise econômica, pela violência e por um fluxo excessivo de imigração para a Líbia levou à viagem para a Europa. Porém antesessa viagem partia da Tunísia. Em 2003, os governos da Alemanha e da Itália pensaram em pressionar o governo da Tunísia para que não deixasse ninguém mais partir. Na Tunísia o governo disse “muito bem, ninguém mais vai partir”. E o que fizeram os traficantes tunisianos? Levaram os barcos para a Líbia, onde estava a demanda.

Depois disso resolvi fazer a viagem. Dei-me conta de que, por vários motivos, deveria fazê-la. O primeiro motivo era íntimo, meu, para percorrer novamente aquela sensação da partida que, eu, quando menino, tinha vivido, e tinha vivido em dois aspectos especiais. Era meu tio que estava na África do Sul, que só fui conhecer quando tinha quinze anos, e que de vez em quando aparecia, ou ao telefone, ou com uma carta, ou era uma entidade no mapa, quando os meus pais me mostravam a África do Sul. O outro aspecto forte foi o terremoto no Friuli (norte da Itália), em 1976, fortíssimo. Durante vários dias não havia nenhum tipo de comunicação e boa parte da família da minha mãe, onde nós íamos passar as férias todos os anos, estava lá, e nós não podíamos nos comunicar com eles. Recordo o drama que houve na minha casa pelo fato de não haver notícias; ainda

bem que ninguém ficou ferido. Era como o sinal de um afastamento extremo; vivi aquilo como se houvesse uma distância extrema entre nós. Era a impossibilidade de poder ter informações em um momento trágico como aquele. Existe um conto muito bonito de Dino Buzzatti, intitulado *I sette messaggeri*, que narra sobre um rei que manda o exército para começar a ampliar as fronteiras. O primeiro mensageiro volta e diz até onde a fronteira chegou. O rei envia o segundo, ele vai e volta; o terceiro; o quarto; o quinto; o sexto, todos vão e voltam; até que, quando o sétimo vai, a fronteira está tão ampliada que ele não volta mais. Quando li aquele conto eu me sentia um pouco assim [risos], mas agora me dá vontade de rir pensar que daqui de Milão até o Friuli a comunicação não fosse possível, mas nas situações de tragédia isso acontece. Dá vontade de rir só de pensar que uma mudança dentro do país, do Friuli para Milão, quase como uma migração – hoje seria chamada mobilidade interna. Nos Estados Unidos não se chamam migrantes aqueles que vão do Arkansas para Nova York a fim de trabalhar e estudar; isto se chama mobilidade interna. Alguns Estados até solicitam. No entanto, quando não existe comunicação, a distância aumenta. Então, isto era um estímulo pessoal de viver aquilo. Outro estímulo era a necessidade jornalística da força da narração. De alguma forma eu sentia muito a competição com a imagem televisiva, porque a TV levava vantagem em tudo. Contar um fato com a câmera chamava muito mais a atenção do que com a palavra escrita. Mas eu tinha alguma coisa a mais; eu podia conseguir entrar lá dentro, mas um repórter com a câmera de TV não entra. Com isso reforço a palavra escrita, e com a força da palavra escrita você não vai para a quarta página; vai para a primeira. Também havia um aspecto de caráter cívico: nós, na Itália, e em boa parte da Europa, tínhamos espoliado, despersonalizado o imigrante, conferindo-lhe o termo de clandestino. A despersonalização é um fenômeno que acontece frequentemente antes de uma guerra; na Iugoslávia a diferença étnica antes não existia; na escola estavam todos na mesma classe: um aluno tinha um sobrenome que parecia muçulmano, o outro ortodoxo, o outro cristão; depois houve a guerra, mas antes daquela guerra começou um processo de despersonalização e assim, na sala de aula, o vizinho de carteira com um sobrenome de origem bósnia se tornava bósnio e não mais iugoslavo, depois se tornava muçulmano, em seguida adversário, e mais adiante inimigo, e vice-versa. Como a xenofobia na Itália, e também na Europa, tinha necessidade de se alimentar com o consenso, se eles tivessem contado como as coisas estavam realmente não teriam obtido aquele consenso. Assim sendo, os xenófobos criaram o medo ao estrangeiro, aproveitando-se dos casos de polícia: sem dúvida, é muito mais fácil criar o medo, e se apresentar como solução àquele medo, que depois é alimentado e continua, ao invés de propor projetos para o país, e realizá-los.

Foi isto o que aconteceu na Itália durante 15 anos, com o ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi. Ele explorou isto quando se uniu ao partido Liga Norte. Para

fazer isto, foi preciso tomar providências que deviam ser fortes e severas. Os imigrantes em situação irregular, por exemplo, eram restituídos a uma ditadura na Líbia. As barreiras criadas para eles eram tão fortes a ponto de não haver socorro caso as embarcações que os transportavam estivessem à deriva no mar. Se alguém morresse, não deveríamos nos sentir culpados, pois no fundo a culpa era deles. Portanto, em tudo isso há uma transformação da linguagem. No noticiário, em geral, quando acontece um acidente de proporções médias, fala-se das pessoas mortas citando o nome e o sobrenome; seja qual for o tipo de acidente – de carro, de avião, não importa. Porém, quando aconteciam acidentes com os imigrantes falava-se de clandestinos fornecendo o número: por exemplo, 200 clandestinos.

Como jornalista, eu percebia tudo isso, mas ainda não imaginava um livro. Eu queria fazer o percurso da viagem, mas o livro seria uma espécie de luxo que, eventualmente, eu me permitiria depois. Queria fazer o percurso para contá-lo como jornalista, portanto, com várias etapas e reportagens. Como jornalista, sentia a necessidade de restituir personalidade aos clandestinos, fornecendo o nome deles, a idade, a história, a proveniência. Ao realizar a minha pesquisa, aquela pergunta que desde menino eu me fazia, “quando os meus parentes se deram conta de que o lugar onde nasceram não pertencia mais ao futuro deles?”. Trata-se de uma passagem fundamental que estimula a emigração. Depois notei que são dois momentos: um é mental e o outro é físico. É como se a mente nem sempre possa ter os recursos para mudar o corpo de lugar; é como se a mente levantasse o corpo como uma mala, com base na sua capacidade de realização. Muitas vezes não consegue mais, e aí entra a decepção, inclusive depois de ter chegado ao destino, o que pode levar até à dependência de drogas ou ao alcoolismo, que são formas de distúrbio. Eu achava que tudo isso precisava ser contado com nome e sobrenome, para mostrar o que acontecia. Quando comecei a entender que o meu percurso podia render um livro, pensei no aspecto econômico, isto é, se eu tivesse pedido a um editor, “você pode me financiar quatro anos de trabalho para poder fazer várias viagens durante quatro anos?”, talvez não tivesse encontrado nenhum que concordasse. Inclusive porque eu tinha outro trabalho, e isso significava interromper. Mas a sorte é que pude me fazer valer do meu trabalho, e também do financiamento que ele me proporciona, inclusive por meio dos editores que financiaram a minha viagem para trabalhar quatro anos na rota dos imigrantes; partir, ficar fora tanto tempo, para voltar mais tarde. Um quarto do trabalho de reportagem foi realizado quando eu estava no *Corriere della Sera* e três quartos quando eu trabalhava para a revista *L'Espresso*. Comecei a fazer o percurso da viagem em 1998, mas o que está narrado em Bilal começa em 2003 e termina em 2007. Fiquei no *Corriere della Sera* até setembro de 2004; depois me transferi para a *L'Espresso*. Por isso a reportagem continuou na revista, uma vez que grande parte

do conteúdo do livro é composto por reportagens que eu havia feito para a *L'Espresso*.

PERGUNTA: Como surgiu a ideia de fazer as reportagens?

RESPOSTA: No início da viagem que, com intervalos, levaria quatro anos, houve um naufrágio próximo à ilha de Kerkena, na Tunísia, com 240 mortos. Naquele dia o diretor do jornal *Corriere della Sera* me ligou perguntando se havia uma maneira de contar aquilo de uma forma diferente daquela que todos os jornais estavam fazendo. Eu respondi: “O que ninguém jamais contou não são os embarques e desembarques, mas é a resposta à pergunta ‘por que eles não fazem o caminho de volta?’” E disse a ele: “Eu digo o motivo: Porque atrás deles está o deserto e lá dentro deve realmente existir o inferno; além disso, voltar não significa apenas voltar fisicamente; também significa retroceder o próprio projeto, o projeto da emigração, e isto é uma desonra.” Tudo isso tornava necessário contar com uma narrativa, para poder entrar nas pessoas.

PERGUNTA: Então você enviou várias reportagens quando estava em viagem?

RESPOSTA: Sim. Não viajei quatro anos seguidos; a viagem teve várias etapas. Muitas vezes o itinerário era na Itália, portanto houve uma investigação de campo mesclada com reportagens, que continuou ao longo de quatro anos. Após a publicação da reportagem sobre a viagem no deserto em cinco episódios, no *Corriere della Sera*, na qual percorri desde os locais de origem dos imigrantes até o litoral, a editora Rizzoli, que publica o jornal, me perguntou se eu estaria disposto a escrever sobre aquela experiência em um livro. Respondi que ainda não estava, porque tinha em mente fazer o percurso inteiro, ou seja, chegar até à Itália. Não queria desperdiçar aquela experiência. E assim começou a necessidade jornalística de realmente fazer o percurso inteiro da viagem. Depois, à medida que eu juntava as experiências, as histórias e as sensações, nasceu a necessidade de não deixar perder tudo aquilo, porque a reportagem contém pouco em relação à experiência de uma viagem daquele tipo. E assim também amadureceu a vontade de escrever um livro. Considerei ter concluído o meu trabalho ao ter feito a viagem de ida, o desembarque, a exploração do imigrante nas plantações de tomate e na economia, e depois o retorno das pessoas expulsas. Naquela altura a experiência que poderia ser completa estava bem viva dentro de mim. Eu havia terminado a reportagem e ela foi publicada imediatamente depois, mas ainda havia muito material para contar.

Diante da vontade e da necessidade de escrever um livro, coloquei-me uma questão em relação à linguagem. Essencialmente de linguagem, algo além do conteúdo. Era o seguinte: eu tinha várias escolhas em relação ao formato do livro. Poderia, por exemplo, fazer uma coletânea das reportagens publicadas, mas o

resultado seria fraco e descartei a ideia; escrever um ensaio social e econômico, ou antropológico, mas não sou acadêmico, e tampouco tenho essa pretensão, portanto também descartei essa possibilidade; também poderia publicar um diário de viagem escasso, com os meus apontamentos, mas isso também me parecia pobre. Assim, cheguei à conclusão de que deveria tomar emprestada a linguagem da narrativa, que permite aprofundar muito mais a alma humana e não é apenas a descrição do que acontece, inserindo também um pouco de presunção, porque não me considero um escritor, e não sou. Eu tinha certeza de que a linguagem narrativa permitisse ao leitor não só saber o que aquelas pessoas faziam e o que acontecia, mas também lhe permitiria saber quem são os protagonistas daquela viagem, e se identificar com eles, criando aquele aspecto de identificação humana, que poderia ser o grande sucesso do trabalho. Isto porque estávamos e, em parte, ainda estamos diante de um mundo externo que rompe a ligação humana entre nós e os migrantes, tanto é verdade que os chamávamos de clandestinos, e se eles morressem, era problema deles, afinal foram eles que escolheram fazer a viagem. Então, quando os leitores começaram a escrever “entrei naquela viagem; era como se eu a tivesse feito”, ou quando alguém me dizia que não conseguia seguir adiante na leitura porque a realidade era difícil demais, talvez se eu fosse um escritor, teria me preocupado, mas como jornalista eu me dizia “você conseguiu colocar tudo o que sentiu, conseguiu de verdade”.

Houve ainda outro aspecto; perguntei a mim mesmo como me deveria inserir naquilo tudo. Se um estrangeiro contasse sobre essa viagem provavelmente não acreditariam nele. Um livro muito bonito, *Nel mare ci sono i crocodilli*, que conta a viagem do Afeganistão para a Itália, é escrito por dois autores, um escritor italiano e o protagonista da viagem, um afegão. Se tivesse sido publicado pelo imigrante afegão provavelmente teria menos repercussão. Agora não é mais assim, ainda bem. Talvez graças ao trabalho dos últimos anos, uma pessoa que fez essa experiência não é mais vista como um imigrado, ou como um clandestino, uma ameaça para o país, mas é vista como uma pessoa. E como tal também é vista na forma nobre da pessoa – o escritor.

PERGUNTA: Em sua opinião, quais são as vantagens e desvantagens de que *Bilal* tenha sido escrito em italiano e não na língua do protagonista do livro?

RESPOSTA: Há um aspecto que talvez torne diferente a narração sobre a imigração escrita na língua de um autor que fale a mesma língua de quem viveu a mesma história e de quem vem de fora. Para o bem e para o mal. Ou seja, como sou italiano, uso no livro as categorias de pensamento que conheço e que fazem parte do patrimônio cultural e histórico da Itália, porque de alguma forma somos fruto do nosso tempo. Porém, talvez um imigrado marroquino que tenha chegado recentemente à Itália (que escreva em árabe e depois mande traduzir o que

escreveu), talvez não tenha ainda essas categorias de pensamento. Isto é um empobrecimento da minha parte, porque não posso conhecer o estado de ânimo e tudo o que é experimentado por uma pessoa de fora, inclusive porque eu sabia que estava voltando para casa, mas quem faz aquela viagem de verdade, está se afastando de casa. No entanto, por outro lado, talvez eu consiga ter o imediatismo do contato humano, porque no livro falo com pessoas que falam a minha língua, e que têm os mesmos pontos de referência; que pertencem à mesma bagagem que eu.

PERGUNTA: Você teve momentos de medo? Naqueles mais perigosos, chegou a pensar em desistir?

RESPOSTA: Sim, tive momentos de medo, inclusive porque fiz grande parte do trabalho como um “infiltrado”. Quando estava na Tunísia, por exemplo, fui motorista de um traficante. De um lado havia o medo de ser descoberto; de outro o medo de ser preso.

PERGUNTA: Você teve muita febre em determinado ponto da viagem. Temeu por sua saúde?

RESPOSTA: Sim, mas a gente enfrenta isso e, ao contrário dos outros companheiros de viagem, eu tinha a possibilidade de recorrer aos medicamentos. Eles não. Tinha medo de me ver prisioneiro de uma planície de areia, porque o deserto é assim. Se você fica bloqueado ali, não consegue sair. Acho que o medo seja um sentimento importante que, de certa forma, toca a campainha do alarme para exercitar a coragem, para enfrentar ou não a situação. Percebia que aquele medo incontável é muito perigoso, porque no momento em que o medo se sobrepõe ao racional, aí sim estamos realmente em perigo, porque não somos mais capazes de raciocinar. Além de alguns momentos em que nos vimos com as armas apontadas na nossa direção, a situação mais perigosa foi quando fomos nos abastecer de água em um rio e acabamos no acampamento de uma organização que depois se tornou a *Al-Qaeda* no Magrebe. Entre tantos traficantes de cigarro, havia esse grupo de salafistas tunisianos e argelinos que se interessaram muito pela minha presença. Tive a tentação de revelar quem eu era e de ficar ali, porque o jornalista dentro de mim dizia “puxa, esta é uma realidade completamente desconhecida, uma organização está se formando e é justamente aqui”. Por outro lado, porém, eu estava diante da incógnita da reação que eles teriam tido, pois se soubessem que eu era um jornalista poderiam me sequestrar e o meu trabalho poderia ser prejudicado. Mas a consciência de que eu era a primeira testemunha europeia capaz de contar com as nossas palavras, as nossas referências, o que acontecia durante a viagem, fez com que eu me detivesse. Percebi que poderia colocar em perigo o trabalho que já tinha feito. Então disse para mim mesmo que

não deveria permanecer. Sou da opinião que se um soldado sente medo, tem o direito de retroceder. Também houve outros momentos de medo. Quando, em 2011 voltei a Lampedusa pela primeira vez desde que tive aquela experiência, vivi novamente com preocupação, por exemplo, o mergulho das pedras. Fui pela revista *L'Espresso* e aproveitei para rever o local de onde eu tinha mergulhado e ao observar, à luz do dia, quantas pedras havia em torno, pensei “você foi louco”. Mas é preciso dizer que foi um trabalho estudado, planejado com meses de antecedência, e isso me permitia de manter a calma. Um dos aspectos que poderia prejudicar o trabalho era o fato de me dar por satisfeito. Ainda em Agadez quando o cônsul me disse que eu não poderia continuar, e depois adoecei, tinha consciência de que se tivesse voltado naquela altura, já levaria um grande trabalho comigo. Era a primeira vez que eu contava a partida para o deserto. Mas refleti e disse para mim mesmo, “você não deve se satisfazer com o que já tem; deve seguir adiante; embora o material que já tenha seja muito forte, deve continuar”.

PERGUNTA: No Brasil nós chamamos a forma jornalística de contar que você adotou de “jornalismo literário”. Esse tipo de jornalismo é difundido na Itália?

RESPOSTA: Não temos essa categoria editorial na Itália. Podemos identificar quais são os trabalhos que poderiam ser enquadrados nesta categoria. Por exemplo, outro livro que teve uma difusão enorme, *Gomorra*,⁵ do jornalista Roberto Saviano, é um trabalho extraordinário. Foi apresentado como um romance. De fato, é um romance, mas com um detalhe: o leitor sabe que o que ele está lendo é verdade. A repercussão da denúncia que o livro faz, que muitas vezes os romances conseguem ter, foi como se fosse um ensaio, justamente porque os leitores sabiam que tudo o que liam era verdade. Porém, não podemos esquecer que *Gomorra* é um trabalho jornalístico, é uma reportagem de cerca de 300 páginas sobre a realidade da camorra⁶ em Nápoles. Podemos incluir as reportagens no gênero ensaio. Resumindo, o livro de Saviano foi lançado como romance, mas tem o efeito de ensaio, porém, é um exemplo de jornalismo literário.

PERGUNTA: Como são classificados os livros na Itália do ponto de vista editorial?

RESPOSTA: Na Itália, os editores adotam duas grandes categorias: *fictione non fiction*; que em italiano seriam *saggisticae romanzo* (ensaio e romance). *Bilal* é a narração de uma viagem, inclusive foi apresentado como um ensaio sobre a imigração, embora tenha uma linguagem narrativa. Esta linguagem foi uma escolha minha porque traz as emoções. Não é apenas a descrição de uma viagem; eu queria expressar o que senti e o que os outros sentiram, porque se não fosse assim não teria sentido ir até lá; seria suficiente fazer entrevistas. O divisor de águas entre o escritor que trabalha fechado em um quarto e aquele que se comporta como jornalista diante da realidade é o fato; ou seja, o fato existe, porque caso contrário é uma *fiction*, uma

Entrevista

Agrondec, Ladu, Bilal: os muitos nomes e faces da imigração na Europa narrados pelo jornalista italiano Fabrizio Gatti

Adriana Marcolini

invenção. *Bilal* faz parte de uma coleção de *non fiction*, e foi lançado como ensaio, embora muitos leitores tenham a sensação de que seja um romance. Muitas vezes os ensaios são prejudicados, porque têm um mercado inferior em relação aos romances – embora o número destes seja bem maior. Saviano relata uma realidade repugnante e diz para o leitor que ele não a inventou; que a vivenciou, viu-a com seus olhos.

PERGUNTA: Podemos encontrar esse tipo de procedimento no movimento literário italiano da segunda metade do século XIX conhecido como Verismo?

RESPOSTA: Sim. O autor considerado como ponto de referência do Verismo é Giovanni Verga. Seus personagens, como Rosso Malpelo, são inventados, mas aquela realidade existe, as crianças que trabalhavam nas minas de sal existem; a realidade retratada no romance *I Malavoglia*⁷ existe, *Mastro Don Gesualdo*⁸ é a passagem da nobreza à burguesia. Em suma, são personagens que existiram; trata-se de um híbrido. Ettore Remò, na resenha que publicou no *Corriere della Sera* sobre *Bilal*, falou que meu livro era híbrido, que não é possível enquadrá-lo no gênero narrativa, ou no de ensaios.

PERGUNTA: Quantas edições já teve *Bilal*?

RESPOSTA: Não sei precisar quantas edições teve, mas até hoje [outubro de 2012] já vendeu 40 mil cópias na Itália; 15 mil na França e cerca de 20 mil cópias na Alemanha. Agora em novembro de 2012 será lançado na Noruega e em 2013 na Suécia.

PERGUNTA: O lançamento na Itália teve muita repercussão?

RESPOSTA: Houve uma ótima divulgação na imprensa, mas a “explosão” do livro demorou um pouco. Creio que isto tenha a ver com o tema. *Bilal* foi lançado quando as campanhas xenófobas estavam no auge e levavam os jornais e as TVs a darem muito mais espaço ao imigrado que mata do que ao imigrado que é morto. Na época, se eu tivesse lançado um livro intitulado *Matemos todos os imigrados*, talvez eles precisassem ser todos expulsos para não serem mortos, e provavelmente teria muito mais repercussão.

PERGUNTA: O livro foi adotado pelas escolas?

RESPOSTA: Sim, algumas o adotaram. Também foram feitas muitas teses universitárias, tanto na Itália como no exterior.

PERGUNTA: As editoras italianas têm lançado muitas obras sobre o tema migratório?

RESPOSTA: Acho que sim. Aquelas de menor porte estão publicando autores estrangeiros; são estrangeiros que vivem na Itália e que têm dentro de si a experiência migratória. Muitos escrevem em italiano, o que é um passo extraordinário; outros escrevem em francês e depois são traduzidos. Alguns enfrentaram a migração com ironia; portanto existem autores cuja leitura provoca risadas. É um fenômeno novo: finalmente as pessoas que não nasceram na Itália têm espaço para comunicar o que querem, por meio da escritura. Na minha experiência como *Bilal* tive muita dificuldade para conciliar a cor da minha pele branca com o meu papel de imigrado. Espero que em breve não haja necessidade de encontrar estratégias especiais, mas que exista um jornalista que pareça estrangeiro, com uma cor de pele que pareça a de um estrangeiro, que possa desempenhar o papel de um imigrado em Lampedusa para contar como estão as coisas. Estamos muito atrasados. A cada dois anos, uma família estrangeira com a documentação em regra deve comprovar o seu direito de existir na Itália. Já os filhos de um casal estrangeiro regularmente residente na Itália, que tenham nascido em solo italiano, não são reconhecidos pela lei como italianos e podem ser expulsos.

PERGUNTA: Poderia nos explicar melhor como funciona isso?

RESPOSTA: Um rapaz italiano que completa 18 anos pode continuar a morar com a família; ninguém vai expulsá-lo de casa. Porém, um rapaz nascido na Itália, cujos pais são estrangeiros regularmente residentes no país, quando completa 18 anos, deve ter um motivo para permanecer na Itália, ou de estudo ou de trabalho. Se não estuda e não trabalha, se for descoberto, torna-se um clandestino e será expulso. Isto acontece porque na Itália vigora o direito de sangue e não o direito de solo. Portanto, quem vive na Itália desde pequeno, ou quem nasce aqui, mas é filho de estrangeiros, não é italiano. Existem casos de rapazes nascidos aqui, mas nem falam a língua dos pais; eles só falam a língua italiana e se tornam clandestinos. Lembro-me do caso de uma moça dos Camarões que se formou como médica na Itália, filha de estrangeiros regularmente residentes no país. Ela não conseguia encontrar trabalho em virtude dessa legislação. Nosso país está nessa situação por causa de nomes como Silvio Berlusconi, Gianfranco Fini, Umberto Bossi e seus seguidores, embora existam pessoas com vontade de escrever em italiano e de contar o que sentem em italiano, de poesias à narrativa, o que é uma grande forma de reconhecimento em relação à cultura italiana e deveria ser alvo de um prêmio. Apesar do que semeamos, temos resultados positivos, mas não os merecemos. Pelo menos a maioria dos italianos não merece.

PERGUNTA: As autobiografias dos emigrantes italianos encontram leitores na Itália?

RESPOSTA: Esse tipo de obra não é muito popular na Itália, embora tenham sido publicados alguns livros que abordam a realidade dos nossos emigrantes. Um deles é graças a um trabalho extraordinário, *L'orda*,⁹ feito pelo jornalista Gian Antonio Stella, do *Corriere della Sera*. Também Antonio Penacchi obteve muito sucesso em 2011 com *Canale Mussolini*,¹⁰ um livro que fala sobre a migração dentro do território nacional. Existe uma redescoberta de como nós éramos. Gian Antonio Stella tem outro livro, um romance que se chama *Il Maestro magro*,¹¹ que se passa no Vêneto; ele é vêneto e fala sobre aqueles professores que chegavam do Sul para ensinar nas escolas locais. Para mim o melhor livro com o tema migratório é *Vita*,¹² de Melania Mazzucco. É a história do avô dela que emigrou para os Estados Unidos, contada em forma de romance. Existem, portanto, várias obras sobre o tema da migração, tanto ensaios como romances. No entanto, as histórias dos italianos que contam a sua experiência não são difundidas.

PERGUNTA: Os italianos percebem a relação entre a imigração de hoje para a Itália e a emigração italiana?

RESPOSTA: Sim, mas o tema é muito politizado. Existe a consciência de que a Itália foi uma terra de emigração até 25 anos atrás, e provavelmente voltará a sê-lo. Uma parte da população sabe que com a emigração o país exportou de tudo, assim como a imigração trouxe de tudo. Também exportamos a máfia e, assim como todas as sociedades, exportamos o melhor e o pior que tínhamos. No entanto, uma grande parte da população considera que é verdade que fomos emigrantes, mas para eles sempre fomos “bons” emigrantes, nunca cometemos delitos e não exportamos a máfia. (FIM DA ENTREVISTA)

¹Notas e referências

¹ A entrevista foi realizada em italiano e traduzida pela entrevistadora e autora do texto.

² A autora é doutoranda do Programa de Língua, Literatura e Cultura Italianas, do Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras – Universidade de São Paulo. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Processo nº BEX 6535/14-3).

³ Fabrizio GATTI. *Bilal. Il mio viaggio da infiltrato nel mercato dei nuovi schiavi*. Milano: Rizzoli, 2007.

⁴ Fabio GEDA. *Nel mare ci sono i crocodilli: Storia vera di Enaiatollah Akbari*. Milano: Baldini & Castoldi, 2013.

⁵ Roberto SAVIANO. *Gomorra. Viaggio nell'impero economico e nel sogno di dominio della camorra*. Milano: Mondadori, 2014.

⁶ Antiga associação criminosa de Nápoles, formada por volta de 1820, que lança mão de métodos ilegais para a obtenção de lucros e de poder.

⁷ Giovanni VERGA. *I Malavoglia*. Milano: Mondadori, 2004.

Entrevista

Agrondec, Ladu, Bilal: os muitos nomes e faces da imigração na Europa narrados pelo jornalista italiano Fabrizio Gatti

Adriana Marcolini

⁸ VERGA. *Mastro-don Gesualdo*. Torino: Einaudi, 2005.

⁹ Gian Antonio STELLA. *Orda. Quando gli albanesi eravamo noi*. Milano: Rizzoli, 2003.

¹⁰ Antonio PENNACCHI. *Canale Mussolini*. Milano: Mondadori, 2010.

¹¹ STELLA. *Il maestro magro*. Milano: Rizzoli, 2006.

¹² Melania MAZZUCCO. *Vita*. Torino: Einaudi, 2014.

Resenhas

GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*.
Porto Alegre: EDIPUCRS: Editora AGE, 2012.

Recentemente uma emissora de televisão, de grande audiência, apresentou, em programa dominical noturno, uma reportagem sobre o Neonazismo em território brasileiro. Além disso, a mesma emissora, em seu canal de rede fechada, anunciou a realização de uma série de reportagens sobre o tema: *Dossiê – O neonazismo no Brasil*. Ao que parece, o tema reflete, no mínimo, a curiosidade da população, dado o interesse da rede de comunicação em explorar o assunto. A pergunta que cabe, no momento, é: Qual a importância do tema? Seria o Brasil um país potencialmente emergente na existência de grupos neonazistas no século XXI? Seriam os neonazistas, no Brasil, essencialmente elementos de origem germânica, que vivem em solo brasileiro?

Provavelmente, historiadores e cientistas sociais interessados no tema da imigração no Brasil, e mais especificamente da imigração alemã, conhecem, leem e apreciam obras, artigos e referências do professor do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), o professor doutor René Ernaini Gertz. Obras, como: *O fascismo no sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*, publicado no ano de 1987, pela Editora Mercado Aberto, e *O perigo alemão*, já em sua segunda

edição, publicado pela Editora da UFRGS, em 1998, dentre outros trabalhos acadêmicos, refletem a competência historiográfica do professor Gertz, especialmente sobre os acontecimentos ocorridos durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil, quando os imigrantes alemães e seus descendentes (os teuto-brasileiros) estiveram envolvidos em questões relacionadas ao processo de nacionalização do Governo de Getúlio Vargas e às consequências sobre este grupo étnico.

Agora, Gertz nos apresenta outra obra de extremo interesse, não somente para pesquisadores da imigração alemã no Brasil, mas para todos que se interessam por questões atuais, relacionadas aos temas da raça, nacionalidade e (in)tolerância em território brasileiro. Gertz, em seu livro: *O Neonazismo no Rio Grande do Sul*, publicado no ano de 2012, trata sobre os neonazistas e suas supostas atividades em solo sul-riograndense.

É oportuno mencionar que o próprio autor discorre sobre essa proposta de estudo justamente por não encontrar ainda obras de envergadura que deem conta de explicar o fenômeno da existência de grupos neonazistas em solo brasileiro, ou melhor dizendo, trata-se de uma tentativa de dialogar com outras obras que tratam do assunto, mas que o fazem de forma a

Resenha

GERTZ, René E. O neonazismo no Rio Grande do Sul.

Sérgio Luís Marlow

objetivar falsas ou equivocadas interpretações sobre o tema. Na introdução do livro, no item: “Para começar”, Gertz reforça que a sua intenção é: “/.../ apresentar, em primeiro lugar, um significativo número de dados objetivos, consistentes sobre o assunto de que trata” (p. 7). Posteriormente, descreve, como objetivo, o dever ético de contestar aqueles que apresentam à sociedade dados inconsistentes sobre o assunto, “que se espalharam no senso comum, na opinião pública, e até desencadearam medidas potencialmente perigosas para a paz e a estabilidade da sociedade do Rio Grande do Sul” (p. 7).

Para tanto, Gertz, primeiramente, resume de forma precisa o que lhe é peculiar sobre a questão do nazismo em terras brasileiras, especialmente na década de 1930, auge da divulgação do ideário não só na Europa, mas também da possível divulgação em parte do continente sul-americano. E amparado por suas próprias pesquisas e de outros relevantes pesquisadores sobre o assunto, Gertz afirma que, apesar da grande quantidade de alemães e descendentes em solo brasileiro, o número de adeptos ou filiados ao partido nazista no Brasil foi em certo sentido inexpressivo e que “o partido [nazista] não atingiu o número de 3.000 filiados, em todo o Brasil” (p. 11). Aliado a isso, Gertz lembra que somente poderiam se filiar ao partido

alemães natos, o que colaborou também para a baixa adesão ao nazismo no Brasil. Evidencia, entretanto, que reinou e reina, ainda nos dias atuais, o senso comum de que, ao se falar de alemães e descendentes, como em uma simbiose automática, está se falando também de nazistas ou, ao menos, em potenciais admiradores do nazismo em terras brasileiras. Este o principal ponto de discussão em *O Neonazismo no Rio Grande do Sul*. Gertz informa a respeito de uma série de acontecimentos em que grupos neonazistas estariam atuando no Rio Grande do Sul. Associados a estes acontecimentos, autoridades daquele estado, e também pesquisadores acadêmicos, estariam concluindo que tais grupos marcam presença no Estado do Rio Grande do Sul em virtude da herança deixada por seus antepassados: alemães, italianos e poloneses, entre outros.

Gertz descreve, por exemplo, dois movimentos surgidos no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do século XX: o surgimento da “Editora Revisão”, “criada por uma pessoa que se identificava pelo nome de Siegfried Ellwanger Castan /.../ que publicou livros e outros materiais revisionistas e negacionistas sobre o Holocausto, sobre a Segunda Guerra Mundial, e também sobre temas contemporâneos” (p. 23) e “no início da década de 1990, do movimento da ‘República do Pampa’, separatista, cujo líder foi Irton Marx, residente

Resenha

GERTZ, René E. O neonazismo no Rio Grande do Sul.

Sérgio Luís Marlow

em Santa Cruz do Sul, considerado um dos mais típicos municípios de colonização alemã, no estado” (p. 23). Cita ainda outros episódios, divulgados academicamente ou pela imprensa escrita ou de mídia eletrônica (sites), em que grupos neonazistas articulados estariam em ação nos estados mais ao sul do país, dentro de uma suposta lógica de que a herança de “sangue alemã” colaboraria e influenciaria tal adesão. Gertz procura refutar e desconstruir tal afirmação alertando para o perigo de informações imprecisas sobre o assunto, bem como para o perigo de que tais premissas, sem a devida sustentação acadêmica e analítica, continuem a promover a deturpada opinião de que todos os teuto-brasileiros são potenciais agentes de desintegração nacional.

Nessa perspectiva de desfazer tal pensamento a respeito da origem étnica dos neonazistas em atividade no Rio Grande do Sul, Gertz afirma que: “não existem provas concretas de que movimentos dessa ideologia tenham relação direta com os antepassados que vieram de países europeus como a Alemanha, a Itália e Polônia” (p. 154). Da mesma forma, Gertz lembra que “as duas regiões em que a polícia tem noticiado atos ‘neonazistas’ são – por acaso, ou não, as duas maiores concentrações populacionais do estado (região metropolitana de Porto Alegre e Caxias do Sul), de forma que o fenômeno [neonazista]

pode derivar dessas características – e não da origem étnica” (p. 155).

Por fim, cabe destacar a pertinência da discussão proposta por Gertz em seu livro, para que um tema tão relevante e complexo não seja objeto de discursos sem sustentação, mas ao contrário, que sua abordagem colabore para reforçar a importância do fato de que não somente os alemães e seus descendentes, mas que os imigrantes europeus e demais etnias, como a indígena e a africana, tiveram, na produção da mestiçagem, característica da população do nosso país, bem como também no combate a qualquer tipo de segregação racial em solo brasileiro.

Sérgio Luiz Marlow

Universidade Federal do Espírito Santo (Pós-doutorando); bolsista

PROFEX

Resenhas

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto: Festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2015.

O livro *Bendito é o fruto* é resultado da tese de doutoramento, em Antropologia, defendida por Miriam de Oliveira Santos, no ano de 2004, no Museu Nacional – UFRJ. Com enfoque etnográfico e histórico, a pesquisa se desenvolveu na cidade de Caxias do Sul, situada na região serrana do estado do Rio Grande do Sul. A cidade possuía, na época da pesquisa, cerca de 360 mil habitantes, sendo 92,5 % de população urbana e 7,5 de população rural (p. 7).

Esta região foi berço das primeiras colônias de imigração italiana do estado. Foi ali que, desde 1875, levas de famílias de imigrantes italianos foram conduzidas para se tornarem proprietárias de terras e desenvolverem um projeto colonizador no Rio Grande do Sul. Em sua maior parte oriundas do Norte da Itália, trouxeram para a região hábitos, costumes, valores, técnicas, saberes e objetos da Itália do final do século XIX. Dentre estes conhecimentos estava o cultivo das videiras e a produção de vinhos.

A comemoração desta festa, segundo a autora, começa no ano de 1931, época na qual já havia geração de descendentes de italianos nascidos em solo brasileiro. E, como ressalta Seyferth (no prefácio da obra), a Festa da Uva comemoraria o “sucesso de uma atividade

econômico-culturalmente valorizada, o plantio da videira, a colheita da uva e a produção do vinho”. Esta festa, como salienta Santos na obra, é a comemoração de um projeto migratório considerado de sucesso e continuamente lembrado e exaltado pelos descendentes de italianos da região. Diria que, igualmente, poderia ser considerada como um símbolo do processo civilizador que os descendentes de imigrantes italianos atribuem a seus antepassados, os denominados pioneiros.

A história da Festa na cidade dialoga com a história da colonização italiana na região. Muito bem analisada pela autora, que nos brinda com uma perspectiva histórica bem delineada, a cidade se industrializou e cresceu economicamente, graças às negociações bem direcionadas junto aos governos estadual e federal pelas lideranças locais. Como aponta a autora, a formação de uma elite que assim se autoconsiderava e era considerada pelos demais membros, esteve presente nas construções hierárquicas e simbólicas locais. E foi ela quem projetou, de certa forma, o que Caxias viria a se tornar décadas mais tarde, como cidade e como espaço e espelho da imigração italiana para o Rio Grande do Sul.

Resenha

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto*: Festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos.

Maria Catarina Chitolina Zanini

Embora não trabalhando diretamente com a noção de grupo étnico, a autora, baseada em Barth,¹ aponta o quanto as identidades locais são estabelecidas nos processos interativas de construções das fronteiras de pertencimento entre italianos e não italianos. A cultura, compreendida como um elemento dinâmico e mutável, faria parte deste processo de construção de uma italianidade local. Nesta, segundo Santos, baseada em Hall,² seria uma forma de reação à “homogeneização imposta por padrões sociais dominantes” (p.30). No caso, o brasileiro do sul do Brasil. Dessa forma, acertadamente a autora toma de empréstimo uma ideia de Seyferth, que aponta o quanto a imigração é um processo que envolve dois Estados e três culturas, ou seja, a cultura do país de origem, a do país de acolhida e uma terceira, nascida do encontro das duas primeiras.

A Festa da uva, nesta perspectiva, historicamente se converte em uma forma de evidenciar a alteridade, via italianidade, frente à sociedade regional, bem como afirmar valores e éticas no interior do grupo. Seja pela forma como é organizada e pelas simbologias que apresenta em seus desfiles, temáticas e exposições, a Festa exalta o passado, transformando estigmas, como a aponta a autora, em sinais positivos.

Um dos sinais diacríticos – mais importantes e invocado pelos descendentes, por meio da festa da Uva - seria o trabalho como valor e como mecanismo de ascensão social. O emigrado italiano, o antepassado, seria aquele pioneiro que foi para a região e a engrandeceu e enriqueceu com seus valores e força de trabalho. Foi um produtor de riquezas. Ele seria um elemento civilizador por excelência nesta conjuntura. E, na conjuntura brasileira historicamente também. De certa forma, é para esta ideia que a autora nos aponta. Ou seja, o quanto a Festa da Uva é um evento exaltador das virtudes dos descendentes de italianos em comparação com as demais etnias existentes em nível local.

Para apresentar este seu argumento a autora traz um desenho histórico das diferentes edições da Festa e aponta para esta como um importante elemento político local. Diz Santos: “O que remete para o fato de que as relações simbólicas são permeadas pelas relações de poder, e acreditar que a Festa da Uva é apenas uma reminiscência folclórica é escamotear um dado fundamental para o seu entendimento, que é o caráter político da festa e o da sua organização” (p.67).

Além destas questões, por meio da apresentação de dados etnográficos relativos à preparação da festa e suas negociações, a autora constrói a ideia de que a Festa da Uva é atravessada

Resenha

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto*: Festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos.

Maria Catarina Chitolina Zanini

por fatores religiosos, econômicos e políticos que se mesclam (p.105). Dessa mescla se pode observar o quanto há, como apresentado na obra, a construção e afirmação de um tipo ideal. Por meio de imagens, narrativas e construções imaginárias este tipo ideal de italiano e de homem aflora na Festa. Ele é a vitrine da colonização italiana na região. Nesta, haveria espaço para o trabalho, a religiosidade e a família como valores imperantes. Seriam modelos - construídos pelas memórias, presentes nos processos de identificação étnicas contemporâneas - como fontes de origem grupal.

No capítulo IV a autora apresenta a Festa da Uva do ano de 2002 em sua *performance*, narrando sua abertura, desfiles, jantar e baile, bem como o espaço dos pavilhões. A festa é apresentada como um drama que se desenrola em diferentes espaços e momentos, tendo sempre como eixo o poder nelas manifesto, o de reverenciar uma construção identitária idealizada.

Para reforçar este seu olhar, a autora descreve em detalhes as diferentes etapas/momentos da Festa da Uva de 2002 que tinha como tema “a mulher”. E, sintetiza, por meio de uma citação de Segalen,³ o que, segundo ela, seria a síntese e função da Festa que serviria como “suporte aos poderes políticos locais que se

valorizam por meio de mais de uma encenação”.

Embora eu não concorde com o tamanho da ênfase que a autora atribui a este aspecto político, concordo que é ele que, na linha de frente, manifesta-se mais publicamente. Observo, contudo, que outros elementos também estão presentes na dramatização histórica encenada, como o reforço ritual de valores grupais importantes, tais como: da família enquanto unidade produtora e reprodutora econômica e simbolicamente; do trabalho enquanto valor e da religiosidade como ferramenta de superação e ordem de mundo, entre outros.

Em suma, trata-se de um belo e consistente trabalho de pesquisa, sério, bem estruturado e que faz uma leitura política interessante para se pensar questões que, muitas vezes, são colocadas em lugares menos densos da vida social, mas não menos importantes, como as Festas, por exemplo. Em resumo, Santos nos diz que a Festa da Uva é um espaço de poder (ou poderes, diria eu). O poder de ser visto e de se fazer ver.

Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria

Resenha

SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto*: Festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos.

Maria Catarina Chitolina Zanini

-
- ¹ Frederik BARTH. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: Tomke LASK. (Org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000, pp .25-67.
 - ² Stuart HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
 - ³ Martine SEGALÉN. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.104.

Sobre os autores

Dossiê e artigos livres

Angelo Trento - Nascido em Roma, formou-se em Filosofia na Universidade de Pavia em 1967. Em 1971 obteve uma bolsa de aperfeiçoamento científico e didático na Faculdade de Economia de Urbino. De 1974 a 1992 foi pesquisador de história na Universidade de Macerata. De 1992 a 2009, data em que se aposentou, foi professor de História da América Latina na Universidade de Nápoles “L’Orientale”. Fez parte de algumas revistas na Itália e no Brasil, apresentou trabalhos seu em mais de 70 congressos na Itália, Brasil, Espanha, Portugal, Argentina, Estados Unidos, França, Alemanha; ministrou um curso de doutorado na USP em 1986, publicou cerca de 100 artigos e ensaios em revistas e livros coletâneos que saíram na Itália e no exterior e 13 livros, entre os quais, *Fascismo italiano, Do Outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil, Il Brasile, una grande terra tra progresso e tradizione, L’America Latina nel XX secolo, Castro e Cuba dalla rivoluzione a oggi, Os Italianos no Brasil/ Gli italiani in Brasile, La costruzione di un’identità collettiva. Storia del giornalismo in lingua italiana in Brasile* (traduzido no Brasil em 2013).

Celeste Castiglione – Licenciada em Ciências Políticas e em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires (UBA), é Doutora em Ciências Sociais pela mesma universidade, com tese sobre as representações sociais das migrações na Argentina. É Investigadora Adjunta do CONICET (Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas), com sede na Universidade Nacional de José C. Paz. É Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires; investigadora do Instituto de Investigações “Gino Germani” da UBA e da Universidade Nacional de La Plata. Dentre suas publicações destacam-se: e (2011) *La gota que horada la piedra. Los migrantes en la prensa escrita argentina (1999-2007)*. Editorial Académica Española, Saarbrücken, 2011; “La metamorfosis del discurso mediático con la figura del migrante: la discriminación en pequeñas dosis”. *Comunic@ción*. Revista de Investigación en Comunicación y Desarrollo Universidad Nacional de Altiplano Puno, Perú Junio-Diciembre Vol. IV N°2 ,2013 [Latindex-Dialnet-Doaj]; “Representaciones sociales en los diarios argentinos y el “Caso Angola”. *Revista Humanía del Sur*. Revista de Estudios Latinoamericanos, africanos y asiáticos. N°15 julio/diciembre de 2013 ISSN:1856-6812 [Latindex].

Chiara Vangelista – Professora Titular de História da América Latina da *Università degli Studi di Genova*. Suas pesquisas se referem à história do Brasil, com enfoque especial às fronteiras étnicas e culturais nos séculos XVIII e XIX e às migrações internacionais entre os séculos XIX e XX. Dentre suas publicações destacam-se: *Superare se stessi: Voci migranti tra Europa e America*. Torino: PRINP Editoria d’Arte 2.0, 2014; “Costruire strade in Brasile: immigrati liguri e piemontesi a metà dell’ottocento”. *Dimensões*, vol.26, p.8-23, 2011; “Da fala à história: notas em

torno da legitimidade da fonte oral”. In: A. H. LOPES, M. P. VELLOSO, S. J. PESAVENTO (Org.) *História e Linguagens*. Texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006, pp. 185-193; *Dal vecchio al nuovo continente*. L’immigrazione in America Latina, Torino: Paravia, 1997; “Genere, etnia e lavoro: l’immigrazione italiana a São Paulo”. “*Annali Cervi*”, 12, p. 353-371, 1990; *Le braccia per la fazenda*. Immigrati e “caipiras” nella formazione del mercado del lavoro paulista (1850-1930). Milano: Angeli, 1982 [ed. brasileira: Hucitec, 1992].

Lucilla Briganti - Doutora em História Instituições e Relações Internacionais na Universidade de Pisa. Realiza pesquisas sobre a emigração italiana para o Brasil especificamente da Região da Toscana para o Estado do Rio de Janeiro com a professora Adriana Dadá da Universidade de Florença. Trabalha com bolsa “Agnelli Grants in Aid” em 1995 na I.H.R.C. University of Minnesota. Em 2001 pesquisa pela tese de doutorado (orientador Prof. A. Trento) em Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty, Arquivo Nacional e Fundação Getúlio Vargas. Colabora com a revista “Africana” e “Fondazione Paolo Cresci per la Storia dell’Emigrazione Italiana” em Lucca”. Dentre suas publicações destacam-se *Catene migratorie per il Brasile e ricordi della guardiãs da memória discendenti di emigranti dal Comune di Borgo a Mozzano in Lucchesia, 1850-1950*, in Ercole SORI; Anna TREVES (a cura di), *L’Italia in movimento: due secoli di migrazioni (XIX-XX)*, Udine, Forum, 2008 p. 435-448.

Maira Ines Vendrame - É professora do curso e do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Gradou-se em História na Unifra; fez mestrado e doutorado na PUCRS; realizou estágio de doutorado na *Università degli Studi di Genova* e pós-doutorado na UFSM como bolsista PNPd/Capes. É autora do livro “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1878-1914)”, publicado pela editora da UFSM (2007).

Maria Cristina Dadalto - Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Espírito Santo, é professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). Pesquisadora do CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Professora dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em História e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES. É coordenadora do LEMM (Laboratório dos Estudos do Movimento Migratórios). Publicações mais recentes: Representações na imigração de retorno à Itália. Revista Eletrônica *Métis*. História e Cultura. UCS, v. 14, pp. 311-321, 2015; Immigration and staying in the dream. Matrizes (Online), v. 7, p. 249, 2013. Retorno às raízes? Narrativas de integração de espírito-santenses na E/imigração

contemporânea na Itália. *ANUAC Rivista dell'Associazione Nazionali Universitaria Antropologi Culturali*, v. 2, p. 133-140, 2013.

Maria Luiza Tucci Carneiro – Professora Livre Docente dos programas de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo; Coordenadora do LEER- Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação/USP, do Departamento de História/USP, onde coordena o Núcleo de Estudos Arqshoah com projetos aprovados Fapesp. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Nível A do CNPq. Dentre suas inúmeras publicações, destacam-se, para os anos de 2014-2015: *Weltbürger: Brasilien und die jüdischen Flüchtlinge, 1933-1948*. Berlin: LIT VERLAG, 2014; *La place de l'imprimé révolutionnaire: des caves aux archives policiere*. In: E. F. DUTRA, Jean-Yves MPLLIER (Org.). *L'Imprimé Dans la Construction de la Vie Politique: Brésil, Europe, Amériques, XVIIIe - XXe siècle*. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2015, pp. 119-140; *Migrações forçadas: o racismo como elemento mobilizador*. In: Sedi Hirano; Maria Luiza Tucci Carneiro. (Org.). *Histórias Migrantes: Um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas*. 1ed.São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2014, pp. 379-416; *Dez Mitos sobre os Judens*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014; *Os arquivos da Polícia Política brasileira: Intolerância, Repressão e Resistência*. In: L. P. GONÇALVES, E. SARMIENTO (Org.). *Presos Políticos e Perseguidos Estrangeiros na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2014; c/ S. HIRANO (Org.). *Histórias Migrantes: Um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2014; *Interlocutores da Cultura: intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil*. In: L. M. MENEZES, H. C. TRONCOSO, R. de la MORA (Org.). *Intelectuais na América Latina: pensamento, contexto e instituições*. Dos processos de independência à globalização. Rio de Janeiro: UERJ/ LABIME, 2014, pp. 612-626; *A Guerra Civil Espanhola nos periódicos brasileiros: Mitos Imagens e Imaginário*. In: A. PEÑA-RODRIGUEZ, M. L. T. CARNEIR, H. PAULO; E. G. Gimenez. (Org.). *A Guerra da Propaganda. Portugal, Brasil e a Guerra Civil Espanhola*.: Imprensa, Diplomacia e Fascismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp. 251-286; “Quando um país se apequena”. *Revista de História* (Rio de Janeiro), v. 103, p. 22-25, 2014. Foi agraciada com o Prêmio Jabuti 1999, 2004 e 2011 e o Prêmio Excelência Acadêmica Institucional 2012 e 2013.

Núncia Santoro Constantino (In memorian) – Nascida na capital rio-grandense, foi professora da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre até sua morte, em 2014, aos 70 anos de idade. Doutora pela Universidade de São Paulo e Professora Titular, notabilizou-se no campo dos estudos migratórios por seus trabalhos inovadores sobre imigração italiana no sul do Brasil. Por serviços prestados à cultura italiana, foi agraciada com o título de Cavaliere pela Repubblica Italiana em 2006. Era membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, do

Instituto Histórico de São Leopoldo e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Dentre seus inúmeros trabalhos, citam-se: “O Cientificismo no debate sobre a emigração para o Brasil”. *Archivio Storico dell’Emigrazione Italiana*, v. 9, pp. 109-115, 2013 (último artigo publicado) e o livro *O Italiano da Esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2008. O trabalho aqui apresentado foi encaminhado à editora da revista para publicação em livro sobre imigração urbana, que acabou não saindo do prelo. Com o consentimento de sua filha, Paula, o mesmo artigo foi incorporado, como homenagem, neste número da *Navegar*.

Syléa Marques Pereira - Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), pesquisadora do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório (LEMM). Pós-doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela CAPES / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), entre 2010-2015. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio na Università degli Studi di Napoli – L’Orientale (Itália). Pesquisadora Associada: Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) / Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Associazione Internazionale AREIA/Dipartimento di Antichità, Filosofia, Storia (D.A.FI. ST)/Università degli Studi di Genova (Itália). Realizou o documentário “La Cassettina dei Ricordi (Caixinha de Lembranças), REcine, Arquivo Nacional, 2012 e a exposição transmídia “*Entre dois mundos*”, UERJ, 2015.

Entrevista

Adriana Marcolino - Doutoranda do Programa de Língua, Literatura e Cultura Italianas, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Vem se dedicando ao tema da imigração italiana, com pesquisas desenvolvidas na Itália.

Resenhas

Maria Catarina Chitolina Zanini - Professora Associada III, Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP). Dentre suas publicações destacam-se sobre o tema: *Mercados, campesinato e cidades: abordagens*

possíveis. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015; c/ S. S. de OLIVEIRA, M. R. P. OLIVEIRA (Org.). *Somos todas mulheres iguais!* Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato. São Leopoldo: Editora Oikos, 2015; c/ H. POVOA, M. O. SANTOS (Org.). *Migrações Internacionais - valores, capitais e práticas em deslocamento*. Santa Maria: EDUFMSM, 2013.

Sergio Marlow - Pós-doutorando na Universidade Federal do Espírito Santo; Bolsista PROFIX. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Dentre suas publicações sobre o tema e temas correlatos destacam-se: S. L. MARLOW. Festas entre os luteranos: comemorações e controvérsias em torno do Germanismo. In: H. H. C. L. RAMOS, I. C. ARENDT, M. A. WITT (Org.). *Festas, comemorações e rememorações na imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2014, pp. 404-416; Um Sínodo Confessional - O início do trabalho da Igreja Luterana - Sínodo de Missouri no Brasil. In: F. S. S. SANTOS, J. M. GONÇALVES, O. L. RIBEIRO (Org.). *Ciência das Religiões Aplicadas - Interfaces de uma Ciência - Profissão*. Vitória: Editora Unida, 2014, pp. 39-52.

NORMAS EDITORIAIS

A revista recebe artigos escritos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

FORMATAÇÃO DO TEXTO

1. Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, encaminhados em *word* com a seguinte formatação: tamanho da página: 16,5 X 23,5 cm; fonte GARAMOND 11; espaço simples; sem recuo de parágrafo e espaçamento de 0.6 entre os parágrafos; margens de 3,0 (superior) e 2,0 (inferior, direita e esquerda).
2. As palavras e expressões escritas em outra língua que não a do texto, devem aparecer em itálico, bem como títulos (livros, revistas e jornais) mencionados.
3. Os destaques de palavras ou expressões feitos no corpo do texto devem ser feitos com aspas. Recomenda-se que os destaques sejam aqueles de grande importância, evitando-se excessos.
4. As citações até três (3) linhas devem ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas e mesma fonte do texto. As citações de quatro (4) ou mais linhas devem ser transcritas com recuo de 1.0 cm das duas margens, sem aspas e em fonte Garamon 10, seguida da indicação numérica da nota (de fim). Os destaques feitos pelo autor nas citações devem ser sublinhados e as citações indicadas com aspas simples.
5. Os **artigos** devem ser acompanhados de resumo e *abstract*, com um máximo de linhas, seguidos de três (3) palavras-chave/*keywords*. Os artigos encaminhados em espanhol, francês ou italiano devem vir acompanhados, além de resumo e *abstract*, de *palavra clave*, *resumé* e *Riassunto*.
6. As **resenhas** devem ter extensão mínima de 6.000 e máxima de 10.000 caracteres e devem seguir as mesmas normas dos artigos.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- a) Todas as notas e referências bibliográficas devem ser listadas ao final do artigo (notas de fim), em números arábicos que remetam à marcação no texto.

- b) Cada nota deve ter, no máximo, 10 linhas (caso contrário, a informação deve vir no corpo do texto).
- c) Cortes na citação devem ser indicados com travessão e três pontos - /.../, evitando-se essa indicação ao início e no final da citação, quando começar ou terminar em início/fim de oração.
- d) As referências *ibid.* e *cit.* não devem ser usadas. Quando a obra já tiver sido citada, repete-se o SOBRENOME do autor (caixa alta), seguido do ano da obra e número da página(s).
- e) As páginas devem ser indicadas com p. (uma página) ou pp. (para duas ou mais páginas).
- f) No caso da necessidade de indicação de outras leituras em pé-de-página, evitar listagem exagerada, indicando, efetivamente, as obras principais.
- g) As fontes devem ser indicadas na íntegra, antecedidas do país e do nome do arquivo onde podem ser encontradas. Ex: BRASIL. Arquivo Histórico do Itamarati. Ofícios e Fichas Policiais, Lata 154, Maço 425.
- h) As referências bibliográficas (notas de fim) devem ser indicadas de forma completa, da seguinte forma:

LIVROS: Nome do autor (sem inversões e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título da obra (em itálico). Local: Editora, ano, página (p.). Ex: Lená Medeiros de MENEZES. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 6.

Quando a obra estiver repetida, indicar nome abreviado e SOBRENOME em caixa alta, seguido pelo ano da publicação e da página. EX: MENEZES, 1996, p. 5.

CAPÍTULO DE LIVRO: Nome do autor (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do capítulo (sem aspas). Organizadores do livro (sem inversões no nome). Título do livro (em itálico). Local: editora, ano, páginas. Ex: Maria Izilda S. de MATOS. *Imigrantes portuguesas: cotidiano, trabalho e resistência*. São Paulo, 1920-1940. In: Maria de Nazaré Sarges e outros (org.). *Entre Mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Paka-Tatu, 2010, pp. 195-206. *Idem* para as repetições.

ARTIGO DE REVISTA: Nome do autor em (sem inversões no nome e último sobrenome em CAIXA ALTA). Título do artigo (entre aspas). Título da revista (em itálico e sem in antes do nome da revista). Local, volume (número): páginas do artigo, data, página da citação. Ex: Xosé M. Núñez *SEIXAS*. “O exílio galego na Europa (1939-1975): Um êxodo esquecido”. *Navega.*, 1 (1): 99-121, jul.-dez. 2006.

ENVIO, ACEITAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO TRABALHO

7. Os textos podem ser encaminhados por Internet (labimi.uerj@gmail.com), para o seguinte endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9 (IFCH/LABIMI). CEP: 20 531-050 ou para o e-mail do organizador do número.
8. Todos os artigos encaminhados fora das normas serão reenviados ao autor antes do encaminhamento para parecer, para as adaptações necessárias.
9. Os artigos são submetidos a, pelo menos, dois pareceristas. Após a aceitação ou rejeição do artigo, o autor será notificado. Qualquer problema observado pelo parecerista será comunicado ao autor, que será solicitado a rever ou a modificar o texto. Após a diagramação, ele será reencaminhado a autor para a revisão final, com a solicitação adicional para que este encaminhe a permissão para a publicação. Nesse momento do processo, quando houver imagens, será necessário encaminhar CD com as imagens em alta resolução, bem como a permissão para sua divulgação. Quando houver transcrição de entrevistas, com a citação do nome do entrevistado, será necessário o envio da permissão de divulgação dada pelo entrevistado.
10. São automaticamente cedidos à Revista os direitos de publicação dos originais e das traduções. No caso de depoimentos e entrevistas, a concordância com a publicação será feita em formulário especial.
11. As informações e conceitos veiculados nos artigos, resenhas, depoimentos e entrevistas são da exclusiva responsabilidade do autor.

12. Caso ocorra a disponibilização do trabalho, pelo autor do artigo, na Internet, os dados da publicação original na revista NAVEGAR deverão estar indicados em pé-de-página na primeira folha. Ex: publicado originalmente em *Navegar*. Revista de e-imigração, v. 1, n° 1, pp. 7-20.